



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

João Amado

Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias:

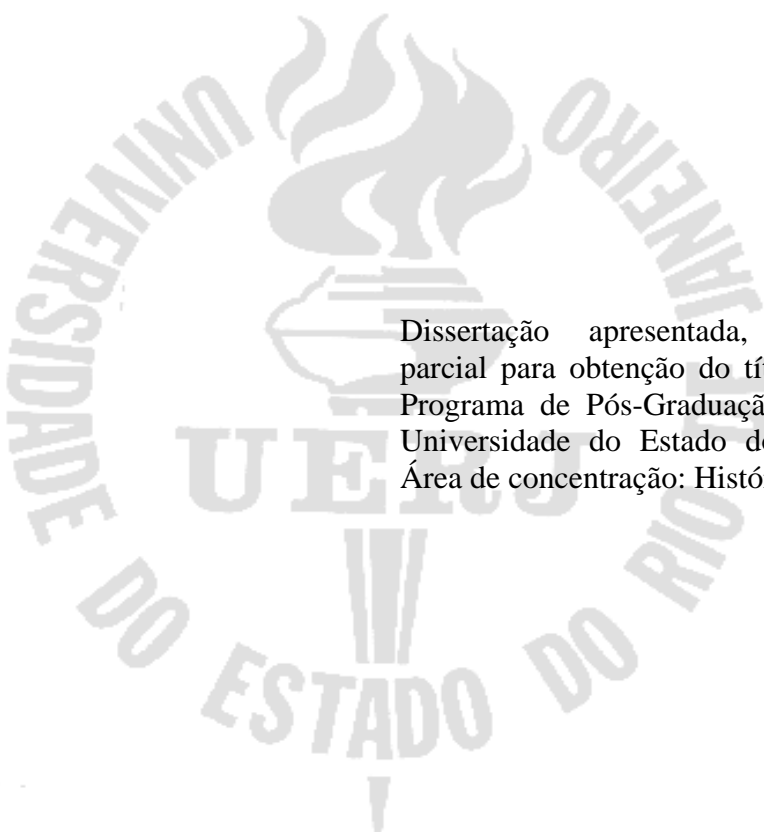
**Os idos de março e a queda em abril,
a primeira narrativa do golpe de 1964**

Rio de Janeiro

2008

João Amado

**Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias:
os idos de março e a queda em abril,
a primeira narrativa do golpe de 1964**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadoras: Prof^ª. Dr^ª. Lucia Maria Paschoal Guimarães

Prof^ª. Dr^ª. Maria Leticia Corrêa

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

A481 Amado, João.
Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964/ João Amado. - 2008.
246 f.

Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Brasil - História - Revolução, 1964 - Teses. 2. Jornal do Brasil - História - 1964 - Teses. 3. Jornalistas - Brasil - História - Revolução, 1964 - Teses. I. Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981"1964"

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

João Amado

**Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias:
os idos de março e a queda em abril,
a primeira narrativa do golpe de 1964**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 15 de fevereiro de 2008.

Banca Examinadora:

Lúcia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Francisco Carlos Palomanes Martinho
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Luiz Carlos Soares
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF

Rio de Janeiro

2008

DEDICATÓRIA

À minha família amada e idolatrada, salve, salve! Em especial ao meu filho Miguel, que ilumina ainda mais nossas vidas!

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas orientadoras, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que me disciplinou com rigor e doçura, pois soube endurecer sem perder a ternura; e Maria Letícia Corrêa, por suas valiosas críticas e sugestões. Aos professores Orlando de Barros, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Francisco Carlos Palomanes Martinho, pelas contribuições oferecidas no exame de qualificação; e ao professor Marco Morel, que ainda na graduação indicou-me a leitura do livro que inspirou o presente trabalho.

Os presidentes, os ditadores e os reis da Espanha que se cuidem porque os donos da comunicação duram muito mais. Os ditadores abrem e fecham a imprensa, os presidentes xingam a TV e os reis de Espanha cassam o rádio, mas, quando a gente soma tudo, os donos da comunicação ainda estão por cima. Mandam na economia, mandam nos intelectuais, mandam nas mocinhas fofinhas que querem aparecer nos shows dos horários nobres e mandam no society que morrem se o nome não aparecer nas colunas. (...) Pois é; tem gente que faz greve, faz revolução, faz terrorismo, todas essas besteiras. Corajoso mesmo, eu acho, é falar mal de dono de comunicação. Aí tua revolução fica chinfrim, teu terrorismo sai em corpo 6 e se você morre vai lá pro fundo do jornal em 4 linhas.

Millôr Fernandes

RESUMO

AMADO, João. **Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril**, a primeira narrativa do golpe de 1964. 2008, 246 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Os idos de março e a queda em abril, primeiro livro publicado sobre a história do golpe de 1964, foi impresso no mês seguinte à queda do presidente João Goulart. Frequentemente utilizada por estudiosos que buscam acesso aos acontecimentos daqueles dias que marcaram a história brasileira, a obra foi produzida por oito jornalistas do *Jornal do Brasil*, periódico que se destacou na campanha para derrubar o governo. O conjunto das narrativas, coerente com o que foi publicado no veículo para o qual trabalhavam seus autores, é favorável ao golpe de Estado. Como fonte, portanto, a maior riqueza do documento está relacionada à possibilidade de melhor compreender a atuação dos profissionais da imprensa brasileira no período.

Palavras – chave: Os jornalistas e o golpe de 1964. O *Jornal do Brasil* e a queda do presidente João Goulart. Crítica documental. Historiografia republicana.

ABSTRACT

Os idos de março e a queda em abril, the first book published about the history of the 1964 coup d'état, was printed in the month following President João Goulart's fall. Often used by those who search access to the happenings of the days that marked Brazilian history, the book was written by eight journalists of *Jornal do Brasil*, a newspaper that stood out in the campaign to overthrow the government. The assemblage of the essays, coherent with what had been published in the newspaper for which the authors worked, is favorable to the coup d'état. As a source of history, the most important aspect of the document is related to the possibility of better understanding the performance of the Brazilian Newspaper professionals in the period.

Keywords: The journalists and the 1964 coup. *Jornal do Brasil* and president João Goulart's fall. Documental critic. Republican historiography.

LISTA DE REPRODUÇÕES ICONOGRÁFICAS

Figura 1: <i>Jornal do Brasil</i> em 18 de janeiro de 1957, p. 1.....	81
Figura 2: <i>Jornal do Brasil</i> em 19 de dezembro de 1958 , p. 1.....	83
Figura 3: <i>Jornal do Brasil</i> em 2 de junho de 1959, p. 1	89
Figura 4: <i>Jornal do Brasil</i> em 29 de março de 1964, p. 1.....	107
Figura 5: <i>Jornal do Brasil</i> em 31 de março de 1964, p. 1	110
Figura 6: <i>Jornal do Brasil</i> em 1º de abril de 1964, p. 1	115
Figura 7: <i>Jornal do Brasil</i> em 2 de abril de 1964, p. 1	118
Figura 8: <i>Jornal do Brasil</i> em 3 de abril de 1964, p. 1	121
Figura 9: <i>Jornal do Brasil</i> em 16 de maio de 1964, p. 4	137
Figura 10: <i>Jornal do Brasil</i> em 14 de dezembro de 1968, p. 1	140
Figura 11: <i>Jornal do Brasil</i> , 12 de setembro de 1973, p. 1.....	144
Figura 12: <i>Jornal do Brasil</i> , 7 de junho de 1964. <i>Caderno B</i> , p. 5.	148
Figura 13: <i>Jornal do Brasil</i> , 10 de junho de 1964, <i>Caderno B</i> , p. 6.	151
Figura 14: <i>Jornal do Brasil</i> , 5 de julho de 1964. <i>Caderno B</i> . p. 5.....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A HISTÓRIA, A IMPRENSA E O GOLPE DE 1964	20
1.1 A história e a imprensa	20
1.2 Os jornalistas e a produção do consenso	31
1.3 A imprensa e o golpe de 1964	39
1.4 Os relatos sobre o golpe de 1964.....	52
1.4.1 <u>Os relatos dos jornalistas</u>	52
1.4.2 <u>A produção acadêmica</u>	61
2 O JORNAL DO BRASIL: DA REFORMA AO REGIME MILITAR	72
2.1 A imprensa carioca a partir dos anos 1950	72
2.2 A trajetória do JB: do “boletim de classificados” ao jornal dos intelectuais.....	76
2.3 O <i>Jornal do Brasil</i> e o golpe	98
2.3.1 <u>Do comício da Central à publicação de “Os idos de março”</u>	98
2.3.2 <u>Os aniversários do golpe</u>	129
2.4 O JB e os dissensos com o regime	133
3 UM LIVRO PARA A HISTÓRIA.....	145
3.1 No calor dos acontecimentos	145
3.2 O livro e seus autores	157
3.3 O livro e a história do golpe.....	177
3.3.1 <u>O Comício de 13 de março</u>	187
3.3.2 <u>Os personagens: os governadores e o presidente da República</u>	195
3.3.3 <u>As esquerdas</u>	211
3.3.4 <u>Os primeiros dias de abril – o estabelecimento do regime militar</u>	218
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS	231

INTRODUÇÃO

Referência para inúmeros trabalhos sobre o golpe de 1964, o livro *Os idos de março e a queda em abril*, impresso em maio daquele ano, logo após a derrubada do presidente João Goulart, oferece oportunidade ímpar de acesso à atuação dos jornalistas que o escreveram, caracterizando-se como importante material para os estudos sobre a história da imprensa brasileira no período. Entretanto, ao se utilizar o volume para a compreensão daqueles acontecimentos, é indispensável uma consistente crítica documental, possibilitando uma apropriação mais consciente da obra, que tem ajudado a sedimentar determinadas versões a respeito da queda de Jango em numerosas produções historiográficas. Assim, além de ser melhor aproveitada no tocante à história dos jornalistas, pois justamente aí reside seu principal valor como fonte, a publicação também merece ser analisada como objeto.

Dessa forma, a presente dissertação tem como objeto não só a atuação dos jornalistas que escreveram a primeira narrativa sobre 1964, como o próprio livro. Este *instant book*, gênero produzido e editado no calor dos acontecimentos, foi organizado por Alberto Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil* na época, com a participação de mais sete integrantes da redação do *JB*.

Sob diferentes perspectivas, oito jornalistas relataram os eventos de março e abril de 1964. O livro é composto por oito capítulos, cada um escrito por um autor diferente. Araújo Neto abre o volume com o texto “A paisagem”, no qual procura demonstrar, a partir da aparente calma do início de março de 1964, como os fatos se precipitaram até o seu desfecho. Araújo Neto destaca o despreparo do presidente e de seu dispositivo militar, facilmente derrubado pela conspiração vitoriosa.

No segundo capítulo, escrito por Pedro Gomes e intitulado “Minas do diálogo ao front”, o foco foi direcionado para Minas Gerais, estado de onde partiu o movimento militar que deu início ao golpe, e teve como protagonistas o governador de Minas, Magalhães Pinto, e os conspiradores militares ali situados, em especial o general Mourão Filho. No texto, produzido a partir da ótica de Magalhães, impressionam menos a determinação e o voluntarismo do general, e mais a habilidade, a dissimulação e a retórica do governador mineiro, que, ao final do capítulo a ele dedicado, aparece pregando reformas para “melhorar as condições de vida deste povo que sofre”.

No terceiro capítulo, com o título “32 mais 32, igual a 64” – uma referência ao movimento constitucionalista de 1932 – Eurilo Duarte relatou, a partir de São Paulo, os fatos ocorridos no dia 13 de março, dia do “Comício da Central”, até os dias 10 de abril, quando o General Kruel retirou seu nome da disputa pela presidência, e 12 de abril, quando Júlio Mesquita Filho, diretor e proprietário do *Estado de S. Paulo*, publicou em seu jornal uma carta datada de 20 de janeiro de 1962, dirigida ao grupo que nessa data já conspirava contra o governo Goulart. Nessa missiva, estava apresentado o “roteiro da revolução” que só viria a acontecer dois anos depois.

Cláudio Mello e Souza, no capítulo intitulado “O vizinho do presidente”, foi de avião a Roma ouvir o governador Carlos Lacerda, adversário de João Goulart. Neste texto, os acontecimentos daqueles dias de março e abril são narrados na perspectiva de Lacerda e de sua *entourage* reunida no Palácio Guanabara, sede do governo da Guanabara. Este palácio é vizinho ao Palácio Laranjeiras, onde João Goulart se hospedava nas suas frequentes visitas à antiga capital da República. Politicamente, no entanto, os que se reuniam no Guanabara estavam longe, no polo oposto, dos que frequentavam o Laranjeiras.

Em “A margem esquerda”, Wilson Figueiredo retratou o lado perdedor, as esquerdas, que para ele se achavam protegidas pela história e acreditavam na predestinação da sua vitória. Sua narrativa, uma crítica severa aos que foram politicamente aliados pelo movimento de 1964, termina no dia 2 de abril, quando o governo derrubado não mais oferecia resistência e os fatos já estavam consumados.

Antonio Callado escreveu o capítulo intitulado “Jango ou o suicídio sem sangue”, no qual pintou um quadro nada favorável ao presidente João Goulart. Para ele, Jango era inepto e sabia-se despreparado. O presidente deposto é comparado a Hamlet, e seu pai seria Getúlio, cuja alma penada vagava feito fantasma porque não havia sido vingada.

Em “Da conspiração à revolução”, Carlos Castello Branco relatou a articulação entre os militares que derrubaram o governo Goulart. Para o jornalista, a ruptura institucional teria sido uma “revolução” sem a característica dos “golpes habituais”, pois teria gerado direito e reformado a Constituição. Representaria, assim, uma nova dimensão do “legalismo” das forças armadas.

Finalmente, fechando o volume, em seu texto “Debaixo dos deuses”, Alberto Dines escreveu seu diário daqueles acontecimentos. Para ele, o processo que levou à queda de João Goulart “tratava-se de uma eleição”. O ato seria heróico, uma “façanha”. Aparentemente orgulhoso do reconhecimento ao papel desempenhado pelo *JB* na campanha que derrubou João Goulart, o editor-chefe do *Jornal do Brasil* fez questão de ressaltar, ao relatar a “marcha da vitória” do dia 2 de abril, os aplausos recebidos pela redação do jornal que comandava.

No prefácio, Otto Lara Resende informa que *Os idos de março* nasceu do encontro do editor José Álvaro com Alberto Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil*, e pertencia a um gênero muito em voga nos Estados Unidos e na Europa. Como

reportagem, mantinha vivo o seu caráter de “palpitante atualidade” e como livro, trazia um compromisso de depoimento histórico. Para o prefaciador, apesar de ser um híbrido de jornalismo, literatura e história, a obra seria eminentemente jornalística, pois “um livro desta espécie não passa, em última análise, de um prolongamento do jornalismo”.

Segundo Lara Resende, *Os idos de março* nasceu na redação de um jornal e, como “não podia deixar de ser, o trabalho foi planejado e executado em ritmo de jornal, que é de urgência urgentíssima. Nem por isso deixou de ser feito conscientemente, como é do brio profissional”. Assim, o mérito do livro ultrapassaria “os limites do jornalismo cotidiano, condenado ao efêmero, para ganhar caráter duradouro”.

Empreendimento editorial que reuniu alguns dos principais jornalistas brasileiros do período, *Os idos de março* parece ter captado, como poucos documentos, o ar que se respirava nas redações. Os textos, organizados sob a forma de coletânea, não foram publicados no periódico, o que, em princípio, nos leva a pensar que seus autores gozavam de maior independência, uma vez que não estavam ali como empregados do jornal, diretamente sob as ordens do proprietário do veículo. Não obstante, seria um equívoco concluir que tal condição significasse que aqueles jornalistas estivessem descolados da realidade que os cercava, ou que o conteúdo dos seus textos fosse contraditório com a visão oferecida pelo órgão no qual trabalhavam. O que o livro faz é fornecer pistas para melhor compreendermos suas reflexões, agregando novos elementos aos estudos sobre a atuação dos jornalistas na derrubada do presidente João Goulart.

Quando se pretende examinar a atuação da imprensa no golpe de 1964, é usual nos debruçarmos sobre os periódicos daquele momento histórico. Mas, se a rigor o objeto da investigação não for exatamente a imprensa, e sim o profissional que nela trabalha, o livro preparado por jornalistas no calor da hora é fonte inestimável para tal

empreitada. Por outro lado, para melhor penetrar no ambiente no qual a obra foi gestada, a história do *Jornal do Brasil* e a formação do seu quadro profissional serão analisados. Desta forma, reúnem-se mais indícios para a melhor compreensão do contexto no qual foi produzido *Os idos de março e a queda em abril*.

Há mais de duas décadas, a academia tem-se dedicado ao estudo do livro, enxergando-o não só como fonte, mas também como objeto. Para descobrir o que liam os franceses no século XVIII, o historiador Robert Darnton pesquisou documentos de editores do Antigo Regime, relatos de leitores, processos e inquéritos. Assim, intercalando a análise do texto propriamente dito com a do contexto social, econômico e político do século XVIII, buscou entender como os franceses daquele século liam e, portanto, pensavam.

Roger Chartier, por sua vez, frisou a necessidade do historiador refletir sobre as fontes e os meios que permitem abordar esse ato efêmero e misterioso que é a apropriação de um texto. Chartier é contrário à ideia que supõe a servidão dos leitores às “mensagens inculcadas”. Para ele, a recepção é criação e o consumo é produção. No entanto, por outro lado, não acredita na liberdade absoluta dos indivíduos e na força de uma imaginação ilimitada. Desta forma, toda apropriação estaria encerrada nas condições de possibilidade historicamente variáveis e socialmente desiguais. Mas, ao destacar a importância do enfoque que valoriza o papel do leitor e da leitura, e o que isso pode trazer para a compreensão dos livros, cita uma conferência de Jorge Luís Borges, onde este indicava que um livro só adquire existência quando um leitor o lê, e que seus significados mudam com as leituras. Borges lembra que ninguém se banha no mesmo rio duas vezes, porque as águas mudam e nós não seríamos menos fluidos que o rio. Cada vez que lemos um livro, o livro muda e a conotação das palavras também seria outra.

Chartier afirma que, ao poder poético e secreto do livro, soma-se o público e crítico. Ele acredita que, para os homens do Iluminismo, o surgimento da opinião pública supôs a circulação do escrito, o intercâmbio, a leitura crítica, a formulação de juízos, e salienta que a partir deste momento fundador, as diversas modalidades de constituição e controle da opinião são sucedidas pelas novas práticas de leitura instauradas pela Revolução Francesa e, mais tarde, pelas transformações da imprensa jornalística da segunda metade do século XIX.

Ciente de que, desde meados do século XV, o processo de produção de livros envolve grande número de conhecimentos e procedimentos, Chartier faz um importante alerta que não pode ser esquecido: o texto do autor não chega ao seu leitor sem que muitas decisões e operações lhe deem a forma de livro. E assim como com novas edições uma mesma obra se transforma, o conteúdo de um livro, veiculado em diferentes versões editoriais, também é capaz de criar novos usos e públicos. Da mesma forma, com o passar do tempo, novas possibilidades de leitura de uma mesma edição também podem se realizar.

Portanto, para melhor compreender os personagens e o contexto no qual *Os idos de março* foi produzido, foram realizadas entrevistas com os jornalistas que participaram da publicação do livro em questão, assim como com alguns outros que tiveram importante participação no *Jornal do Brasil* e naquele momento histórico. As entrevistas apoiaram-se nos pressupostos metodológicos e nas técnicas elencadas por Verena Alberti, com base na experiência desenvolvida pelo programa de história oral do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. As entrevistas individuais, baseadas em roteiros pré-estabelecidos pelo autor, foram transcritas e autorizadas.

Depoimentos dos indivíduos que participaram dos acontecimentos pesquisados, assim como os textos escritos, não devem ser tomados por “verdade”, mas sim

encarados como material a ser analisado e interpretado. Conforme salienta Julie Crikshank, sua importância reside justamente no fato de que os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva, e a partir deles podemos perceber como “o passado é construído, processado e integrado à vida de determinada pessoa”. Em relação ao presente trabalho, dos oito jornalistas que escreveram *Os idos de março*, quatro estão vivos, mas apenas três foram entrevistados. Por motivo de saúde, um deles, Pedro Gomes, está sem condições de oferecer seu testemunho. Os outros três, Alberto Dines, Cláudio Mello e Souza e Wilson Figueiredo se dispuseram a dar seus depoimentos.

A hipótese inicial é que a maioria daqueles jornalistas, de destacado papel na história da imprensa brasileira, no momento do golpe de 1964, demonstraram pouco apreço pela normalidade constitucional e atuaram na produção do consentimento/consenso social, procurando justificar a deposição de João Goulart e legitimar o golpe de Estado. Num segundo momento, alguns jornalistas que justificaram o golpe quando ele ocorreu, repudiaram a ditadura, ao perceberem que o novo regime cerceava sua liberdade de opinião, perseguia colegas de profissão e ia se manter no poder por mais tempo do que o esperado. Explicar-se-ia assim o posterior engajamento na “resistência democrática” ao governo militar.

Se à primeira leitura já fica claro que o livro projetava uma imagem muito favorável do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, a segunda hipótese surgiu no decorrer da pesquisa, a partir do estudo das redes de relação entre alguns personagens e os jornalistas que escreveram *Os idos de março*. É forte a probabilidade de que uma das motivações para a publicação da obra tenha sido justamente aumentar o prestígio do então governador de Minas junto à opinião pública.

Sob o título “A história, a imprensa e o golpe de 1964”, o primeiro capítulo da dissertação traz reflexões sobre a história do tempo presente, sua escrita por jornalistas e acerca da historiografia a respeito da imprensa e da derrubada do governo Goulart. O segundo capítulo, “*O Jornal do Brasil: da reforma ao regime militar*”, busca recuperar um pouco da história deste importante periódico a partir da década de 1950, assinalando as trajetórias de alguns profissionais que participaram das suas transformações e consolidaram uma memória no que se refere ao papel do *JB* durante a ditadura. No terceiro e último capítulo, “Um livro para a história”, a obra que inspira a dissertação é analisada e são apresentadas breves biografias dos autores.

O Jornal do Brasil e Os idos de março são fontes para entendermos não só a derrubada de João Goulart, mas principalmente aqueles profissionais da imprensa e o ambiente político e intelectual daquele momento. O golpe é o pano de fundo, mas não exatamente o objeto. No prosscênio estão os jornalistas, seu papel naquele teatro e a percepção que tiveram dos acontecimentos, refletida em seus escritos. O foco principal da dissertação iluminará um ou outro membro das elites política e econômica, mas na justa medida da sua importância na formação das redações e na relação com aqueles homens de imprensa.

De formas distintas, o presente trabalho destacou apenas parte da trajetória dos jornalistas que participaram do livro – as carreiras daqueles jornalistas e a construção da memória de suas atuações profissionais e políticas no período serão apenas tangenciadas. Os autores do livro também tiveram diferentes papéis na confecção da obra, estavam engajados de formas distintas naquele projeto, assim como atuaram de forma diversa na vida pública brasileira. Assim, a dissertação não reserva o mesmo espaço aos diferentes personagens, nem aos capítulos por eles escritos.

Não houve também a preocupação com os aspectos estilísticos ou linguísticos, mas em perceber a atuação e o posicionamento político daqueles jornalistas que viveram intensamente os meses de março e abril de 1964. Para este fim, não só o *Jornal do Brasil* como *Os idos de março*, são documentos preciosos. O livro, um produto cultural, é fonte para a confecção deste trabalho, mas também é objeto. No âmbito deste Programa de Pós-Graduação em História, esta dissertação insere-se na linha de pesquisa Política e Cultura.

CAPÍTULO 1

A história, a imprensa e o golpe de 1964

1.1 A história e a imprensa

Após a Segunda Guerra Mundial, na França, os historiadores mais tradicionais não acreditavam que acontecimentos relativamente recentes pudessem ser objeto de pesquisa. Em 1957, o historiador René Rémond publicou na *Rêvue Française de Sciences Politiques* um artigo intitulado “Em defesa da história abandonada”. Até então, não se imaginava que o que tinha ocorrido após o 1º de agosto de 1914 pudesse ser da competência dos historiadores. Devia ser deixado para os outros. Perguntavam: “era realmente história?”¹

Mas o que alegavam os que se opunham ao estudo do passado próximo? Assim como hoje nos parece inconcebível que ele não possa ser objeto dos historiadores, os motivos para tal impedimento também são frágeis. Para René Rémond, no entanto, as razões pelas quais as gerações anteriores demonstravam reservas ou desconfiavam da história do tempo presente não seriam desprovidas de valor. Existiriam duas principais razões: a primeira referia-se diretamente à possibilidade material de se fazer uma história contemporânea científica, pois não existe história sem fontes, e na época considerava-se que as fontes essenciais eram as fontes de arquivo. E já que muitos documentos ficam sigilosos por até 50 anos, pensava-se que era impossível “implementar uma história científica” e que tudo o que se fizesse só poderia ser

¹ René Rémond. *Por que a história política?* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

aleatório, subjetivo e discutível. A segunda objeção ligava-se ao historiador. Alegavam que não havia possibilidade de objetividade quando se tratava de acontecimentos recentes, com os quais havíamos estado mais ou menos envolvidos, dos quais havíamos sido testemunhas, observadores, os quais haviam suscitado em nós reações, engajamentos, tomadas de posição. Mas parecem ter esquecido que o historiador é um ser impregnado de paixões, compartilha os preconceitos próprios do seu tempo, da corrente de pensamento a que pertence, em qualquer tempo. Hoje em dia, felizmente, estas objeções foram superadas.²

Como se não bastasse, é indubitável a importância de se estudar as questões imediatamente relacionadas ao nosso presente, pois ganhamos o processo em favor de uma história próxima, e ela hoje está integrada ao trabalho do historiador. Rémond diz ter sempre desejado isso por não pensar que existisse uma diferença de natureza entre a história longínqua e a história recente, já que a fronteira que separa o presente do passado está fadada a apagar-se. Sempre desejou isso, também, numa perspectiva que chamou de cívica. A história, a seu ver, faltaria com uma de suas funções se não assegurasse uma compreensão do presente, uma inteligibilidade dos problemas com os quais nos defrontamos. Ele acredita que hoje em dia a causa esteja ganha. Estaria comprovado que não é impossível para os historiadores distanciarem-se de seus preconceitos. Em consequência, o passado, mesmo aquele mais próximo, encontra-se integrado, incorporado ao domínio da história. É melhor assim do que abandoná-lo a outras disciplinas. Rémond vai ao ponto: se os historiadores não se ocuparem do passado próximo, outros o farão.³

Em 2008, fez três décadas que foi criado em Paris o *Instituto de História do Tempo Presente*, centro que reuniu historiadores, sociólogos, cientistas políticos e

² *Idem.*

³ *Idem.*

antropólogos. No entanto, excetuando-se o brasilianista Thomas Skidmore, que tratou do governo João Goulart nos capítulos finais de seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*,⁴ o golpe de 1964 por muito tempo foi relegado a jornalistas e sociólogos. Mas, embora com algum atraso, isso já é passado e a produção historiográfica sobre o assunto vem crescendo nos últimos anos.

Se por um lado defende a pesquisa de acontecimentos recentes, por outro Rémond acredita que os meios de comunicação não fazem parte, necessariamente, do político. Para ele, “os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”. Rémond acredita que a fronteira do político é móvel e que certas situações ampliam o campo do político: “em tempo de guerra, o que não seria político?” O mesmo aconteceria nos momentos de crise. Assim, a extensão do campo político varia de acordo com as disposições participativas da população, da liberalidade do regime, da dimensão do Estado e da extensão das funções que exerce. Nas sociedades totalitárias, o político se dilatava e incluía toda e qualquer realidade, absorvendo, inclusive, a esfera do privado. Por essa lógica, entretanto, nas sociedades liberais, dotadas de Estado pequeno, haveria menos política.⁵

De qualquer forma, é inegável que os temas relacionados à mídia despertam grande interesse. Contudo, o historiador Jean-Noël Jeanneney destacou que, apesar da atenção que recebe, o setor dos meios de comunicação não seria o mais “ardorosamente trabalhado” pela história política renovada. Para ele, a história da imprensa escrita, em especial, sofreria com o desequilíbrio existente entre a imensa massa de papel impresso e a exígua quantidade de informações constantes nos arquivos das empresas

⁴ Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁵ René Rémond. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003. p. 441- 443. Ver também: Maria F. Bonifácio. *Apologia da História Política*. Lisboa, Quetzal Editores, 1999. p. 70 - 71.

jornalísticas, dificultando que o pesquisador descreva o jornal, suas finanças, “métodos de recrutamento” e suas relações com os diversos poderes. A própria natureza do trabalho, seu ritmo veloz, privilegia os contatos orais, com exceção, é claro, dos artigos, deixando poucos vestígios para o pesquisador. Este desequilíbrio teria o risco de ser aceito como inevitável e, assim, os historiadores poderiam apenas buscar adaptar-se a ele.⁶

Jeanneney sugere que a história política dos meios de comunicação pode ser enriquecida por meio da organização de uma prosopografia de jornalistas e dirigentes da imprensa, do estudo da formação de suas opiniões ao longo de suas trajetórias, das relações entre eles e com o restante da sociedade. Deve-se também dedicar atenção às gerações unidas pelas mesmas lembranças, que produzem solidariedades instintivas, e até mesmo, por exemplo, fazer um levantamento a respeito dos lugares frequentados pelos “espécimes humanos” pesquisados.⁷

O “desequilíbrio” salientado por Jeanneney reforça a importância de se analisar os livros escritos por jornalistas, registros que em muitos casos podem ser encontrados com relativa facilidade, pois não é incomum os profissionais da imprensa publicarem livros. Tendo em vista a fecundidade destes estudos, os acadêmicos já estão se debruçando sobre a produção dos jornalistas que escrevem livros. Em *Pena de aluguel*, obra que trata de escritores que ganhavam a vida escrevendo em jornais no Brasil de 1904 a 2004, Cristiane Costa faz uma radiografia da vida literária e jornalística no Brasil, partindo de uma enquete com os principais nomes da intelectualidade carioca, feita por João do Rio em 1904. “Entre as cinco questões, estava uma que o próprio autor considerava capital: o jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para

⁶ Jean-Noël Jeanneney *A Mídia*. In. René Rémond. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003. p. 213 – 215.

⁷ *Idem*. p. 222 – 223.

a arte literária?”. A autora relaciona biografias de “escritores jornalistas” e mostra que os principais autores brasileiros eram “anfíbios”, pois teriam um pé na imprensa e um olho nas livrarias.⁸

A respeito da escrita da história realizada por jornalistas, especificamente as biografias, Benito Bisso Schmidt lembra que nos últimos anos elas têm alcançado um grande sucesso editorial no Brasil, mas que os historiadores de ofício foram menos festejados nessa releitura da história do país através de seus personagens do que os jornalistas. Estes últimos, “com suas pesquisas minuciosas e seu estilo envolvente, conquistaram o público e a crítica”. Schmidt reflete sobre a produção de biografias no âmbito da história e do jornalismo, buscando detectar possíveis aproximações e distanciamentos, sem, contudo, reivindicar “reserva de mercado” do gênero para a área acadêmica.⁹

Além da facilidade em ler os textos dos jornalistas, que em geral possuem um estilo mais coloquial e agradável do que os historiadores de ofício, essas publicações recebem maior cobertura da imprensa, ensejando sua popularização.¹⁰ Talvez até existam estratégias e práticas do mercado editorial, mas quaisquer que sejam os motivos, o fato é que, ao contrário do que ocorre com as obras de natureza acadêmica, é fácil lembrar de contribuições “historiográficas” escritas por jornalistas frequentando as listas dos mais vendidos. A grande vendagem, a “formação de opiniões” e a escassez de trabalhos sobre a narrativa histórica produzida por jornalistas, apontam para a importância de uma investigação nessa área.

⁸ Cristiane Costa. *Pena de aluguel*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 11 e p. 163-164

⁹ Benito Bisso Schmidt. *Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 10, nº19, 1997, p. 3.

¹⁰ No momento do lançamento dos dois primeiros volumes da série, *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*, o jornal *O Globo*, no dia 23 de novembro de 2002, dedicou todas as páginas do suplemento literário *Prosa e Verso* aos livros de Elio Gaspari.

A respeito de uma obra de Carlos Heitor Cony, um “híbrido” de jornalista e escritor, a historiadora Beatriz Kushnir escreveu *Depor as armas – a travessia de Cony, e a censura no Partidão*,¹¹ onde analisa *Pessach: a travessia*. O foco se divide entre a estrutura narrativa do texto e as celeumas que a publicação e suas reedições provocaram. Primeiro, Kushnir busca aproximar-se do texto de Cony, tendo como premissa básica apreendê-lo como exercício de construção de uma biografia. Depois, analisa a problemática em torno dos debates que a obra de Cony gerou nas suas três edições – 1967, 1975 e 1997,¹² concluindo que, no interior das discussões, foi travada uma *disputa de memória*. O personagem central do livro, o escritor Paulo Simões, tem características próximas às de Cony, sem que isso seja claramente explicitado. Ele é apresentado como alguém da mesma geração, que passou por problemas existenciais semelhantes. A idéia de utilizar o conceito de biografia vem daí – é a tentativa de perceber como se entrelaçam três histórias: a de Cony, a de seu personagem e a da trajetória do livro.¹³

Kushnir preocupa-se com as construções, as imagens no interior da obra e também com o percurso do livro, a história do livro quando ele ganha um público leitor. Ela redesenha as acusações de Cony a alguns membros do Partido Comunista Brasileiro, alegando que seu livro foi por eles censurado. A idéia não é fazer crítica literária, mas sim utilizar o livro como um registro da época. O que norteia a reflexão da historiadora é a busca por compreender as lutas pela apropriação e constituição de uma memória, e como grupos diferentes e até antagonicos desenharam e ainda sustentam narrativas a respeito dos anos de 1960 e 1970. Centrando a análise no percurso feito

¹¹ Beatriz Kushnir. *Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no Partidão*. In: Daniel Aarão Reis Filho (org.), *Intelectuais, história e política*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

¹² A primeira edição de *Pessach: a Travessia* foi pela Civilização Brasileira em 1967. A última, em 2007, pela Companhia das Letras.

¹³ Beatriz Kushnir. *op. cit.*, 2000. p. 219 - 221.

pelo livro de Cony, a historiadora pretendeu demonstrar a disputa de memória que teve início na primeira edição do livro, em 1967, e que foi reacesa na terceira edição, em 1997. Kushnir mostra-se interessada na trajetória profissional e política de Carlos Heitor Cony, e apresenta artigo de Ruy Castro sobre a mudança operada em Cony, que segundo ele surpreendeu a todos: “foi a primeira voz a levantar-se contra os desmandos dos homens que tomaram o poder em 1º de abril de 1964”. Assim, enquanto outros intelectuais que se tornaram progressistas se omitiam ou aderiam à nova situação, Cony passou da alienação ao panfleto com um atrevimento quase suicida: “sua cruzada era muito mais humana que política”.¹⁴

Kushnir narra a trajetória de Cony e compara seu livro com o de outros que viveram a experiência da luta armada, em especial os livros de Carlos Eugênio da Paz, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), explicando por que preferiu analisar o livro de Cony. Em *Pessach*, que significa travessia, mudança, Cony conta a história de um escritor sem ligações políticas que pouco a pouco vai se envolvendo na luta contra a ditadura. Mas o que tornou o livro polêmico foram as críticas à atuação do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que não só não teria apoiado a luta armada como “teria lutado contra ela”.¹⁵

Além de estudar os livros escritos por jornalistas, os historiadores também se debruçam sobre a atuação da imprensa. Dentre as diversas obras historiográficas que tratam do assunto, vale destacar o livro *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*, no qual Beatriz Kushnir trata da censura à imprensa e da

¹⁴ Ruy Castro. *Apud* Beatriz Kushnir. *op. cit.*, 2000. p. 221.

¹⁵ Beatriz Kushnir. *op. cit.*, 2000. p. 222 - 229.

relação, por vezes promíscua, entre jornalistas e censores, e relata diversos casos de colaboração entre os profissionais da imprensa e o regime militar.¹⁶

O *Jornal do Brasil* foi um dos veículos destacados pela historiadora. A censura era “compreendida como um *pacto de responsabilidade*”, e o *JB* seria um veículo que mantinha este pacto.¹⁷ Kushnir afirma que houve uma mudança de rota no jornal após o AI-5, e descreve a circular interna de cinco páginas, do dia 29/12/1969, que o diretor do jornal, José Sette Câmara enviou para o editor-chefe Alberto Dines. Na circular, há um elenco de normas intituladas “Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos”. Nas questões militares, a diretriz era ter a “máxima discrição e o maior cuidado”. O jornal definia-se como católico, mas afirmava “que não daria apoio aos padres francamente comprometidos com atividades subversivas”. As atividades políticas e a rearticulação do movimento estudantil seriam tratadas com o máximo cuidado. Também não receberiam apoio do jornal “as atividades de luta armada, intituladas de subversivas, e as maquinações de esquerda”.¹⁸

Kushnir cita também um artigo de Janio de Freitas, publicado na *Folha de S. Paulo*, no dia 15 de dezembro de 1998, na semana em que se rememorava o AI-5. Neste artigo, Janio de Freitas salientou que os jornais reagiram contra a censura determinada pelo AI-5 porque “a imprensa faz questão de que seja seu, localizado nos dirigentes de cada publicação, o poder de liberar e de vetar”.¹⁹ Mas para Janio de Freitas “ser contra a censura não significou ser contra o sentido geral do AI-5, senão contra um dos seus muitos aspectos”.²⁰ Janio de Freitas destacou que a imprensa foi uma arma essencial da ditadura e que naqueles tempos, desde 1964, o *Jornal do Brasil* “foi o grande

¹⁶ Beatriz Kushnir. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

¹⁷ *Idem*, p. 48.

¹⁸ *Idem*, p. 49.

¹⁹ *Idem*, p. 50 – 51.

²⁰ *Idem*.

propagandista das políticas do regime, das figuras marcantes do regime, dos êxitos verdadeiros ou falsos do regime”.²¹ Segundo Janio, “os arquivos guardam coisas inacreditáveis, pelo teor e pela autoria, já que se tornar herói da antitadura tem dependido só de se passar por tal”.²² Em recente entrevista, Janio de Freitas ofereceu sua visão do comportamento dos jornalistas no golpe e durante a ditadura.

*O comportamento das chefias de Redação em 1964 e daí em diante foi o pior possível. Hoje em dia ouço muito falar "o Jornal do Brasil fez", "o Jornal do Brasil protestou". Que eu saiba não. E eu duvido que prove. Os jornais fizeram o jogo do golpe, depois fizeram o jogo do regime militar. E não foi militar sentado nas redações que estava fazendo jornal não. Era jornalista profissional. Não só apoiou o golpe. Depois continuou servindo integralmente ao regime militar. Integralmente. Quanto a isso não há a menor dúvida, basta pegar os jornais antigos. Há mil episódios. Quando começam aqui no Rio, e no Brasil, os movimentos armados, as primeiras ações armadas, quem passa a absurdamente chamar os participantes desses movimentos de "terroristas", como ficou consagrado na imprensa brasileira, não foram os militares, não. Isso foi dado na redação do Jornal do Brasil por um jornalista que hoje se diz democrata.*²³

Quem seria o jornalista responsável pela introdução do termo *terrorista* para designar os que pegavam em armas para combater a ditadura? Ao ser perguntado se o jornalista a quem fez referência é Alberto Dines, Janio de Freitas não respondeu nem sim, nem não.²⁴ Dines, por sua vez, teria afirmado que “a partir do AI-5 o governo recomendou aos principais jornais que classificassem de terrorismo todas as ações armadas praticadas por guerrilheiros”.²⁵

Embora não exista uma unanimidade quanto à primazia da utilização do termo *terrorismo* para qualificar a resistência armada ao regime,²⁶ o jornalista José Silveira,

²¹ *Idem.*

²² *Idem.*

²³ Janio de Freitas. Apud. Entrevista ao site *Fazendo Mídia*.

<<http://www.fazendomedia.com/novas/politica210905a.htm>> Acessado em 8/8/2006.

²⁴ Janio de Freitas em entrevista concedida ao autor em 8 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

²⁵ João Batista de Abreu. *As manobras da informação*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/EdUFF, 2000. p. 25.

²⁶ Leneide Duarte, então trabalhando para o *Jornal do Brasil*, afirmou que “o *Globo* já em 1966 recorria ao termo ‘terrorismo’ para se referir a atentados políticos. Em editorial intitulado ‘Terrorismo, não’

secretário de redação do *JB* na época, confirma que o *Jornal do Brasil* foi o primeiro a utilizar o adjetivo terrorista para nomear esses militantes:

Quem inventou de chamar os caras de terroristas foi o Jornal do Brasil, assim como inventaram a palavra revolução. (...) Eu não sei se houve alguma instrução superior para chamar os caras de terroristas, mas o Jornal do Brasil foi o primeiro a chamar os caras da luta armada de terroristas. ²⁷

Procurado, José Silveira relatou o episódio:

Não sei se houve ordens de cima, mas numa reunião de editores do Jornal do Brasil, recebemos ordens de Alberto Dines, editor-chefe do jornal, para chamar todos os participantes da luta armada no Brasil, durante a ditadura, de terroristas. Perguntei se quem assaltava bancos devia ser chamado de assaltante de banco, e Dines disse que deviam ser chamados de terroristas. ²⁸

Embora não devamos esquecer que entre os grupos da esquerda armada havia os que se autointitulavam terroristas, sem o caráter pejorativo comumente associado ao termo, pode-se averiguar a existência de diferentes memórias em disputa a respeito da atuação dos jornalistas no período da ditadura. Grupos diferentes parecem ter memórias diferentes, e cada grupo constrói a sua. Maurice Halbwachs afirma que, para a nossa memória se auxiliar das lembranças dos outros, é necessário que haja pontos de contato suficientes entre uma e outra para que a lembrança possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. ²⁹ Então, em que foi baseada a memória de resistência ao regime militar? Para essa construção, foi importante o fato de que, em fins de 1968, a ditadura

reproduzido no livro, o jornal, um adesista de primeira hora, defendia o ponto de vista dos militares classificando a resistência armada ao regime como ‘terrorismo’. *A guerra da informação*. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al201220003.htm>>. Acessado em 10 de junho de 2007.

²⁷ João Batista de Abreu. *op. cit.* p. 25.

²⁸ José Silveira. Depoimento concedido ao autor em 18 de maio de 2007 no Rio de Janeiro.

²⁹ Seria necessário que a reconstrução da memória fosse operada “a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque eles passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte da mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída”. Maurice Halbwachs. *A memória coletiva*. Tradução de Laís Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

endureceu de vez e até aqueles jornalistas que a apoiavam enfrentaram problemas. “Mesmo figuras tradicionalmente ligadas ao governo eram censuradas, se assumissem posições mais críticas ou dissidentes”.³⁰ Por esta razão, muitos jornalistas que na maior parte do tempo apoiaram o regime militar conseguem passar por vítimas. É uma outra modalidade de “bolsa-ditadura”, pois usufruem da memória construída de resistência ao regime de exceção, esquecendo os momentos de cumplicidade com o governo e lembrando somente das vezes em que o criticaram.

Atualmente, são raros os jornalistas que assumem sua simpatia pelo regime à época ou querem de alguma forma se identificar com a ditadura. Na maior parte das vezes, até mesmo jornalistas que conquistaram prestígio “e se projetaram à sua sombra, e que devem a ela a Sorte”, prestígio, poder e influência que ainda desfrutam, não defendem a ditadura e tentam construir uma imagem de resistentes e não de coniventes e/ou colaboradores.³¹

O fato é que a “revolução” tomou rumos que desagradaram até mesmo muitos daqueles que apoiaram com entusiasmo o golpe de 1964. Portanto, ter participado de uma forma ou de outra do movimento que derrubou o Presidente João Goulart, ou ter dado qualquer sustentação ao regime que estabeleceu como norma o rompimento autoritário da normalidade constitucional, é uma lembrança que muitos prefeririam apagar da memória – e da história. Afinal, sejamos francos, quem gostaria de ser publicamente responsabilizado por ter ajudado a abrir esta Caixa de Pandora?

³⁰ Álvaro Pereira. In. Roberto Seabra. *Jornalismo Político*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. p. 95.

³¹ Daniel Aarão Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2005. p. 7.

1.2 Os jornalistas e a produção do consenso

Antonio Gramsci estabeleceu um modelo teórico no qual os intelectuais têm a função de dar coesão à classe que representam e ajudar na construção da hegemonia desta classe sobre o restante da sociedade. Para ele, “os intelectuais são ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”. Atuariam não só na produção do consenso “espontâneo” oferecido pelas massas à orientação impressa pelo grupo dominante, como até no aparelho de coerção estatal que assegura, legalmente, a disciplina dos grupos que não “consentem” nem ativa nem passivamente. Gramsci reconhece que esta “colocação do problema” resulta numa “ampliação muito grande do conceito de intelectual”, mas acredita que “só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade”.³²

A definição de Gramsci para intelectuais é bem ampla. Para ele, não se pode falar de não-intelectuais, o que existem são “graus diversos de atividade específica intelectual”. O pensador italiano desenvolveu a categoria do intelectual orgânico, em oposição ao intelectual tradicional – embora em algum momento da história o intelectual tradicional tenha sido um intelectual orgânico. Para Gramsci, cada grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função. Cada grupo social, contudo, encontra categorias intelectuais pré-existentes. A mais típica dessas categorias intelectuais seria a dos eclesiásticos, que “pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual

³² Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere – Volume 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 21.

dividia o exercício da propriedade da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade”.

Não interessa a esta pesquisa diferenciar o intelectual tradicional do orgânico, mas sim analisar o papel de uma variedade de intelectual: o jornalista. Para Gramsci “o tipo tradicional e vulgarizado de intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso os jornalistas – que creem ser literatos, filósofos e artistas – creem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais”.³³

O proprietário do meio de comunicação, por sua vez, teria um papel análogo ao do alto clero no sistema feudal (organicamente ligado à aristocracia fundiária), na medida em que não só homogeneizaria e daria consciência à sua classe, a dos proprietários dos meios de produção social, atuando como coordenador das ações de classe, como também desfrutaria das prerrogativas econômicas, jurídicas, políticas e sociais de sua classe. Homens como Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, ou, nos dias de hoje, na pátria de Gramsci, o magnata Sílvio Berlusconi, não são (ou não foram) apenas capitalistas de sucesso, mas também donos de meios de comunicação, líderes políticos etc. Faz-nos lembrar a afirmação de Gramsci: “Pode-se observar que os intelectuais orgânicos que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, no mais das vezes, especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.”³⁴

Louis Althusser identifica a imprensa como um Aparelho Ideológico de Estado de informação. A imprensa, inclusive, é o primeiro Aparelho Ideológico de Estado de informação citado por Althusser, depois ele acrescenta “o rádio, a televisão etc.”³⁵. Entretanto, não há referência à palavra mídia, atualmente consagrada, e que engloba

³³ Antonio Gramsci. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 3-8.

³⁴ *Idem*.

³⁵ Louis Althusser. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 69.

todos os meios de comunicação, reunindo num só vocábulo os aparelhos ideológicos de informação aos quais se refere Althusser.

Para Dênis de Moraes, o conceito de aparelho privado de hegemonia, criado por Gramsci, não se confunde com os aparelhos ideológicos de Estado de Althusser. A teoria althusseriana implicaria numa ligação “umbilical” entre Estado e os aparelhos ideológicos, enquanto Gramsci pressupôs uma maior autonomia dos aparelhos privados em relação ao Estado em sentido estrito.³⁶

Enquanto aparelho privado de hegemonia, a imprensa nem sempre serve ao Estado no seu sentido estrito. Ao contrário, pode até atuar para desalojar um representante político de uma classe ou fração de classe que esteja no comando do Estado em determinado momento, a serviço de outros grupos que podem ou não estar situados em outras esferas da administração pública e das instituições pertencentes ao Estado. No caso do golpe de 1964, grupos das forças armadas brasileiras, conjuntamente com governadores, empresários e outros membros da sociedade civil, derrubaram o presidente.³⁷ O apoio da maior parte da grande imprensa ao golpe teria sido fundamental para seu êxito, na medida em que “preparou o terreno” para a deposição de João Goulart. Depois de consumada, a imprensa atuou ainda na legitimação da ação golpista.

Para Althusser, “podemos considerar como Aparelho Ideológico do Estado instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente

³⁶ Dênis de Moraes. *Imaginário social e hegemonia cultural*. Temas Gramsci.

<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>> Acessado em 22 de agosto de 2007.

³⁷ René Armand Dreifuss. 1964: *A conquista do Estado* Petrópolis: Vozes, 1981. Baseado em pressupostos gramscianos, Dreifuss relata o processo de tomada do aparelho de Estado em 1964, organizada pelos “intelectuais orgânicos de interesses multinacionais e associados”, no qual foi derrubado o governo nacional-reformista de João Goulart, (p. 161). Os profissionais da imprensa tiveram papel fundamental neste processo, muitos dos quais participando ativamente, inclusive, através dos Grupos de Opinião Pública (GOA) e dos Grupos de Publicação Editoriais (GPE) do IPES. p. 192 – 194

instituições privadas”.³⁸ Para ele, pouco importava se a instituição era pública ou privada. O que importava era seu funcionamento: “instituições privadas podem perfeitamente ‘funcionar’ como Aparelhos Ideológicos do Estado”. Althusser afirma, inclusive, que “a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio do privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc. etc. são privadas”.³⁹

Segundo Dênis de Moraes, a principal distinção entre os enfoques de Gramsci e Althusser está no fato do primeiro ter salientado que a solidariedade dos aparelhos ideológicos com o Estado não seria imutável. Para Gramsci, as classes subalternas poderiam separar “determinados aparatos ideológicos da sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção”.⁴⁰

Por seu lado, Althusser acreditava que “todos os aparelhos de Estado funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia” – os aparelhos ideológicos principalmente através da ideologia e os aparelhos repressivos através de repressão. Para ele, o que em grande parte garante a reprodução das relações de produção é o “exercício do poder do Estado nos Aparelhos de Estado”, seja o aparelho repressivo ou ideológico.⁴¹ Enquanto o Aparelho Ideológico de Estado atua necessariamente na manutenção do *status quo*, os aparelhos privados de hegemonia podem ter sua função transformada e vir a servir às “classes subalternas”. No entanto, quando ajudam a garantir a reprodução das relações de produção, os aparelhos privados de hegemonia e os aparelhos ideológicos de Estado têm papel análogo.

³⁸ Louis Althusser. *op. cit.*, 1981, p. 69.

³⁹ Althusser faz referência a Gramsci. “Em nome de que podemos considerar como Aparelhos Ideológicos do Estado instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente instituições privadas. Como marxista consciente, Gramsci já respondera a esta objeção”. *Idem*.

⁴⁰ Dênis de Moraes. *op. cit.* Acessado em 22 de agosto de 2007.

⁴¹ Os aparelhos de Estado garantem em grande parte, mas não totalmente, a reprodução das relações de produção, pois “as relações de produção são antes de mais nada reproduzidas pela materialidade do processo de produção e do processo de circulação. Mas não devemos esquecer que as relações ideológicas estão presentes nestes mesmos processos”. Louis Althusser. *op. cit.* 1981, p. 73.

Noam Chomsky percebeu o funcionamento político e os problemas que o sistema democrático criou para as elites econômicas, que, em resposta, aprenderam a *conter a democracia* para manter o *status quo*. Em entrevista concedida à revista *América* em 1996, Chomsky fez importantes afirmações sobre o que chamou de *engineering of consent*, que pode ser traduzido como engenharia do consentimento, ou consenso, e funcionaria como uma espécie de censura e controle social.⁴²

Segundo Chomsky, este modelo implantou-se a partir de uma reação ao impulso democrático moderno no século XVII, que assustou “terrivelmente” as elites porque continha elementos de democracia radical, e a população estaria ficando com a impressão de que poderia cuidar de seus próprios assuntos e de que seria capaz de “pensar por sua própria conta”. Isso precisava ser combatido e, em torno de 1660, a revolução foi derrotada. Trinta e cinco anos mais tarde, em 1695, a censura governamental pôde ser abandonada, pois não era mais necessária. O controle sobre o pensamento e a expressão estava nas mãos de grupos da elite que praticariam autocensura. Neste contexto, o liberal John Locke escreveu que era necessário dizer às pessoas comuns – diaristas, tecelões, artesãos, padeiros, etc. – em que coisas deveriam acreditar. Da mesma forma, segundo Chomsky, quando viajou pelos Estados Unidos, em meados do século XIX, Tocqueville já assinalava que nunca vira um país onde o nível de doutrinação fosse tão intenso, onde a subordinação ao pensamento oficial fosse tão extrema e onde o pensamento independente fosse tão raro.⁴³

Chomsky ressalta que, 35 anos após a derrota da Revolução Inglesa, a repressão não era mais necessária, pois já havia um consenso favorável às elites econômicas. Se adotarmos esta perspectiva proposta por Chomsky, o *modus operandi* que teria estreado

⁴² Entrevista com Noam Chomsky [fragmento] [IN “America”, 1996]. Uerj mestrado história. Curso do professor Orlando de Barros. Arquivo Orlando de Barros.

⁴³ *Idem*.

na Inglaterra do século XVII também funcionou no Brasil do século XX. Se em 1964 foi necessário usar a força para impor seus interesses, algumas décadas depois não era mais necessária a utilização da repressão praticada no momento do golpe de 1964 e durante a ditadura. Para Chomsky, “assim é a democracia. Essa tradição de controle do pensamento se ampliou ao longo da época moderna”.⁴⁴

A imprensa é um importante instrumento de doutrinação social, mas a maior fatia do poder não está com os jornalistas, mas com os proprietários dos veículos em que eles trabalham, capitalistas com interesses relacionados aos da sua classe econômica. O magnata da mídia não é só um membro da burguesia, como pode servir de porta-voz e líder da sua classe, além de escolher seus prepostos.

Um veículo de comunicação pode facilitar a coesão de interesses e a uniformização do discurso, mas isto não impede que cada fração da classe dominante tenha seus veículos e seus profissionais, que defendem prioritariamente sua posição e interesses. Pierre Bourdieu destaca que “a fração dominada (letrados ou ‘intelectuais’ e ‘artistas’, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve sua posição no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.”⁴⁵

Os magnatas da mídia também buscam seus objetivos e fazem valer seus interesses mediante concessões ou acordos, assim como disfarçam ao máximo a propaganda político-ideológica normalmente veiculada através do noticiário. Isto ocorre porque a grande mídia precisa usufruir de certa legitimidade perante os olhos da sociedade, caso contrário sua eficácia como formadora de opiniões poderia ficar comprometida.

Dentro da estrutura de persuasão e convencimento que chamamos de imprensa, os jornalistas são empregados especializados dos “donos da comunicação”. O

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 12.

acadêmico e jornalista francês Serge Halimi lembrou que, em 1932, para denunciar os filósofos que dissimulavam, “sob um amontoado de grandes conceitos”, sua participação na “atualidade impura de seu tempo”, Paul Nizan escreveu um pequeno ensaio, *Les chiens de garde*. Para Halimi, atualmente, “os simuladores” utilizariam com mais frequência um microfone do que uma cátedra. Seriam os jornalistas os principais encenadores da realidade social e política, interna e externa. Acabariam por deformá-la a serviço dos interesses dos “donos do mundo”.⁴⁶

Seriam os “novos cães de guarda”. “Proclamam-se ‘contrapoder’, vigorosos, desrespeitadores, porta-vozes dos obscuros e dos sem-voz, fórum da democracia viva”. O jornalismo seria um sacerdócio que os americanos teriam resumido nesta fórmula: confortar os que vivem na aflição e afligir os que vivem no conforto. Mas, para Halimi, o contrapoder entorpeceu-se e voltou-se contra os que deveria servir, para ficar ao serviço dos que deveria manter sob vigilância.⁴⁷

A mídia teria estabelecido “o pensamento único”, que seria “a única política possível” e “incontornável”, ou seja, as crenças e medidas que atendem aos interesses do capital internacional e dos mercados financeiros em geral. Segundo Halimi, “ceder a esse pensamento é aceitar que, por toda parte, a rentabilidade tome o lugar da utilidade social, é encorajar o desprezo pelo político e submeter-se ao reino do dinheiro”.⁴⁸

Mas nem todos os jornalistas ou intelectuais exercem suas atividades da mesma forma, ou seja, trabalhando para a manutenção dos privilégios dos “poderosos”. O termo intelectuais também se refere aos “escritores engajados”.⁴⁹ Criado pelo romancista P. D. Boborykin e retomado e difundido por I. S. Turgeneev, a palavra *inteligenciya* indicava um grupo social particular, típico da Rússia czarista e de alguns

⁴⁶ Serge Halimi. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 13-14.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ *Idem*, 1998. p.68.

⁴⁹ Norberto Bobbio *et ali*. *Dicionário de Política*. Editora UnB, Imprensa Oficial SP.

países eslavos, mas que acabou por designar de forma geral a classe culta de cada sociedade. Cerca de quarenta anos depois, teria surgido o termo *intellectuels*, na língua francesa, a partir do célebre *Manifeste des intellectuels*, assinado por escritores, críticos e estudiosos que exigiam a revisão do processo Dreyfus.⁵⁰

Daniel Aarão Reis Filho destaca que podemos distinguir os intelectuais entre *intelligenti* e intelectocratas, ressaltando, porém, que em determinadas conjunturas de mudanças os papéis nem sempre são tão claros: “Em conjunturas de mudanças, quando se agudizam as lutas e as propostas pelas reformas e/ou revolução, no contexto da luta pelo poder político, que relações, que similitudes e contrastes se estabelecem entre estas duas categorias de intelectuais aparentemente antagônicas?”⁵¹

Esse tipo de situação descrita por Reis Filho parece com o que ocorreu no princípio da década de 1960 no Brasil, até seu desfecho em 1964. Afinal, os intelectuais que defendiam ou trabalhavam para o governo deposto não seriam de certa forma ligados ao Estado? Não foram aparelhos ideológicos de Estado que deram suporte à derrubada de João Goulart? E o ISEB⁵², que já foi considerado “fábrica de ideologias”⁵³, seria um aparelho ideológico de Estado ou um aparelho privado de hegemonia?

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ Daniel Aarão Reis Filho. *Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução*. In. Daniel Aarão Reis Filho, (org.). *Intelectuais, história e política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 11–12.

⁵² O Instituto Superior de Estudos Brasileiros funcionou de 1955 a 1964, com diferentes fases, e reuniu intelectuais, em sua maioria não acadêmicos, de diferentes matizes ideológicos. Caio Navarro de Toledo (org.) *Intelectuais e política no Brasil – a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

⁵³ Caio Navarro de Toledo. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

1.3 A imprensa e o golpe de 1964

Na época do golpe de 1964, o esteio econômico da imprensa não era mais o Estado. No que se refere à origem dos recursos, os governos, os classificadores e as lojas comerciais foram substituídos pelas grandes empresas, multinacionais inclusive. Os jornais passaram a obter 80% de sua receita da venda de anúncios. “À medida que avançava o desenvolvimento industrial e aumentava o peso da publicidade, a imprensa foi se tornando cada vez menos dependente do poder público”⁵⁴. Consequentemente, cresceu a dependência da imprensa em relação às grandes empresas e agências de publicidade em geral.

Pelo menos desde a renúncia do Presidente Jânio Quadros, avolumou-se ainda mais o movimento que aliava liberalismo econômico e golpismo. A conspiração crescia entre políticos, militares e empresários em geral. A imprensa brasileira e seus profissionais não ficaram de fora, pelo contrário, a atuação da imprensa no golpe de 1964 é emblemática. A imprensa de maior prestígio e circulação foi um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o Presidente João Goulart. A maioria dos donos de jornais apoiava as ideias do liberalismo econômico e se identificava com a UDN, o partido que, junto com os militares, conspirou para a deposição do presidente João Goulart. Diante das progressivas reivindicações da classe trabalhadora e do “perigo comunista”, os empresários da imprensa aceitaram que os militares assumissem os principais cargos do aparelho de Estado como única alternativa para impedir a ascensão dos grupos políticos “de esquerda”.⁵⁵

⁵⁴ Alzira Alves de Abreu. *A modernização da imprensa*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 9 - 10.

⁵⁵ *Idem*, p. 13.

Nos trabalhos sobre a atuação da imprensa no golpe de 1964 é comum citar os famosos editoriais “Basta!” e “Fora!” do *Correio da Manhã*.⁵⁶ Entretanto, além de importantes detalhes da primeira página, alguns aspectos merecem ser destacados. No dia 31 de março de 1964, *O Correio da Manhã* estampava em sua primeira página o editorial “Basta!”, onde criticava o Presidente da República por pretender “tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo”⁵⁷ e contribuir para preservar o clima de intranquilidade e insegurança entre a classe produtora.⁵⁸

Neste editorial, além de se colocar como defensor da democracia e da Constituição, o *Correio da Manhã* afirmava desejar as reformas de base, mas somente votadas pelo Congresso. O *Correio* propugnava a “intocabilidade das liberdades democráticas”⁵⁹ e a realização das eleições em 1965, mas não estava certo quanto à possibilidade do presidente manter-se no cargo: “Se o sr. João Goulart não tem capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor”.⁶⁰

Seria “admissível” que João Goulart terminasse seu mandato, desde que desistisse “de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil”.⁶¹ Para o *Correio*, a nação não admitiria “nem golpe nem contragolpe”,⁶² mas o executivo estaria “abrindo caminho à ditadura”.⁶³ O editorial pedia que os poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, “as forças democráticas” ficassem prontos para combater todos aqueles que atentassem contra o

⁵⁶ *Idem*, p. 14.

⁵⁷ *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964, p. 1, BASTA!

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ *Idem*.

⁶² *Idem*.

⁶³ *Idem*.

regime. E concluía assim: “*O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!*”⁶⁴

Na primeira página do *Correio* do dia 1º de abril de 1964, havia uma foto do “líder civil” Magalhães Pinto e a legenda afirmava que “Magalhães Pinto deu o brado de guerra contra Jango”.⁶⁵ A preocupação em manter a “legalidade”, mesmo que fosse na aparência, fica clara na parte de cima, no lado direito desta 1ª página, logo acima do famoso editorial “Fora!”:

*Art. 83, parágrafo único: O Presidente da República prestará, no ato da posse, este compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência. Este foi o juramento prestado pelo Sr. João Goulart no dia 7 de setembro de 1961, perante o Congresso Nacional. Jurou e não cumpriu. Não é mais Presidente da República.”*⁶⁶

Abaixo desta justificativa para a deposição do Presidente da República, onde a Constituição desrespeitada teria tornado o golpe “legal”, estava o famoso editorial “Fora!”, onde o jornal se colocava como defensor da democracia contra ditaduras, de direita ou de esquerda, lembrava que apoiou a posse de João Goulart e afirmava que a democracia estava em perigo. No apoio à deposição do Presidente da República, utilizou-se o argumento de que ele estava ferindo a legalidade e que havia o perigo de uma ditadura, contra a qual o povo e o *Correio* saberiam lutar:

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia. (...) Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas. Nós do CORREIO DA MANHÃ defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como

⁶⁴ BASTA! *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964, p. 1.

⁶⁵ *Correio da Manhã*, 1º de abril de 1964, p. 1.

⁶⁶ *Idem*.

*ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país. A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.*⁶⁷

Em publicação sobre os 40 anos do Golpe, Alzira Alves de Abreu chama a atenção para a falta de estudos sobre o papel da imprensa escrita e “da incipiente televisão” na deposição do Presidente João Goulart, e destaca que “a forma pela qual um evento é transmitido pela imprensa seleciona as informações que irão compor a notícia e atribui importância a um aspecto da realidade em detrimento de outros”,⁶⁸ determinando a apreensão do público.

A pesquisadora da FGV afirma também que, muitas vezes, a partir de uma perspectiva traçada pelos meios de comunicação é que se posiciona o público. A mídia impõe sua agenda, a maneira de formular os problemas e, com esta intervenção na realidade, mais do que apenas reportar os fatos, interfere no rumo dos acontecimentos e até obriga outros atores ou instituições a se posicionarem.⁶⁹ Embora, sem dúvida, as colocações da pesquisadora estejam corretas, é importante salientar que existe certo limite nesse poder dos meios de comunicação.

Enxergar que não há “imparcialidade” na cobertura da imprensa não pode fazer com que vejamos a sociedade unicamente como vítima da grande mídia e dos grandes interesses por ela representada. Primeiro, porque os grandes interesses têm, de uma forma ou de outra, capilaridade social. Em segundo lugar, há limites para a “manipulação”. Nem sempre os meios de comunicação conseguem impor suas opiniões aos seus leitores. A relação, inclusive, tem mão dupla: o público, mesmo que pareça

⁶⁷ FORA! *Idem.*

⁶⁸ Alzira Alves de Abreu. *A participação da imprensa na queda do governo Goulart*. In *1964 -2004. 40 anos do Golpe*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004. p. 15-17.

⁶⁹ *Idem.*

raro, pode colocar limites ou mesmo obrigar um veículo a mudar seus planos e estratégias.

Numa análise do golpe de 1964, é importante incorporar aos sistemas explicativos uma avaliação da atuação da imprensa no processo que levou à deposição de João Goulart. A imprensa foi um dos vetores de divulgação do fantasma do comunismo – uma das justificativas utilizadas para derrubada do governo – assim como disseminou a existência de um caos administrativo e a ideia de que era imperiosa a necessidade de restabelecer a ordem por meio de uma intervenção militar.⁷⁰

Os jornais, entretanto, não se comportaram da mesma forma no início do governo Goulart. A maioria deles apoiou a posse do então vice-presidente João Goulart, embora *O Globo*, a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo* fossem contrários. Ou seja, parte significativa da imprensa já preconizava o golpe de Estado antes mesmo de Jango assumir.

Alzira Alves de Abreu adverte, no entanto, que a imprensa só mudou o discurso “à medida que se intensificou a mobilização ideológica, quando o governo se aproximou dos grupos radicais de esquerda e foi perdendo o apoio dos grupos de centro”. A mudança de atitude da imprensa, passando a formular ou acompanhar a orientação dos grupos que pretendiam derrubar o presidente estaria relacionada ao fato de que os anos 1960 conheceram o apogeu do jornalismo político. Porém, algumas vezes o comportamento dos jornais poderia estar relacionado com questões econômicas no sentido estrito. No governo Jânio Quadros, teve início uma crise na imprensa escrita, ligada à edição da Instrução 204 da Sumoc, que extinguiu o subsídio do governo ao

⁷⁰ *Idem.*

papel de jornal. Os jornais até aquele momento importavam papel a uma taxa de câmbio especial que reduzia em 70% o preço da matéria-prima.⁷¹

A instrução nº 204 da Sumoc não era dirigida somente aos jornais. Esta medida eliminou o sistema de taxas múltiplas de câmbio e instituiu uma taxa única de mercado para as transações comerciais. O câmbio de custo (taxa cambial subsidiada) dobrou seu valor, passando de 100 para 200 cruzeiros por dólar, o que reduzia em muito o subsídio àquelas importações que permaneciam na categoria preferencial, como trigo, petróleo, papel de imprensa, fertilizantes, inseticidas e bens de capital não produzidos internamente⁷². Os custos aumentaram e uma crise se abateu sobre os jornais. O *Diário de Notícias*, por exemplo, em grave situação financeira, abandonou seu antigetulismo e apoiou várias medidas propostas por João Goulart.⁷³ De modo geral, a imprensa passava por momentos difíceis, tempos de transformação. Os jornais dependiam cada vez mais das vendas dos anúncios e do capital privado.

Depois da renúncia de Jânio, a maior parte da imprensa apoiou a solução parlamentarista. Até *O Globo*, que era contra a posse de João Goulart, aprovou a emenda. Já a *Tribuna da Imprensa* a viu como a pior saída para a crise, pois o drama do Brasil seria a opção entre democracia e comunismo. *O Estado de S.Paulo* também foi contra. Mas teria sido a “Revolta dos Sargentos” que deu início ao afastamento da imprensa do governo Goulart. “O *Jornal do Brasil*, diante da revolta dos sargentos e da atitude do governo, em seu editorial ‘Basta’, de 13/09/1963, pedia a intervenção das Forças Armadas”.⁷⁴ No dia 12 de setembro de 1963, em Brasília, centenas de sargentos,

⁷¹ *Idem.*

⁷² Ricardo Silva. *Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização*. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100005>. Acessado em 31/08/2006

⁷³ Alzira Alves de Abreu. *op. cit.*, 2004. p. 16.

⁷⁴ *Idem.* p. 18 - 21.

fuzileiros navais e soldados da Aeronáutica e da Marinha invadiram prédios da administração federal em protesto contra decisão do STF que não reconheceu o direito de elegibilidade dos sargentos para o Legislativo. O CGT e a UNE manifestaram simpatia para com a reivindicação dos subalternos. O movimento não foi punido severamente como queriam os "duros" das forças armadas.⁷⁵

No início de 1964, já estava a todo vapor a campanha para derrubar o presidente João Goulart. Para obter apoio ao futuro golpe, espalhava-se o medo do comunismo, o “bicho-papão” da época. O presidente-estancieiro era quase que transformado num bolchevique. Dois meses e dez dias antes do Comício da Central, o artigo do economista Eugênio Gudín, publicado em *O Globo*, acusava Jango de promover a bolchevização (sic) do Brasil. Gudín parecia estar profundamente decepcionado com o fato de o congresso e as forças armadas ainda não terem rompido com a normalidade constitucional:

Estão, portanto, de parabéns, no limiar deste ano, os brasileiros que conseguiram transpor 1963 e emplacar 1964 surrados e empobrecidos, é verdade, mas ainda em plena capacidade de defesa (...) Mas nunca tivemos, de meu conhecimento, na República ou no Império, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até prostituir tudo quanto neste país existe de organizado. (...) o dito sr. João Goulart ainda não conseguiu, ao fim de dois anos e meio (...) malgrado seu esforço ininterrupto, bolchevizar o Brasil. Não se lhe pode negar, como bem afirmou há poucos dias o sr. Sobral Pinto, ter iniciado essa bolchevização. Pelo jeito, parece que o Brasil, seja por apego à legalidade (mesmo a mais depravada), seja por inércia ou comodismo, resolveu agüentar – com o sr João Goulart na presidência dando uma demonstração da solidez e da resistência das instituições diante das investidas partidas do mais forte de seus três poderes. Que bom proveito lhe faça essa decisão que está custando ao país os maiores sacrifícios em termos de desassossego, de empobrecimento e de desorganização. Com mais dois anos, se até lá chegarmos, o país estará em frangalhos. Terá sido o preço que os brasileiros, especialmente o congresso e as forças armadas se dispuseram a pagar para salvar as aparências (...)

⁷⁵ Caio Navarro Toledo. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº. 47. São Paulo: Anpuh. p. 26.

'enquanto o Brás é tesoureiro' as pequenas delícias da vida cotidiana com inflação e tudo. ⁷⁶

Alzira Alves de Abreu, no entanto, ressalta que “foi a Revolta dos Marinheiros, liderados pelo Cabo Anselmo”⁷⁷ que precipitou o Golpe. Ela relata que, no momento do golpe, os grandes jornais se posicionaram contra o governo, e dá como exemplo o editorial de primeira página do *Jornal do Brasil*, dizendo que as forças armadas tinham sido feridas no que existia de mais essencial: a hierarquia e a disciplina, e conclamava o Exército a restabelecer a legalidade.⁷⁸

Quanto aos famosos editoriais do *Correio da Manhã*, o “Basta!” e o “Fora!”, Abreu resumiu a versão do jornalista Elio Gaspari e teceu observações sobre os possíveis redatores:

O editorial “Basta!” foi redigido coletivamente. Teve uma primeira versão manuscrita pelo jornalista Otto Maria Carpeaux, depois submetida a Edmundo Moniz, e em seguida teve a colaboração de Carlos Heitor Cony. Esses jornalistas eram conhecidos por suas posições políticas à esquerda do espectro político e por sua defesa de idéias favoráveis a uma maior justiça social. ⁷⁹

Elio Gaspari escreveu que os quatro principais redatores de editoriais do *Correio da Manhã* nesses dias eram Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux, e que redação do “Basta!” é frequentemente atribuída a Edmundo Moniz, que coordenava o trabalho de seus colegas e a quem cabia a decisão final sobre os textos. Mas, segundo Gaspari, Moniz e Peralva negaram, em conversas separadas, em agosto de 1988, que o tivessem redigido, embora admitissem que o tivessem discutido. “Carpeaux morreu em 1978. Nem Moniz nem Peralva insinuaram que ele fosse o redator. Em julho de 1999, o jornalista Carlos Heitor Cony contou-me que a

⁷⁶ Eugênio Gudín. *O Globo*, 3 de janeiro de 1964.

⁷⁷ Alzira Alves de Abreu. *op. cit.*, 2004. p. 23.

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ *Idem*, p. 24.

base do editorial, na sua primeira versão, foi manuscrita por Carpeaux.” Submetida a Moniz, ainda segundo Gaspari, iniciou-se um processo de redação conjunta, da qual participaram Cony, Carpeaux e Moniz. Cony informou que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a Carpeaux. “Na boa técnica da produção dos editoriais, esse foi resultado de um trabalho coletivo. Entraram ideias de diversas pessoas. Um bom editorial, em termos de autoria, é coletivo como uma catedral gótica”.⁸⁰

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 30/11/02, Cony tenta explicar o episódio. Inicialmente, afirma que “até hoje não se sabe quem escreveu o ‘Basta!’ e o ‘Fora!’, atribuídos a Edmundo Moniz, o nosso redator-chefe”. Cony continua:

*Elio realmente me perguntou sobre o assunto e eu disse o que sabia. O jornal vinha combatendo o governo de João Goulart, que entrava em decomposição, criando um cenário que poderia descambar numa guerra civil. (...) Na crise de 1964, os editoriais eram discutidos exaustivamente pela equipe liderada por Moniz e da qual faziam parte Otto Maria Carpeaux, Osvaldo Peralva e Newton Rodrigues, entre outros. Eu estava recém-operado, no meu apartamento em Copacabana, e Edmundo Moniz, que ia me visitar todos os dias, telefonou-me para comunicar que Carpeaux desejava pisar forte, com um editorial virulento contra Jango. O próprio Carpeaux sugerira que Moniz me consultasse, uma vez que nós dois éramos afinados, tanto em política como em literatura. Minha participação limitou-se a cortar um parágrafo e acrescentar uma pequena frase. Hora e meia mais tarde, Moniz telefonou-me outra vez, lendo o texto final que absorvia a colaboração dos editorialistas, e, embora o conteúdo fosse o piloto elaborado por Carpeaux, a linguagem traía o estilo espartano do próprio Moniz. Como disse ao Elio Gaspari, um bom editorial é obra coletiva como uma catedral gótica. Não expressa o pensamento de um indivíduo, mas o clima de uma época.*⁸¹

Essa informação, da construção coletiva destes editoriais, não é exatamente nova. Edmundo Moniz, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* em 12 de janeiro de 1979, afirmou:

Eu só sou autor daquilo que eu assino (...). O artigo foi feito pela redação e eu não posso dizer o autor dos artigos, eles são de responsabilidade do jornal. Aqueles dois editoriais foram muito

⁸⁰ Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. p. 65.

⁸¹ *Folha de S. Paulo*, 30/11/2002.

*alterados, talvez fossem escritos por muita gente. Não escrevi o artigo, mas o alterei. Toda a redação mexeu.*⁸²

A que parece ser a última versão desta história, até o momento, foi escrita por Getúlio Bittencourt em 23/11/2004:

*A obra de Gaspari não menciona entre os autores desses textos coletivos o nome de Antônio Moniz Vianna, que foi redator-chefe do jornal entre as gestões de Antônio Callado e Edmundo Moniz (...). Os dois editoriais no entanto lembram mais a severa indignação de Moniz Vianna do que os textos mais contidos de Peralva ou Cony. Num artigo publicado há alguns anos em O Estado de S. Paulo, outro egresso do Correio da Manhã, Ruy Castro, atribui a escritura dos dois editoriais a Moniz Vianna. (...) resolvi perguntar ao próprio Moniz Vianna, que está não só vivo como lúcido em seu apartamento no Rio. Ele se lembra de alguns detalhes: escreveu o texto final dos dois editoriais, e deu os títulos a ambos. As versões preliminares eram de Osvaldo Peralva, que abandonara o Partido Comunista Brasileiro por horror ao stalinismo. Ao liberal Carpeaux não agradava a idéia de derrubar governos em geral, e ao esquerdista Edmundo Moniz desagradava a idéia de derrubar um governo pelo menos simpático à esquerda. Por ser médico além de jornalista, Moniz Vianna recebeu vários telefonemas de Cony naqueles dias. Cony não participou da redação dos editoriais porque estava acamado, recuperando-se de operação na vesícula. Moniz Vianna era para ele uma fonte dupla, sobre o descontrole militar e sobre a vesícula operada.*⁸³

Talvez nunca consigamos recuperar completamente a história da redação destes editoriais, mas é interessante notarmos que, pouco depois do golpe de 1964, o *Correio da Manhã* e seus jornalistas passaram a fazer críticas ao regime. O caso do *Correio* é extremo e emblemático, mas, de maneira geral, a maior parte dos jornalistas que trabalhava na grande imprensa apoiou o golpe. Logo depois, uma parcela deles começou a criticar a ditadura. Como e por que esta transformação ocorreu? Parece que de maneira crescente, os jornalistas, escritores etc. que apoiaram a derrubada de Jango,

⁸² *Folha de S. Paulo - Almanaque* – São Paulo, sexta-feira, 12 de janeiro de 1979. Jornalistas contam a história – 8. “1964 – Fim de um ciclo”. Depoimento de Edmundo Moniz ao repórter Gilberto Negreiros. <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_8.htm> Acessado em 30 de julho de 2007.

⁸³ Getúlio Bittencourt. *Os nomes sob as palavras*. in. *Ecos do golpe de 64. Observatório da Imprensa*. 23/11/2004. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=304JDB004>>. Acessado em 15/08/2006

foram sentindo-se desconfortáveis com as cassações, perseguições e com a progressiva falta de liberdade de opinião, em alguns momentos severamente tolhida pelo novo regime.

A atuação da imprensa, portanto, não foi uniforme durante toda a ditadura. Muitos jornalistas que apoiaram o golpe, em algum momento depois, foram adversários do regime militar. Este fato, somado ao interesse de construir a memória da atuação dos jornalistas, permitiu que o óbvio apoio da maioria dos jornalistas à ruptura institucional fosse colocado em dúvida. Um excelente exemplo disto é o livro *O golpe de 64: a imprensa disse não*,⁸⁴ organizado pela jornalista Thereza Cesário Alvim, e publicado quinze anos depois da derrocada do governo Goulart, em 1979, ano em que a ditadura começava a ser desmontada e o país vivia tempos de anistia.

Para a confecção deste livro, foram escolhidos artigos de jornalistas, escritores, poetas e cronistas, como Alceu de Amoroso Lima, Antonio Callado, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, Newton Rodrigues, Otto Lara Resende, Otto Maria Carpeaux, entre outros. Parte dos jornalistas que tiveram suas crônicas coletadas para este livro foram aqueles que logo se arrependeram do apoio dado ao golpe. Portanto, apesar do título, o apoio ao golpe e o posterior arrependimento ficam claros logo na introdução da obra, onde há um trecho especialmente elucidativo escrito pela organizadora do livro, Thereza Cesário Alvim:

*As cabeças mais pensantes deste país horrorizaram-se com a idéia, maliciosamente generalizada e difundida, de um Ministério festivo, de um presidente que, se não participava da algazarra, convivia com ela. Admitindo a existência de um caos administrativo e de uma situação política insustentável, muitas dessas pessoas acabaram dando, além de ouvidos, um voto de confiança à velha e hipócrita senhora UDN.*⁸⁵

⁸⁴ Thereza Cesário Alvim, *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁸⁵ *Idem*, p. 8.

Desde quando Ministério festivo é justificativa para golpe? Que governo resistiria se assim fosse? Estas “cabeças mais pensantes” foram enganadas “pela senhora UDN”? A tradição golpista da UDN já não era suficientemente conhecida? E por fim, as cabeças pensantes comprometidas com o projeto de uma sociedade mais democrática e igualitária não teriam combatido o golpe desde o primeiro instante? Uma parte da imprensa, posteriormente, pode até ter dito não à ditadura, mas, na hora H, a maioria dos jornalistas brasileiros disse sim ao golpe de 1964.

Thereza Cesário Alvim não consegue deixar de admitir que a imprensa apoiou a deposição de João Goulart, embora enxergue “a formação na imprensa carioca de uma posição vigorosa e sistemática aos desmandos da nova situação”.⁸⁶ Esta “vigorosa oposição”, segundo ela, viria de “brechas abertas” no *Jornal do Brasil* e no tablóide mensal *Brasil em Marcha*. Thereza Cesário Alvim deixa escapar, no entanto, que o mesmo *Jornal do Brasil*, que permitia aquela “vigorosa e sistemática oposição”, estava “perfeitamente adaptado ao novo regime”.⁸⁷

Em seu artigo *Volta o barril*, coletado e publicado em *O golpe de 64: a imprensa disse não*, Antônio Callado enxerga os acontecimentos como se a “revolução” estivesse apenas se degenerando. A derrubada de Jango teria sido correta, mas a “revolução” estaria dando maus passos: “Seu objetivo inicial – a deposição de Jango – teve cobertura grande porque o Presidente estava levando o país à anarquia. (...) é inegável que o Brasil descia sem freios uma encosta que ia dar no caos”⁸⁸.

Segundo Thereza Cesário Alvim, *Volta o barril*, foi publicado em 12 de abril de 1964, no *Correio da Manhã*, depois de ter sido recusado no *Jornal do Brasil*. Conforme

⁸⁶ *Idem*, p. 8.

⁸⁷ *Idem*, p. 15.

⁸⁸ *Idem*, p. 29.

exposto no próximo capítulo, Alberto Dines, editor-chefe do *JB* na época, desconhece qualquer censura a Antonio Callado.

Segundo Thereza Cesário Alvim, o artigo de Callado, *Volta o barril*, foi publicado em 12 de abril de 1964, no *Correio da Manhã*, depois de ter sido recusado no *Jornal do Brasil*. Conforme exposto no próximo capítulo, Alberto Dines, editor-chefe do *JB* na época, desconhece qualquer censura a Antonio Callado. De qualquer forma, Callado, apesar de descontente com o regime militar, no mesmo artigo demonstrava confiar no presidente Castello Branco. Acreditava, inclusive, na regeneração, por dentro, da ditadura militar: “É difícil calcular, desde já, que força real terá o General Castello Branco na Presidência desta pobre República (...). Se tiver alguma, vai ter de rever muita coisa”.⁸⁹

Segundo Alvim, em fevereiro de 1965, emergiu uma crise na direção do *Correio da Manhã* em virtude de uma das crônicas de Carlos Heitor Cony, que pediu demissão. O redator-chefe, Antônio Callado, imediatamente também “se demitiu do cargo que ocupava há apenas dois meses, no jornal que havia publicado, em abril de 1964, o artigo *Volta o barril*, recusado pelo *Jornal do Brasil*, do qual era um dos principais redatores”.⁹⁰ Tanto Cony como Callado, que no momento do golpe apoiaram a derrubada de João Goulart, foram processados pela Lei de Segurança.⁹¹

Enfim, muitos jornalistas que apoiaram a deposição do Presidente João Goulart iniciaram um importante dissenso que foi se avolumando no decorrer dos anos que se seguiram a 1964, oferecendo elementos biográficos para a construção da memória de resistência dos jornalistas à ditadura.

⁸⁹ *Idem*, p. 31.

⁹⁰ *Idem*, p. 13

⁹¹ *Idem*.

1.4 Os relatos sobre o golpe de 1964

1.4.1 Os relatos dos jornalistas

Em geral escrevendo sobre fatos recentes, os jornalistas não se destacam apenas nas obras historiográficas sobre 1964, como também conquistaram mercado editorial com temas situados em amplo espectro cronológico, da história colonial aos fatos que acabaram de acontecer. Grande parte destes jornalistas, assim como os autores do livro *Os idos de março e a queda em abril*, são, ou foram, publicistas, ou seja, “escritores políticos”. Os publicistas são jornalistas ou escritores que escrevem sobre política, economia, questões sociais ou jurídicas etc., de interesse do público. São também conhecidos como articulistas.⁹² Não são meros repórteres; muitas vezes têm colunas e desfrutam de grande prestígio nas redações.

Com um instrumental analítico mais sofisticado, nas últimas décadas os historiadores vêm se aventurando pela história do tempo presente, e nada impede os acadêmicos de construir uma prosa tão agradável quanto a produzida pelos jornalistas, embora, de fato, isso não ocorra com tanta frequência. De qualquer forma, tanto historiadores como jornalistas podem produzir boa narrativa histórica. Afinal, a escrita da história não é privilégio exclusivo dos historiadores.

O gênero histórico, “fundado” por Heródoto na Grécia Clássica, tem sido praticado por memorialistas, viajantes, burocratas, diplomatas, jornalistas, em diversos tempos e lugares, com diferentes estilos e métodos, muito tempo antes do surgimento das universidades. Vários intelectuais vivem de narrar e interpretar os fatos. O que os distingue é o “modo”, o protocolo de cada atividade.

⁹² *Dicionário eletrônico da língua portuguesa Houaiss*. Manaus: Objetiva, Instituto Antônio Houaiss, 2001.

Na França, por exemplo, os acadêmicos têm um papel maior na vulgarização do conhecimento histórico. Mas ao lembrarmos de Fernando Morais, de Ruy Castro, de Eduardo Bueno, de Elio Gaspari⁹³ e outros que figuram entre os *best-sellers*, temos a nítida impressão de que, no Brasil, os jornalistas são os principais responsáveis por fazer história para o público leigo em geral. Constatamos que os profissionais da imprensa são os intelectuais socialmente encarregados não só de relatar o dia-a-dia, como de reconstruir a história. São as “lentes” através das quais os leitores enxergam presente e passado, seja por meio do noticiário, seja pela publicação de livros narrando a história pátria.

Nos primeiros anos depois do golpe, ocupam posição de destaque as obras produzidas por jornalistas narrando a história daquele acontecimento, em especial as publicadas no calor da hora, entre 1964 e 1965. Indivíduos que participaram intensamente daqueles momentos, de certa forma também são memorialistas. Suas trajetórias foram diversas e não uniformes: alguns apoiaram a derrubada de Jango e no ano seguinte foram presos pelo novo regime. Houve quem logo tivesse os direitos políticos cassados, e também os que por mais tempo mantiveram uma relação amistosa com a ditadura.

Em geral, a maioria destes jornalistas, e obviamente não estou me referindo a casos posteriores, como o de Vladimir Herzog, não viveram aqueles acontecimentos de forma tão visceral quanto, por exemplo, os políticos Miguel Arraes e Carlos Marighella. O primeiro ficou detido por um ano e 20 dias e o segundo, além de encarcerado, foi

⁹³ Destes autores, podemos destacar, por exemplo, entre outras obras de sucesso, respectivamente, *Olga, O anjo pornográfico*, *A viagem do descobrimento* e *A ditadura envergonhada*.

baleado ao resistir à prisão. Depois dessas experiências, ambos lançaram livros em 1965: *Palavra de Arraes*⁹⁴ e *Por que resisti à prisão*.⁹⁵

No entanto, embora com menos intensidade que nestes casos citados, nos relatos produzidos pelos profissionais da imprensa também há um forte componente autobiográfico. Cada um dos livros escritos por jornalistas e publicados nos anos de 1964 e 1965 revela uma faceta e reflete uma percepção e/ou projeto para o Brasil.

A primeira dessas obras foi *Os idos de março e a queda em abril*, impressa em maio de 1964. A publicação revela o que renomados jornalistas escreveram, no calor da hora, sobre aqueles acontecimentos e será analisado no terceiro capítulo desta dissertação.

Em 1964, pela Editora Civilização Brasileira, Carlos Heitor Cony lançou *O Ato e o fato*, o primeiro livro de oposição ao regime militar. A obra reuniu crônicas escritas por Cony no *Correio da Manhã* nos meses de abril e maio de 1964. A atuação de Cony naquele momento ficou na memória de muitos brasileiros.⁹⁶ Quarenta anos depois, a visão daqueles tempos, ou melhor, da “resistência”, nos foi oferecida por Luís Fernando Veríssimo, prefaciador da nova edição do livro, de 2004. Segundo Veríssimo, Cony dizia “tudo que a gente pensava sobre o golpe, sobre a prepotência militar, a

⁹⁴ Miguel Arraes. In. *Palavra de Arraes, textos de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

⁹⁵ Carlos Marighella. *Por que resisti à prisão*. Rio de Janeiro: Edições Contemporâneas, 1965.

⁹⁶ Edmar Morel, em seu livro *O golpe começou em Washington*, reproduziu as palavras do próprio Cony: “No dia 31 de março, eu estava convencido de que o Sr. João Goulart havia abusado demais e que sua deposição era indispensável. Mas, quando fui para a rua, dia seguinte, e vi, em Copacabana, as pessoas que saudavam a Revolução, comecei a duvidar das minhas convicções”. (Carlos Heitor Cony, *apud* Edmar Morel. *O Golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 165.) Para os colegas jornalistas, segundo Edmar Morel, os artigos de Cony “eram a janela aberta pela qual respiravam os prisioneiros”: “Homens de imprensa, arrancados das redações pela polícia, e outros, em maior número, privados de escrever suas colunas, por convicção dos donos de jornais com os donos da revolução, na hora mais dramática do Brasil, com suas liberdades garroteadas, transferiram para o jovem comentarista a sua pena de escorraçados por militares e patrões. Cony representava, ainda, os seus colegas que ficaram sem pão para a família, com seus semanários fechados e impossibilitados de circular.”⁹⁶ (Edmar Morel. *O Golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 165.)

pusilanimidade civil, com uma coragem tranquila e uma aguda racionalidade que tornava o óbvio demolidor – e sem perder o estilo e a graça”⁹⁷. É interessante notar, como sinal dos tempos, que a visão de Veríssimo, apresentando a mais recente edição, é distinta da perspectiva “macro” de Enio Silveira, que escreveu o prefácio da edição de 1964.

O prefácio do editor Enio Silveira à edição de 1964, não reproduzido na reedição de 2004, respondia aos que debitavam o golpe na conta das esquerdas, ora culpando Jango, ora culpando Brizola:

*Encheríamos páginas e páginas se fossemos reproduzir as acusações que alguns dos vencidos se lançam uns ao outros. (...) Por mais necessárias e oportunas que sejam a análise do fracasso e a autocrítica dos fracassados (...) não nos esqueçamos de que se acaba de escrever, em nossas costas, um novo capítulo da Guerra Fria. Os setores mais decididos do imperialismo americano (...) entenderam que no Brasil se poderia estar jogando uma cartada decisiva contra seus interesses em todo o continente.*⁹⁸

Carlos Heitor Cony, como o *Correio da Manhã*, rapidamente mudou de posição: dias depois de defender a saída de Jango, passou para a oposição ao regime que teria ajudado a instalar. O caso de Cony é extremo e emblemático: dias depois do golpe já criticava o novo governo, apesar de ser tido como um dos jornalistas responsáveis pelos editoriais “Basta!” e “Fora!”, do *Correio da Manhã*. Estes editoriais ficaram famosos pela virulência dos ataques ao então Presidente João Goulart e viraram o símbolo do apoio da imprensa ao golpe de 1964. Mas, em *O ato e o fato*, Cony critica a violência do regime e, sob o título de “Anistia”, já no dia 18 de abril de 1964, afirma:

É preciso que alguém seja o primeiro a pronunciar esta palavra, banida de nosso vocabulário em nome da vingança ou do medo. (...) Acredito que só os histéricos queiram levar até o fim aquilo que o

⁹⁷ Luís Fernando Veríssimo. In, Carlos Heitor Cony. *O Ato e o Fato*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 8. Nesta segunda edição o prefácio analítico e agudo do editor da primeira, Ênio Silveira, foi substituído pelo texto de Luís Fernando Veríssimo.

⁹⁸ Enio Silveira. In. Carlos Heitor. Heitor. *op. cit.*, 1964. Prefácio: IX, X, XI, XII, XIII. Escrito no dia 22 de julho de 1964.

*Alto Comando, repetindo nazistas, fascistas e comunistas de diferentes épocas e causas, chamam de expurgo. É uma palavra feia, que soa como um vomitório, e cuja prática leva a crueldades insuspeitadas: os tiranos apertam o starter e a engrenagem policial faz o resto. (...) Não serei boçal porque os outros o são. Quero despertar amanhã com a mesma integridade, a mesma fraqueza com que adormeci. A despertar transformado em inseto ou em monstro, prefiro não despertar nunca, fixar-me em cadáver. Quando mais não seja, o cadáver é forma definitiva e nobre de um homem.*⁹⁹

Outra iniciativa editorial da *Civilização Brasileira* foi a publicação, pela mesma coleção *Retratos do Brasil*, em abril de 1965, de *O golpe começou em Washington*, do jornalista Edmar Morel. Segundo o autor, os interesses americanos, contrariados pelo governo João Goulart, teriam sido determinantes para sua queda. Autor de diversos livros que narraram acontecimentos da história do Brasil, dentre os quais se destaca *A Revolta da Chibata*, Edmar Morel teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1. De todos os jornalistas que escreveram livros sobre o golpe publicados nos anos de 1964 e 1965, era provavelmente o mais afinado com o governo João Goulart. Jornalista “chapa-branca” do regime deposto, conforme suas próprias palavras, logo depois do golpe foi demitido do cargo de redator da Rede Ferroviária Federal.¹⁰⁰

Anos depois, em 1977, também escrito por um jornalista, outro livro destacava a atuação dos Estados Unidos no golpe: *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. A partir de documentos liberados pela Biblioteca Lindon Johnson, da Universidade do Texas, Marcos Sá Corrêa relatou que a *Operação Brother Sam* mobilizou um porta-aviões, seis destróieres, um navio para transporte de helicópteros e quatro petroleiros; e ainda, aviões de carga, de abastecimento, de comunicação, caças e um posto de comando aerotransportado, que, coordenados pelo General de Divisão George S.

⁹⁹ Carlos Heitor. Heitor. *O Ato e o Fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964. p. 25 – 27.

¹⁰⁰ Edmar Morel. *O Golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 9 – 10.

Brown, garantiriam um imediato suporte dos EUA ao movimento que apeou João Goulart da presidência.¹⁰¹

O embaixador norte-americano Lincoln Gordon já estava a par de quem liderava o golpe antes dele acontecer,¹⁰² como a CIA, a central de inteligência dos EUA “sabia de tudo” que acontecia. Não só as representações diplomáticas como a CIA diretamente faziam o serviço de informação, chegando a haver superposição de informações. A CIA já tinha informações que Magalhães Pinto iria iniciar o golpe,¹⁰³ assim como o “complexo e amplo dispositivo” teve acesso até às “conversações privadas num quarto de hospital entre o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o Ministro da Guerra de Goulart, General Jair Dantas Ribeiro”.¹⁰⁴ A “Brother Sam” teria sido “cancelada às 17h22m de 2 de abril”.¹⁰⁵

Ainda no ano de 1965, logo em seguida ao livro de Edmar Morel, e pela mesma coleção *Retratos do Brasil*, da *Civilização Brasileira* de Ênio Silveira, saiu *O golpe de abril*, de Edmundo Moniz.¹⁰⁶ Moniz era historiador, poeta, teatrólogo e ensaísta. Membro do IHGB, foi professor de história e filosofia. Além de jornalista, naquele momento era editorialista e um dos principais redatores do *Correio da Manhã*. Homem de esquerda, simpatizante das idéias de Rosa Luxemburgo, ex-militante trotskista e estudioso da obra de Bertolt Brecht, apesar das duras críticas ao regime que se estabeleceu em 1964, freqüentemente é tido como um dos responsáveis pelos editoriais “Basta!” e “Fora!”.

¹⁰¹ Marcos Sá Corrêa. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L & PM, 1977. p. 15. O livro reuniu uma série de reportagens publicadas em dezembro de 1976 no *Jornal do Brasil*.

¹⁰² *Idem*, p. 19.

¹⁰³ *Idem*, p. 70 -71.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 59.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 45.

¹⁰⁶ Edmundo Moniz, *O golpe de abril*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Para Moniz, o golpe subordinou o país a interesses “antinacionais” e estagnou o avanço rumo à independência econômica. Nas origens do golpe, estariam os mesmos objetivos que já vinham da tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek em 1955. Moniz cita, inclusive, a declaração de Odílio Denys de “que a conspiração contra João Goulart, para afastá-lo da Presidência da República, iniciou-se no mesmo dia de sua posse”.¹⁰⁷

Edmundo Moniz trata também do auxílio dos Estados Unidos “aos ‘governadores eficientes’ de certos Estados do Brasil, para combater o comunismo e defender a democracia”, ressaltando que o Subsecretário de Estado norte-americano, Thomas C. Mann, não teria revelado o nome dos governadores, nem estes admitiram ou contestaram suas declarações:

*Se as transações entre governadores e os Estados Unidos são legais e corretas, não há motivo para segredo e subterfúgio. Podem ser examinadas e debatidas publicamente, a fim de que o País tenha conhecimento exato do auxílio que os governos dos Estados obtiveram do estrangeiro e qual aplicação deram ao dinheiro recebido. Se as transações não podem vir ao conhecimento público, é, decerto, porque se trata de alguma coisa de vergonhoso, e não há outro caminho senão exigir uma apuração rigorosa dos fatos. De qualquer forma, o assunto não deve morrer sem explicações. Está em jogo a reputação do Brasil perante a opinião pública do continente e do mundo. Temos, diante de nós, o problema de um possível suborno de certos governadores de Estado que receberam ajuda de um governo estrangeiro para objetivos de natureza política.*¹⁰⁸

Ao destacar o financiamento estrangeiro de ações políticas em outro país, e em que medida isto seria aceitável, Edmundo Moniz perguntava se o governo americano continuava “com permissão para intervir na política interna brasileira, a fim de mudar o regime e seus governantes”.¹⁰⁹ Para Moniz, seria “preciso verificar a que ficou reduzido o Brasil para ter-se a noção exata do sentido de traição”.¹¹⁰ Acreditando que “os

¹⁰⁷ *Idem*, p. 5 -6.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 36 – 38. Compilado do *Correio da manhã* em 26 de junho de 1964.

¹⁰⁹ *Idem*.

¹¹⁰ *Idem*.

vencedores do golpe” seriam condenados pela história, Moniz afirmou que “o movimento de abril” foi “um golpe que transformou o Brasil num país ocupado”.¹¹¹

Ainda em 1965, fazendo uma ampla retrospectiva e reconstituindo a cena política desde Jânio Quadros até Castelo Branco, deve ser lembrado o livro *5 anos que abalaram o Brasil*, do jornalista Mário Victor, mais um lançamento da Civilização Brasileira. Em obra que supera as 600 páginas, vale destacar o momento em que Mário Victor diferencia as posturas do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil* em relação às arbitrariedades do regime que se instalou a partir de abril de 1964:

*Eis por que assinalava o “Correio da Manhã”: “O congresso foi fechado, transformado em mera assembléia consultiva da Junta Militar, em mais um de seus órgãos auxiliares, com faculdades um pouco mais reduzidas que a de uma Câmara de Vereadores”. Entretanto, para o “Jornal do Brasil”, o saldo do Ato Institucional estava principalmente na declaração de que a soma de poderes nele constituídos se exerceria integralmente “no exclusivo interesse do País”.*¹¹²

Diferente das obras até agora listadas, *Março 64: mobilização da audácia*, de José Stacchini, também publicado em 1965, pela *Companhia Editora Nacional*, é apresentado pelo Marechal Odylio Denys e pelos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes.¹¹³ A obra, assinada por José Stacchini, jornalista do *Estado de S.Paulo*, é uma explícita e oficial apologia ao golpe de 1964. Esta narrativa, que nasceu do encontro entre grupos extremados da imprensa e das forças armadas brasileiras, defende que o movimento que derrubou Jango foi “preventivo”. Logo na abertura, o livro faz referência à cena internacional e não apenas prega abertamente o “pagamento” pelo serviço feito ao “bloco ocidental”, ou seja, a deposição de Jango, como defende a dependência econômica do Brasil frente ao capital estrangeiro:

¹¹¹ *Idem*, p. 104- 107.

¹¹² Mário Victor. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 551 – 552.

¹¹³ No livro *Março 64: mobilização da audácia* a grafia é esta, Luiz com z.

*Precisamos de alguns bilhões de dólares para desenvolver a produção nacional. (...) (E este lastro deve vir) do bloco ocidental. Demos a esse bloco uma vitória que foi um presente. Não lhe custou um centavo sequer. Evitamos que o sistema de segurança internacional do ocidente caísse de joelhos. Se tardássemos um pouco, os Estados Unidos, somente no Brasil, estariam enfrentando 22 Cubas de uma vez só.*¹¹⁴

Para o grande público, os últimos lançamentos significativos sobre o regime militar foram os livros do jornalista Elio Gaspari. Ele relata a história do ponto de vista dos militares Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Heitor Ferreira de Aquino, cujos arquivos pessoais utiliza. Os arquivos disponibilizados, como o acervo de Heitor Ferreira de Aquino, consultado por Elio Gaspari, eram inéditos, mas como bem salientou o historiador Carlos Fico, papéis reunidos por uma só pessoa de alguma forma são montados, e demandam, antes de sua utilização como “relato da verdade”,¹¹⁵ uma espécie de “desconstrução”, uma crítica ao próprio conjunto de documentos. Sem isso, corremos o risco de dar crédito a uma “seleção de evidências” que foi feita por quem gerou o acervo. É imprescindível questionarmo-nos sobre as lacunas, as ausências, que podem dizer tanto ou mais do que as informações propositadamente perenizadas. Quem reúne um arquivo pessoal tem a intenção de deixar para a história uma **certa** história.¹¹⁶

Nos quatro volumes, está exposta a visão da caserna. As obras de Gaspari sintetizam todo um conjunto de interpretações que acabam, de certa forma, por absolver as classes empresariais transnacionais, os órgãos de inteligência americana e preferem enfatizar a importância das personalidades. Sobre o Presidente João Goulart, por exemplo, Gaspari afirma que “sua biografia raquítica fazia dele um dos mais

¹¹⁴ José Stacchini, *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. Prefácio, p. X.

¹¹⁵ Carlos Fico. *op. cit.*, 2004, p. 55 - 56.

¹¹⁶ *Idem*.

despreparados e primitivos governantes da história nacional. Seus prazeres estavam na trama política e em pernas, de cavalos ou de coristas”.¹¹⁷

1.4.2 A produção acadêmica

Carlos Fico destaca que os historiadores brasileiros demoraram a ter o golpe de 1964 como objeto. A abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente, foi “uma espécie de movimento de incorporação, pelos historiadores, de temáticas outrora teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos, e narradas pelos próprios partícipes”¹¹⁸. Assim, depois dos jornalistas e memorialistas, em geral foram cientistas políticos e sociólogos que escreveram sobre o golpe.

Uma exceção foi o brasilianista Thomas Skidmore, o primeiro historiador a tratar do golpe, ao lançar, ainda em 1966, seu livro *Politics in Brazil, 1930 – 1964: an experiment in democracy*. Sua obra logo foi traduzida no Brasil e aqui intitulada *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Dois dos oito capítulos foram dedicados ao governo de João Goulart.¹¹⁹ Skidmore acredita que João Goulart foi deposto por uma revolta militar, pois sua fuga não teria sido resultado de ação da elite política civil. Ao contrário, afirma que os oponentes de João Goulart no Congresso sequer haviam tentado os procedimentos de *impeachment*, pois sabiam que não contavam com votos suficientes entre os congressistas, embora a maioria deles nutrisse profundas suspeitas sobre as intenções de Jango. Políticos experimentados receavam o que poderia acontecer se fosse tentado o *impeachment* do presidente.¹²⁰

¹¹⁷ Elio Gaspari. *op. cit.*, 2002. p. 46.

¹¹⁸ Carlos Fico. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. *Revista Brasileira de História* 47. São Paulo, v. 24, nº 47. p. 31.

¹¹⁹ *Idem*, p. 20.

¹²⁰ Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 370.

Skidmore construiu uma narrativa bastante completa dos acontecimentos políticos, sem deixar de citar fatores econômicos. Ao contrário, o brasilianista relaciona política e economia ao destacar, inclusive, a dificuldade do governo Goulart em equilibrar-se entre os setores nacionalistas, dentre os quais “alguns industriais de São Paulo, bem como intelectuais de esquerda”,¹²¹ e os “círculos financeiros europeus e americanos muitas vezes do tipo mais ortodoxo”.¹²² Para Skidmore, “Jango era geralmente tido pela esquerda e pela direita como incapaz de governar”.¹²³

Se a narrativa dos fatos realizada por Skidmore era minuciosa, por outro lado, em 1967, o sociólogo Otávio Ianni concluía que as exigências da hegemonia americana haviam entrado em conflito com o “modelo getuliano”. Para ele, haveria “um contínuo encadeamento entre as relações políticas e econômicas, nos momentos críticos das relações externas do Brasil”.¹²⁴ Numa perspectiva histórica, essas flutuações teriam desembocado no golpe de 1964 e este fato político teria sido fundamental para que se alcançasse um novo estágio das relações dos Estados Unidos com a América Latina. A liquidação da “democracia populista” no Brasil seria uma decorrência necessária disto. Para Ianni, já em 1945 havia ficado “evidente o conflito entre as primeiras manifestações do incipiente padrão getuliano de desenvolvimento econômico e as exigências da hegemonia dos Estados Unidos”.¹²⁵

Apresentada à Universidade de Colúmbia em 1969, a tese de doutorado do cientista político Alfred Stepan foi publicada no Brasil em 1975 com o título de *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Segundo Stepan, a inabilidade de João Goulart em reequilibrar o sistema político foi a razão imediata para

¹²¹ *Idem*, p. 314.

¹²² *Idem*.

¹²³ *Idem*, p. 311.

¹²⁴ Otávio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 174.

¹²⁵ *Idem*.

o que chama de revolução. Até 1964, os militares só eram convocados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo político civil. A partir de então, a situação mudou. Não só os militares acreditavam que os civis haviam falhado, como eles próprios sentiam-se ameaçados pela quebra da disciplina e da hierarquia. Além da possibilidade de Jango dar um golpe com os comunistas e depois não controlá-los mais, as promoções no exército sugeriam aos militares que o presidente teria a intenção de constituir uma força militar leal com a intenção de dar um golpe.¹²⁶

Segundo Carlos Fico, as insuficiências da obra de Stepan estão na análise do chamado “padrão moderador”, pois os militares já teriam interferido diretamente na política brasileira antes de 1964 e seria problemática a visão do subsistema militar como variável dependente do sistema político global. Além destas fragilidades, Fico ressalta que a análise de Stepan não dá conta da heterogeneidade política dos militares.¹²⁷

Escrito entre 1966 e 1967,¹²⁸ mas aparentemente só publicado em 1970, o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, afirma que “a crise do populismo desenvolvimentista”¹²⁹ teria desembocado em situações em que houve a mobilização política das burguesias e das camadas intermediárias contra o perigo comunista, contra a subversão interna e contra a pressão das massas sobre o estado, que seria atuante no “goulartismo”.¹³⁰ A forma adotada para a revogação do poder democrático teria sido a do golpe militar, mas distinta do que ocorria no passado. Agora, como “corporação tecno-burocrática”, as forças armadas ocupavam “o Estado para servir a interesses que acreditavam ser os da

¹²⁶ Carlos Fico. *op.cit.*, p. 30 – 31.

¹²⁷ *Idem*, p. 31.

¹²⁸ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 6.

¹²⁹ *Idem*. p. 134 .

¹³⁰ *Idem*.

Nação”.¹³¹ A aniquilação dos setores políticos tradicionais procuraria tornar a influência militar não só permanente como necessária para o desenvolvimento e para segurança nacional.¹³²

A cientista política Argelina Figueiredo considera a visão de Fernando Henrique Cardoso determinista, pois ele afirmaria que o processo de acumulação exige o desmantelamento dos instrumentos de pressão e defesa disponíveis às classes populares.¹³³ Para Figueiredo, este tipo de análise de Fernando Henrique Cardoso presumiria “uma coincidência perfeita entre requisitos estruturais e ações individuais ou grupais, sem especificar o mecanismo através do qual a ‘necessidade’ se realiza na ação”.¹³⁴

Em 1977, o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira descreveu a derrubada do Presidente João Goulart como uma articulação de setores nacionais com o serviço de inteligência norte-americano. Uma evidência desta articulação estaria no fato de que o próprio comandante Ivo Acioly Corseuil, Subchefe da Casa Militar da Presidência da República, já tinha informações e teria avisado a João Goulart e ao Almirante Mota que o líder do movimento dos marinheiros, José Anselmo dos Santos, “era agente do serviço secreto, provocador, trabalhando para a CIA”.¹³⁵ Segundo Bandeira, não se trataria de conjectura, mas de informação oriunda da própria Marinha, que os acontecimentos posteriores só trataram de confirmar. Não seria de se estranhar que Anselmo estivesse a promover uma provocação contra o Governo. A CIA já estaria dando assistência ao Centro de Informações da Marinha, o CENIMAR, e à polícia do

¹³¹ *Idem*, p. 134 – 135.

¹³² *Idem*, p. 135.

¹³³ Argelina Cheibub Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 23.

¹³⁴ *Idem*, p. 24.

¹³⁵ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O governo João Goulart e as lutas sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 169 - 170.

governador da Guanabara Carlos Lacerda, cujos elementos também haviam se infiltrado entre os marinheiros, chegando a utilizar uniformes para fazer badernas.¹³⁶

Em 1981, foi publicado o mais completo estudo sobre a “conspiração” que derrubou o presidente João Goulart, o livro *1964: a conquista do Estado*, escrito pelo cientista político René Armand Dreifuss. Partindo do modelo proposto por Gramsci sobre as formas civis e militares de organização do poder de classe, descreveu em detalhes as atividades do complexo IPES/IBAD, que tiveram êxito no objetivo de derrubar o governo de João Goulart. Apesar de ter como foco a conquista do aparelho de Estado pelo “bloco econômico multinacional e associado” em 1964,¹³⁷ Dreifuss também sintetiza e explicita as dinâmicas internas e as externas interligadas, assim como as ações de membros da elite dos intelectuais orgânicos,¹³⁸ demonstrando que a ação conspiratória começou vários anos antes do seu desfecho:

O fato de que tais preparações são estrategicamente inspiradas fica claro em decorrência das observações de um arquétipo de conspirador histórico como foi o Marechal Cordeiro de Farias, figura proeminente nos eventos críticos de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937, 1945, 1955, 1961 e, finalmente, 1964. O Marechal, que havia chefiado a Missão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, declarou, ao se referir à criação de um dos mais importantes aparelhos do Estado, a Escola Superior de Guerra: “Em 1948 nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas só uma vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as idéias e os meios”.¹³⁹

Wanderley Guilherme dos Santos, por sua vez, em *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*,¹⁴⁰ defende a idéia de que o golpe não foi uma reação a medidas substantivas do governo de João Goulart, mas resultado da “paralisia de decisão” causado pela fragmentação de recursos de poder, radicalização ideológica, inconstância das coalizões

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ René Dreifuss. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 161.

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ *Idem.* p. 105.

¹⁴⁰ Wanderley Guilherme dos Santos. *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

que se formaram no Congresso e instabilidade governamental, que seria definida como rotatividade de pastas e de agências estatais.¹⁴¹ Posteriormente, ao comparar Chile e Brasil, Santos descartou que a instabilidade e a inconstância das coalizões parlamentares tivessem sido variáveis importantes. Teria sido a radicalização, e não a fragmentação política, “que provocou a ascensão do autoritarismo”.¹⁴² Santos enfatizaria o papel desempenhado pelas suspeitas alimentadas por conservadores e militares a respeito das intenções de João Goulart; no entanto, sua análise “subestimaria o caráter sócio-econômico dos problemas em jogo”.¹⁴³

Em *Democracia ou reformas*, a cientista política Argelina Figueiredo produziu um trabalho que refuta não só a idéia de que o regime autoritário instalado em 1964 “foi resultado de uma todo-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior”, como também não concorda que tenha sido “a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos”.¹⁴⁴ Argelina Figueiredo não aceita o determinismo que enxerga o autoritarismo do regime militar como uma necessidade de reestruturação dos mecanismos de acumulação, assim como discorda da leitura de René Dreifuss, pois ela falharia em “fornecer uma explicação real, pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipotentes.”¹⁴⁵ Para Figueiredo a ação empreendida pelos conspiradores “não é analisada em relação a outros grupos”.¹⁴⁶

Argelina Figueiredo tem como ponto de partida de análise as escolhas deliberadas e intencionais feitas pelos atores políticos, “enfatizando interesses e

¹⁴¹ Wanderley Guilherme dos Santos. *op. cit.* p. 10. In. Argelina Cheibub Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 24.

¹⁴² Argelina Cheibub Figueiredo. *op.cit.*, 1993., p. 25.

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ Argelina Cheibub Figueiredo. *op.cit.*, 1993. p. 22.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 23 – 28.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 28.

percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas”.¹⁴⁷ Argelina Figueiredo destaca que os militares aprenderam, a partir da experiência de 1961, que conspirações sem apoio popular estavam fadadas ao fracasso. Mas “o apoio mais geral que os militares buscavam, e que se mostrou decisivo para o sucesso da conspiração, veio apenas no final do governo e foi ativado pelas ações do próprio Goulart”.¹⁴⁸

Em resumo, a partir da recuperação dos eventos ocorridos entre 1961 e 1964 e da análise das decisões dos participantes daquele jogo político, a hipótese central de Argelina Figueiredo é que os diversos atores políticos, buscando seus próprios interesses, acabaram por criar um impasse que levou à derrocada da democracia eleitoral brasileira, embora este não fosse o objetivo inicial de muitos destes atores.

Segundo Carlos Fico, haveria certa carência de análises político-institucionais devido à dificuldade teórica de correlacionar os eventos da pequena política aos condicionantes estruturais¹⁴⁹. Para ele, a tese de doutoramento em Ciência Política da professora Argelina Figueiredo expressa preocupações típicas de finais dos anos 80, pois atribui grande importância à recusa das teses de algum modo deterministas, “as que afirmavam a inevitabilidade do golpe a partir da consideração de algumas condições suficientes, sejam os fatores econômicos, sejam os políticos e institucionais”¹⁵⁰. Fico infere que surgiu uma forte reação ao marxismo e que passou a ser um “lugar-comum antimarxista”¹⁵¹ a crítica de que “as análises predominantes sobre o início dos anos 60

¹⁴⁷ *Idem*, p. 29.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 177.

¹⁴⁹ Carlos Fico. *op.cit.*, p. 47.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ *Idem*, p. 48..

ênfatisam os aspectos econômico-estruturais e concluem pela inevitabilidade do golpe”.¹⁵²

Fico ressalta que Argelina Cheibub também recusa “a centralidade do papel da ‘burguesia’ na conspiração analisada por Dreifuss, já que a simples existência de uma conspiração não seria condição suficiente para o golpe”. Mas, para Fico, essa “recusa das leituras deterministas e a percepção da necessidade de articulação teórica entre eventos e estrutura não resulta, porém, numa explicação teórica”. O estudo de Argelina Figueiredo, portanto, seria um “típico trabalho de História Política tradicional, aliás, de alto nível, pois a pesquisa desenvolvida pela autora chama a atenção para episódios obscurecidos ou superficialmente tratados em outros trabalhos”. Para Fico, careceria de maior articulação aos condicionantes estruturais.¹⁵³

O historiador Jorge Ferreira, por sua vez, acredita que o isolamento político do presidente, a crise econômica, e a “radicalização”, inclusive do centro e da esquerda, seriam os principais responsáveis pelo desfecho:

*A sua política de conciliar o centro com a esquerda também se mostrara um fracasso. Não por incapacidade dele, mas, sim, porque as partes, repetidamente, negavam-se a pactos e a compromissos. O PTB, sobretudo a ala radical, bem como o conjunto das esquerdas apostava na política do confronto. O PSD, temeroso com a mobilização de operários e camponeses, aproximava-se cada vez mais da UDN. Todas as iniciativas de Goulart buscando manter a coligação que sustentou o regime democrático desde 1954 mostraram-se infrutíferas.*¹⁵⁴

Outros trabalhos organizados ou produzidos por Jorge Ferreira, como *O imaginário trabalhista*¹⁵⁵ e *O populismo e sua história*¹⁵⁶ têm o mérito de buscar a

¹⁵² Argelina Cheibub Figueiredo. *Apud.* Carlos Fico, *op. cit.* p. 48

¹⁵³ *Idem.*

¹⁵⁴ Jorge Ferreira. *O Brasil republicano 3 – O tempo da experiência democrática.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 379 - 380.

¹⁵⁵ Jorge Ferreira. *O imaginário trabalhista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁵⁶ Jorge Ferreira. (org.) *O populismo e sua história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

compreensão do trabalhismo, e não apenas fazer sua crítica externa. Rejeita-se o rótulo de populismo que a sociologia paulista utilizou para batizar, pejorativamente, e assim desqualificar o trabalhismo. Para Ferreira, o “populismo”, como noção para explicar a política brasileira de 1930 a 1964, tornou-se uma das mais bem-sucedidas imagens que se firmaram nas ciências humanas no Brasil, e 1964 significaria seu colapso. O sucesso da expressão não se limitou aos estudos universitários, invadiu também as páginas da imprensa e o cotidiano da população.¹⁵⁷

Diferentemente das interpretações de Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira, Caio Navarro de Toledo, embora reconheça que o comportamento estridente, as “autênticas bravatas” das lideranças progressistas possam ter contribuído para precipitar o golpe, a simpatia à rebelião dos sargentos em setembro de 1963, “a falácia do poder de fogo do ‘grupo dos onze’ e dos ‘generais do povo’”, assim como as greves políticas do CGT e as palavras de ordem como “Reforma na lei ou na marra”, entre outras, brandidas nas assembleias de trabalhadores e subalternos das forças armadas, sublinham que o golpe de 1964 foi protagonizado pelas facções duras das forças armadas e os setores liberais conservadores da sociedade civil, com o apoio das representações diplomáticas e das agências de inteligência dos Estados Unidos.¹⁵⁸

Toledo nos lembra que “os setores liberais e conservadores da sociedade civil brasileira – as chamadas ‘*vivandeiras de quartel*’ – durante todo o período republicano, se manifestaram contrários à ampliação das liberdades políticas e dos direitos sociais das classes populares e dos trabalhadores”. As manobras golpistas tentadas entre 1950 e

¹⁵⁷ *Idem*, p. 7.

¹⁵⁸ Caio Navarro de Toledo. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. In. Daniel Aarão Reis *et al* (org.). *O golpe e a ditadura militar. Quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 74.

1960 por estes setores se intensificaram a partir da renúncia de Jânio Quadros. O golpe de 1964 coroou as manobras fracassadas anteriormente.¹⁵⁹

Para o cientista político José Luís Fiori, a análise daqueles fatos políticos nacionais e internacionais, por explicitar as contradições do momento, oferece uma chave de leitura para o golpe de 1964. Fiori destaca que, às vezes, o governo de João Goulart parece ininteligível, pois foi atacado com frequência pela esquerda, e acabou derrubado pelas forças de direita. Seu governo teria sido acusado de conivente com os comunistas, apesar dos sucessivos ministérios com a participação das figuras mais expressivas do conservadorismo econômico e político brasileiro da época.¹⁶⁰

Para Fiori não há como explicar tais episódios e paradoxos se não aceitarmos a hipótese de que ocorreu uma mudança radical nos códigos de leitura da realidade brasileira no início da década de 1950. As transformações geopolíticas mundiais afetaram as lutas internas da política brasileira e a forma em que foi possível a experiência desenvolvimentista no Brasil dos anos 50, um país situado na periferia latino-americana do sistema mundial, endividado e com problemas crônicos de financiamento externo, um laboratório experimental das políticas liberais anglo-saxônicas.¹⁶¹

Fiori afirma que a nova geopolítica da Guerra Fria trouxe algumas novidades radicais. A primeira foi a volta de guerras onde “o universo da ética e dos valores se cola e esconde o mundo dos egoísmos materiais e das estratégias de poder, dos estados individuais”. A expansão e o agravamento da Guerra Fria acabaram por reduzir a autonomia dos países envolvidos e foi determinante para o golpe. No Brasil, entre 1954 e 1964, a direita teria se comportado de forma monotônica, denunciando a “ameaça

¹⁵⁹ *Idem*, p. 76.

¹⁶⁰ José Luís Fiori. 1964. <<http://www.desempregozero.org.br/artigos/1964.pdf>> Acessado em 7/8/2006.

¹⁶¹ *Idem*.

comunista” e o “populismo” em todos os três governos, enquanto a imprensa conservadora anunciava novas crises institucionais a cada mês. Esta realidade teria ficado claro não só na conspiração e nos argumentos que derrubaram Getulio Vargas, como também nos motivos que fizeram o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson enviar, desnecessariamente, armas para os golpistas de 1964.¹⁶²

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta evidencia que, entre 1961 e 1964, o anticomunismo teve papel preponderante e foi a “fagulha principal a detonar o golpe”.¹⁶³ Patto Sá Motta, no entanto, não deixa de apontar razões de ordem interna e externa para a emergência deste quadro. “Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então, a região era considerada teatro secundário pelas duas grandes superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África”.¹⁶⁴

Ainda de acordo com Sá Motta, os norte-americanos acreditavam que os riscos eram menores na América Latina, mas a ascensão de Fidel Castro mudou o quadro. O líder da Revolução Cubana contou com a simpatia americana no início, mas quando seu governo encaminhou medidas nacionalistas e anti-imperialistas, Fidel Castro transformou-se na expressão da ameaça comunista no continente. A partir daí, os Estados Unidos desenvolveram uma política que visava impedir a progressão do comunismo na região. No Brasil, onde já existiam adversários locais do comunismo, enraizados desde a década de 1930, os acontecimentos em Cuba “trataram de cerrar fileiras”. A influência dos EUA convergiu e combinou-se com os movimentos anticomunistas existentes no Brasil, preocupados com “a tendência ao crescimento das organizações de esquerda” que também ocorria no país.

¹⁶² *Idem.*

¹⁶³ Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 231 - 233.

¹⁶⁴ *Idem.*

CAPÍTULO 2

O *Jornal do Brasil*: da reforma ao regime militar

2.1 A imprensa carioca a partir dos anos 1950

A partir da década de 1950, sob influência norte-americana, a imprensa brasileira introduziu novos padrões discursivos e procurou distanciar-se das esferas literárias e políticas que predominavam até então. A incorporação do ideal da objetividade, central neste processo, formalizou-se com a adoção dos manuais de redação e estilo e por meio da introdução de novos procedimentos técnicos, como o lide, a pirâmide invertida e o copidesque.¹⁶⁵ Ana Paula Goulart Ribeiro acredita que, até a década de 1940, a maioria dos diários eram instrumentos políticos, mas que na década seguinte isto teria começado a mudar, em especial no Rio de Janeiro. Ela defende a ideia de que houve a substituição por um jornalismo que privilegiava a informação transmitida de maneira objetiva e imparcial.¹⁶⁶

A restrição do código linguístico, com a redução do número de palavras, expressões e regras gramaticais, assim como a introdução de normas de redação, facilitaram a comunicação, a produção de mensagens e supostamente retiraram do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para se adaptar ao novo ritmo de vida, o texto teria que ser mais direto e de leitura rápida, permitindo o acesso aos dados essenciais sobre determinado acontecimento logo nos primeiros parágrafos. O texto jornalístico do pós-1950 acompanhou a velocidade e a progressiva falta de tempo do leitor da época.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Ana Paula Goulart Ribeiro. *Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950 – 1970* in Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves et alii. *História e imprensa – Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ. 2006. p. 427.

¹⁶⁶ Ana Paula Goulart Ribeiro. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. Estudos Históricos, Mídia, nº 31, 2003/1.

¹⁶⁷ *Idem*.

No Brasil, o *Diário Carioca*, que em agosto de 1945 já havia publicado uma coluna onde apresentava ao leitor técnicas jornalísticas, foi pioneiro na adoção, de forma sistemática, das novas técnicas norte-americanas. Em março de 1950, o jornal lançou um manual de redação e estilo, o primeiro do Brasil, intitulado *Regras de redação do Diário Carioca*. O periódico também foi o primeiro a instituir o copidesque: um grupo de redatores que teria a função de revisar e até reescrever as matérias, caso fosse necessário, para que houvesse unidade de estilo e garantia de que os textos estavam de acordo com as normas de redação. Essas regras eram convenientes à produção industrial e permitiam a racionalização da produção e redução de custos, possibilitando o estabelecimento do jornalismo de massa no Brasil. No entanto, embora os interesses econômicos, diretamente ligados ao mercado, tenham impulsionado as mudanças, estas técnicas modernas, que teriam a objetividade por ideal, foram utilizadas como instrumentos nas disputas políticas.¹⁶⁸

O processo de adequação ao “novo jornalismo” caminhou junto com a concentração e o desaparecimento de importantes diários, como o próprio *Diário Carioca*, que fechou suas portas no ano seguinte ao golpe de 1964. À concentração dos meios de comunicação e à diminuição do número de periódicos, somou-se uma homogeneização que não correspondeu exatamente à imparcialidade, mas se aproximou perigosamente, senão do “pensamento único”, ao menos de uma uniformidade que não se restringiu aos aspectos discursivos ou meramente formais.

A década de 1950 marcou o início da transformação que se concretizou na década de 1970. Em 1950, existiam no Rio de Janeiro vinte e dois jornais diários comerciais, matutinos e vespertinos, de variadas tendências políticas. Em 1960, esse

¹⁶⁸ *Idem.*

número caiu para dezesseis jornais diários e, no final de 1970, para sete.¹⁶⁹ Junto à queda no ritmo da publicidade no início da década de 1960, reflexo da crise política e econômica por que passava o país, e que atingiu especialmente os periódicos que não interessavam às empresas e aos governos, ocorreu a migração de parte da publicidade para a televisão.¹⁷⁰ Nessa época, os anúncios tornaram-se imprescindíveis – os jornais já estavam dependentes das receitas publicitárias. Porém, além dos condicionantes econômicos, há de se levar em conta as opções políticas tomadas por quem dispunha dos recursos econômicos, ou seja, empresas e governos, concentrando-os em determinados meios de comunicações.

A concentração não foi definida apenas pela livre concorrência, mas também por fatores políticos.¹⁷¹ Não se pode, portanto, enxergar este processo de concentração e desaparecimento de periódicos como uma “seleção natural” pura e simples. Decisões políticas comprometem ou fortalecem empresas de comunicação e a atuação interessada de empresas e governos neste mercado dificulta a demarcação de fronteiras rígidas entre economia e política. As empresas de mídia influenciam a opinião pública, os desdobramentos do jogo político e são instrumentos decisivos nas disputas políticas e econômicas, participando ativamente da resolução dos conflitos distributivos em geral.

Um exemplo de publicação prejudicada por ataques políticos foi a *Última Hora*. Criada com sucesso em 1951 para ser porta-voz do getulismo, mas combatida pelos demais órgãos de imprensa, chegou a aglutinar contra si deputados oposicionistas dotados de grande conhecimento jurídico, que ainda recebiam assistência jurídica do escritório de advocacia norte-americano Momsen, vinculado a Standard Oil. Depois da morte de Getúlio Vargas, em 1954, que a *Última Hora* noticiou em tiragem de 700 mil

¹⁶⁹ Alzira Alves de Abreu. *A modernização da Imprensa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 17 e 18.

¹⁷⁰ Entre 1960 e 1973, a participação da televisão na distribuição dos recursos globais de publicidade passou de 8,9% para 46,6%. Ana Paula Goulart Ribeiro. *op. cit.*, 2006. p. 431.

¹⁷¹ *Idem*, p. 432.

exemplares, o boicote de publicidade sofrido pelo jornal acabou por reduzir sua tiragem para 12 mil.¹⁷²

A *Última Hora* havia inovado ao adotar técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil, uma diagramação revolucionária e grande racionalidade na gestão empresarial.¹⁷³ O jornal de Samuel Wainer também “pagava cerca de dez vezes mais do que o salário médio na época” e elevou significativamente o quadro salarial dos jornalistas.¹⁷⁴ Outros projetos editoriais inovadores se seguiram, “mas a grande transformação dessa época” teria sido conduzida por Amílcar de Castro e Reynaldo Jardim, no *Jornal do Brasil*, em 1957. Por meio da utilização de uma família só de tipos, de regras estritas e valorizando o espaço em branco, teria sido criado um projeto gráfico “que resistiu ao tempo e aos mais variados editores”.¹⁷⁵

Em trabalho que trata da “modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1950-1970”, Ana Paula Goulart Ribeiro utiliza como epígrafe uma reflexão de Alberto Dines: “O jornal diário magnificou-se. E, nesse processo, os que não tinham condições de acompanhar o salto foram se perdendo e desgarrando”.¹⁷⁶ Goulart Ribeiro analisou os dois vespertinos mais importantes do Rio de Janeiro, *O Globo* e *Última Hora*, e os dois principais matutinos da cidade, que nos anos 1960 eram o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*.¹⁷⁷ O *Correio* e o *JB* eram os jornais de maior prestígio intelectual, sendo que o *Jornal do Brasil* só conquistou esta posição a partir de sua reforma em fins da década de 1950.

¹⁷² Carlos Eduardo Leal. *Última Hora. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. O surgimento e os ataques infligidos ao jornal *Última Hora* oferecem o exemplo mais explícito de politização da mídia impressa, o que não significa que os outros veículos também não fossem amplamente politizados.

¹⁷³ Alzira Alves de Abreu *et ali*. *Eles mudaram a imprensa – Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 69.

¹⁷⁴ Ana Paula Goulart Ribeiro. *op. cit.* 2003.

¹⁷⁵ Mário de Camargo. *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*. São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003. p. 112.

¹⁷⁶ Ana Paula Goulart Ribeiro. *op. cit.* 2006. p. 426.

¹⁷⁷ *Idem*. p. 426 e 427.

A imprensa escrita, em geral, desfrutava de grande prestígio na época e era a principal formadora de opinião, assim como recebia a maior parcela das verbas publicitárias no início da década de 1950.¹⁷⁸ As televisões ficaram disponíveis ao consumidor brasileiro em 1951, mas só na década de 1970 a TV pôde ser considerada um veículo de comunicação de massa.¹⁷⁹

Mesmo sem concordar com o político norte-americano Adlai Stevenson, que afirmou, numa espirituosa e exagerada assertiva, típica de um grande frasista, que “um editor de jornal é alguém que separa o trigo do joio – e imprime o joio”,¹⁸⁰ sabemos que os acontecimentos não se transferem sozinhos para as páginas dos periódicos. Entre o fato ocorrido e o noticiário de um jornal existe um “filtro”, uma grande empresa, como o *Jornal do Brasil* em 1964. O jornalista que escreve a matéria é empregado de um jornal que depende de verbas publicitárias de outras empresas, dos governos e também precisa agradar aos leitores. Enfim, tudo está eivado de subjetividade, intenções e interesses.

2.2 A trajetória do *JB*: do “boletim de classificados” ao jornal dos intelectuais.

Fundado no Rio de Janeiro, em 1891, por Rodolfo Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil* nasceu monarquista e desde o início combateu a República que havia sido proclamada em 1889. As críticas ao novo regime criaram um clima de grande hostilidade ao jornal, e, após várias ameaças de empastelamento, na noite de 16 de dezembro de 1891, teve sua redação invadida e as oficinas foram completamente

¹⁷⁸ “A imprensa escrita vivia um período de grande prestígio. A televisão, inaugurada no Brasil em 1951, permanecia longe de conquistar o destaque que viria a ter nos anos seguintes. Em 1952, uma agência de publicidade como a Thompson destinava 53 por cento de suas verbas a jornais, revistas e outras publicações impressas; A televisão e o rádio, somados, ficavam apenas com 28 por cento do bolo”. Mário de Camargo. *op. cit.* p. 112.

¹⁷⁹ Alzira Alves de Abreu. *A modernização da imprensa*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.16.

¹⁸⁰ Ruy Castro. *O melhor do mau humor*. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 72.

depredadas. Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco desligaram-se formalmente do jornal, mas a grande maioria dos novos proprietários era composta por figuras de relevo do Império, que ainda conservavam simpatias pelo regime deposto. A dissolução da antiga sociedade, portanto, era um artifício para enganar os inimigos do periódico e retirar Dantas e Nabuco da berlinda, mas o diário demonstrava apreço pela monarquia e Joaquim Nabuco ainda colaborava com o jornal, sob o pseudônimo de Axel.¹⁸¹

As dificuldades políticas e o grande prejuízo causado pelo empastelamento forçaram o veículo a se voltar para o noticiário policial, até que, em 1893, um grupo ligado a Ruy Barbosa adquiriu o jornal, que a partir de então defenderia a República, mas atacaria violentamente o governo do presidente Floriano Peixoto. Os enfrentamentos entre o periódico e o governo de Floriano terminaram com a invasão militar da sede do jornal e seu fechamento. Depois de um ano e quarenta e cinco dias sem funcionar, o *Jornal do Brasil* reabriu com novos proprietários, os irmãos Mendes de Almeida, mas com outro perfil: apoiaria as autoridades e seria um enérgico adversário dos que transgredissem as leis, enquanto, ao mesmo tempo, se apresentaria como um órgão de imprensa popular e defensor dos pobres e oprimidos, divulgando suas queixas e reclamações.¹⁸²

Com a popularidade conquistada, em 1905 o *Jornal do Brasil* iniciou a construção de uma nova sede na Avenida Central e adquiriu novo maquinário. No entanto, estes gastos causaram grave crise financeira, que por sua vez obrigaram o jornal a alterações gráficas, e, em 1906, a primeira página já estava totalmente ocupada por anúncios. Estas transformações, no entanto, não modificaram seu conteúdo e o posicionamento político do jornal, que continuava oferecendo apoio ao governo, como

¹⁸¹ Alzira Alves de Abreu *op.cit.*, 2001.

¹⁸² *Idem.*

no caso da Revolta da Chibata (1910), e permanecia voltado ao noticiário popular, o que fazia com que seus críticos, pejorativamente, o apelidassem de “popularíssimo”.¹⁸³

O início da Primeira Guerra Mundial e o excessivo encarecimento do papel trouxeram grandes dificuldades financeiras. O jornal acabou nas mãos do empresário Ernesto Pereira Carneiro, “que pouco depois se tornaria conde papal”.¹⁸⁴ O *Jornal do Brasil* recuperou-se financeiramente e procurou resgatar o prestígio que havia perdido quando se concentrou no noticiário popular. A partir de então, foram valorizadas as seções literárias e artísticas, e diversas colunas eram escritas por membros da Academia Brasileira de Letras. Apesar do Conde Pereira Carneiro se preocupar com a manutenção de um comportamento prudente, procurando evitar que o jornal participasse de campanhas e lutas políticas que colocassem o diário em risco, as críticas, mesmo moderadas, à candidatura de Getúlio Vargas, provocaram, com a eclosão da Revolução de 1930, a invasão e o empastelamento do jornal, que ficou quatro meses impedido de funcionar.¹⁸⁵

Depois deste período fechado, para reabrir o jornal, o Conde Pereira Carneiro procurou manter boas relações com o governo revolucionário, embora, timidamente, ainda tecesse críticas ao regime e não aceitasse plenamente a continuidade de Getúlio Vargas. Em 1935, foi fundada a *Rádio Jornal do Brasil*. No entanto, apesar das relações estáveis com o governo, o *JB* não conseguia se recuperar plenamente dos reveses sofridos no início da década de 1930. A solução escolhida foi transformar o jornal num “boletim de anúncios”.¹⁸⁶ Suas primeiras páginas passaram a ser inteiramente ocupadas por classificados. Nesta época, o *Jornal do Brasil* ganhou o apelido pejorativo de ‘jornal

¹⁸³ *Idem.*

¹⁸⁴ Alzira Alves de Abreu *op. cit.*, p. 69 - 71.

¹⁸⁵ Alzira Alves de Abreu. *op. cit.*, 2001. Verbete *Jornal do Brasil*.

¹⁸⁶ *Idem.*

das cozinheiras’, devido ao grande número de anúncios de pessoas que buscavam empregadas e empregados domésticos.¹⁸⁷

Após a morte do Conde Pereira Carneiro, em 1953, sua viúva, Maurina Dunshee de Abranches, assumiu o jornal. Junto com Manoel Francisco do Nascimento Brito, casado com sua filha, Leda Marchesini, a Condessa deu início à transformação do *Jornal do Brasil*. Nascimento Brito comprou um “novo equipamento gráfico capaz de dar ao jornal condições técnicas” e a Condessa viajou para observar as inovações da imprensa estrangeira.¹⁸⁸

A Condessa estava convencida de que o jornal precisava mudar radicalmente para sobreviver, mas, neste período de transição, procurou mantê-lo discreto, sem participar muito ativamente das campanhas contra Getúlio Vargas. Em 1956, o jornal começou a sofrer alterações. Foi neste ano que surgiu o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, criado por Reynaldo Jardim. O sucesso do *Suplemento Dominical* fez a Condessa acreditar na possibilidade de reformar o *JB*.¹⁸⁹

Reynaldo Jardim convidou o poeta Mário Faustino, para dirigir a página de poesia em que “colaboravam regularmente Ferreira Gullar, Oliveira Bastos, Haroldo e Augusto de Campos, José Lino Grünwald, entre outros”.¹⁹⁰ Alberto Dines descreve Mário Faustino como poeta do concretismo e um homem de esquerda. Ele teria levado Nascimento Brito para a esquerda.¹⁹¹ Janio de Freitas, no entanto, pondera que Mário Faustino não era, de maneira nenhuma, de esquerda. Para ele, “há todo um equívoco gigantesco, o Décio Pignatari escreveu que a Condessa adorava o Mário Faustino, que

¹⁸⁷ Alzira Alves de Abreu *et alli. op. cit.*, 2003, p. 69 - 71.

¹⁸⁸ *Idem.*

¹⁸⁹ Alzira Alves de Abreu *op. cit.*, , 2001.

¹⁹⁰ Alzira Alves de Abreu *et alli. op. cit.*, 2003, p. 69 - 71.

¹⁹¹ Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro.

ele fez a reforma no jornal, que fez o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*. Quem fez o *Suplemento Dominical* foi o Reynaldo.”¹⁹²

Graças à participação de jovens de vanguarda ligados ao movimento concretista, com a criação do *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil* começaria a reforma do diário que, por muitos, anos fora apenas um jornal de classificados. O sucesso inicial da reforma foi tal, que a direção do jornal decidiu convidar Odylo Costa, filho para aprofundar as mudanças. Odylo, por sua vez, contratou Janio de Freitas, Carlos Castello Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Hermano Alves, Lúcio Alves e José Carlos de Oliveira.¹⁹³

No que se refere às primeiras páginas, antes de março de 1957, quando foi introduzida a fotografia,¹⁹⁴ não podemos constatar nenhuma mudança significativa no *Jornal do Brasil*. “O conceito da primeira página como vitrine, como uma espécie de ‘cardápio atraente’ de tudo o que estava no interior do jornal”,¹⁹⁵ estava longe de vigorar. As primeiras páginas do *JB* ainda estavam tomadas pelos classificados. A seguir, podemos averiguar como era o jornal antes da introdução da fotografia na primeira página.

¹⁹² Janio de Freitas. Entrevista concedida ao autor em 8 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

¹⁹³ Alzira Alves de Abreu *op. cit.*, 2003, p. 71.

¹⁹⁴ Alzira Alves de Abreu *op. cit.*, 2001.

¹⁹⁵ Ana Paula Goulart Ribeiro. *op. cit.* 2003.

Figura 1 (Jornal do Brasil, 18 de janeiro de 1957, p. 1):

JORNAL DO BRASIL
 VENDA AVULSA
 Domingos Cr\$ 2,00
 Dias úteis Cr\$ 1,50

ASSINATURAS
CAPITAL E INTERIOR
 Anual Cr\$ 300,00
 Semestral Cr\$ 180,00

BALCÃO DE ARBÚRGOS
 Publicação de 3 a 6 horas
 de manhã e de 3 a 6 horas
 de tarde, com 10 minutos
 de intervalo às 12 horas.

DEP. DE PUBLICIDADE
 Tel. 30.336 e 30.337
 (1.º andar)

Publicação de 3 a 6 horas
 de manhã e de 3 a 6 horas
 de tarde, com 10 minutos
 de intervalo às 12 horas.

AVISOS

Quem quer saber mais sobre o Jornal do Brasil, consulte o Guia de Anúncios e Publicidade, que contém todas as informações necessárias para a contratação de espaços publicitários.

ACHADOS E PERDIDOS

Quem achou ou perdeu alguma coisa, por favor, entre em contato com o Departamento de Achos e Perdidos, no endereço acima mencionado.

EMPREGOS DIVERSOS

Para saber mais sobre as oportunidades de emprego oferecidas pelo Jornal do Brasil, consulte o Guia de Emprego e Profissionalismo.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro Sexta-feira, 18 de Janeiro de 1957

ANO LXVII - Nº 15

AVENIDA RIO BRANCO, 126/111

Telefone: 30.336 e 30.337

Publicidade: 30.336 e 30.337

Assinaturas: 30.336 e 30.337

Correspondentes: 30.336 e 30.337

Redação: 30.336 e 30.337

Imprensa: 30.336 e 30.337

Arquivo: 30.336 e 30.337

Administrativo: 30.336 e 30.337

Tele. 30.336 e 30.337

Publicidade: 30.336 e 30.337

Assinaturas: 30.336 e 30.337

Correspondentes: 30.336 e 30.337

Redação: 30.336 e 30.337

Imprensa: 30.336 e 30.337

Arquivo: 30.336 e 30.337

Administrativo: 30.336 e 30.337

Tele. 30.336 e 30.337

Somente em última instância empregaria Eisenhower a força militar dos Estados Unidos no Oriente Próximo

Considerados insubsistentes, pelo T. S. E., todos os atos do Tribunal Regional do Maranhão

FORÇA DAS NAÇÕES UNIDAS OCUPARIA O CORREDOR DE GAZA

Insistem Bulgárin e Chou En-Lai nos ataques a "Comitê Eisenhower"

Modernização da frota aérea comercial do Brasil

Razões verdadeiras que levaram Chou En-Lai a visitar Varsóvia e Budapeste

Defende o "premier" Macmillan a intervenção anglo-francesa no Egito

Tópicos e Artigos

ENSENANDO A VIVER A MELHOR

LUTA ABERTA ENTRE O VIGÁRIO E MERCADO

ANÁLISE ESPECTRAL SOBRE O CENÁRIO DE O. S. RAS FORTES O SÉRIAS

PALTA DE SAGUÃO DIMINUIR O CONSUMO DE ENERGIA

Diversas Notícias

Acertado pelo Distrito Nacional de Defesa

Nova lista de países para o Tratado de Comércio e Consolidação das Índias do Nordeste

Desapareceu o "premier" Macmillan

Povo de Varsóvia de Agra e do Governo

Intervenção na base de Mafraq

26 PÁGINAS -- 2 CADERNOS

Cada caderno contém 13 páginas de texto e 13 páginas de fotos e ilustrações.

CHAPAS DE AÇO INOX TIPO 316

COMPRAMOS

Bitolas 3/8" ou 5/16"

Ofertas pelo telefone 26-1237

C/O 412

Inicialmente em caráter experimental, a introdução da foto na primeira página foi consolidada, conforme a seguir. No entanto, no final de 1958, os anúncios ainda prevaleciam:

Figura 2 (Jornal do Brasil, 19 de dezembro de 1958, p. 1):

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 19 de dezembro de 1958 Ano LXXVIII — N.º 297

EUA colocam em órbita satélite: quatro toneladas

Trabalhadores do açúcar decidem: greve dia 29

S. EXA. NÃO COMPARECEU



Edição de hoje:
32 páginas
2 cadernos

AVISOS

PERDIDOS

ACHADOS E PERDIDOS

EMPREGOS

CONTEÚDO

RESULTADO DE HOJE
Cestas de Natal

Sideral

GANHOU

SIGRAL

O TEMPO

Color vai aumentar

PUBLICIDADE

SEUS	CEDULOS
1.º	1.º
2.º	2.º
3.º	3.º
4.º	4.º
5.º	5.º
6.º	6.º
7.º	7.º
8.º	8.º
9.º	9.º
10.º	10.º
11.º	11.º
12.º	12.º
13.º	13.º
14.º	14.º
15.º	15.º
16.º	16.º
17.º	17.º
18.º	18.º
19.º	19.º
20.º	20.º
21.º	21.º
22.º	22.º
23.º	23.º
24.º	24.º
25.º	25.º
26.º	26.º
27.º	27.º
28.º	28.º
29.º	29.º
30.º	30.º
31.º	31.º
32.º	32.º

Outro aspecto inovador do *JB* teria sido o mérito de abrir a redação às mulheres. Alberto Dines aventa a hipótese de que o *Jornal do Brasil* tenha sido “o primeiro a ter mulheres na redação, como repórteres, a exemplo de Ana Arruda, de Sílvia Donato, de Maria Inês Duque Estrada”. Dines destaca, ainda, que já havia colaboradoras e, na área internacional, tradutoras de telegramas. Mas seriam muito poucas.¹⁹⁶

Nesse processo de mudanças, o jornal ampliou o noticiário, adotou a fotografia na primeira página e, a partir de 1959, passou por importantes modificações gráficas. Surgiram o Caderno C, de classificados, e o Caderno B, dedicado às artes, teatro e cinema. Enquanto Ana Arruda Callado enfatiza a importância de Janio de Freitas nesta etapa decisiva da reforma,¹⁹⁷ Alzira Alves de Abreu também se refere a ele quando trata da equipe de jovens jornalistas contratados por Odylo Costa, filho, e depois destaca as inovações introduzidas por Janio de Freitas e Carlos Lemos nas páginas de esportes.

Em 1962, já sob a direção de Alberto Dines, instituíram-se as editorias no *JB*, que se especializaram na cobertura de temas como política, economia, esportes, cidade, internacional etc. A reforma do *JB* teve grande impacto e serviu de exemplo para as transformações subsequentes da imprensa brasileira. As mudanças aconteceram não apenas na diagramação, nas fotos, nas matérias e na eliminação dos fios que separavam as colunas de texto, mas também na linha editorial.

Segundo Alzira Alves de Abreu, o *Jornal do Brasil* manteve-se como um órgão católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada. Ao contrário da maioria dos jornais do período, o *JB* procurou se distanciar dos partidos políticos e se posicionar de forma isenta frente aos acontecimentos.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Alberto Dines, *apud* Alzira Alves de Abreu *op. cit.*, 2003, p. 172.

¹⁹⁷ Ana Arruda Callado. Entrevista concedida ao autor em 15 de maio de 2007 no Rio de Janeiro.

¹⁹⁸ Alzira Alves de Abreu *op. cit.*, 2003, p. 72.

O progressivo distanciamento dos partidos políticos deve-se ao fato de que os principais financiadores dos jornais são agora os anúncios das grandes empresas. Portanto, os compromissos, mais do que com partidos políticos, se redirecionaram para os grupos econômicos. Deixando de lado a pretensa isenção, o fato é que, com todas as mudanças operadas desde fins da década de 50, rapidamente o *JB* tornou-se um jornal de prestígio.

Segundo o escritor e jornalista Ruy Castro, a imprensa brasileira deve a Janio de Freitas a reforma do *Jornal do Brasil*. Janio teria não apenas revitalizado radicalmente um velho órgão, como estabelecido um padrão que todos os jornais tiveram que seguir. Não teria sido apenas uma reforma gráfica, mas uma profunda reforma editorial. Em 1959, a situação do *JB* era muito ruim. Havia perdido todo o antigo peso político e tinha se tornado um jornal de classificados. Oitenta por cento de sua primeira página eram de pequenos anúncios, do tipo “vendo Ford 1938” ou “Precisa-se de cozinheira”.¹⁹⁹

O noticiário era fraco e a única seção arejada do jornal era a de esporte. Seu editor e diagramador, Janio de Freitas, 25 anos, vinha fazendo algumas inovações por conta própria. O vice-presidente da empresa, M. F. do Nascimento Britto, gostava delas e sabia que Janio tinha um projeto para todo o jornal. Os dois conversaram bastante até chegar a um acordo na última sexta-feira de maio de 1959. Janio tornou-se editor-chefe e passou o fim de semana montando a “boneca”. “Sabia muito bem que jornal faria na segunda-feira. Na terça, 2 de junho, o *Jornal do Brasil* já saiu diferente”. O diagramador Amílcar de Castro, que havia sido demitido no ano anterior por Odylo, foi chamado para trabalhar na primeira página.²⁰⁰

Na visão de Castro, Janio não fez somente uma mudança gráfica, mas uma verdadeira reforma jornalística – de temática e de conteúdo. As fotos não poderiam ser

¹⁹⁹ Ruy Castro. *Ela é carioca*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 186 - 188.

²⁰⁰ *Idem*.

apenas atraentes, teriam também que conter informações e, aos poucos, o modelo da primeira página foi estendido às páginas internas, executadas pelo diagramador Waldir Figueiredo. Com sua equipe de copidesques – José Ramos Tinhorão, Décio Vieira Ottoni, Nilson Lage e Raymundo Ferreira de Brito – Janio de Freitas inovou o estilo de escrever jornal. Em poucos meses, o *Jornal do Brasil* dobrou a tiragem, bateu o *Correio da Manhã* e tornou-se o jornal mais influente e discutido do Brasil. Nos dois anos em que comandou o *Jornal do Brasil*, Janio planejou a subdivisão do jornal em cadernos, mas só teve tempo de implantar alguns, como o *Caderno B*, lançado em 15 de setembro de 1960.²⁰¹

Castro afirma que “os problemas já haviam começado: num país em que a praxe era uma imprensa pendurada por favores oficiais, um jornal de noticiário independente e com a súbita importância do *Jornal do Brasil* era um incômodo”. As pressões vinham de todos os lados e, quando ficaram intoleráveis, Janio preferiu sair em maio de 1961. Mas a reforma foi respeitada e seguida por seus sucessores. Dois anos depois, Janio repetiu o feito, só que no *Correio da Manhã*. Aceitou o convite de Paulo Bittencourt e, em 45 dias, o *Correio da Manhã* bateu o *JB* em circulação, e Janio tornou-se o maior salário do Brasil.²⁰²

Ana Arruda Callado compartilha da versão de Ruy Castro: “A fonte do Ruy Castro foi Janio de Freitas, porque eles são amigos. Mas eu não posso desmentir, pois não garanto que eu saiba cada passo. O que estou lhe dizendo é que foi a cabeça de Janio que detonou a reforma do *JB*.”²⁰³ Ana Arruda confirmou que Janio de Freitas foi o principal responsável pela segunda e decisiva reforma do *Jornal do Brasil*:

O L foi o Amílcar. Foi o desenho do Amílcar. Agora, qual o papel do Janio? É que, antes dessa reforma maior, o Odylo tinha um pouco

²⁰¹ *Idem.*

²⁰² *Idem.*

²⁰³ Ana Arruda Callado. Entrevista concedida ao autor em 15 de maio de 2007 no Rio de Janeiro.

exilado o Janio e o Carlos Lemos, que tem uma participação também, que não se fala muito, na questão de fotografia. Mas Janio e Lemos foram para a seção de esportes para não “chatear” e lá eles fizeram abertura, corte de fotografia, e fizeram uma seção linda! E o Odylo era conservador e queria as coisas... O que o Amílcar fez depois foi por influência de Janio...²⁰⁴.

Segundo Castro, um dos supostos autores da reforma, Odylo Costa, filho, já não era mais o editor-chefe e estava fora do jornal seis meses antes de ela começar. Odylo foi demitido pela condessa por ter publicado, na primeira página do dia 6 de agosto de 1958, uma foto do então presidente Juscelino Kubitschek em que ele parecia estar pedindo uma esmola ao secretário de Estado americano John Foster Dulles, em visita ao Rio. O título da foto, “Tenha paciência, mister”, foi considerado maldoso.²⁰⁵

Ainda segundo Castro, Odylo também não era exatamente um jornalista, mas um político que atuava na imprensa. Era ligado à UDN e inimigo de Juscelino Kubitschek. Seu udenismo o levou a cometer aquele ato falho que enfurecera o presidente Juscelino Kubitschek, que ameaçou veladamente não conceder o canal de televisão que estava prometido ao *Jornal do Brasil*. Mas, para a demissão de Odylo não parecer consequência disso, teriam-no deixado permanecer até dezembro. Em 1º de janeiro de 1959, Odylo já estava na *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda.²⁰⁶

Ana Arruda Callado, por sua vez, afirma que “Odylo era conservador”, e “o que o Amílcar fez, foi por influência de Janio”. Para ela, o sucesso da seção de esportes e a persuasão de Janio de Freitas sobre Nascimento Brito, possibilitaram a segunda e decisiva reforma do *Jornal do Brasil*:

O Nascimento Brito, por influência de Janio, chama o Amílcar, quer dizer a empresa, o jornal, chama o Amílcar. Então o Amílcar desenha o jornal inteiro. Mas, repare, Amílcar foi o artista gráfico que fez o planejamento gráfico... Se não tivesse sido Janio de Freitas, nos

²⁰⁴ *Idem.*

²⁰⁵ Ruy Castro. *op. cit.*, 1999. p. 186 - 188.

²⁰⁶ *Idem.*

esportes, abrindo, não ia ter reforma. Quem fez o desenho, o design do jornal, foi Amílcar. O desencadeador da reforma e o cara que deu as dicas e era amigo do Amílcar foi Janio de Freitas. O Suplemento Dominical era concretista... Aquilo tudo ajudou... Foi bom você ter citado o Suplemento... As coisas não acontecem de repente, são vários fatores... Historiador sabe disso... Um dos fatores para a Condessa ousar foi o SDJB. Mas tinha muito anúncio na época dele (Odylo) ainda, não deu certo isso...²⁰⁷

Portanto, o ano de 1958 já apresentava mudanças, mas a “marca” do *JB* ainda não havia sido criada. No dia 25 de dezembro de 1958, por exemplo, o *Jornal do Brasil* ainda não apresentava o seu famoso formato em “L” dos classificados. Eram duas manchetes, uma grande em cima, uma menor embaixo. Na primeira página, havia uma foto grande, uma inovação, e anunciava uma peça de Maria Clara Machado. Os classificados de primeira página procuravam “Moças de boa aparência para serviço externo, fixo, ótimas comissões...” e continha também o “achados e perdidos”.

A mudança só se operou na primeira página do dia 2 de junho de 1959, uma terça-feira. Neste dia, surgiu o conhecido “L” dos classificados. A manchete principal anunciava a “Revolução na Nicarágua contra ditadura Somoza”, a foto maior era de um navio russo, de pesquisa hidrográfica, que chegara “sem água e sem aviso”. Havia chamada para texto de Mário Pedrosa, assim como uma apresentação das matérias do interior do jornal, com suas respectivas páginas, logo abaixo do “nesta edição”.

²⁰⁷ Ana Arruda Callado. Entrevista concedida ao autor em 15 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

Figura 3 (Jornal do Brasil, 2 de junho de 1959, p. 1):

Memórias de Montgomery começam hoje: 2.º caderno

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Terça-feira, 2 de junho de 1959

ANO LXIX — N.º 128

Revolução na Nicarágua contra ditadura Somoza

Edição de hoje: 28 páginas e 2 cadernos

Comerciarão pensam pedir aumento: 50%

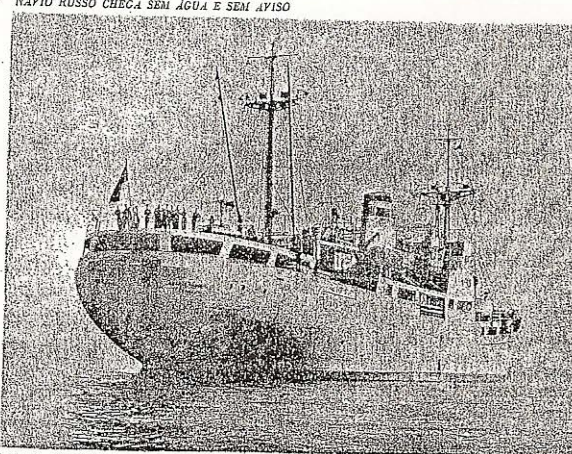
NAVIU RUSSO CHEGA SEM ÁGUA E SEM AVISO

ACHADOS E PERDIDOS
Ainda de dentro com trinta...
COMERCIO
Aumento de 50%...
EMPREGOS
ADILCIAR DE...
REVISÃO FINAL

O Sindicato dos Comerciantes vai esperar a lei de junho um...
Aumento de 50%...
Aumento de 50%...

SILÍCIUM-FAMILIA
Algo mais além que o...
Aumento de 50%...

INDÚSTRIAS PRIVADAS VÃO CEDER ENERGIA PARA EVITAR ENCAMPAMENTO DE FORÇA E LUZ
Uma quantidade...
História de um americano e 10 milhões



Um fiscal de Polícia Mexicana foi a primeira pessoa a ver, de bordo de uma lanca, a chegada, às margens do Rio de maré hidrográfico oceânico "Mikailov" que se encontra atracado no cais de Santa Luzia, em um ponto de apoio para o comércio de frutas e verduras. A confirmação de que se trata de um navio russo, se deu em 1959, quando o Comandante Yuri teve problemas com a polícia local. O "Mikailov" tem uma tripulação de 120 pessoas, dos quais 10 são militares e 10 são civis. Tem também 12 toneladas de frutas e verduras. O "Mikailov" está no porto de Santa Luzia, em um ponto de apoio para o comércio de frutas e verduras. O "Mikailov" está no porto de Santa Luzia, em um ponto de apoio para o comércio de frutas e verduras.

Previsão

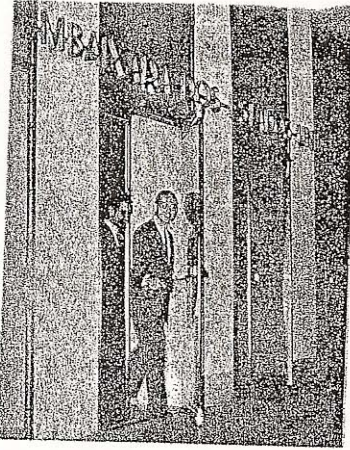
TEMPO — Bom.
TEMPERATURA — Em geral, agradável.
VENTOS — Fracos.
NÚMIDA — 102 (Linha de Santa Luzia).
MÚLTIPLA — 102 (Linha de Santa Luzia).
COSTA RIO — S. C. SUL — Bom.
COSTA RIO — FERNANDES — Bom.

Nesta edição

Indústria de...
Navegação...
CNP decide 5.ª feira sobre derivados

CNP decide 5.ª feira sobre derivados

Artigos de Mário Pedrosa



Artigos de Mário Pedrosa
Diálogo de uma...
A publicação regular de artigos...
de Mário Pedrosa...

INDÚSTRIAS PRIVADAS VÃO CEDER ENERGIA PARA EVITAR ENCAMPAMENTO DE FORÇA E LUZ
Uma quantidade...
História de um americano e 10 milhões

HISTÓRIA DE UM AMERICANO E 10 MILHÕES
Após quase um ano no Brasil...
História de um americano e 10 milhões

INDÚSTRIAS PRIVADAS VÃO CEDER ENERGIA PARA EVITAR ENCAMPAMENTO DE FORÇA E LUZ
Uma quantidade...
História de um americano e 10 milhões

HISTÓRIA DE UM AMERICANO E 10 MILHÕES
Após quase um ano no Brasil...
História de um americano e 10 milhões

ARTIGOS DE MÁRIO PEDROSA
Diálogo de uma...
A publicação regular de artigos...
de Mário Pedrosa...

REVISÃO FINAL
Ainda de dentro com trinta...
COMERCIO
EMPREGOS
ADILCIAR DE
REVISÃO FINAL

Ana Arruda Callado, testemunha do “auge da famosa reforma do *JB*”, recorda que:

*Odylo ainda estava lá e tinha detonado a reforma, mas muito fragilmente. Logo depois, houve a “rebelião cubana”, como o pessoal chamava: Araújo Netto, Carlos Lemos e Janio de Freitas foram juntos para Cuba quando Fidel entrou em Havana, em janeiro de 1959, e quando voltaram, praticamente assumiram o poder no JB. Odylo tinha saído exatamente no fim de 1958. Enquanto estive no jornal, as coisas estavam começando. Foi quando, no esporte, Lemos e Janio começaram a introduzir novidades.*²⁰⁸

Cláudio Mello e Souza, um dos autores do livro *Os idos de março e a queda em abril*, havia sido levado para o *Diário Carioca* por Paulo Francis. Lá, escrevia a coluna de cinema, mas saiu em meado de 1959, quando foi contratado pelo *JB* para fazer parte do copidesque chefiado por Janio de Freitas. Após breve interrupção de seis meses, quando trabalhou para o governo Jânio, na companhia de Ferreira Gullar, como membro da Fundação Cultural de Brasília, Cláudio Mello e Souza retornou ao *JB*, e voltou a fazer crítica de cinema, além do copidesque do *Caderno B*. Depois, passou a editor do *Caderno B*. Viveu “na intimidade do *JB* por cinco anos, justamente os cinco anos em que a reforma gráfica se consolidou, em que as finanças do jornal se arrumaram e o dinheiro da publicidade passou a entrar em mais quantidade e com mais regularidade.”²⁰⁹

Para Cláudio Mello Souza, Nascimento Brito “nada entendia de gráfica”. Segundo ele, de 59 até 61, período que Amílcar, Janio de Freitas e Reynaldo Jardim

²⁰⁸ Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha. *Elas ocuparam a imprensa*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 24. Janio de Freitas, jovem jornalista, tinha a imagem de “poeta e conspirador”, segundo Danuza Leão: “Tive a sorte de, na época, Nara ter um namorado que ia sempre vê-la à noite. Para que eu não ficasse sozinha, eles namoravam na casa dos meus pais, e às vezes o namorado levava uns amigos – um deles era Janio de Freitas, com seu ar de poeta e conspirador. Assim eu não me sentia confinada: eles me alegravam, eu via que a vida podia ser boa (...)”. Danuza Leão *Quase tudo - Memórias*, São Paulo: Companhia das letras, 2005. p. 94.

²⁰⁹ Cláudio Mello e Souza. Depoimento concedido por escrito em 2 de junho de 2007.

trabalharam nas várias reformas (primeiro caderno, *Suplemento Dominical* e os primeiros esboços do *Caderno B*, sob a supervisão e o estímulo da sra. Condessa Pereira Carneiro), Alberto Dines trabalhava em outros veículos e pouco ou nada sabia da reforma do *JB*. A reforma do primeiro caderno foi iniciada, timidamente, pela reforma da primeira página, imaginada e realizada por Odylo Costa, filho. Depois de aceita pela Condessa, conforme Cláudio Mello e Souza faz questão de enfatizar, “foi aplicada no restante das páginas, seguindo a trilha aberta, repito, pelo Amílcar e pelo Reynaldo, no *Suplemento Dominical*”.²¹⁰

Cláudio Mello e Souza afirma que nunca soube as razões que levaram Nascimento Brito a “desfazer-se de Janio, que era bom editor, para trazer o Dines, um desconhecido de quase todos, a começar por mim”, e destaca que Alberto Dines teve três fases distintas no *Jornal do Brasil*:

*A primeira, de acomodação, isto é fazendo servilmente o jogo do Brito, coisa que o Janio não fez por lhe faltar esperteza ou por lhe restar algum caráter; a segunda, em que deu demonstrações de destemor, quando era mais feroz e hedionda a ditadura dos milicos; e a terceira, a da queda, que acompanhei de perto, por causa do meu amigo Otto Lara Resende. De 68 para 69, enojado de Brasil, tratei de me mudar para a Europa. Fui ser diretor da Manchete em Lisboa e, depois, em Paris. O Otto foi meu hóspede em Paris por uma semana. Certo dia (na verdade foi uma certa noite), me fez, em nome do Brito e por imposição do Dines, o convite fatal: que eu voltasse ao Rio e ao jornal para ocupar um posto inexistente e meio vago: o de homem de ligação entre jornalistas e publicitários. Vi logo que o Dines estava em desgraça. Por ser o Dines, que não sabia ser modesto; nem conseguia viver sem poder por muito tempo. O Brito não tolerava auxiliares ambiciosos. O jornal já estava levando surras diárias do Globo (venda avulsa e receita publicitária), surras essas que começaram quando Roberto Marinho avançou pelos domingos e lançou seus classificados. O Dines havia fracassado. Daí por diante, é o que se sabe, foi o que se viu. Desmotivado, desarrumado, desacreditado, o JB morreu de vergonha.*²¹¹

²¹⁰ *Idem.*

²¹¹ Cláudio Mello e Souza. Depoimento concedido por escrito em 2 de junho de 2007.

Para Cláudio Mello e Souza, “Dines foi beneficiário da ditadura”. Beneficiário é aquele que usufrui benefício, tem vantagens etc. A carreira de Dines, o prestígio que ainda usufrui, foi obtido graças ao cargo que ocupou no *Jornal do Brasil*. Dines começou seu trabalho de “media criticism” quando ainda trabalhava num grande jornal, a *Folha de S. Paulo*, mas não era mais o “xerife” do *JB*.²¹²

Levando em conta o depoimento de Cláudio Mello e Souza, há certas dúvidas a respeito da participação Nascimento Brito na reforma do *JB*. Na opinião de Ana Arruda Callado, “o Nascimento Brito era um homem muito fraco, é preciso que se diga isso. Depois que ele morreu virou herói, mas era um homem muito fraco”.²¹³ Reforçando seu argumento, Ana Arruda relata um diálogo entre o jornalista Araújo Neto e a Condessa:

*Araújo me contou que, quando ele foi uma vez se despedir da Condessa, disse: ‘não dá, porque o Nascimento Brito realmente não dá, trabalhar com ele não dá’. A Condessa teria dito a ele: “Araújo, eu só tenho uma filha e minha filha é casada com esse homem, compreenda que eu não posso fazer nada”*²¹⁴.

Por sua vez, Dines reconhece em Nascimento Brito a qualidade de ter presidido reuniões com os editorialistas, e até por eles ser convencido.²¹⁵ Apesar de enxergar como qualidade de Brito esta prática fazer reuniões formais de editorialistas com ministros de Estado, por exemplo, Dines utiliza mais de uma vez o adjetivo “emprenhável” para se referir a Brito: “ele era muito empenhável”. “Os empenhamentos que ele recebia.” Ou: “O Nascimento Brito era muito volúvel. Ele atendia a quem falava mais alto perto dele.”²¹⁶

²¹² Carlos-Leonam. *Os degraus de Ipanema*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 145.

²¹³ Cláudio Mello e Souza. Entrevista concedida ao autor em 15 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

²¹⁴ *Idem*.

²¹⁵ Alzira Alves de Abreu. *Op. cit.*, 2003, p. 168.

²¹⁶ Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 28 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro.

Depois que Janio de Freitas saiu do *JB*, após um período de transição com Omer Monte Alegre, Alberto Dines foi contratado por indicação do banqueiro José Luiz Magalhães Lins,²¹⁷ diretor do Banco Nacional e sobrinho de Magalhães Pinto.

José Luiz Magalhães Lins foi o “czar da imprensa brasileira nos bastidores, mandou na imprensa brasileira de 60 até setenta e poucos, pelo Banco Nacional de Minas Gerais”²¹⁸. Dines afirmou que “meu primeiro *papagaio* foi ele quem me deu em 58, quando eu ainda estava na *Manchete*.”²¹⁹ Magalhães Lins amigo íntimo de Nascimento Brito,²²⁰ e não só Dines, como Carlos Castello Branco, foram por ele indicados para o *JB*.²²¹

Conforme relatou Dines, José Luiz Magalhães Lins:

*Era uma pessoa muito, muito, muito ouvida pelo Brito. Como veio a ser depois muito ouvido pelo Roberto Marinho. José Luiz, que está vivo, era um jovem banqueiro de sucesso e prestígio e sem dúvida foi umas das principais eminências pardas do Rio de Janeiro,²²² e foi quem ajudou o JB a contratar todas as grandes estrelas. Nascimento Brito falava com o Zé Luiz todo dia, aliás não só Brito não. Roberto Marinho também, Chagas Freitas também”.*²²³

²¹⁷ Mario Sergio Conti. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 414. Janio de Freitas confirmou esta informação em entrevista ao autor no Rio de Janeiro em 8 de março de 2007. O próprio Alberto Dines também acredita que “pode ter sido sugestão dele”, José Luiz Magalhães Lins, que o teria indicado para dirigir o *JB*, conforme entrevista ao autor no Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 2007.

²¹⁸ Alzira Alves de Abreu *op. cit.*, 2003, p 107.

²¹⁹ *Idem*.

²²⁰ *Idem*.

²²¹ Janio de Freitas, em entrevista ao autor no Rio de Janeiro, em 8 de março de 2007, e Alberto Dines em entrevista ao autor no Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 2007, confirmaram que Carlos Castello Branco foi indicado para o *JB* por José Luiz Magalhães Lins.

²²² José Luiz Magalhães Lins era um mecenas. Entrou na vida de Garrincha através de Armando Nogueira, Sandro Moreyra e Araújo Neto. Tornou-se um “protetor” do craque das pernas tortas. Ruy Castro. *Estrela solitária. Um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo, Companhia das Letras: 1995. ps. 268, 275, 290 e 291. José Luiz Magalhães Lins pagou uma operação do joelho de Garrincha, realizada no dia 29 de setembro de 1964. Assim, José Luiz manteve a função mediadora nas negociações contratuais do jogador com o Botafogo. Fabio Mário Iorio. *Rastros do cotidiano. Futebol em versiprosas de Carlos Drummond de Andrade*. Tese de doutorado em literatura comparada pela UFRJ, 2006.

<http://www.ciencialit.letas.ufrj.br/trabalhos/fabio_mario_rastros.pdf>. Último acesso em 25 de julho de 2007.

²²³ Alberto Dines, em entrevista concedida ao autor em 28 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro.

Magalhães Lins teve importante atuação junto aos proprietários dos meios de comunicação. Salvou, inclusive, seu amigo dileto, Roberto Marinho, na hora de seu maior aperto financeiro.²²⁴

Segundo Janio de Freitas, Magalhães Lins introduziu uma concepção absolutamente nova de operação bancária no Brasil, que até então só funcionava para a elite financeira. “Ele foi trabalhar com atacadistas da Rua do Acre, foi abrindo, abrindo áreas... Donos de jornal... Empréstimos pessoais... Era um banco que não tinha restrição a empréstimo pessoal. Não exigia que você fosse um depositante de não sei quanto para poder ter um empréstimo”. Para Janio de Freitas, ele aceitaria, “até determinado limite, propostas de reformas no Brasil”, inclusive porque essas reformas teriam um caráter preventivo em relação a um movimento comunista. “Esse sentido preventivo, esse teor também preventivo, foi o que levou muita gente também a aceitar, propugnar pelas reformas. O Zé Luiz era uma dessas pessoas”.²²⁵

A respeito das motivações que levaram à saída de Janio de Freitas do *JB*, ele revelou que, entre outros motivos, “a minha saída do Jornal do Brasil já tem a ver com o fato de que eu era dado como uma pessoa de esquerda.” Um exemplo dado por Janio de Freitas foi quando ele publicou uma foto do Secretário Geral do Partido Comunista da URSS, Nikita Krushev, nos Estados Unidos: “publicar uma foto do Krushev nos Estados Unidos na primeira página do *Jornal do Brasil* era uma coisa quase inimaginável, eram três, quatro, cinco dias de uma tempestade brutal, pressão, acusações, uma aporrinhação sem fim, era um negócio infernal”. A publicação da foto

²²⁴ “Quando uma parcela particularmente alta da dívida com o Time-Life estava para vencer, um banqueiro, que havia lhe garantido apoio, “roeu a corda” na véspera, disse que não tinha o dinheiro. Roberto Marinho estava para perder a televisão e sua casa no Cosme Velho, José Luiz Magalhães Lins o “ajudou numa hora decisiva”. E “nunca pediu o repagamento até muitos anos depois”. Pedro Bial. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 234. “A Globo deu prejuízo durante anos, ao longo dos quais o empresário comprou mais emissoras de televisão. (...) o jornalista recorreu a José Luiz de Magalhães Lins (...)” Mario Sérgio Conti. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 498

²²⁵ Janio de Freitas. Entrevista concedida ao autor em 8 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

de Kruschew, na primeira vez que um líder soviético foi à ONU, passados mais de 40 anos da Revolução Soviética, teria causado polêmica, gerado “uma onda gigantesca. Um troço impressionante”.²²⁶

Segundo Freitas, o presidente da Federação das Indústrias, Zulfo de Freitas Mallmann, o presidente da Associação Comercial, Rui Gomes de Almeida, o Cardeal Dom Jaime Câmara e o seu cônego Bessa, “constituíam uma espécie de cozinha ideológica e de ações de pressão que caíam muito sobre a Condessa Pereira Carneiro, sobre o Nascimento Brito e por aí afora”. Quando saiu do *JB*, Janio de Freitas teria deixado em seu lugar José Ramos Tinhorão, que também não se entendeu com a direção do jornal e voltou ao copidesque. Em seguida, assumiu Omer Monte Alegre, escritor sergipano, um senhor de idade que chefiava a seção de economia, “homem competente e circunspecto”.²²⁷

Mas a gestão de Monte Alegre durou pouco, pois, de acordo com Freitas, o “grupo conspiratório ideológico começou a trabalhar para entregar ao Dines, que já tinha proposto ao Nascimento Brito, quando eu estava lá ainda, fazer um jornal para confrontar com o ‘Metropolitano’ da União Metropolitana de Estudantes”. Segundo Janio de Freitas, “o Metropolitano era considerado um semanário de esquerda, de estudantes”. E Dines teria proposto fazer um de direita “na empresa *Jornal do Brasil* para confrontar, para combater o Metropolitano, e o Brito não topou”. De acordo com Freitas, a partir de janeiro de 1962, com a chegada de Alberto Dines, teve início uma virada do *Jornal do Brasil*. O noticiário começou “a sofrer uma distorção na transcrição da realidade, uma distorção direitista, quando sai o Omer Monte Alegre e o Dines

²²⁶ *Idem.*

²²⁷ *Idem.*

assume”. Alberto Dines tirou da redação do *Jornal do Brasil* muitas das pessoas que eram dadas como de esquerda do jornal.²²⁸

Newton Carlos, demitido poucos meses após o golpe de 1964, também acredita que houve uma inflexão à direita no *JB*, embora sua área, política internacional, tenha sido pouco afetada logo após a derrubada de João Goulart: “o meu trabalho, eu pude fazer. Por isso eu fiquei muito surpreso quando me foi dito que o Brito queria que resolvessem o meu problema o mais rápido possível. Foi um choque”.²²⁹

Ana Arruda Callado, demitida na greve de 1962, confirmou que houve uma inflexão direitista no *JB* após a entrada de Alberto Dines e relatou como foi sua participação no *Jornal do Brasil*:

Minha participação era de repórter, uma mera repórter, só que naqueles tempos de efervescência, a gente participava. Eu, como repórter principiante, com menos de um ano de jornal, a gente ficava de noite na redação discutindo a primeira página... Quem fazia era Janio, na época chefe de redação. Mas ele permitia essa participação. Então eu me sentia... Era quase como um time, a gente se sentia fazendo parte... Eu me lembro quando fiz a primeira viagem, o orgulho que eu tinha de ser do JB, porque os repórteres de todos os outros lugares vinham conversar, “você é do JB, como é trabalhar lá?” “E o Amílcar, e o Janio, e o Araújo Neto como que é?” Enfim, as pessoas que faziam o jornal... Então, evidentemente que o Dines foi um banho de água fria. Foi um banho de água fria... Porque Dines entrou com uma missão específica de transformar aquele jornal que era uma festa, que era tão bem feito, que era tão bonito, numa empresa, e nós não pensávamos empresarialmente. Janio brigava o tempo todo por aumento de salários e coisa e tal. Dines não. Dines veio e cumpriu. Por isso ficou tanto tempo. E por isso a empresa gostava tanto dele. Transformou aquilo numa empresa onde a publicidade passou a ter uma força enorme. (...) Houve uma inflexão à direita. O jornal tinha uma redação cheia de gente de esquerda, inclusive eu, na convivência com aquela redação, me tornei uma militante de esquerda. E o Dines veio para puxar o freio e transformar aquilo numa empresa. Ele foi muito útil à empresa. Ideologicamente não tem dúvida que foi uma guinada à direita.”²³⁰

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ Newton Carlos. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de abril de 2007, no Rio de Janeiro.

²³⁰ Ana Arruda Callado. Entrevista concedida ao autor em 15 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

Sobre a greve de 1962, Ana Arruda recorda que foi uma ousadia muito grande, mas que os jornalistas foram a reboque dos gráficos, onde a greve começou. “Sem a greve dos gráficos, os jornalistas não teriam força para fazer greve. Mas fizemos, fomos para o sindicato”. Ana Arruda relatou que os jornalistas fizeram piquetes diante do *O Globo* e do *Correio da Manhã*, jornais que tentaram impedir a greve. O *Jornal do Brasil* nem tentou porque a adesão no próprio jornal foi muito grande. Até o chefe de reportagem, Jaime Negreiros, estava “no sindicato junto com a gente”. No entanto, depois de dois dias sem sair jornal, os proprietários, “que não são bobos, se uniram e acabaram com a gente completamente. Eu me senti uma heroína, o Nelson Werneck conta que a greve foi uma maravilha, aquela coisa muito ufanista do Partido Comunista daquela época. Não foi, foi um fracasso, mas foi uma bela experiência”. Os jornalistas que fizeram a greve foram demitidos e os jornais ainda fizeram um pacto de para não contratar nenhum dos grevistas.²³¹

Em linhas gerais, pode-se concluir que, com a chegada de Alberto Dines ao *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1962, iniciou-se um processo de modernização do jornal, dentro de uma lógica empresarial, e, em paralelo, uma inflexão à direita, num ambiente de crescente polarização política que culminou com o golpe de 1964.

²³¹ *Idem.*

2.3 O *Jornal do Brasil* e o golpe

2.3.1 Do comício da Central à publicação de “Os idos de março”

Na cobertura do Comício da Central, o *Jornal do Brasil* enxergava e traduzia as reformas de João Goulart como “radicais”: “Goulart pede reformas radicais no Congresso”.²³² No mesmo dia, na página 3, no alto à direita, com o título “Magalhães promete uma análise sobre decreto de expropriação da Supra”, uma matéria da sucursal de Belo Horizonte avisava que “O Governador Magalhães Pinto vai dirigir uma mensagem à nação, na próxima semana, fazendo uma análise das implicações dos decretos assinados pelo sr. João Goulart no Comício da Central do Brasil e examinando o discurso do Presidente da República em toda sua plenitude.”²³³

Magalhães é retratado pelo *JB* como um político moderado, sensato, ponderado. “O pronunciamento será feito através de uma cadeia de rádio e televisão. O sr. Magalhães Pinto prefere não se dirigir ao povo brasileiro antes de examinar detidamente o conteúdo das medidas adotadas pelo chefe da nação com relação ao problema do campo e às relações das refinarias particulares.” Magalhães Pinto estudaria os problemas, antes de tomar qualquer atitude, mas apoiaria os fazendeiros: “O Governador criará um órgão junto à Secretaria de Agricultura de Minas, com o fim específico de assessorar os fazendeiros em suas relações com a Supra no tocante às desapropriações.”²³⁴

O mineiro José de Magalhães Pinto (1909 – 1996) teve uma carreira de sucesso nos negócios e na política. Em 1926, foi admitido como escriturário, mediante concurso, declarando ter nascido no ano de 1908, pois ainda não tinha a idade mínima exigida de 18 anos para prestar o exame. Aprovado, desempenhou sucessivamente as

²³² *Jornal do Brasil* 15/3/1964, p. 1.

²³³ “Magalhães promete uma análise sobre decreto de expropriação da Supra”. *Jornal do Brasil* 15/3/1964, p. 3 do primeiro caderno.

²³⁴ *Idem*.

funções de escriturário, contador e procurador. Tornou-se gerente de banco e, em 1938, passou a ocupar a presidência da Associação Comercial de Minas Gerais, além de dirigir a sucursal do Banco da Lavoura no Rio de Janeiro.²³⁵

Além de obter sucesso nos negócios, Magalhães Pinto envolveu-se com política. Em 1943, assinou o Manifesto dos Mineiros, um pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo. Participou ativamente da criação da UDN e em 1945 foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte, destacando-se nos trabalhos iniciados em fevereiro de 1946. Sua projeção política crescia junto com seu banco. Em 1956, o Banco Nacional, que havia sido criado em 1944, já contava 90 agências distribuídas por vários estados. Em 1960, Magalhães Pinto derrotou Tancredo Neves e tornou-se governador de Minas Gerais, cargo que ocupava quando participou do golpe de 1964.²³⁶

Embora aparentasse moderação em suas posições, não só foi o líder civil do golpe, como o precipitou: “O ‘estado maior informal’ do movimento militar havia determinado a data do golpe entre o dia 2 e 10 de abril, quando viria para Minas o general Muricy, encarregado pelo IPES-ESG de deflagrar as operações militares no estado”. No entanto, “ao precipitar os acontecimentos em Minas Gerais para o dia 30 de março, a articulação Mourão/Magalhães funcionou de modo a colocar esses dois atores no centro da disputa pelo poder político do novo regime”. Seu sobrinho, José Luiz Magalhães Lins, que exercia grande influência na imprensa carioca, conforme exposto anteriormente, era seu representante no Rio de Janeiro.²³⁷

²³⁵ Mônica Kornis e Luís Otávio de Souza. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Verbete Magalhães Pinto.

²³⁶ *Idem*.

²³⁷ Heloísa Maria Murgel Starling. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª ed. Petrópolis, 1986. p. 139.

Na *Coluna do Castello*, sob o título “Reformas para evitar ‘convulsão sangrenta’”, de Brasília, Carlos Castello Branco descrevia a situação:

*O presidente João Goulart, na mensagem que enviará hoje ao Congresso Nacional, pede a reforma da Constituição para suprimir a indenização prévia e em dinheiro na desapropriação por interesse social; para permitir o voto do analfabeto, o voto e a elegibilidade dos sargentos e praças de pré e a legalização do Partido Comunista; para a adoção do princípio da delegação legislativa; para autorizar Executivo e Legislativo a convocarem plebiscitos com força de determinar a reforma constitucional. Pela primeira vez o sr. João Goulart enunciou com precisão o “corpo de princípios” da sua campanha reformista, caracterizando-o como um “caminho brasileiro” para evitar que a “maré montante” do descontentamento conduza o país a uma “convulsão sangrenta.” A introdução da mensagem, que traça o programa reformista, foi previamente levada ao conhecimento de todos os grandes comandos militares, os quais concordaram com as reivindicações transmitidas pelo Presidente ao Congresso, para um “exame desapaixonado, pacífico e democrático”. Faz o sr. João Goulart apelo a deputados e senadores para que se mostrem à altura da tradição histórica do Brasil, atendendo a reivindicação de 40 milhões de brasileiros marginalizados na pobreza e no abandono, de maneira a fazer deste 1964 um ano da mesma significação daqueles que assinalaram a proclamação da Independência, a abolição da escravatura, a proclamação da República e a promulgação da legislação trabalhista.*²³⁸

O ano de 1964 ficou marcado na história brasileira sim, mas não como um ano associado a “conquistas sociais”. Provavelmente ao contrário, pois, se de fato ocorreram reformas modernizantes, a modernização foi em boa parte excludente. Faltaram em grande parte justamente as “conquistas sociais”, portanto seu significado foi outro, mesmo que de grande importância e ainda motivo de controvérsias.

O jornalista Carlos Castello Branco continua seu artigo: “ao definir ‘as providências inadiáveis’ que deverão ser atendidas pelo Congresso, na sua ‘competência privativa’, afirma o sr. João Goulart que o faz com a plena consciência da sua

²³⁸ *Jornal do Brasil* 15/3/1964, p. 4, Coluna do Castello, “REFORMAS PARA EVITAR ‘CONVULSÃO SANGRENTA’”.

responsabilidade e ‘para que não se diga que me omiti na solução dos grandes problemas nacionais.’”²³⁹

O *Jornal do Brasil* responde ao discurso de Jango no Comício da Central, no editorial, com letras garrafais, “Resposta ao desafio”:

*Estão abertos os trabalhos legislativos ordinários do Congresso do ano de 1964. Diante do Congresso está plantada a lança do desafio. O Presidente da República plantou arriscando-se ao máximo, deixando para trás a linha da legalidade. Essa lança tem inscrita no cabo a palavra REFORMAS. Assim, por via agressiva, o Presidente da República se apresenta como campeão das reformas. Mas de que reformas? O Presidente da República é reformista à sua moda: quer a reforma da Constituição para implantar no país (microfilme danificado) social e econômica.*²⁴⁰

A opinião do *Jornal do Brasil*, expressa nos editoriais, sobre as reformas do Presidente João Goulart, não era nada positiva. Ao lado, na mesma página, a coluna *Coisas da Política*, escrita por Heráclio Salles,²⁴¹ mas apócrifa, sob o título de “A UDN procura apoio militar para *impeachment* de João Goulart” noticiava que “Os líderes da UDN vão desenvolver, a partir de amanhã, um trabalho de arregimentação nas áreas militares para obter base capaz de sustentar a decretação do *impeachment* do presidente João Goulart (...)”.²⁴² A articulação para derrubada de João Goulart, em marcha há alguns meses entre diversos setores empresariais, políticos e militares, já anunciava abertamente a utilização de artifícios jurídicos para a deposição do presidente, contando com a participação dos quartéis.

No dia 21/3/1964, dez dias antes da movimentação que deu início ao golpe, Carlos Castello Branco escreveu que o deputado Leonel Brizola acreditava que a

²³⁹ *Idem.*

²⁴⁰ *Jornal do Brasil* 15/3/1964, p. 6, RESPOSTA AO DESAFIO.

²⁴¹ Dines informou que Heráclio Salles era o responsável pela coluna *Coisas da Política*. “Era baiano, um homem discretíssimo. (...) Escrevia muito bem. E gostava muito de música erudita”. Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em dia 4 de outubro de 2006 no Rio de Janeiro.

²⁴² A UDN PROCURA APOIO MILITAR PARA *IMPEACHMENT* DE JOÃO GOULART. *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1964, p. 6.

situação se aproximava de um desfecho, pois, para perceber a situação, bastava ver como estavam “as forças da reação; parecem formigas com asas, estão andando para lá e para cá, querendo levantar voo.” Para Leonel Brizola, a mobilização das “hostes antipopulares”, com total cobertura da imprensa, em breve alcançaria os quartéis.²⁴³

No dia 28 de março, “sábado santo”, dia em que normalmente o *JB* não saía, foi realizada uma edição especial por conta da Rebelião dos Marinheiros. Havia três fotos na primeira página sobre o assunto, e a manchete da edição extraordinária do *Jornal do Brasil* estampava: “Crise termina na Marinha com uma morte, novo ministro e amotinados em liberdade”. A primeira foto tinha a legenda: “o marinheiro José Anselmo, líder da rebelião, foi carregado em triunfo pelos colegas”.²⁴⁴ No texto da primeira página, os dois últimos parágrafos revelam a “repercussão internacional”, e/ou como isto era noticiado. São trechos especialmente reveladores a respeito do período e também da atuação da imprensa:

*A rebelião dos marinheiros repercutiu imediatamente na Europa e nos Estados Unidos, tendo a agência France Presse divulgado um comentário de George Clément, em que este diz que “a febre de revoltas no Brasil, tantas são elas ultimamente, pode acabar realmente – e num futuro próximo – em coisa mais séria e definitiva”. De Nova Iorque, o correspondente do JB, Nahum Sirotsky, informa que os meios norte-americanos bem informados acreditam que a pronta reação contra os rebeldes evitou que o movimento se transformasse numa rebelião de sérias conseqüências e destacam o caso como a prova de que as forças armadas brasileiras não se inclinam a permitir quaisquer movimentos que possam interromper a normalidade política do país.*²⁴⁵

²⁴³ Carlos Castello Branco. *Introdução a revolução de 1964*. 2º Tomo Rio de Janeiro: Editora Artenova 1975. p. 206.

²⁴⁴ “Eu estava conversando com uma pessoa que conhece isso e estava me dizendo que o cabo Anselmo estava infiltrado já. Eu acho que ele era um agente infiltrado, para ele ganhar essa notoriedade. Foi uma coisa surpreendente.” Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro.

²⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1964, primeira página.

Os norte-americanos se revelavam tranquilos quanto ao papel das forças armadas brasileiras àquela altura, e pareciam estar de fato bem informados, como logo depois comprovou-se. O editorial desta edição do *Jornal do Brasil*, de 28/03/1964, estava na página 3, e explicava seu caráter extraordinário:

Aos Leitores

*Contrariando uma tradição, o JORNAL DO BRASIL circula hoje, em edição extraordinária, no sábado santo. O dever de informar e esclarecer impôs-nos a quebra dessa tradição. Entre deixar o público desinformado pelo silêncio que recaiu sobre a maioria das emissoras de rádio e televisão e faltar a guarda das sextas-feiras santas – o JORNAL DO BRASIL preferiu e decidiu não pecar pela ausência e pela omissão em um dos momentos mais difíceis e graves da história deste país. Em menos de quatro horas, uma grande e admirável equipe de jornalistas, gráficos e distribuidores mobilizou-se, atendendo aos apelos lançados pela direção da empresa através da RADIO JORNAL DO BRASIL e oferecendo um impressionante exemplo de responsabilidade, de unidade, de resignação e de consciência profissional. Em menos de quatro horas, a casa vazia e silenciosa, as máquinas foram reacionadas e reencontraram-se com a trepidante rotina de trabalho. Poucas vezes, na história de um jornal, uma edição extraordinária fez-se tão justificada. Foi tão obrigatória e necessariamente extraordinária. Não pelo amor à sensação ou ao sensacional das notícias. Não só pela extraordinária importância dos acontecimentos que há 72 horas intranqüilizam o país. Mas só e tanto pelo dever e pela necessidade de não silenciar. Pelo dever e pela necessidade de manter você, leitor, bem informado.*²⁴⁶

O *JB* dá a entender que preferiu não pecar pela omissão no momento em que um bom católico, na visão expressa no editorial, deveria estar alerta. Como destacado, seria um momento em que o pecado maior seria a omissão. Os leitores, como bons cristãos, talvez devessem refletir nesse dia santo e manterem-se informados. Vale destacar que é grande a preocupação em não parecer sensacionalista, justamente para se diferenciar do jornalismo que foi ultrapassado pelo “novo jornalismo” de inspiração norte-americana. Daí a tentativa de justificar a edição extraordinária e o tratamento dado aos fatos.

²⁴⁶ *Jornal do Brasil*, 28/03/1964, edição extraordinária, p. 3.

A redação, os gráficos, os trabalhadores em geral, depois da greve de 1962, das demissões e da lista negra, pareciam estar respondendo rápido aos comandos da empresa. É difícil precisar o nível de engajamento espontâneo dos funcionários nesta mobilização. Em “menos de quatro horas”, como foi repetido, estavam todos prontos. Engajamento inegável foi o da cúpula do *Jornal do Brasil* naquele processo. Foi significativo o empenho da direção do jornal em colocar nas ruas aquela edição que deve ter tido um importante papel naquele momento histórico, utilizando a *Rádio Jornal do Brasil* e convocando seus funcionários para uma operação de guerra, que teria o intuito de “manter você, leitor, bem informado”.

Ainda sobre a Revolta dos Marinheiros, na *Coluna do Castello*, neste dia 28 de março, intitulada “Goulart submeteu a Marinha de Guerra”, Carlos Castello Branco escreveu:

*Brasília – O Presidente João Goulart terá permanecido fiel à sua aliança com as esquerdas num momento crucial, ao consolidar o estado de rebelião dos marinheiros contra os chefes da Marinha de Guerra que pretenderam contê-los nos limites da disciplina tradicional da corporação. O Almirante Sílvio Mota, que pretendeu opor-se à afirmação das reivindicações da marujada, foi sacrificado, depois de algumas horas sob a ilusória expectativa de um triunfo. E, a crer nas informações tanto dos dirigentes políticos da esquerda quanto dos próprios assessores do Presidente da República, o Almirante Candido Aragão, apontado como o instigador da indisciplina, permanecerá no comando do Corpo de Fuzileiros Navais, como uma advertência aos interessados de que o sr. João Goulart não pretende sacrificar seus aliados a qualquer conveniência da conjuntura política ou militar.*²⁴⁷

Alguns parágrafos adiante, a coluna do “Carlos Castello Branco” continua descrevendo os possíveis desdobramentos na área militar:

Parece ainda imprevisível a repercussão, no alto comando das Forças Armadas, do desmantelamento do Almirantado e da sua anulação como força de resistência à onda revolucionária. O General Jair Dantas Ribeiro mantém-se convencido de que está em condições de

²⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1964, p. 4.

*eliminar todos os focos de descontentamento e de assegurar o prosseguimento da política do Governo, de um lado, e a condução do regime ao desfecho eleitoral de 1965, em que pese a patente contradição dos objetivos a atingir. De qualquer forma, e a menos que surjam fatos novos, o Presidente João Goulart saiu fortalecido da crise naval e com seu dispositivo civil e militar estimulado a prosseguir na operação das reformas, inclusive na revisão dos princípios clássicos da disciplina das classes armadas.*²⁴⁸

A reação do *Jornal do Brasil*, que se mobilizou e lançou uma edição extraordinária, mantendo seus leitores informados e atuando de maneira decisiva neste momento, poderia ser considerado um “fato novo” que estimulou a ação golpista. O *JB* teve um papel importante e, em vários momentos, até tomou a frente na imprensa carioca, que acabou por celebrar o *Correio da Manhã* com os famosos *Basta!* e *Fora!* Em pequena nota, intitulada “Os dez dias que abalaram o mundo”, “Carlos Castello Branco” termina sua coluna neste dia histórico:

*Uma edição recente do livro de John Reed, “Os dez dias que abalaram o mundo”, vem sendo lida em Brasília. A rebelião dos marinheiros no Rio foi, em consequência, saudada aqui como se fosse uma ação dos marujos do Cronstadt em apoio à linha do soviete de Petrogrado.*²⁴⁹

Esta nota final de Castello Branco é informativa ou “provocativa”? Em que medida a ação dos jornais não foi fundamental para encorajar e/ou legitimar a ação militar que começaria horas depois?

O *JB* continuava salientando a postura moderada de Magalhães Pinto: “Magalhães acha que motim é grave mas não é abertura de uma crise definitiva”.²⁵⁰ Na mesma página, noticiou-se que os jornais franceses viram a rebelião brasileira como

²⁴⁸ *Idem.*

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ *Jornal do Brasil*, dia 28/03/1964, 1º caderno, p. 7.

indício grave no rumo da revolução. “Não obstante – continua o comentarista – aqui em Paris ninguém se arrisca a formular analogias do tipo Potenkim”.²⁵¹

No dia seguinte, um domingo, em seu editorial na primeira página, o *Jornal do Brasil* já preconizava, abertamente, a “resistência”, aparentemente convocando os militares à ação. “Sim; pregamos a resistência. O JORNAL DO BRASIL e o País querem que sejam restabelecidos a legalidade e o estado de direito”:

Na ilegalidade

*As fotografias dos sediciosos em festa formam o retrato de corpo inteiro da ilegalidade. Das situações de ilegalidade que precedem revoluções como a de 1917 na Rússia. (...) Esta não é a hora dos indiferentes, principalmente no Exército, que tem grande poder preventivo capaz de impedir males muito maiores do que aqueles que já nos atingem sob a forma de insegurança pessoal e familiar. (...) chegou a hora de resistir por todos os meios. Sim; pregamos a resistência. O JORNAL DO BRASIL e o País querem que sejam restabelecidos a legalidade e o estado de direito.*²⁵²

²⁵¹ *Idem*, JORNAIS FRANCESES VIRAM NA REBELIÃO BRASILEIRA INDÍCIO GRAVE NO RUMO DA REVOLUÇÃO.

²⁵² NA ILEGALIDADE, *Jornal do Brasil*, dia 29/03/1064. p. 1.

Figura 4 (Jornal do Brasil - Domingo, 29 de março, e segunda, 30 de março de 1964, p. 1)

Almirantes denunciam comunização do País

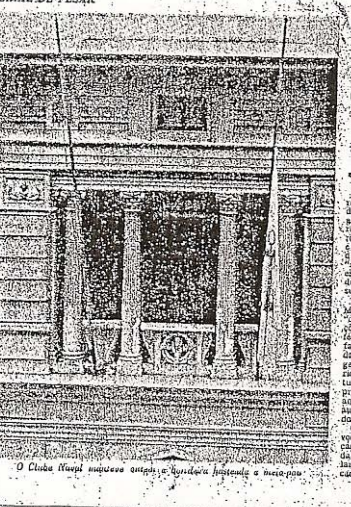
TEMPO - Investigações... O JORNAL DO Brasil de hoje circula páginas em 5 Colunas Especiais de Domingo e de...

Nm manifesto ontem lançado em Natal, Almirantes e oficiais de Marinha afirmaram que "continuam a resistir por todos os meios ao seu dever de combater a infiltração comunista nas instituições do País".

Na ilegalidade

As fotografias dos sediciosos em festa formam o retrato de corpo inteiro de ilegalidade. Das situações de ilegalidade que precedem revoluções como a de 1937 na Rússia...

CONTÍDUO... ACHADOS E PERDIDOS... O Clube Huerpi...



Congresso em "rush" já amanhã

O presidente da Câmara, Sr. Renato Mesquita, disse que a Câmara do Congresso...

Presidente pede ao povo que confie

Goulart acha esquerda imprudente... O Presidente João Goulart...

ÚNICA GENUINA CHAPA PLÁSTICA FORMIPLAC... Vrs. Ernesto Estenfelder & Cia. Ltda. Rua Mesquita, 21 - Tel. 47-9797

ACHADOS E PERDIDOS... O Clube Huerpi... O presidente da Câmara... Presidente pede ao povo... Goulart acha esquerda imprudente... ÚNICA GENUINA CHAPA PLÁSTICA FORMIPLAC... Vrs. Ernesto Estenfelder & Cia. Ltda.

O *Jornal do Brasil*, em tom extremamente simpático ao movimento, praticamente convocava a “mulher fluminense” para a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.²⁵³ O texto dizia que “embora não contando com os meios de transporte oficiais, como ocorreu no dia do comício pelas reformas, viriam delegações de São Gonçalo, Niterói e da Baixada Fluminense”.²⁵⁴

No dia 31 de março, o *JB* continuava sua campanha contra o Presidente João Goulart. Na primeira página, João Goulart foi retratado numa foto em que parecia vociferar, e no editorial de primeira página, intitulado “Reincidência”, o *JB*, como um bedel rigoroso tratava da “reincidência” do “aluno”, o Presidente da República João Goulart:

*O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao código penal militar. Ele se considera acima da lei. Mas não está. (...) A disciplina facciosa não vingará no Brasil, que já protesta em Minas Gerais unido contra ela. Não vingará nem mesmo sob o manto protetor de um reformismo demagógico e insincero.*²⁵⁵

Magalhães Pinto, liderança diletta do *Jornal do Brasil*, era noticiado, na mesma primeira página, exigindo que a hierarquia fosse respeitada, já se lançando, naquele momento, como líder civil do movimento pela deposição de João Goulart. As forças armadas, para o banqueiro e governador de Minas Gerais, tinham o dever de “pugnar pela sua própria integridade”, pois de outra maneira não cumpririam seu “pesado e glorioso destino”.²⁵⁶

²⁵³ Segundo seus organizadores, a Marcha da Família foi um movimento organizado com o intuito de responder ao Comício da Central e de se manifestar contra o governo João Goulart de forma geral. Reuniu, em especial, setores conservadores da igreja e entidades femininas de direita, como a Camde, (Campanha da Mulher pela Democracia).

²⁵⁴ *Jornal do Brasil*, domingo, 29/03/1964, p. 23, “MARCHA DA FAMÍLIA NA GUANABARA CONTARÁ COM A MULHER FLUMINENSE”.

²⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 31/03/1964, primeira página.

²⁵⁶ *Idem*.

Ainda na primeira página, o CGT preparava uma greve e denunciava governadores que conspiravam para a derrubada do presidente. O *JB*, por sua vez, também em sua primeira página, anunciava que o conflito entre João Goulart e “uma parte das forças armadas”, ameaçava o rescalonamento da dívida externa, ou seja, as pressões contra João Goulart eram internas, militares e políticas, e externas, aí formalizadas na ameaça de mais dificuldades financeiras para o país. Em outra manchete, João Goulart pedia aos sargentos que acatassem seus superiores.

Figura 5 (Jornal do Brasil, 31 de março de 1964, p. 1)

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Terça-feira, 31 de março de 1964

Ano LXXXIII — N.º 75

Camponeses e fazendeiros em tiroteio (Pag. 12)

Clube Militar dá apoio ao Clube Naval

REFORMAS PARA SARGENTOS



O Presidente João Goulart falou longamente nas referências e disse que deseja disciplina nos Fuzileiros Navais

O Presidente do Clube Militar, Marechal Augusto Magalhães, esteve há 11 horas no anteojo do Clube Naval, a fim de expressar a solidariedade da entidade que dirige as atividades da Marinha e colaborar a sede do Clube Militar à disposição do Clube Naval, que será utilizada para as reuniões que julgar necessário.

A construção do Almirante Cândido Aragão do Comando-Central do Corpo de Fuzileiros Navais e a sua inauguração de Almirante Paulo Faria de Aragão Sampaio para o Clube do Estado-Maior da Armada foram agenciadas ontem por sugestão da Marinha de Guerra, sendo esta presidida pelo Presidente João Goulart para pontificar a obra.

As mesmas fontes afirmaram que para o tempo de Almirante João Aragão deverá ser nomeado o atual Subcomandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante Washington Frazão Braga. Para o Clube de Esporte-Clube da Armada deverá ser designado um almirante da categoria de Tenente, que não tenha sido promovido ao posto de Almirante.

O Presidente e o Vice-Presidente do Clube Naval, Almirante João Aragão, foram recebidos ontem pelo Presidente João Goulart para pontificar a obra.

Goulart pede aos sargentos acato a seus superiores

O Presidente João Goulart, após proferir uma nota de boas-vindas aos sargentos das Forças Armadas, frisou em um apelo que os sargentos devem acatar a seus superiores, pois a disciplina é a base da ordem e da eficiência.

Crise traz ameaça a reescalonamento da dívida externa

O Estado e o Congresso brasileiro estão passando por uma crise econômica, o que ameaça o reescalonamento da dívida externa. A situação financeira do país é crítica, e os governantes estão buscando soluções para evitar o colapso.

Reincidência

O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Esta nota e outras nos dias que se seguirão não são feitas em nome do ordenamento constitucional, mas sim em nome da ordem constitucional e do Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei.

Magalhães exige que a hierarquia seja respeitada

O Comandante Magalhães exige que a hierarquia seja respeitada. Ele afirma que a disciplina é essencial para o funcionamento das instituições militares e civis.

CGT prepara greve geral e denuncia

O CGT prepara uma greve geral e denuncia a situação política atual. O movimento sindical está se organizando para enfrentar os desafios da economia brasileira.

4 Governadores

Quatro governadores foram mencionados no contexto da crise política. A situação dos estados é preocupante, e há rumores de mudanças na administração estadual.

Vertical column of small text on the left side of the page, containing various news snippets and advertisements.

47-9797
Service American

Carlos Castello Branco, em sua coluna do dia 31 de março de 1964, na página 4, intitulada “Minas desencadeia luta contra Jango”, dá a notícia sobre a liderança de Magalhães Pinto e a participação das forças dispostas em Minas Gerais:

Brasília – O manifesto do Governador Magalhães Pinto, recebido com euforia pela oposição e com desafogo pelo PSD, ao qual se ofereceu um novo pólo de poder, repercutiu ontem na Câmara dos Deputados como episódio decisivo da mobilização de forças para conter o Presidente João Goulart. Líderes udenistas, invocando como sintoma a união de Minas em torno de seu Governador, assinalada pela presença do Sr. José Maria Alkmin no Secretariado e engrandecida pela presença do Sr. Milton Campos no elenco de auxiliares do Sr. Magalhães Pinto, prognosticavam um desfecho da situação nacional para as próximas 24 horas, segundo o Sr. Herbert Levy, ou para as próximas 72 horas, segundo o Sr. Arnaldo Cerdeira.²⁵⁷

Naquele momento, as tropas de Mourão Filho, sediadas em Minas Gerais, estavam prontas para agir. O golpe começou naquele 31 de março e completou-se no dia seguinte, 1º de abril de 1964. Em nota final da Coluna do Castello, intitulada “Sem Ademar”, fica bem clara a liderança, entre os civis, de Magalhães Pinto, que fazia questão de, no momento em que partiu para a derrubada do Presidente João Goulart, fazê-lo como líder civil incontestável e único: “O Sr. Magalhães Pinto preferiu lançar sozinho seu manifesto, ao invés de fazê-lo conjuntamente com o Sr. Ademar de Barros. Quis, assim, assinalar divergência de comportamento em face da crise”.²⁵⁸

Em seu editorial “Desgoverno e ilegalidade”, o *JB* não só continua sua campanha contra João Goulart, como, no quarto parágrafo, oferece o exemplo de homem público, o banqueiro e governador de Minas:

O Presidente da República deveria ver, na atitude de homens até agora serenos como o Governador Magalhães Pinto, um aviso grave. O Governador de Minas jamais foi incluído entre os adversários de Presidente que se dispõe a tocar fogo no país ao menor sinal de crise

²⁵⁷Carlos Castello Branco. *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964, p. 4, *Coluna do Castello*, MINAS DESENCADEIA LUTA CONTRA JANGO.

²⁵⁸*Idem.*

*política. No entanto, o Governador de Minas fez um manifesto à nação que dá a medida do assombro, do estarecimento que se abatem sobre o país diante da aplaudida indisciplina que corrói a Marinha (...) O Brasil acelerou a sua marcha. Mas parece ter perdido o rumo. Convença-se o Presidente de que agitar os outros e se agitar a si mesmo não é governar. Lamentamos repetir: o Presidente continua não governando e agora na ilegalidade.*²⁵⁹

Magalhães Pinto é apresentado pelo *JB* como um político ponderado, mesmo tendo antecipado, como a principal liderança civil, o movimento de derrubada do presidente João Goulart. O editorial o distinguia de quem “se dispõe a tocar fogo no país ao menor sinal de crise política”, numa referência a Carlos Lacerda. O *JB* não só demonstrava preferência por Magalhães Pinto, como também o distinguia dos demais líderes do mesmo naipe.

Na sua coluna *Segunda Seção*, buscando explorar as conhecidas divisões da esquerda, Wilson Figueiredo, em nota intitulada “Divisão sem eco”, afirmou que teve pouca divulgação a declaração de Luís Carlos Prestes “criticando a posição do deputado Leonel Brizola e acusando-o de divisionista. Essa manifestação reflete a crise entre o grupo brizolista e a cúpula do PC. Brizola diz que Jango empegou o comando comunista a troco de posições e “rios de dinheiro””.²⁶⁰

No dia seguinte, quarta, 1º de abril de 1964, a manchete de primeira página do *JB* era: “S. Paulo adere a Minas e anuncia a marcha ao Rio contra Goulart.” Também na primeira página, denunciando a oposição entre o governo e a empresa *Jornal do Brasil*, que como vimos estava em ampla campanha para desestabilizar o Governo, e/ou informar seus leitores, o *JB* anunciou que: “‘Gorilas’ invadem o *JB*”, comparando os

²⁵⁹ *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964, p. 6, editorial, DESGOVERNO E ILEGALIDADE.

²⁶⁰ Wilson Figueiredo, *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964, p. 8, *Segunda Seção*, DIVISÃO SEM ECO.

fuzileiros navais não só aos animais,²⁶¹ como a “gangsters”. Esta notícia da primeira página será reproduzida a seguir na figura 6, mas vale a pena destacar que, após narrar a breve invasão e rápida retirada, o *JB* parecia certo de que o governo legalmente empossado de João Goulart não resistira por muito tempo. “Mas deve estar em desespero o governo do Sr. João Goulart. Dentro de meia hora, em lugar dos reforços, veio a ordem de retirar.” O que se pode depreender deste caso foi o reconhecimento, como depois haverá da própria multidão que comemorará o golpe, do papel do *JB* na ponta-de-lança do movimento que apeou João Goulart da presidência:

“Gorilas” invadem o JB

Quem chegasse às 8h 30m da noite ontem ao edifício do JORNAL e da RÁDIO JORNAL DO BRASIL não poderia entrar pois encontraria na porta, metralhadora em punho, um fuzileiro naval. E, se olhasse pela parede de vidro dos estúdios da rádio teria a impressão de assistir a um filme de gangsters: quatro outros fuzileiros, comandados pelo tenente Arinos, moviam-se como gorilas pelo estúdio, seus movimentos tolhidos pelas metralhadoras que ameaçavam microfones, painéis de instrumentos e os funcionários, estupefatos com aquela irrupção de selvageria tecnológica em plena Avenida Rio Branco. Era o Brasil regredindo ao estado de republiqueta latino-americana. Os fuzileiros navais, ao chegarem, dispararam dois tiros para o ar diante do prédio, entraram de metralhadoras em punho. (...) Mas deve estar em desespero o governo do Sr. João Goulart. Dentro de meia hora, em lugar dos reforços, veio a ordem de retirar (...) A partir de 13 de março, o Sr. João Goulart tem injuriado muitos, em muito pouco tempo. Agora, ao que tudo indica, já lhe resta muito pouco tempo para injuriar quem quer que seja.²⁶²

Apesar da referida truculência dos militares que invadiram as instalações da empresa, os tempos do arbítrio de verdade estavam para começar. Mas, neste momento, o *JB* não pensava no futuro distante, apenas relatava o estágio terminal do governo João Goulart e concordava com a extinção deste governo, completando uma campanha na

²⁶¹ O termo “gorila” era muito utilizado na época e significava o “militar de tendência golpista e ditatorial e ideologia geralmente direitista”. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa Houaiss*. Manaus: Objetiva, Instituto Antônio Houaiss, 2001.

²⁶² *Jornal do Brasil*, dia 1º de abril de 1964, 1ª página.

qual havia se engajado de forma radical. A seguir, a primeira página do dia 1º de abril de 1964:

A condenação do *JB* ao governo João Goulart vem junto à extrema simpatia ao banqueiro e governador de Minas Gerais. No mesmo dia 1º de abril, logo na página 3, o *JB* publicou uma breve história da vida Magalhães Pinto, o líder político civil da preferência do *Jornal do Brasil*. A matéria, com o título de “Magalhães: história desde quando menino”, realizada pelo *Departamento de Pesquisas do Jornal do Brasil*, contava a emocionante história do banqueiro e governador. É a breve biografia de um homem que venceu na vida com seu esforço e talento e agora se dedicava à política, terreno onde estava sendo vitorioso também. No texto, o *JB* relata que “quando menino” *Magalhães Pinto* “vendeu couve em balaio, para sobreviver. E que seu primeiro cargo foi de contínuo. O sucesso na carreira foi fulminante: com 28 anos de idade já era diretor de banco. Passou parte de sua infância, já órfão de pai, em Lima Duarte, e parte em Juiz de Fora”.²⁶³

Enquanto Magalhães Pinto era apresentado como o líder do “movimento de resistência”, João Goulart e seu governo apareciam como “Fora da Lei”. Este é o título do editorial de 1º de abril de 1964 em que o *JB* festeja o golpe como a volta à normalidade e à legalidade:

*Desde ontem que se instalou no país a verdadeira legalidade: aquela que, através das armas do movimento mineiro e paulista de libertação, procura imediatamente restabelecer a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. Só há uma legalidade – a legalidade dos brasileiros liderados por Minas e São Paulo. Não há nada a temer. A segurança interna e externa do Brasil se recompõe com a expulsão dos falsos legalistas. Eles serão expulsos da Guanabara e não encontrarão guarida em nenhum solo pátrio. As forças armadas, responsáveis pela segurança interna e externa do País, saberão encontrar logo a solução constitucional cabível para a deposição do caudilho João Goulart.*²⁶⁴

²⁶³ *Jornal do Brasil*, dia 1º de abril de 1964, 1º caderno, p. 3. MAGALHÃES: HISTÓRIA DESDE QUANDO MENINO.

²⁶⁴ *Jornal do Brasil*, dia 1º de abril de 1964, p. 6, editorial “FORA DA LEI”.

Para o *Jornal do Brasil*, o importante era tirar João Goulart da presidência, depois as forças armadas encontrariam algum artifício jurídico para “legalizar” a situação. O presidente não era chamado de presidente, mas desqualificado como caudilho, reforçando a tentativa de legitimar sua deposição. Ao final do editorial, confiante no êxito do golpe de Estado e colocando-se não só como repórter dos fatos, mas também como ator político, o *JB* proclamava: “A legalidade está conosco – e não com o caudilho aliado do comunismo. As opções estão feitas e vamos para a vitória”.²⁶⁵

Na sua coluna *Segunda Seção*, Wilson Figueiredo continuava destacando as divisões entre “as esquerdas”. O Partido Comunista culpava Brizola e o Almirante Aragão²⁶⁶ e temia uma polarização à direita.²⁶⁷ O diagnóstico do Partido Comunista parecia atrasado, pois esta polarização já havia ocorrido.

No dia 2 de abril, o *Jornal do Brasil* anunciava a derrubada do presidente e apresentava a comemoração, nas ruas, da “vitória”. A comemoração parecia legitimar o golpe. Na legenda da foto: “a cidade saiu às ruas para comemorar vitória sobre Goulart”.²⁶⁸

²⁶⁵ *Idem.*

²⁶⁶ O vice-almirante Cândido Aragão assumiu o comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais em dezembro de 1963 e articulava-se com Leonel Brizola e as forças mais determinadas em fazer as reformas. No episódio da reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de cerca de dois mil praças da Marinha, iniciado em 25 de março de 1964, Aragão negou-se a reprimir o movimento, conforme ordens do então Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, que acabou pedindo demissão quando não se sentiu prestigiado pelo presidente João Goulart. No dia 27 de março, Cândido Aragão foi reconduzido ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais e homenageado na sede da Associação dos Marinheiros. Este episódio teria sido importante para consolidar, entre a oficialidade das forças armadas brasileiras, uma maioria contra Goulart. ARAGÃO, Cândido. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro. FGV. CPDOC. 2001.

²⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 1º de abril de 1964, 1º caderno, p. 8, *Segunda Seção*, “PC CULPA RADICAIS PELA CRISE E TEME POLARIZAÇÃO À DIREITA”.

²⁶⁸ *Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1964, p. 1.

Figura 7 (Jornal do Brasil de 2 de abril de 1964, p.1)

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 2 de abril de 1964

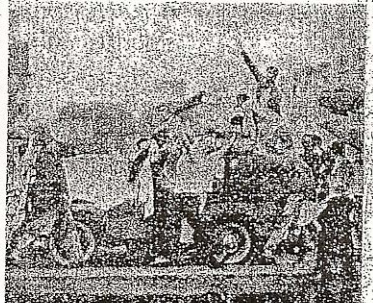
Ano LXXIII — N.º 77

FIEL ATÉ DEBAIXO DA ÁGUA



Soldado na chuva, um soldado do Exército controla a situação, durante as comemorações da vitória

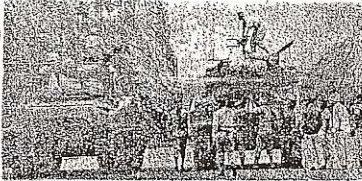
VITÓRIA ESTÁ NAS RUAS



Um Chileiro saiu das ruas para comemorar vitória sobre Goulart

GOULART RESISTE NO SUL E O CONGRESSO EMPOSSA MAZZILLI

O CAMINHO DA REVOLUÇÃO



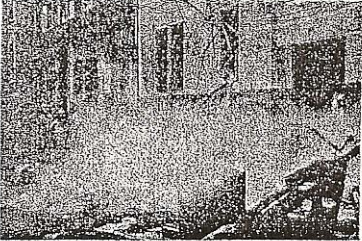
Os tanques cruzaram as estradas mas não chegaram a dispersar

A FORÇA DA RESISTÊNCIA



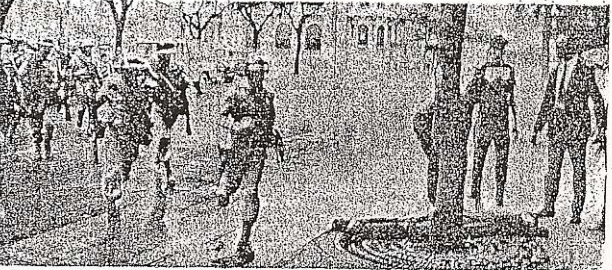
O Governador está sempre preparado para tudo

O FOGO DO POVO



Populares acatados invadiram a sede da UNE, incendiando-a

A PRIMEIRA QUEDA



Tropas do Exército manobram na Candelária, enquanto um popular e ferido por balas disparadas da porta do Clube Militar

Disposto a resistir contra sua deposição, o Sr. João Goulart seguiu para Porto Alegre, enquanto, em Brasília, os militares, o Congresso declarou o Sr. Roberto Marinho Presidente da República, depois de uma sessão de três minutos. Foi a primeira vez que o Congresso se reuniu em sessão aberta desde a queda de Getúlio Vargas em 1964.

Em Porto Alegre, o Sr. Goulart recebeu milhares de pessoas que lhe ofereceram apoio. Ele se declarou disposto a continuar no cargo até o fim do mandato constitucional, em 1967.

Em Brasília, o Sr. Marinho tomou posse às 14h30. Ele prometeu manter a ordem e a democracia, e convocou o Congresso Nacional para se reunir em 15 de maio.

Confiança e susto

Portanto, que tem a confiança política, sustentada por uma maioria de militares e civis, o Sr. Goulart não hesitou em aceitar o desafio de continuar no cargo até o fim do mandato constitucional, em 1967.

Em Brasília, o Sr. Marinho tomou posse às 14h30. Ele prometeu manter a ordem e a democracia, e convocou o Congresso Nacional para se reunir em 15 de maio.

Prisão de Jurema e Arrais

Paulo e Jurema estão presos, juntamente com o Sr. Arrais. Os militares acusaram os três de serem líderes da resistência.

Os militares acusaram os três de serem líderes da resistência. Eles foram presos em um apartamento em São Paulo.

Euforia do povo

Em São Paulo, milhares de pessoas saíram às ruas para celebrar a queda de Goulart. As ruas foram tomadas por multidões de pessoas que dançavam e cantavam.

Em outras cidades, também houve celebrações. As pessoas saíram às ruas para festejar o fim da ditadura.

Em São Paulo, milhares de pessoas saíram às ruas para celebrar a queda de Goulart. As ruas foram tomadas por multidões de pessoas que dançavam e cantavam.

Em outras cidades, também houve celebrações. As pessoas saíram às ruas para festejar o fim da ditadura.

Apesar de o governador da Guanabara ter aparecido na primeira página do dia 2 de abril de 1964 como “a força da resistência”, “sempre pronto para tudo”, o *JB* noticiava seus seguidores como exaltados: “Grupos de exaltados atacam jornal *Última Hora* aos gritos de ‘Viva Lacerda’”.²⁶⁹ Os grupos mais exaltados pareciam ligados a Lacerda, que, por conseguinte, não representaria a “ponderação” que o *JB* e os “sensatos” em geral buscavam num líder político.

No dia 3 de abril de 1964, em sua primeira página, o *Jornal do Brasil* comemorava a “volta à normalidade” e a “festa da vitória”, lisonjeado pelo reconhecimento público que mereceu dos que foram aplaudir o golpe:

*A Marcha da Família com Deus pela Liberdade mobilizou, ontem no Rio de Janeiro, uma multidão calculada em um milhão de pessoas, que desfilaram da Candelária à Praça Barão do Rio Branco, em regozizo pela vitória das forças democráticas. Ao passarem em frente ao JORNAL DO BRASIL, os manifestantes saudaram-no com vivas pela campanha que sustentou em defesa da democracia.*²⁷⁰

Ainda na sua primeira página, no mesmo dia, o *Jornal do Brasil* pressionava o Congresso a se submeter aos líderes civis e militares da “Revolução”, em uma dura advertência, sob o título de “Ao congresso”. Após um breve introito, um “histórico” onde mostrava o porquê de o Congresso ser grato à “Revolução” por ter salvado a democracia, e de afirmar que não se poderia continuar a agir como se nada houvesse acontecido, vai ao ponto:

(...) O Congresso – repetimos – foi reaberto pela Revolução. Portanto não pode frustrar os seus objetivos e muito menos aliar-se aos inimigos dela para cognominar o movimento revolucionário de “golpismo”, com o olho nos votos de 1965 e nos votos mais próximos para a eleição de Presidente-tampão. Os chefes civis e militares da Revolução não assumiram responsabilidades e riscos, que restauraram a Democracia, a Constituição e o Congresso, para

²⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1964, p. 2.

²⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, p. 1, AO CONGRESSO.

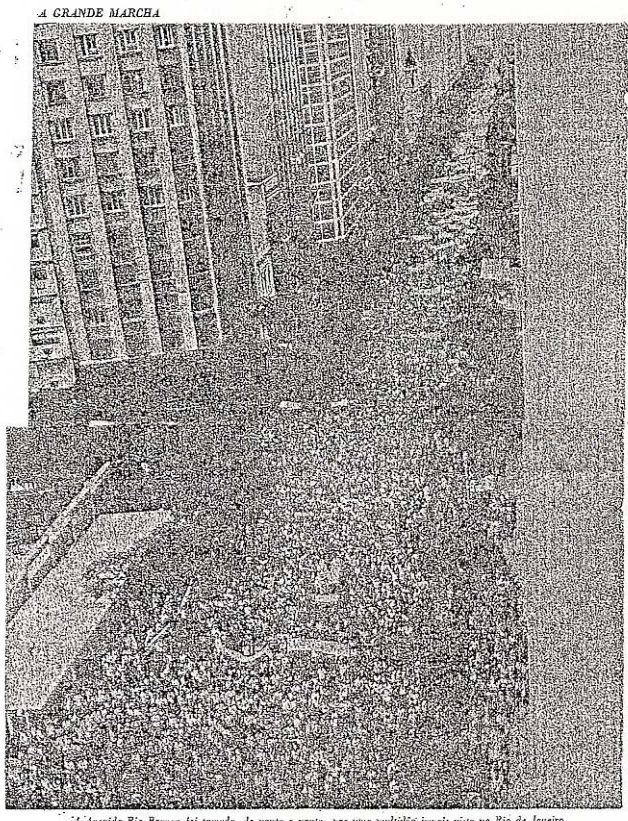
*depois se omitirem deixando que se reinstale no País um sistema de governo e de forças maliciosas e obsoletas, em burla flagrante dos fins éticos e políticos da Revolução. (...) fazemos grave e única advertência à classe política brasileira. Não ignore ela os altos objetivos da Revolução. E também o fato de que houve no Brasil uma Revolução de objetivos precisos que não podem ser ignorados por uma razão simples: A Revolução não terminou e não se deixará emascular pelas soluções de astúcia, das raposas da classe política, com assento no Congresso e com o dever de eleger o Presidente que cumprirá o mandato constitucional daqui a trinta dias. A Revolução tem inspiração e grandeza que não tolerariam nenhuma solução de cambalacho identificadora do regime instaurado por ela, com o sistema que permitiu a anarquia visando a levar-nos ao totalitarismo comunista. A Revolução é ordenadora e saneadora. Ela é mesmo purificadora. Isso é válido inclusive para a composição ministerial da Presidência temporária do Sr. Ranieri Mazzilli. Atente o Congresso, atente a classe política brasileira: não frustrem os altos objetivos da Revolução. A Revolução não terminou e seus chefes, tudo que eles representam, não podem e não devem ser ignorados.*²⁷¹

O texto de primeira página mostra o *Jornal do Brasil* desfechando uma campanha junto à opinião pública, pressionando de maneira incisiva os congressistas a se curvarem às disposições dos líderes do golpe de 1964, fossem eles civis ou militares, tendo em vista as “responsabilidades” e “riscos” por eles assumidos. O *JB*, de qualquer forma, já avisando aos congressistas que pensavam em ser menos obedientes, deixou claro que os líderes da Revolução não se omitiriam, por isto fez esta “grave única advertência”. O fato é que esta Revolução “purificadora”, que se instalou e criou raízes com o apoio do *JB*, durou mais duas décadas, demonstrando, de fato, que tudo que ela representava não pode e nem deve ser ignorado.

²⁷¹*Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, primeira página.

Figura 8 (Jornal do Brasil de 3 de abril de 1964, p. 1):

GOULART TOMA RUMO DESCONHECIDO
E O BRASIL VOLTA À NORMALIDADE



A Avenida Rio Branco foi tomada, de ponta a ponta, por uma multidão juvenil vista no Rio de Janeiro

Após "dispensar o sacrifício do povo gaúcho e do povo brasileiro", em Porto Alegre, o Sr. João Goulart...
Após "dispensar o sacrifício do povo gaúcho e do povo brasileiro", em Porto Alegre, o Sr. João Goulart...
Após "dispensar o sacrifício do povo gaúcho e do povo brasileiro", em Porto Alegre, o Sr. João Goulart...

Festa da vitória leva às ruas 1 milhão de pessoas

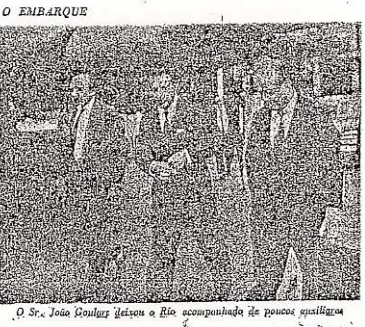
A Marcha da Família com Deus pela Liberdade mobilizou, ontem, no Rio de Janeiro, uma multidão calculada em um milhão de pessoas, que desfilaram em direção à Praça Mauá no Rio Branco, em repúdio pela vitória dos forças democráticas. No passado em suas manifestações, os manifestantes andaram de coroa e com bandeira da cruz alfa, símbolo da democracia.

Ao Congresso

O Congresso estava fechado. Não de direito mas de fato. O candidato deposto havia atirado o Congresso no desvão das agendas políticas, no instável e regime de justiça pública e assemblear, comandadas por agências comunistas.
O candidato futuro ao poder do Congresso, usurpando-o todos, no mesmo tempo que ativava contra ele campanha sistemática de desmoralização.

O EMBARQUE

O Sr. João Goulart desceu o Rio acompanhado de poucos seguidores.
O Sr. João Goulart desceu o Rio acompanhado de poucos seguidores.



O Sr. João Goulart desceu o Rio acompanhado de poucos seguidores

Em matéria intitulada “Um milhão de pessoas na rua festejam vitória democrática”, a atuação do *JB* era reconhecida pelos participantes da marcha: “A compacta massa humana saudava com vivas o JORNAL DO BRASIL quando passava diante do seu edifício referindo-se à campanha feita por este órgão pela restauração (microfilme danificado)”.²⁷²

²⁷² *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, p. 5.

Depois do golpe, o *Jornal do Brasil* mostrava preocupação com a candidatura do PSD, de Juscelino Kubitschek. No editorial “Decisão urgente”, o *JB* defende que o caminho natural do PSD é aliar-se à UDN, partido do líder civil do golpe, Magalhães Pinto:

*Ora, o caminho natural do pessedismo, nestas circunstâncias mais do que nunca, é armar um sólido dispositivo parlamentar com a UDN e forças afins, capaz de não só sustentar o período de governo-tampão nos seus 667 dias de vida certamente atribulada, mas também de colocar apoio político em harmonia com o ideário da revolução.*²⁷³

O editorial “Autoridade e confiança”, afirma que “nem todos percebem que a revolução não se completou ainda, ou se comportam com notório alheamento dessa delicada realidade”, e continua:

*Muitos entendem que a hora dos sacrifícios extremos já passou e começam a falar uma linguagem que a revolução tornou anacrônica. A classe política, refletindo a crise geral de sua organização, parece não se dar conta de que os problemas nacionais e a força das reivindicações populares exigem agora um comportamento à altura das novas e graves responsabilidades.*²⁷⁴

Em seguida, o editorial afirma que “não importa tanto o nome que afinal seja escolhido para dirigir o novo governo, até 31 de janeiro de 1966. Importa sim, e fundamentalmente, que esse nome represente uma expressão natural e autêntica da causa.” O *JB* continuava sua campanha para que o Congresso escolhesse um nome que estivesse de acordo com os princípios da “revolução democrática”, qualquer que fosse este nome.

O editorial “Solução realista” pedia tempo para a “Revolução”. O *Jornal do Brasil* não só mantinha seu apoio ao regime que se instalou, como pugnava pela sua consolidação:

²⁷³ *Jornal do Brasil*, 4 de abril de 1964, p. 6.

²⁷⁴ *Jornal do Brasil*, 5 de abril de 1964, p. 6..

*Não queiramos perder a Revolução pela incapacidade de consolidá-la. A matéria-prima dessa consolidação se chama tempo. Ao governo e a situação anteriores nunca faltou tempo para deformar e destruir. O que se pretende, agora, é dar tempo à Revolução para construir. (...) Os chefes militares e civis, que mudaram tão (ilegível) a face do país, não podem chegar de mãos vazias ao término do prazo que eles próprios se estabeleceram, para o cumprimento dos seus fins ambiciosos. Se isso acontecer, terão frustrado a Revolução em si mesma e as esperanças do povo, que constituíram a primeira base moral do movimento armado. (...)*²⁷⁵

Nos dois últimos parágrafos o *JB* propõe sua fórmula:

*Atrasar de um ano o episódio eleitoral é o atraso mais simples que nos é lícito aceitar. Retroceder o processo democrático de muitos anos, permitindo que ele se abisme numa ditadura ilimitada e retórica, isto sim é que representa o atraso funesto e irrecuperável. Se quisermos ser suficientemente realistas e sensatos, transferindo o pleito para 3 de outubro de 1966, obteremos muito mais que a coincidência dos mandatos. Obteremos sobretudo a coincidência da obra revolucionária com seus compromissos de legitimidade e liberdade.*²⁷⁶

O *Jornal do Brasil* preconizava um período maior sem eleições, pois a escolha popular a curto prazo poderia ter resultados indesejados. Parecia não haver tanta confiança que a “Revolução” fosse realmente popular, pois os manifestantes da marcha e o *JB* talvez não representassem a maioria da população, mas sim a parcela com maior capacidade de mobilização, ou que estavam, no momento do golpe, mais motivadas (e seguras) para ir às ruas.²⁷⁷

²⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1964, 1º caderno, p. 6.

²⁷⁶ *Idem*.

²⁷⁷ Paulo Reda. *Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz Ibope*. “Duas pesquisas feitas pelo Ibope às vésperas do movimento militar de 31 de março de 1964, e nunca divulgadas, mostram que o presidente João Goulart contava com amplo apoio popular ao ser deposto, apesar da polarização ideológica que o país enfrentava. Uma das pesquisas, feita pelo Ibope em três cidades paulistas, apontava que 15% dos ouvidos consideravam o governo Jango ótimo, 30% bom e 24% regular. Para 16%, a administração Goulart era má ou péssima. A outra pesquisa do acervo do Ibope, que entrevistou eleitores de oito capitais entre os dias 9 e 26 de março de 64, mostra que 49,8% dos pesquisados admitiam votar em Jango caso ele pudesse se candidatar à reeleição, contra 41,8% que rejeitavam a possibilidade. Esses e outros levantamentos inéditos estão sendo catalogadas no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. A pesquisa que trata especificamente da popularidade de Jango às vésperas do movimento militar foi

Sob o título de “Adiamento”, o *Jornal do Brasil* enfatizava sua posição contrária à realização de eleições no ano seguinte. A democracia preconizada pelo *Jornal do Brasil* deveria ser limitada a “todo custo”, pois o sufrágio universal apresentava “tão evidentes inconvenientes”, que deveria ser resolvido antes que tipo de oposição seria permitida “no livre jogo político”.

*A hipocrisia e o radicalismo de uns poucos se voltam contra os imperativos nacionais que apontam o caminho certo: o adiamento das eleições presidenciais e demais marcadas para aquela data, para o ano seguinte, através de emenda constitucional que encare, de frente, as questões centrais da reforma política da Constituição. Não se fará jamais a reforma política do país, reforma que já era inevitável antes da Revolução – e agora o é ainda mais por causa da própria revolução – sem enfrentar a questão básica da sucessão, que é a própria questão da consolidação do movimento de 31 de março. Tal como está sucessão, pelo processo democrático que queremos manter, a todo custo, o processo de eleição direta em sufrágio universal apresenta tão evidentes inconvenientes, que só há uma saída aconselhada pelo bom senso e pela experiência – o adiamento das eleições para 1966. O país não suportaria, já em janeiro de 1965, uma campanha eleitoral. Mesmo porque só os tolos pensariam fixar a idéia da campanha sem antes ter resolvido o tipo de oposição que a Revolução permitirá no livre jogo político. Que oposição será possível?*²⁷⁸

A pressão do *JB* é sobre o PSD de Juscelino Kubitschek. No dia 28 de maio de 1964, sob o título de “Avaliação política”, o editorial afirmava que a candidatura do PSD representava uma “excrecência” que deveria ser corrigida, embora visse no PSD um apoio importante na “luta contra o comunismo, cujo perigo está mais presente do que parece” e do qual não se poderia prescindir.²⁷⁹

realizada entre os dias 20 e 30 de março de 1964 e ouviu 950 moradores das cidades de São Paulo, Araraquara e Avaí. Foi feita a pedido da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. A diretora do Ibope Opinião, Márcia Cavallari, afirmou que os critérios aplicados nesses levantamentos da década de 60 são semelhantes à metodologia das pesquisas recentes do instituto e são perfeitamente confiáveis.” <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml>> 09/03/2003. Acessado em 03/08/2006

²⁷⁸ ADIAMENTO. *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1964, p. 6.

²⁷⁹ AVALIAÇÃO POLÍTICA. *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1964, p. 6.

O editorial do dia seguinte, sob o título de “Moralismo e facciosismo”, dizia que a Revolução deveria transfigurar a nação “através das grandes reformas socioeconômicas e da reforma política do país, que torne naturalmente impossíveis e inviáveis candidaturas indesejáveis”.²⁸⁰ Por outro lado, se nos seus editoriais o *JB* mantinha a preocupação com as candidaturas indesejáveis e defendia mudanças que as impossibilitasse, a extensão do mandato do presidente Carlos Castello Branco não era criticada pelo jornal:

*Para poupar o Presidente Castelo Branco do constrangimento de propor a emenda constitucional que estabelece a coincidência de mandatos, prorrogando o seu mandato por um ano, o deputado Pedro Aleixo deverá promover a reforma do regimento da Câmara ou a votação de uma resolução (...).*²⁸¹

A grande questão do final de maio de 1964, só resolvida em princípio de junho, foi a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek.²⁸² Por outro lado, se a candidatura do PSD, do mineiro JK, era um excrescimento, outro mineiro, o governador e banqueiro Magalhães Pinto, desfrutava da simpatia do *Jornal do Brasil* e aparecia em suas páginas como quem queria reconstruir e pacificar o país: “Magalhães Pinto convida à união para recuperar o país.”²⁸³ No dia seguinte, é noticiada sua chegada ao Rio de

²⁸⁰ MORALISMO E FACCIOSISMO. *Jornal do Brasil*, 29 de maio de 1964, p. 6.

²⁸¹ COINCIDÊNCIA DE MANDATOS EM 66 MOBILIZA ALEIXO. *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1964, p. 1.

²⁸² “O desfecho do caso do Senador Juscelino Kubitschek está por horas e dificilmente deixará de ser a cassação do seu mandato e a suspensão dos seus direitos políticos, pois o Presidente Humberto Castello Branco tem dado indicações que, embora atento ao problema político, não recusará a medida extrema, desde que o Conselho de Segurança lhe ofereça provas convincentes de corrupção. O Marechal Castello Branco, que chegou a examinar a possibilidade de eliminar a candidatura Kubitschek através de medidas legais ou políticas, está convencido, a esta altura, de que não há outro procedimento válido que não seja a suspensão dos direitos, pois, do contrário, o PSD e o seu candidato encontrariam amparo político para sobreviver”. *Jornal do Brasil*, 3 de junho de 1964, p. 1. Dois dias depois, a manchete de primeira página do *JB* era: “Conselho decide cassar os direitos de Kubitschek”. *Jornal do Brasil*, dia 5 de junho de 1964. Em editorial, o *JB* apoiou a cassação de JK, com o título “Autoridade”: “A decisão presidencial de cassar o mandato de senador e os direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek demonstra que a revolução de 31 de março assume claramente a responsabilidade de suas decisões, e o faz com mãos firmes”. Finalmente, em 8 de junho de 1964, Juscelino Kubitschek teve seus direitos políticos cassados por 10 anos.

²⁸³ *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, p. 2.

Janeiro para decidir os rumos do país: “Magalhães chega ao Rio para acertar com líderes os caminhos da Revolução”.²⁸⁴ Um dia depois, domingo, em matéria intitulada “Magalhães veio ao Rio consolidar os ideais da Revolução pela democracia”, o *JB* serve de porta-voz ao Governador de Minas: “– Sinto-me, mais do que nunca, com o sentimento de responsabilidade perante o povo brasileiro, para que não seja frustrado esse movimento de mais altas aspirações”.²⁸⁵

Anos depois, talvez não fosse conveniente para alguns demonstrar o apoio ao regime em maio de 1964. Isso explicaria por que no momento de se publicar em livro determinado artigo compilado da coluna de Carlos Castello Branco ocorreu significativa substituição de palavras?

*Brasília – Em que pese a faixa ainda larga de comunhão entre as diversas correntes civis e militares que se coligaram para derrubar o governo do Sr. João Goulart, vai se acentuando a cada dia e em cada episódio a definição de duas correntes distintas, já não mais na formulação dos métodos de ação revolucionária, mas até mesmo na fixação dos objetivos com que prosseguir daqui por diante.*²⁸⁶

No livro *Os militares no poder*, de 1977, a palavra “larga” foi trocada por uma de sentido oposto, “leve”. Esta substituição, modificando o sentido do que foi escrito na época, maio de 1964, dava a impressão de que o apoio ao regime era menor do que era naquele momento: “Em que pese a faixa ainda leve da comunhão entre as diversas correntes civis e militares que se coligaram para derrubar o Governo do Sr. João Goulart, (...)”.²⁸⁷

No dia 23 de maio de 1964, na *Coluna do Castello*, intitulada “Revolução só teria um problema: Juscelino”, Carlos Castello Branco relatava o novo alvo do regime,

²⁸⁴ *Jornal do Brasil*, 4 de abril de 1964, p. 2.

²⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 5 de abril de 1964.

²⁸⁶ *Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1964, p. 4. *Coluna do Castello*, DOIS PARTIDOS NA ÁREA DA REVOLUÇÃO

²⁸⁷ Carlos Castello Branco. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 45

o ex-presidente Juscelino Kubitschek. “A Revolução, na área repressiva, só tem praticamente um problema: Juscelino Kubitschek”.²⁸⁸

Na coluna *Segunda Seção*, de Wilson Figueiredo, foi destacada a liderança e a importância do governador mineiro Magalhães Pinto. Com o título “Magalhães imprimiu à rebelião diretriz (microfilme danificado)novadora”, Wilson Figueiredo destacava que “a liderança civil do movimento revolucionário que depôs o sr. João Goulart coube indiscutivelmente ao Governador Magalhães Pinto”. E retratou o governador de Minas de forma positiva: “O governador deixou bem claro (que) não tinha qualquer sentido reacionário em relação às reformas, mas apenas as queria rigorosamente democráticas, sem perda das liberdades e esvaziadas da agitação estéril”.²⁸⁹

Dois dias depois, sob o título “Livro negro vem aí para mostrar que a revolta tinha razão”,²⁹⁰ Wilson Figueiredo noticiou em sua coluna a produção de um livro que provaria cabalmente, “que estava em preparo um golpe de estado, com fechamento do Congresso e sustentação de um dispositivo sindical como presença predominante na vida nacional”.²⁹¹

Em 24 de maio, a coluna de Wilson Figueiredo, intitulada “Roberto Campos já formulou as leis da decadência socialista”, dava espaço para Roberto Campos exercitar seus dons premonitórios.²⁹² Wilson Figueiredo, noutro dia, em nota intitulada “Noite Cubana”, um misto de coluna social com política, bajulava o importante casal Magalhães Lins e demais “socialites”:

²⁸⁸ *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1964, p. 4.. As justificativas ligadas à corrupção podem ter servido para enfraquecer a imagem de JK, mas não foram as utilizadas depois, segundo se leu no próprio JB. No dia seguinte, 4 de junho de 1964, na *Coluna do Castello*, página 4, sob o título “Juscelino Kubitschek será cassado no interesse da Segurança Nacional”, a justificativa de corrupção para cassar Juscelino caía por terra – agora a razão era a “segurança nacional”.

²⁸⁹ *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, p. 8.

²⁹⁰ *Jornal do Brasil*, 5 de abril de 1964, p. 8.

²⁹¹ *Idem*.

²⁹² *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1964, p. 10.

Nininha e José Luís Magalhães Lins receberam um grupo de jornalistas brasileiros para ouvir a exposição de um confrade cubano (o jornalista Pardo) sobre a situação atual do regime fidelista e a posição dos grupos contra-revolucionários. Pardo foi companheiro de Fidel em Sierra Maestra e no período não comunista do seu governo.

*Duas Nininhas brilharam na reunião. A anfitriã e D. Nininha (Virgínia) Leitão da Cunha. A embaixatriz deu um show de vivacidade e conhecimento da situação política e revolucionária de Cuba, sob todos os ângulos. Em qualquer debate que se faça no Brasil sobre o caso cubano, sua presença é indispensável. As duas Nininhas juntas, numa mesma reunião, batem todos os recordes de simpatia e da arte de conversar. – O jornalista Pardo acredita que para derrubar Fidel Castro só um movimento que se desenvolva dentro do próprio país. As expedições com base em território estrangeiro despertam o sentimento nacional, o que dá como resultado a solidariedade eventual que salva o regime. Entretanto, na sua opinião, setenta por cento do povo estão contra Fidel e há que vencer apenas, numa luta interna, a máquina política, que é realmente poderosa.*²⁹³

Na notinha “Francesas”, outro misto de coluna social e política:

*Em lua-de-mel no Plaza Athenée, onde também se hospedam o Sr. Carlos Lacerda e a D. Leticia, o casal Marcos Magalhães Pinto, a caminho de Roma.*²⁹⁴

Quanto à cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek, Wilson Figueiredo acompanhou o posicionamento do *Jornal do Brasil*, e apresentou o tema de maneira hábil, relacionando-o, desde o título, à reforma agrária, e expondo as justificativas para a cassação do ex-presidente: “A decisão – segundo a versão autenticada nas fontes revolucionárias – foi ditada pelo empenho de assegurar a realização da sucessão presidencial, sem correr os riscos de ser restaurada a composição de forças dominantes antes de abril”.²⁹⁵

2.3.2 Os aniversários do golpe

²⁹³ *Idem*, p. 8.

²⁹⁴ *Idem*.

²⁹⁵ GOVERNO DECIDE HOJE ASSUNTO JK E PASSA À REFORMA AGRÁRIA. Wilson Figueiredo. *Jornal do Brasil*, 4 de junho de 1964

Se, em 1964, o *Jornal do Brasil* apoiou o golpe e o governo que se instalou, como a memória do golpe foi elaborada pelo *JB* e como o jornal comemorou seus aniversários? Nos editoriais do dia 31 de março de 1965, divididos em *Ontem*, *Hoje* e *Amanhã*, além do entusiasmo, o tom era belicoso, pois não só aplaudia como estimulava o regime militar à “extirpar os focos que sempre sobreviveram à intervenção militar”:

Ontem:

(...) Pela primeira vez na história do nosso País entraram em cena e aceitaram a responsabilidade de extirpar os focos que sempre sobreviveram à intervenção militar, por fraqueza da classe política. Faz um ano que o fato aconteceu e desde o primeiro instante o acontecimento se tornou histórico.

Hoje:

(...) Tudo isso indica que estamos vivendo, no dia de hoje de Revolução, o seu momento crítico. A hora da transição é sempre delicada. Daqui poderemos partir para a consolidação ou para a estagnação e o retrocesso. O que fez neste primeiro ano autoriza o otimismo das expectativas. Mas é justo que comecemos o primeiro aniversário da revolução de olhos abertos e convencidos de que a batalha mal começa.

Amanhã:

(...) Só assim aniquilaremos o peso morto que ameaça imobilizar nossa marcha, permitindo que o ritmo de aumento da miséria rivalize com o índice de desenvolvimento global. (...) as portas desse amanhã de paz e justiça permanentes.²⁹⁶

O editorial do dia 1º de abril de 1965 tinha o título de “horizontes promissores”, e era otimista em relação ao governo. Em suma, o aniversário de um ano do golpe de 1964 foi marcado pelo explícito e entusiasmado apoio do *JB* ao regime.²⁹⁷

No ano seguinte, 1966, o entusiasmo é menor, o AI-3 havia sido promulgado menos de dois meses antes, no dia 5 de fevereiro de 1966. Mesmo assim, a postura do jornal era de apoio ao governo. Em editorial do dia 31 de março de 1966, na página 6,

²⁹⁶ *Jornal do Brasil*. 31 de março de 1965. p.6.

²⁹⁷ *Jornal do Brasil*. 1º de abril de 1965. p. 7.

intitulado, com letras enormes, “Continuidade Revolucionária”, o *Jornal do Brasil* permanece defendendo que a derrubada de João Goulart foi acertada, e continua apoiando o regime, mas assinala as dissensões políticas entre as forças responsáveis pelo golpe de 1964:

*As razões que fundamentaram o movimento de 31 de março de 1964 não permitiram outra solução àquela altura das dificuldades econômicas, sociais e políticas que levavam o Brasil na direção do imprevisível. Foi um momento de unidade nacional imposto pelas ameaças diretas à continuidade democrática, frente ao aliciamento subversivo que se tornou insuportável. Dois anos depois, ao se iniciarem as comemorações daquela data, a unidade das forças políticas, que se compuseram para correr o risco e assumir a responsabilidade, apresenta-se desfeita para o encaminhamento da continuidade política do esforço. (...) No próximo ano o aniversário da vitória possibilitada pela união das responsabilidades democráticas será comemorada na plenitude constitucional restaurada. (...) Há dissensões políticas no quadro das forças responsáveis pelo 31 de março, no que respeita à sucessão presidencial e ao programa de governo, mas vale assinalar que são todas quanto aos métodos. Elas não encerram qualquer ameaça ao regime nem paira dúvida de que o sentido democrático do 31 de março é irreversível e não comporta escamoteações a qualquer título. É possível ao governo quebrar a incomunicabilidade em que se refugiou, para falar ao homem mais francamente da rua para reativar a esperança dos que ardem em impaciência pelos resultados práticos, empenhando a palavra de que a normalidade constitucional, enriquecida das iniciativas em defesa do regime e das reformas sociais, estará restabelecida quando se encerram o período do governo revolucionário.*²⁹⁸

No dia 31 de março de 1967, o primeiro editorial destacava a atuação de Magalhães Pinto como Chanceler, e no segundo editorial, intitulado “Três anos”, o *JB* fazia um balanço positivo do golpe, embora apontasse os “excessos punitivos”. A avaliação do jornal a respeito do novo presidente, Costa e Silva, não era negativa, mas fazia uma crítica à Lei de Imprensa implantada pelo antecessor, Castelo Branco, insinuando, porém, que esta lei poderia estar a serviço do seu sucessor e que o novo presidente deveria repudiar a Lei de Imprensa e de Segurança Nacional. A “Oposição” não deixava de ser alvo:

²⁹⁸ *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1966, p. 6. CONTINUIDADE REVOLUCIONÁRIA.

*Está completando hoje três anos a revolução que, ninguém, poderia negar, mudou os destinos do país. O JORNAL DO BRASIL, que esteve ao lado do movimento de 31 de março de 1964, continua fiel aos ideais que o inspiraram. E estamos convencidos de que a revolução cumpriu pelo menos a parte principal de seu programa de estabilização financeira e de saneamento dos costumes políticos. Com todos os erros e excessos punitivos, aliados a uma austera incomunicabilidade, a revolução deixou o Brasil mais apto a retomar um rumo de vida verdadeiramente democrático. Só uma coisa foi estranhável. De início, quando tinha todas as desculpas para cercear liberdades que poderiam ser empregadas na contra-revolução, o governo Castelo Branco, fiador do movimento, procurou manter vivas as prerrogativas democráticas do povo. A imprensa, principalmente, foi respeitada, o que constituiu um sinal altamente tranquilizador. Todas as ditaduras começam a se anunciar pela desconfiança da imprensa e invariavelmente se confirmam no fechamento ou empastelamento de jornais.. (...) Finalmente, neste dia de aniversário da Revolução assinalemos que fez bem o presidente Costa e Silva, que, a uma sugestão oposicionista de união nacional, reagiu dizendo, polido, que ainda achava muito cedo que a Oposição nele confiasse. União nacional existe em tempo de guerra contra país estrangeiro. A Oposição é bem remunerada pelo povo para se opor ao governo. Oposição que come à mesa do governo só pode estar querendo unir-se ao governo contra o povo.*²⁹⁹

No editorial do quarto aniversário do golpe, 31 de março de 1968,³⁰⁰ intitulado

“Do protesto à desordem”, a manifestação dos estudantes é censurada:

Os tumultos que explodiram no Rio e Brasília na esteira do pretexto dado pela morte do estudante que tombou no incidente com a polícia carioca, tiveram seu encerramento natural com o próprio fim de semana. Mas o país não reencontrou sua tranquilidade, pela expectativa nutrida de pressentimentos e iniciativas de grupos empenhados em voltar às ruas, para multiplicar as áreas de conflito e acender o rastilho de uma forma de ação que já deixou de ser protesto para tornar-se claramente rebelião. É agora, e não depois, que urge saber a quem interessa o prolongamento do tumulto e a proliferação de áreas de atrito nas ruas das grandes cidades brasileiras. Depois pode ser tarde, pois uma vez desencadeadas certas emoções e reações, também fortes, não há como preservar normas sem as quais perderemos o esforço paciente para restaurar no Brasil possibilidades democráticas. Quando a ação de massas se confunde com a desordem, e perde de vista os objetivos que a

²⁹⁹ *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1967, p. 6.

³⁰⁰ O *JB* crescia na época da ditadura. Pouco antes do quarto aniversário do golpe, no dia 16 de março de 1968, na sua primeira página, o *Jornal do Brasil* anunciava que estava batendo recordes: “A edição do JORNAL DO BRASIL de ontem, que bateu recorde com 160 páginas obteve uma nova marca: às 9 horas estavam esgotados os 90 mil exemplares”. *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1968, p. 1.

*ditaram, está semeada a confusão, e para restabelecer a ordem tudo passa a ser válido. (...) A retomada de qualquer ação de violência, depois do recesso dos incidentes no fim de semana, deixará de ter qualquer relação direta com a morte do estudante e passará a ser a confirmação de um programa premeditado para provocar as autoridades e o próprio regime (...) E os dispostos ao tumulto não podem fugir à responsabilidade de pensar duas vezes antes de partir para a imprudência, que de forma alguma se ligará aos fatos que ficaram para trás, não se deve criar um fio suspeito a ligar a morte de um jovem estudante aos planos dos que desejam a falência do regime democrático.*³⁰¹

Conforme exposto, o editorial do *JB* não só se opôs à continuação dos protestos como desqualificou os estudantes que porventura persistissem em se manifestar contra a ditadura, dando a idéia de que seriam provocadores e baderneiros.

2.4 O *JB* e os dissensos com o regime

Depois do incisivo apoio e do estímulo para a derrubada do presidente, o *Jornal do Brasil* continuou apoiando o regime. No entanto, seria um equívoco enxergar o corpo de jornalistas do jornal de forma monolítica, pois não foram todos os jornalistas do *Jornal do Brasil* que aplaudiram os atos da ditadura. Mesmo entre os setores não-oposicionistas, já existiam divergências na base de apoio ao regime, e estas se manteriam. Há também casos como o do jornalista Newton Carlos, demitido do jornal poucos meses depois do golpe. Quando João Goulart foi derrubado, Newton Carlos não estava no Brasil:

Em 1964, aconteceu uma coisa muito importante: instalou-se a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), um comitê das Nações Unidas. A primeira foi em março de 1964 em

³⁰¹ *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1968, p. 6. DO PROTESTO À DESORDEM.

Genebra e o Brasil tinha uma missão muito agressiva, diplomatas muito bons. O chefe da delegação cubana era o Che Guevara e o nosso Ministro das Relações Exteriores era um diplomata fantástico, Araújo de Castro. Então, quando se produziu o golpe, nós estávamos, eu como jornalista, em Genebra, participando da abertura da inauguração da UNCTAD e a coisa caiu meio de surpresa. O Araújo de Castro voltou ao Brasil, depois disse que chegando aqui teve a impressão de estar descendo no olho do furacão... (...) Um dos mandantes na redação do Jornal do Brasil era o Carlos Lemos, e o Carlos Lemos me telefonou e disse: “passa uns tempos por aí, não apareça”. A UNCTAD acabou para nós, porque o Brasil estava com posições terceiro-mundistas e de repente estas posições se tornaram obsoletas diante do golpe. Eu nunca me esqueço que a delegação brasileira era chefiada por um diplomata bem de esquerda, Jaime de Azevedo Rodrigues. Ele brincava muito com o Guevara, “no Brasil não vai ter golpe não, lá temos os generais do povo, militares do povo”. No Palácio das Nações, em Genebra, tem um corredor imenso e o Guevara vinha lá e eu com o Jaime de Azevedo Rodrigues, em direção contrária, e o Guevara olhou para o Jaime e disse “Jaime, los militares ni los soldados”. Então eu tinha um convite do Quai d’Orsay, do Ministério do Exterior da França, para depois da UNCTAD, ir para França. O convite era para uma semana... Naquele temp,o a Europa tinha consciência, protegia exilados... Passou uma semana e eu disse “não posso voltar ainda”, acabei ficando mais de um mês num hotel chiquíssimo, o George V... Eu me lembro que numa noite, num jantar, o Rei do Marrocos estava perto de mim...³⁰²

As despesas foram pagas pelo governo francês: “O convite inicial era para uma semana. Mas terminava a semana e eu ia lá e dizia, ‘não posso voltar ainda’... E eles diziam, ‘então fica mais uma semana’. E assim acabei ficando um mês, voltei ao Brasil, e as coisas já estavam mais claras”. Newton Carlos retornou entre abril e maio de 1964: “voltei para o meu cargo, de editor de política internacional. (...) Acho que durei três meses... Eu me lembro que o Lemos, três meses depois, cruzou comigo na redação e disse assim: ‘O Nascimento Brito quer que a gente resolva o seu caso o mais rapidamente possível’”.³⁰³

³⁰² Newton Carlos. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de abril de 2007 no Rio de Janeiro.

³⁰³ *Idem.*

Para Newton Carlos, foi Nascimento Brito o responsável por sua demissão: “acho que teve a mão pesada do Brito”. O motivo provável de sua demissão teria sido sua atuação profissional antes do golpe de 1964: “Eu sempre evitei fazer uma relação direta entre a minha demissão e o golpe, mas eu creio que teve muito a ver com a minha atuação pré-golpe.” Sobre a participação de Alberto Dines neste episódio, Newton Carlos relatou que:

Eu já coloquei esta questão para o Dines e se eu coloquei é porque eu não consegui estabelecer em definitivo o que aconteceu. Agora, o Dines nega, diz que não foi ele... E a coisa ficou por aí.. (...) Se eu coloquei esta questão para ele (Dines) é porque eu tinha esta dúvida, esta suspeita. Mas eu coloquei para ele e ele negou. (...) Se viveu até 1968 um período relaxado, não havia censura à imprensa. No dia da promulgação do AI-5 eles foram me buscar na televisão, na época eu trabalhava no Jornal de Vanguarda, foi uma experiência muito interessante em televisão. Foram me buscar lá e eu consegui fugir. Em matéria de repressão eu experimentei isso e um processo que na época ficou conhecido como o processo dos intelectuais... Não me lembro agora exatamente quem era... Éramos cinco... Fomos indiciados e o juiz despachou o indiciamento feito pela Marinha dizendo “esses rapazes não violaram nenhuma lei do país a não ser eventualmente o código de trânsito”.³⁰⁴

No mês de abril de 1964, enquanto o novo governo ainda se acomodava, o *Jornal do Brasil* não parecia aceitar muitas críticas ao regime que ajudou a instaurar. Teresa Cesário Alvim, em seu livro, *O golpe de 64: a imprensa disse não*, afirmou que, neste mês de abril, o *JB* se recusou a publicar o artigo “Volta o Barril”, de Antonio Callado, “um dos seus principais redatores³⁰⁵”. Alberto Dines deu seu depoimento sobre este episódio e também informou a função que Antonio Callado cumpria naqueles dias no *Jornal do Brasil*, o funcionamento do *JB*, e seu próprio papel na produção da opinião do jornal:

³⁰⁴ *Idem.*

³⁰⁵ Thereza Cesário Alvim. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1979. p. 13

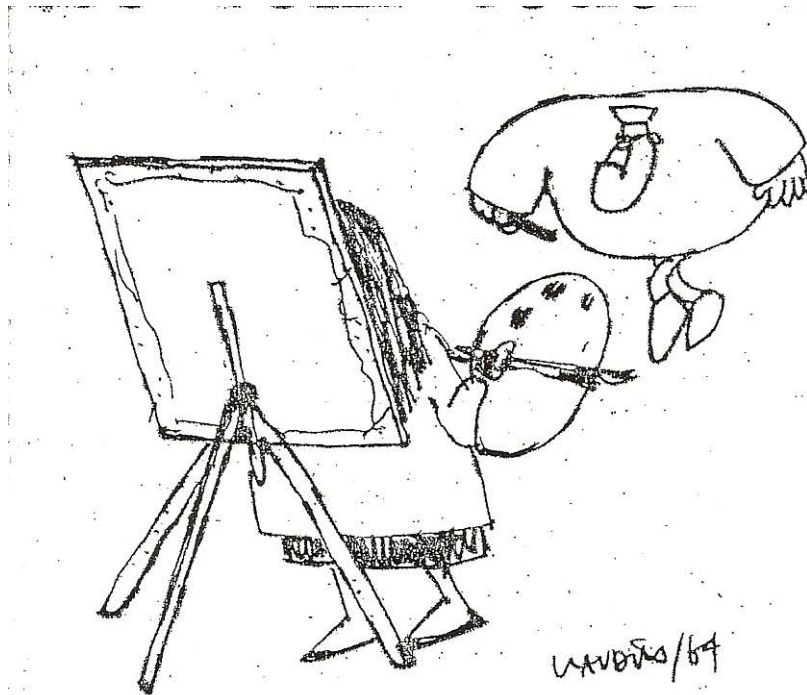
*O Callado raramente escrevia artigos assinados, era editorialista, escrevia em nome do jornal. O Callado não fazia parte da redação. E a redação era a minha área. Ele fazia parte de um seletor grupo de jornalistas que serviu à direção da empresa e do jornal. Eu assistia às reuniões dos editorialistas, mas elas eram demoradas. Começavam às 5 e às 6 eu deveria estar na redação. Não poderia escrever uma linha, o trabalho era intenso e às 7 da noite tínhamos a última reunião de editores para discutir a primeira página etc. Isso, sim, era da minha competência. Os editoriais eram entregues prontos ao Brito que os repassava ao diretor encarregado de lê-los, revisá-los e corrigi-los (primeiro os diplomatas Celso Souza e Silva e Sette Câmara, depois o Otto Lara Resende). Eram baixados à oficina diretamente, não seguim a tramitação do noticiário e das colunas. Na ausência do Brito, às vezes quem cuidava era o Superintendente, Bernard da Costa Campos, parente da Condessa (casado com uma sobrinha). Como escrevi inúmeras vezes, jamais escrevi, orientei ou corrigi editoriais. Mesmo as colunas do Heráclio Salles seguiam direto, embora não fossem assinadas, Ele não opinava, analisava. Em 11 anos e 11 meses de JB escrevi no máximo 150 laudas, se tanto. Nelas incluídas a série sobre os 50 anos da Revolução Soviética, a cobertura da Guerra dos seis Dias e a independência do Bangladesh. Porque o Brito me considerava jovem demais, ou politicamente imaturo ou despreparado para cuidar de textos de tamanha importância, desde o primeiro momento (6/1/1962) até o último (6/12/1973) fiquei de fora do processo de formar ou produzir a opinião do jornal. Mas participava, como já disse, na condição de encarregado de levar a pauta dos editorialistas e ficar informado sobre as discussões travadas nas altas esferas. A experiência foi inesquecível considerando o talento e a experiência dos editorialistas que passaram por aquela sala. Não sei qual a autoridade/credibilidade da Cesário Alvim nesta matéria – sei que era prima do Márcio Moreira Alves e o clã Mello Franco foi favorável à insurreição mineira desde a primeira hora. Era amiga do Callado, mas jamais a via nas vizinhanças do JB. Se houve censura ao artigo, o Callado não se chateou – continuou trabalhando e convivendo com o Brito e demais diretores com a elegância de sempre. Tanto assim, que quando resolveu ir ao Vietnã dirigiu-se ao Brito e prontamente foi atendido. Fez questão de deixar claro que estava fora da minha alçada. Não sei quando ocorreu a tal censura. Nem sei quando o Correio publicou o artigo. O assunto não chamou a minha atenção porque essa não era minha área. Jamais ouvi algum comentário a respeito deste veto. O Brito também prestou depoimento favorável ao Callado na Justiça Militar, significa que deve ter autorizado a publicação do artigo em outro jornal. Era vingativo demais para engolir um desafio desta dimensão.*³⁰⁶

³⁰⁶ Alberto Dines. Depoimento ao autor, por escrito, em 23 de abril de 2007.

Ainda em maio de 1964, podemos averiguar alguns casos de dissenso com o regime expostos por profissionais do *Jornal do Brasil*, que pareciam não concordar com as perseguições políticas a determinados artistas e intelectuais brasileiros. Nem todos no *JB* pareciam estar de acordo com a repressão, como revela uma notícia na qual havia um certo tom crítico ao relatar a prisão da pintora Djanira. Há também uma charge que mostra Djanira pintando e um homem fardado ameaçadoramente se aproximando.³⁰⁷ A seguir a matéria e a charge:

³⁰⁷ PINTORA DJANIRA PRESA EM MERITI: TEM 50 ANOS E JÁ SOFREU QUATRO ENFARTES. *Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1964, p. 4.

Figura 9 (Jornal do Brasil, 16 de maio de 1964, p. 4)



Campos diz que Governo não encampa

Ministro Roberto Campos e ontem, na reunião da brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Indústria, que "o Governo Federal, convencido da vinculação entre liberdade política e criação da iniciativa privada, decidiu não alargar a área de intervenção estatal por motivos ideológicos e paternalistas".

acentuou que as intervenções do Governo João Goulart geram reações político-sociais reversíveis. "pois a energia íca não poderá retornar a área privada" e disse que o governo intervirá nas áreas quando precisar evitar a criação de monopólios privados e garantir a equidade distributiva.

BUNAIS

Antônio de Góes propôs a criação de tribunais de arbitragem para garantir os investimentos estrangeiros, dizendo que cada país deveria decidir sobre a sua necessidade de capital estrangeiro.

como exemplo da importância

Pintora Djanira presa em Meriti: tem 50 anos e já sofreu quatro enfartes

Niterói (Sucursal) — O Delegado Alberto Sodré, da Polícia fluminense, prendeu ontem, em São João de Meriti, a pintora Djanira da Mota e Silva — que já sofreu quatro ameaças de enfarte e vai completar 50 anos no dia 20 —, conduzindo-a a Niterói, onde foi acusada de manter ligações com a alta cúpula do Partido Comunista no Estado do Rio.

Prêsa num restaurante, onde parara em meio a viagem para o seu sítio em Parati, Djanira teve o seu carro vistoriado pela Polícia, que nele encontrou livros considerados subversivos, a maioria proveniente da Tcheco-Eslováquia, alguns já traduzidos para o português.

COM MARGINAIS

Durante sete horas Djanira esteve presa numa cela ao lado de marginais, afirmando um de seus parentes que a pintora "sofreu um grande abalo pela brutalidade com que foi detida pelas autoridades policiais fluminenses".

— Dificilmente esquecerá esse vexame, porque é de uma sensibilidade de pássaro.

Djanira estava terminando um painel para a entrada do túnel Catumbi-Laranjeiras, en-

comendado pelo Governo da Guanabara, há quatro meses. O painel é inspirado em Santa Bárbara, padroeira do túnel.

BORGES NEGA

O Secretário de Segurança da Guanabara, Coronel Gustavo Borges, em nota oficial, disse ontem que "não deteve e nem pretende deter a pintora Djanira", explicando que "a comunicação é para desfazer boatos malévolos soltos a respeito da detenção da artista".

Instaladas as comissões

que não aprovou atos

A perseguição a certos intelectuais foi noticiada de maneira crítica no *JB*. Em matéria intitulada “Intelectuais de São Paulo creem que expurgo é inquisição”, Rolf Kuntz, da sucursal São Paulo, escreveu que “A inquisição, cuja presença no Brasil foi sempre intermitente, parece estar voltando – disso estão convencidos muitos intelectuais, professores e estudantes, que não têm melhor explicação para o expurgo que se prepara na Universidade de São Paulo”. Defendiam-se, aí, docentes, cientistas e intelectuais, como o físico Mário Schemberg e o economista Celso Furtado.³⁰⁸

O jornalista Mário Martins, pai do atual Ministro Franklin Martins, também protestou contra os excessos da revolução:

*Nesse andar vai ser difícil a revolução se salvar. Ao cabo de dois meses no Poder, a Nação só lhe conheceu o dedo-duro. Sobretudo contra a inteligência do País. A lembrar a frase de Goering: “Quando ouço falar em cultura me dá vontade de logo pegar meu revólver e sair a dar tiro”. O que me assusta, porém, não é propriamente o dedo duro a tentar amolecer os joelhos de toda a gente. Isso é mau por certo. É ignóbil, mesmo. Mas não chega a surpreender ninguém. Aquele conceito universal de que “as revoluções são idealizadas pelos sonhadores, realizadas pelos homens de ação e usufruídas pelos aproveitadores” tem resistido a séculos. Seus métodos também. Não há, pois, o que estranhar. O que espanta e revolta é quando em tudo isso não se vê qualquer chama de grandeza, nenhuma mensagem nacional. Em atos, idéias e homens. Apenas alguns honrados a dar nome à farmácia. Como ocorre entre nós.*³⁰⁹

Mário Martins critica a invasão de universidades, a apreensão de livros, a prisão de mestres e alunos, o esvaziamento da inteligência brasileira e a mediocridade que se expõe em público, sem senso de ridículo, seja na televisão ou em discursos ao vivo. Como contraponto, relata o episódio de posse da jornalista Bárbara Heliodora na direção do Serviço Nacional de Teatro. Qualifica-a como “grande nome e excelente

³⁰⁸ *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1964, p. 14.

³⁰⁹ *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1964, p. 6.

escolha”, mas ridiculariza o discurso de posse realizado pelo Ministro Suplicy de Lacerda. Enfim, de modo geral, mais do que discordar do golpe de 1964, Mário Martins parecia estar desgostoso com os rumos do movimento, que teria até sido realizado por “sonhadores”.³¹⁰

Anos depois, uma edição do *Jornal do Brasil* foi especialmente importante para a consolidação da memória de resistência do *JB* à ditadura: a primeira página do dia 14 de dezembro de 1968, depois da entrada em vigor do AI-5. A previsão meteorológica dava o clima político do país: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.” Os 38 graus em Brasília faziam referência ao Ato Complementar nº 38 que decretou o recesso do Congresso Nacional, e os 5 graus nas Laranjeiras faziam alusão ao Ato Institucional nº 5. Laranjeiras era a sede do Governo, o palácio presidencial. O jornalista Roberto Quintaes teria sido o autor do texto. Na noite desse dia, o embaixador Sette Câmara, diretor do jornal, foi preso pelo regime militar. Como protesto, Nascimento Brito e a Condessa Pereira Carneiro suspenderam a edição do dia seguinte.³¹¹

³¹⁰ *Idem.*

³¹¹ Rosa Nava. *Censura mudou jornalismo brasileiro.*

<<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/midiologia/RosaNova.doc>> Acessado em 20/06/2007

Figura 10 (Jornal do Brasil de 14 de dezembro de 1968, p. 1):

Tempo para Tempo... O que está sendo feito... por meio de... em... de...

JORNAL DO BRASIL

Ontem foi o Dia dos Cegos.

Rio de Janeiro - Sábado, 14 de dezembro de 1968

Ano LXXVIII - Nº 213

Página 121

Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

O Ato Institucional nº 5

Assinado pelo Presidente da República e que todos os membros da Câmara, é o seguinte: O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de agosto de 1946 e as Constituições anteriores com as modificações contidas neste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 3º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas nas Constituições ou em leis ordinárias em vigor.

Art. 4º - Durante o período de recesso, os membros do Congresso Nacional, quando em território do Poder Executivo, não poderão exercer suas funções e não poderão ser chamados a prestar juramento de fidelidade ao Brasil.

Art. 5º - Nos casos de recesso da Câmara Municipal e Parlamento Municipal e de Assembleia dos Municípios e Territórios, o Presidente da República poderá decretar o recesso por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 6º - Os intervenientes das Câmaras Municipais e Territoriais e dos Municípios e Territórios não poderão exercer suas funções e não poderão ser chamados a prestar juramento de fidelidade ao Brasil.

Art. 7º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 8º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 9º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 10º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 11º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 12º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 13º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 14º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 15º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 16º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 17º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 18º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 19º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 20º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 21º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 22º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 23º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 24º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 25º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 26º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 27º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 28º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 29º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 30º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 31º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 32º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Art. 33º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

TRADIÇÃO QUE SE RENOVA



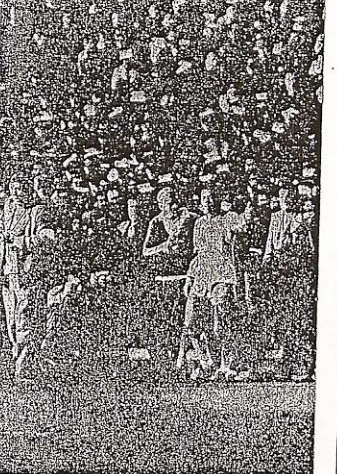
O Presidente dirige a entrega de papados aos novos guardas-marinhas

IDENTIDADE PROFUNDA



O Ministro faz discurso comemorativo durante a homenagem à Marinha

HORA DRAMÁTICA



Corriente foi expulsa quando o Brasil venceu o Chile no Copla de 62

O Governo, depois de uma expectativa de várias horas, baixou, ontem à noite, o Ato Institucional nº 5, com base nele, o Ato Complementar nº 38, que decreta o recesso do Congresso Nacional, sem prazo determinado. Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve-se calmo e não houve corrida aos bancos, apesar das apreensões de algumas cidadãs que, decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de A Voz do Brasil - e deixaram de chegar ontem às suas casas.

Hoje grande movimentação, ontem, nos quarteis do Rio, onde continua vigoroso o regime de prontidão. Na Vila Militar, as companhias estão em posição de deslocamento. A Polícia Federal tem 400 homens, na Guanabara, "prontos para agir", e também estão totalmente mobilizadas a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil.

Várias reuniões sucederam-se na área militar. O Ministério do Exército apresentou movimento incomum, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles estavam no gabinete do ministro do Exército, ora no do comandante do I Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou a promulgação do Ato Institucional nº 5.

Bonifácio declara que Ato resulta de várias crises

Após tomar conhecimento, pelo rádio, do Ato Institucional nº 5, o presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio, disse que "resulta de crises e dificuldades do Governo e do mal-estar do povo. Não é o momento para examinar, mas sim para manifestar ainda uma vez mais a esperança de que crises como esta sejam resolvidas de maneira a possibilitar o desenvolvimento brasileiro."

Acrescentou o Sr. José Bonifácio "nessas coisas, que jamais devemos esquecer, e neste país têm sido tradição: perenes têm sido as eleições, e nós, os eleitores, formulamos apelo mais uma vez para que o Brasil permaneça e se transforme numa grande nação, como faz jus pelo trabalho de seu povo. Com essas palavras, e chadecendo ao novo regime, declarei nossa missão encerrada."

O presidente da Arena, Sr. Daniel Krieger, após ouvir, pelo rádio, a leitura do novo Ato, no Rio, dirigiu-se, com alguns parlamentares, para uma residência na zona sul, a fim de examinar o quadro político. Admitiu a possibilidade de um pronunciamento dos dirigentes da Arena.

TELEFONES, TELEFONICA, SERVIÇOS, etc. (List of phone numbers and services)

Ato Complementar nº 38

O Presidente da República, em razão de ato ou fato de fato, de natureza política, econômica, social ou cultural, que, em seu julgamento, possa comprometer a ordem pública, a segurança nacional, a defesa da República ou a continuidade das instituições democráticas.

Apesar de ter sido detido pela ditadura, Alberto Dines relatou que, logo depois do *New York Times* protestar em editorial contra sua prisão, ele já usufruía da regalia de fazer suas refeições com a oficialidade das forças armadas.³¹² Seria um exagero afirmar que sua prisão foi puramente pró-forma, para colocar essa nota “heróica” na sua biografia. Mais realista é supor que serviu para amansar a “tigrada”³¹³ e assim dar alguma satisfação aos grupos mais extremados da repressão. O correto, entretanto, é perceber que os profissionais da cúpula do *JB* e os proprietários do periódico, se não eram opositores do regime militar, entendiam que o controle das informações e a exposição ou não de determinados fatos nas páginas do jornal, e como eles seriam tratados, deveria ser privilégio do *JB*. Se no momento da promulgação do AI-5 a ditadura militar e o *Jornal do Brasil* ficaram com as relações abaladas, logo em seguida houve o entendimento: “nos primeiros dias de janeiro, a direção do jornal iniciou algumas tentativas de acordo com a 1ª Região Militar. Os censores foram retirados ante o compromisso do *JB* em manter uma autocensura”.³¹⁴

Nas disputas pela edificação da memória, nem a existência de censura ao *Jornal do Brasil* parece ser fato indiscutível. Alberto Dines garante que a Polícia Federal nunca permitiu que as cópias da ordem de censura fossem retidas no jornal.³¹⁵ A existência de censura ao *JB*, então, foi relatada por aqueles que de certa forma eram cúmplices dos censores, pois, conforme o próprio Dines esclarece, “como era um regime de

³¹² Alzira Alves de Abreu *op.cit.*, 2003, p. 99.

³¹³ Os setores mais ativos e violentos do aparelho repressivo da ditadura brasileira recebiam a denominação de “tigrada”. Exemplo: “A ‘tigrada’ pusera nessa liça um grau de violência e ressentimento estranhos até mesmo à neurastenia do porão. Stuart Angel fora morto amarrado à traseira de um jipe, com a cabeça próxima ao cano de descarga, e arrastado pelo pátio da base aérea do Galeão.”. Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. p. 355.

³¹⁴ Rosa Nava. *Censura mudou o jornalismo brasileiro*.

<<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/midiologia/RosaNova.doc>>. Acessado em 20/06/2007.

³¹⁵ João Batista de Abreu. *As manobras da informação*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/EdUFF, 2000. p. 43.

autocensura, eles precisavam da cumplicidade do jornal”.³¹⁶ Mas há quem conteste peremptoriamente a existência de censura pelas autoridades do regime militar. O jornalista Mino Carta, por exemplo, diretor de redação de *Veja* entre 1968 e abril de 1976, afirma que “o *Jornal do Brasil* jamais foi censurado”.³¹⁷

A respeito do ambiente na redação do *Jornal do Brasil* e da relação dos seus profissionais com a ditadura, o jornalista Walter Fontoura escreveu que, na Avenida Rio Branco, participavam da reunião, além dos diretores, o editor-chefe Alberto Dines e os editorialistas Otto Lara Resende, Antônio Callado, Wilson Figueiredo, Pedro Gomes, Hélio Pólvora, Luís Alberto Bahia, José Lino Grünwald e o próprio Walter, e que nessas ocasiões, era usual tomar uma taça de champanhe ou trocar presentes quando alguém fazia aniversário. Segundo Walter Fontoura, Nascimento Brito tinha sempre a delicadeza de não delegar a Antônio Callado a redação de editoriais que pudessem ferir-lhe a sensibilidade política. Este depoimento de Fontoura é revelador, pois, ao relatar as reuniões dos editorialistas do *JB* com o proprietário do jornal, Nascimento Brito, e especificar que Antonio Callado era contra o regime militar, e por isto era poupado da redação de certos editoriais, fica a nítida impressão de que outros editorialistas não eram exatamente opositores da ditadura, e que, portanto, poderiam ser encarregados de escrever determinados textos favoráveis ao governo.³¹⁸

Além da famosa primeira página que anunciou o AI-5, em dezembro de 1968, outro momento que ficou na história, ajudando na construção da memória de resistência do *Jornal do Brasil* à ditadura, foi a notícia da morte de Salvador Allende. Formalmente

³¹⁶ *Idem*, p. 40 – 41.

³¹⁷ *Idem*, p. 64.

³¹⁸ Walter Fontoura. *Um amigo incomparável*.

<http://jbonline.terra.com.br/destaques/nascimentobrito/art_fontoura_1.htm>. Acessado em 3 agosto de 2006.

cumprindo as ordens (neste caso a determinação era não utilizar manchete ou foto na primeira página) desta vez não houve a intenção de cooperar com o regime. Assim, as letras da notícia sobre a morte de Salvador Allende saíram com o tamanho máximo que os equipamentos eram capazes de imprimir e esse foi o único assunto da primeira página, conforme a figura a seguir:

CAPÍTULO 3

Um livro para a História

3.1 No calor dos acontecimentos

Conforme exposto no capítulo 2, o *Jornal do Brasil* teve importante papel na campanha para a deposição do presidente João Goulart. Neste contexto, Alberto Dines, editor-chefe do *JB*, teve a ideia de produzir *Os idos de março e a queda em abril*.³¹⁹

Dines explicou o motivo que o levou a publicar o livro:

*Em [determinado] momento o jornalista sente necessidade de transcender a periodicidade diária... A periodicidade... Não necessariamente em livro... Às vezes o jornalista sente que tem que abandonar o dia-a-dia para ter essa visão... E foi justamente isso. Logo depois do acontecimento, eu percebi que tinha tanta coisa pra contar, que não podia sair no jornal. O jornal tinha que cobrir os fatos do dia. Você tem que cobrir os fatos do dia, não pode fugir a isso. (...) Então, há um momento em que o jornalista acha que ele tem que dar uma travada, uma meia trava porque a periodicidade diária não lhe dá condições de poder colocar tudo. Neste momento é que surge, não necessariamente um livro, pode ser uma matéria grande. (...) Onde você diz vou parar o dia-a-dia e vou fazer um negócio que vai sair numa revista de estudos, ou numa revista mesmo de grande público, mas que permita este tipo de... Ou então um livro.*³²⁰

³¹⁹ Alberto Dines confirmou ter sido o idealizador da obra. “Fui eu” (...) “Foi uma coisa muito instintiva minha, senão eu não ia embarcar. Eu me conheço, eu não embarcaria num projeto que alguém tivesse me soprado. Então foi um movimento natural meu, porque eu sou muito intuitivo. Foi uma dessas coisas, o jornal não tem mais onde botar este material. Vamos fazer um livro. Como eu sou muito intuitivo, eu não acredito que a ideia tenha vindo de outro. Provavelmente era uma ideia minha, num papo, isso era muito típico de redação. (...) A redação é o lugar onde você tem a fagulha. As pessoas se encontram, conversam e a coisa acende”. Alberto Dines, entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro.

³²⁰ *Idem.*

Embora não seja possível precisar o momento exato em que surgiu a ideia, o certo é que ela emergiu pouco depois do golpe ter obtido êxito, no “calor da hora”, enquanto os acontecimentos posteriores à ação militar propriamente dita ainda se desenrolavam:

*Eu não posso precisar que exato momento foi esse, mas foi logo depois. Para você ver, se esta é a primeira edição e ela saiu em maio de 64... Acho que foi em seguida, se não foi dia 2... Dia 1º certamente não foi. (...) Mas logo depois... A dimensão. Aí entra... O jornalista sente quando ele está vivendo um grande momento... E não sou só eu, não, qualquer outro jornalista que tenha vivido um grande momento, ele sabe, aqui estou acompanhando uma virada, um turning point, como se diz em inglês.*³²¹

Segundo Alberto Dines, “pela lógica”, a ideia de fazer o livro não deve ter ocorrido depois do dia 4 de abril, “porque senão, (...) não ficava pronto”. “Foi tudo corrido. As pessoas trabalharam em uma semana, cada um deles”. E lembra o processo de produção da época, mais lento que o atual: “isto era composto em chumbo, não era computador não”. Cláudio Mello e Souza, um dos autores, não só confirmou que Alberto Dines teve a idéia de fazer o livro, como destacou que o editor-chefe do *JB* “começou a motivar todo mundo... Primeiro, para que houvesse a eleição das pessoas entrevistadas... Cada um sugeria três ou quatro nomes, não me lembro bem... E chegou-se aos personagens que aí estão”.³²² A respeito da produção do livro no calor dos acontecimentos, Wilson Figueiredo, outro autor, também deu seu depoimento:

*O livro foi escrito e impresso em um mês e poucos dias, enquanto estavam quentes as informações e disponíveis os personagens. Foi uma iniciativa marcada pela urgência. Todos estavam, de um modo ou de outro, envolvidos no clima. As redações tinham estado de olho, o tempo todo, no ciclone sindical, militar e político que precedeu 1964. O editor do *JB* era o Alberto Dines, que teve a iniciativa de reunir os que se dispuseram a dar conta da pesquisa e do texto, sem prejuízo das*

³²¹ *Idem.*

³²² Cláudio Mello e Souza. Entrevista concedida ao autor em 6 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

*obrigações diárias de cada um, sob pressão da editora. O grande mérito do livro, a meu ver, foi ter refletido o tumulto daqueles dias, sem qualquer motivo menor. Foi um desafio editorial que captou as impressões de um momento acelerado.*³²³

O lançamento do livro *Os idos de março e a queda em abril*, “com um coquetel no Salão Nobre do Copacabana Palace” no dia 19 de junho às 21 horas, foi anunciado na seção de literatura da edição dominical do *Jornal do Brasil* pelo crítico literário Lago Burnett. A obra trataria “dos acontecimentos político-militares, que culminaram com a deposição do Presidente João Goulart e a ascensão dos militares ao Poder”.³²⁴

³²³ Wilson Figueiredo. Entrevista concedida ao autor em 7 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

³²⁴ OS IDOS DE MARÇO. *Jornal do Brasil*. 7 de junho de 1964. Caderno B, p. 5.

Figura 12 (Jornal do Brasil, 7 de junho de 1964. Caderno B, p. 5):

Jornal do Brasil, Domingo, 7-6-64, Cad. B - 5

Literatura

LAGO BURNETT

Os Idos de Março

Com um coquetel no Salão Nobre do Copacabana Palace Hotel, será lançado no dia 19, às 21h, numa promoção de José Azevedo Editor, o livro *Os Idos de Março e A Queda em Abril*, da autoria de oito jornalistas, todos integrantes da equipe do JORNAL DO BRASIL, sobre os acontecimentos político-militares, que culminaram com a deposição do Presidente João Goulart e a ascensão dos militares ao Poder.

Préfaciado pelo romancista Oto Lara Resende, Os Idos de Março e A Queda em Abril compõem-se dos seguintes capítulos: A Paisagem (escrito por Araújo Neto); Minas: do Diálogo ao Front (Pedro Gomes); 22 Mais 12, Igual a 64 (Evarlo Duarte); O Vizinho do Presidente (Cláudio Melo e Sousa); A Margem Esquerda (Wilson Figueiredo); Jango ou o Suicídio sem Sangue (Antônio Catão); Da Conspiração à Revolução (Carlos Custódio Branco); Debate dos Deuses (Alberto Diniz).

O livro traz ainda um apêndice com textos de documentos históricos: Nota dos Ministros militares do Governo Jânio Quadros sobre o que consideravam uma incompetência a posse do Vice-Presidente eleito; o decreto da Supra; Instrução reservada do General Castelo Branco, em 20 de março de 1964; manifesto do Governador Miguel Ângelo Pinto, em 20 do mesmo mês; Nota do CCF, do mesmo dia; entrevista do Ministro Abelardo Jurema, e discurso do Presidente João Goulart na assembleia dos sargentos e subtenentes, também no mesmo dia; manifesto do General Amador Krauel, no dia 1 de abril; e o Ato Institucional, em 9 de abril.

● Oilton Amado, Rector da Universidade de Cultura Popular nº 77, Casimiro, rebo, de se, indicado pela Associação CUBA, prespuma no Rio de Janeiro, como candidato ao prêmio anual oferecido pela Organização Lano Bepert, dos Estados Unidos, a uma personalidade de America Latina que durante o ano de 1963, tenha prestado relevantes serviços em prol da comunidade.

● A Sessão Filho de São Paulo, anuncia o lançamento de A Festa do Sol, poesia de Cláudio Aquino Pereira; Os Crisóis, poesia de Lindolf Bell (terguma edição); Sinter Lira, de Lina Pereira da Silva; e Os Mestres, de Maria Focher.

A Editora Editora Apetentum reorganizou, para a publicação, o trabalho de Manoel Pimenta, Tereza Ribeiro, Claudiney Ribeiro e Jazairi; Rakhonov e Outros Contos de Akutagava; Análises, poema de Bruno Vilhénio; (Primo de Revolução de AMOR); Amorre; Assarua; poesia de Sérgio Luna; e Santa Misericórdia, teatro de João César Monteiro; Cinema Japonez, quadras de Bráulio; e Vários Outros; O Labirinto, poesia de Mário José Cligle.

● A Livraria Editora Rodemar lançou em série o romance histórico "Profetias" e os Mistérios Sagrados de Fátima, da escritora Cláudia Lima. Outros de vários trabalhos sobre o Oriente. O lançamento está marcado para o programa de leitura da 1.ª Semana do Livro, que se realizará na "Copacabana" no dia 19 de Junho, no Museu de Belas Artes, sob o patrocínio da Embaixada da República Árabe Unida e do Centro Brasileiro de Arqueologia.

● Circulando o nº 11 do Caderno de Estudos, Jornais e Cultura. Este número, que foi lançado nos meses de Junho e Julho de 1964, contém a seguinte matéria: Assembleia Geral do IUPERJ. A Realização do "Cine-Teatro" no "Teatro Congresso das Novas Associações do CENECOP" (2.ª Reunião do Teatro Japonez) - Os Novos Mestres Novos - As Novas Artes de América Latina.

● Livro e informação para a Rua Marechal Francisco Braga, 207, apartamento 207, Copacabana.



Os jornalistas reunidos com Os Idos de Março e A Queda em Abril, no curso do Presidente João Goulart, não conseguiram evitar o passo com os militares.

Três dias depois, em 10 de junho de 1964, o *Jornal do Brasil* deu ampla cobertura ao livro, uma página inteira na edição dominical do *Caderno B*, com fotos individuais dos oito autores e dois textos apócrifos. O texto intitulado “Os homens que falam de março” afirmava que:

*A idéia partiu de Alberto Dines: o movimento civil-militar de 31 de março, que pôs fim à infiltração comunista na administração pública, à corrupção e às greves que combaliam as forças do País, estava precisando de um livro que desse ao leitor uma visão histórica e cronológica dos acontecimentos. Aceita a idéia, escolhidos os oito colaboradores, todos puseram o papel na máquina. Eram dezesseis mãos no teclado, executando uma sinfonia de arroubos wagnerianos.*³²⁵

Os idos de março e a queda em abril, portanto, preencheria uma lacuna ao oferecer uma visão histórica do passado recente, abordando o movimento que teria dado fim “à infiltração comunista na administração pública, à corrupção e às greves”. A seguir, explicava-se que a pressa era um fator importante para os objetivos de uma obra

³²⁵ OS IDOS DE MARÇO. *Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1964, *Caderno B*, p. 6.

que se pretendia um *instant book*. Mas o pouco tempo disponível não foi impedimento para a produção do livro, pois:

*(...) Alberto Dines e sua equipe sentiam-se imbuídos de um compromisso mais sério junto ao grande público, junto ao leitor de jornais que até então só tinha do movimento que depôs Goulart uma visão fragmentada, caótica. Era preciso dar-lhe não uma simples reportagem; necessário coordenar os acontecimentos, analisá-los, projetá-los, ilustrá-los com documentos. As máquinas de escrever trepidaram na redação do JB e em poucos dias a grande reportagem estava pronta.*³²⁶

A resenha assinala o destaque que o livro deu a determinadas lideranças políticas, salientando que Magalhães Pinto tentara inutilmente “travar diálogo com o governo deposto”, que Carlos Lacerda “esteve sitiado” e que as esquerdas, “sem base popular”, “avançaram o sinal”.³²⁷ Finalmente, são citados alguns autores, identificando-os com os propósitos da obra, vista como “um retrato que possui o sabor de crônica de Araújo Neto, o jogo verbal de Antonio Callado, as aproximações literárias de Alberto Dines, o rigor informativo de Carlos Castello Branco e Wilson Figueiredo”.³²⁸

A segunda resenha, publicada na mesma página do *JB*, fazia alusão aos antigos romanos e à peça *Julio César*, de Shakespeare, que inspirou o título do livro,³²⁹ e constatou a ausência de “perspectiva histórica” no momento em que foi escrito *Os idos de março e a queda em abril*:

(...) cuja correspondência com os acontecimentos político-militares e a conspiração que derrubou o Presidente João Goulart, com seus Cássios, Címberes e Décios Brutos, e até

³²⁶ *Idem.*

³²⁷ *Idem.*

³²⁸ *Idem.*

³²⁹ “Esse é o grande mérito do livro, além da sua qualidade, isso tem a ver com a minha personalidade, por alguma razão eu estava ligado ao Shakespeare naquela hora, ao Júlio César, não ao Shakespeare. Ou porque o filme tinha sido exibido... A peça não... Por alguma razão o Júlio César estava muito presente...” Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 28 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro. Nas entrevistas realizadas nos dias 4 de outubro de 2006 e 28 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro, Dines confirmou que a ideia do título foi sua.

*mesmo com uma Calpúrnia, dá nome ao livro de oito jornalistas do JORNAL DO BRASIL que, mesmo sem terem a perspectiva histórica, contribuem com um subsídio honesto para os que, no futuro, se entregarem à tarefa de fazer justiça com a voz da história.*³³⁰

Figura 13: (*Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1964, *Caderno B*, p. 6):

³³⁰ OS IDOS DE MARÇO. *Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1964, *Caderno B*, p. 6.

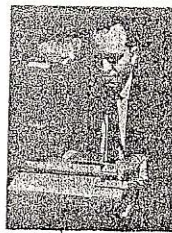


Os Homens que falam de março



Os Homens que falam de março

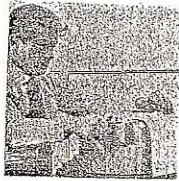
OS IDOS DE MARÇO



Os Homens que falam de março



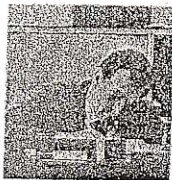
Os Homens que falam de março



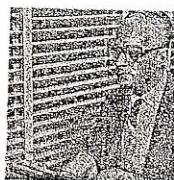
Os Homens que falam de março



Os Homens que falam de março



Os Homens que falam de março



Os Homens que falam de março

Os homens que falam de março

A idéia partiu de Alberto Diniz: o movimento civil-militar de 31 de março, que pôs fim à ditadura comunista na administração pública, à corrupção e às greves que combatiam as frotas do País, estava precisando de um livro que desse ao leitor uma visão histórica e cronológica dos acontecimentos. Acerta a idéia, escolhidos os bons colaboradores, todos puseram o papel na máquina. E aqui desceste mãos no teclado, executando uma autônoma e arrojada reportagem.

A prosa é fator importante — mas Alberto Diniz e sua equipe sentiram-se limitados de um compromisso mais sério junto ao grande público, junto ao leitor de jornais que até então só tinha do movimento que sepeço Goulart uma visão fragmentada, caótica. Em poucos dias não uma simples reportagem; necessário coudejar os acontecimentos, analisá-los, projetá-los, ilustrá-los com documentos. As máquinas de escrever triplicaram na redação do JB e em poucas horas a grande reportagem estava pronta.

Ela começa com o capítulo certo explicando os dias que antecedem o movimento, dando ao leitor as causas próximas e remotas que levaram homens a pegar em armas, segue com Fetto Gomes tirando os episódios decisivos de Minas, desde o início da fuga que Magalhães Pinto tentava travar com o Governo depois até a movimentação de tropas, prossegue com Euclio Duarte e a Anistia de Libertação Paulista exposta num sígelo revolucionário; Cláudio Mello e Dória desceve como Lacerda, vislumbra de Goulart, esteve situado; Wilson Figueiredo mostra como as esquerdas, sem base popular, avançaram e simal; Antônio Callado analisa Jango-Hamlet e faz do Balmário Toyman, um Montezuelita, um verso concreto; Carlos Castello Branco acompanha a conspiração militar — um fio que vai engrossando e transforma-se em cadeia; e Alberto Diniz prova como William Shakespeare quatrocentos continua atual.

Esse espírito de recolhimento, depuração e ordenamento de dados, de análise e documentação, resulta no jatinel vigoroso — ainda cheirando a tinta de impresso das grandes jornais e ainda ressoando com o estrépito dos tanques e as vozes inflamadas dos soldados — de *Os Idos de Março*. De sua política — como disse Otto Lara Resende — o leitor tem do movimento de 31 de março um retrato completo, levantado passo a passo. Um retrato que possui o sabor de crônica de Araújo Neto, o vigor retórico de Antônio Callado, as aproximações literárias de Alberto Diniz, o rigor informativo de Carlos Castello Branco e Wilson Figueiredo.

Os antigos romanos dividiam o mês em Calendas, Idos e Nones. As Calendas eram no dia 1; os Idos a 13 ou 15, e as Nones, nove dias antes dos Idos, que deriva de iduo, dividir.

As Calendas eram consagradas a Juno e fixadas para o pagamento das dívidas. Das Calendas de Nones havia quatro dias em janeiro, fevereiro, abril, junho, agosto, setembro, novembro e dezembro, e seis em março, maio, julho e outubro.

Plutarco, em Vida de César, conta que pouco tempo antes do assassinato de Júlio César um augure fascidote que previa o destino das pessoas pelo canto e vô das aves) o advertira de que desconfiava dos Idos de Março, isto é, do maio do mês, entre os dias 13 e 15.

Chamava-se Spurina o augure que advertiu César de que ele estava ameaçado de um grande perigo nos Idos de Março. No dia da advertência, César, voltando do Senado para casa, encontrou o augure, saudou-o e perguntou-lhe, graciando:

— Então? Os Idos de Março já chegaram?

Respondeu-lhe o augure que já haviam chegado, mas não haviam acabado.

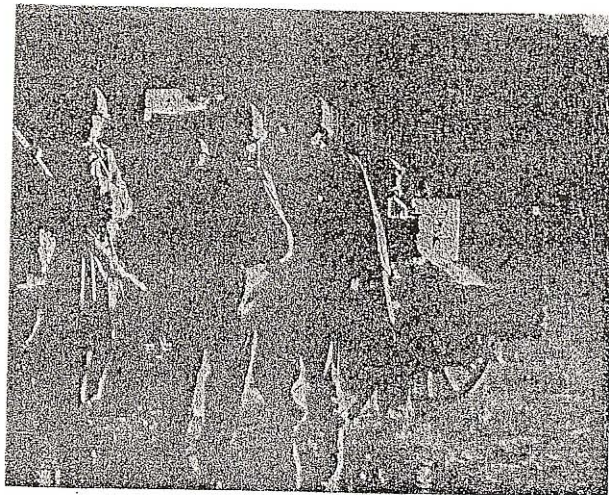
Na véspera de tais Idos, César ceava em casa de Lépido e, segundo o costume, assinava papéis à mesa. Na ocasião foram suscitadas várias questões entre os convivas e dentre elas qual seria, para César, a mulher das mortes.

César respondeu em voz alta que a melhor das mortes era a inesperada. Depois da ceia voltou para casa e quando já estava adormecido com sua mulher Calpúrnia viu as portas e as janelas abrirem sem ninguém lhes tocar.

Ao seu lado, a mulher, dormindo, pronunciava palavras inarticuladas, que o avisavam terem chegado os Idos de Março. Pela manhã, Calpúrnia pediu a César que não saísse de casa e, se lhe fosse possível, adiasse para outro dia a sessão do Senado.

César, porém, não atendeu o pedido. Foi ao Senado, onde, apunhalado pelos que conspiravam contra o seu Governo, morreu.

Shakespeare, que se inspirou em Plutarco e Suetônio para escrever a peça Júlio César, colocou a advertência do augure a César na Festa das Luperciais, na Cena II do I Atto, e não na caminhada de César do Senado para casa. Cometeu um erro histórico, mas deu popularidade universal aos Idos de Março, cuja correspondência com os acontecimentos político-militares e a conspiração que destruiu o Presidente João Goulart, com seus Cássios, Cascas, Trebônios, Ligários, Cimabreses e Dólios Brutos, e até mesmo com uma Calpúrnia, de nome ao livro de oito jornalistas do JORNAL DO BRASIL, que, mesmo sem terem ainda a perspectiva histórica, contribuem com um subsídio honesto para os que, no futuro, se entregarem à tarefa de fazer justiça com a voz da História.



No domingo, dia 5 de julho de 1964, na página 5 do *Caderno B*, na seção de literatura do *JB*, o crítico Lago Burnett escreveu uma nova resenha do livro *Os idos de março e a queda em abril*, provavelmente por conta de uma segunda tiragem do livro. Burnett cita o êxito do “ponto de vista econômico”, o que reforça a hipótese de que já havia alcançado uma segunda edição no momento em que foi publicada a dita resenha.

³³¹ O crítico reproduz parte do prefácio de Otto Lara Resende, sobre a repetição no Brasil de um fenômeno que ocorria nos Estados Unidos e na Europa, “onde as obras de ficção cedem lugar aos documentários e aos grandes relatos jornalísticos de feitos históricos”, e explica a especificidade da obra em questão:

(...) Do ponto de vista técnico, da realização da obra em si, pode-se atribuir o sucesso à categoria profissional dos autores. Não se trata de meros diletantes ou oportunistas, que estivessem de tocaia à espera da notícia para glosá-la e vendê-la em seguida, com a frieza comercial dos camelôs que dispõem sempre de estoque de guarda-chuvas para impingir aos incautos nos dias de aguaceiro inesperado. Pelo contrário: Os idos de Março resulta de uma experiência coletiva vivida na redação de um jornal, e os capítulos poderiam ter sido distribuídos de maneira diversa, entre os mesmos oito autores sem queda da unidade da obra porque todos têm visão de conjunto imprescindível à compreensão dos acontecimentos. (...) É uma das mais nobres missões da imprensa: captar a notícia nas fontes, fresca, pura, enxuta, na hora exata, isenta de participação, incólume, invicta, integral e entregá-la com a consciência tranqüila, por não a ter maculado, à serena imparcialidade dos pósteros para o julgamento final. ³³²

Burnett também assinala a falta de unidade do conteúdo, indagando “se não seria mais acertado apresentar um trabalho sem compartimentos estanques”. ³³³ Porém, “essa dúvida logo se dissipa”, pois não poderia, “por falta de perspectiva histórica, apresentar-

³³¹ BURNETT. *Jornal do Brasil, Caderno B. OS IDOS DE MARÇO*. Domingo, 5 de julho de 1964. p. 5.

³³² *Idem.*

³³³ *Idem.*

se como um trabalho definitivo, mas como um valioso repositório (sem dúvida) de subsídios aos historiadores de amanhã”.³³⁴

O crítico literário do *Jornal do Brasil* identifica, sobretudo, a importância da participação de Alberto Dines, idealizador da obra, e de Antonio Callado, “os autores que mais se afastam da narrativa puramente jornalística, procurando enquadrar as figuras da comédia política brasileira nos amplos compartimentos políticos das tragédias shakespearianas”. Dines teria descrito todos os episódios da crise do ponto de vista do editor-chefe de um grande jornal, obtendo “efeitos surpreendentes”, enquanto a ironia de Callado teria dado ao trabalho “dimensões literárias”.³³⁵

Por outro lado, o texto-entrevista com Carlos Lacerda, produzido por Cláudio Mello e Souza, é o único que não agrada a Burnett: “(...) não sei se por comodismo ou por excessiva admiração pelo personagem central do seu capítulo, permite que Carlos Lacerda transforme numa entrevista o que deveria ser uma análise. Um e outro são muito brilhantes, mas a História não tem nada a ver com isto”.³³⁶ Sobre esta crítica negativa, cerca de quatro décadas mais tarde, Mello e Souza comentaria: “Eu me lembro que saiu uma análise particularmente muito desfavorável escrita a mim pelo meu companheiro de copidesque e amigo Lago Burnett. Poeta ótimo, da mesma geração do Gullar. Eu tinha voltado, quando li. Ele era de esquerda e não gostava do personagem. Nem fui cobrar...”.³³⁷

De modo geral, Burnett elogia o conjunto da obra. Em sua opinião, o jornalista Wilson Figueiredo era um dos melhores intérpretes da política nacional e examinava com acuidade as esquerdas. Por sua vez, Carlos Castello Branco, um “dos mais experimentados e lúcidos comentaristas políticos do país”, revelava ângulos só

³³⁴ *Idem.*

³³⁵ *Idem.*

³³⁶ *Idem.*

³³⁷ Cláudio Mello e Souza. Entrevista concedida ao autor em 6 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

perceptíveis para quem “mantém uma convivência muito íntima com a História”. Pedro Gomes, que escreveu sobre os eventos em Minas Gerais, e Eurilo Duarte, responsável pelo *front* paulista, teriam feito reportagens muito boas.³³⁸ No entanto, apesar de destacar a riqueza de detalhes do capítulo de Araújo Neto, Burnett discorda da introdução do texto:

*(...) [Araújo Neto] comete, de entrada, um lamentável equívoco, quando diz que “o Brasil era um país quase insípido, mofino, quase abúlico, no início de março de 1964, sem qualquer sintoma de agitação”. Ora, se não me falha a memória, a essa época, já havia atingido o clímax o processo de radicalização ideológica, que insuflou os chefes militares.*³³⁹

³³⁸ Lago Burnett. *Jornal do Brasil, Caderno B. OS IDOS DE MARÇO*. Domingo, 5 de julho de 1964.

³³⁹ *Idem*.

Figura 14 (Jornal do Brasil, Caderno B, Domingo, 5 de julho de 1964, p. 5):

Literatura

LAGO BURNETT

Os Idos de Março

A Terra em que Vivemos... Os Idos de Março... A Terra em que Vivemos...



Reunido em Conselho... A Terra em que Vivemos... Os Idos de Março... A Terra em que Vivemos...

Jornal do Brasil, Domingo, 5-7-64, Cad. B - 5

Os fenômenos e a reportagem parecem haver conquistado, de vez, a preferência do público leitor brasileiro...

Das tentativas históricas do ponto-de-vista técnico, o êxito do livro de José Álvaro de Moraes...

De ponto-de-vista técnico, de realização da obra em si, pode-se afirmar o mesmo a categoria profissional dos autores...

As resacas - de estígio acadêmico que perturbam tanto homens como rochas... A Terra em que Vivemos...

Em tradução de Raül Pujós, a Nova Letra Editora acaba de lançar e reeditar a sua coleção de...

Direitos esse detalhe - a visão de conjunto - porque a primeira vista, de maneira em que a obra foi elaborada...

Das ideias que se desdobram, entretanto, ao considerarmos a história mesma da obra...

Praticada em silêncio, a obra revela, sob o silêncio, como a história, sempre se passou entre os cavaleiros...

de e aliado, há 221, e há o Ministério da Educação ofereceu críticas a seus conteúdos...

• Livros e informações para a sua Matéria Financieira, 197, pp. 202 - Copacabana.

Albino Dias que idealizou a obra, e Antônio Candeio são os autores que mais se afeiçoam da narrativa...

Quando eduíto dos deuses, Alberto Dias apresenta todos os episódios da obra do ponto-de-vista do leitor...

Chamado de defesa e mesma tese e procura mostrar que João Camarão...

William Piratunian, que é um dos melhores intérpretes da política nacional...

Arário Neto retrata com muita riqueza de detalhes a Penitenciária política que antecedeu ao golpe...

Pedro Gomes, ocupando-se de Minas, e Eurico Duarte, de São Paulo...

Finalmente, Carlos Castedo Brandão, dos mais experientes e melhores jornalistas políticos de São Paulo...

Adriano Fontaine ainda os documentos anexados ao livro e as fotografias de equipe do ZENONAL DO BRASIL...

PREÇOS SEM IGUAL no supermercado de inverno!



JAPONA DE MAPA. Preço sem igual 5.995. CASACO DE INVERNO. Preço sem igual 7.950.

Os idos de março e a queda em abril teve três edições consecutivas, nos meses de maio, junho e julho. De acordo com Alberto Dines, cada edição teve uma tiragem entre dois e três mil exemplares. Portanto, juntas, as três edições atingiram pelo menos seis mil volumes.³⁴⁰ Para Wilson Figueiredo, o livro “fez sucesso porque levantamos todos os aspectos relativos à crise final do governo Goulart. Com um mês de governo militar, o livro estava na rua e vendeu muito”.³⁴¹ Dines acredita que seus leitores faziam parte do “público do *JB*. (...) *O Jornal do Brasil* era uma referência... No Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo...”³⁴² . É oportuno lembrar que, décadas depois, como previam seus resenhistas, *Os idos de março e a queda em abril* continua a ser referência e citação obrigatória em boa parte da historiografia sobre o golpe de 1964.

³⁴⁰ “Dois, três mil exemplares. Nós tivemos três edições, digamos seis mil...” Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro. Nas páginas finais das duas primeiras edições do livro, “composto e impresso pela Cia Editora Fon-Fon e Seleta”, está informado que a primeira edição é de maio de 1964 e a segunda de junho de 1964. No site do *Observatório da Imprensa* a informação é confirmada, adicionando o mês da impressão da terceira e última edição, julho de 1964. *1964 +40. A revolução numa poltrona*. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=270DSD002>> Acessado em 5 de março de 2007.

³⁴¹ *O jornalista que é a história de um jornal*. 27/10/2006. Entrevista com Wilson Figueiredo. <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=1608>>. Acessado em 29/01/2007

³⁴² Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 2007.

3.2 O livro e seus autores

Os idos de março e a queda em abril é uma coletânea de 404 páginas, dividida em oito capítulos, introduzidos por um prefácio escrito por Otto Lara Resende e intitulado “A revolução numa poltrona”. A edição é completada por um anexo com 38 fotografias legendadas, produzidas pela equipe do *Jornal do Brasil*,³⁴³ e um conjunto de nove documentos transcritos.³⁴⁴

O primeiro capítulo, intitulado *A paisagem*, foi escrito por Araújo Neto. Amazonense de Manaus, Francisco Pedro de Araújo Neto nasceu em 1929, veio para o Rio de Janeiro aos 11 anos de idade e aos 19 anos começou sua carreira de jornalista na Rádio Tupi, cobrindo eventos esportivos. Depois foi para a *Rádio Globo*, para o *Diário da Noite* e dali para a *Tribuna da Imprensa*. Segundo nota compilada pelo *Observatório da Imprensa*, “cobriu política e foi editor de Esportes e, sobretudo, colunista implacável quando escrevia contra os cartolas”. Na opinião de Alberto Dines, Araújo Neto teria trabalhado “na melhor fase da *Tribuna da Imprensa*, na renovação de *Manchete* e *O Cruzeiro*, no lançamento de *Senhor*, na reforma do *Jornal do Brasil* e, em seguida, na sua consolidação como jornal de referência”.³⁴⁵

³⁴³ As fotos foram feitas pela “equipe do ‘*Jornal do Brasil*’” e há também uma menção especial à foto de Carlos Lacerda no Palácio Guanabara, de autoria de Carlos Leonam. Alberto Dines *et alii*. *Os idos de março e a queda em abril*. 1ª edição. Rio de Janeiro. José Alvaro, 1964. p. 6

³⁴⁴ Os documentos constantes na parte final do livro são: a “Nota conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse do Sr. João Goulart na Presidência da República”, “O decreto da Supra”, a “Instrução reservada do General Castelo Branco”, o “Manifesto de Magalhães Pinto em Belo Horizonte a 30 de março de 1964”, a “Nota do Comando Geral dos Trabalhadores”, a “Entrevista do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, no dia 30 de março de 1964”, o “Discurso de João Goulart na assembléia de sargentos e subtenentes, no dia 30 de março de 1964 (tal como foi publicado no *Jornal do Brasil* de 31-3-1964)”, o “Manifesto do General Krueel” e “O Ato Institucional”.

³⁴⁵ Araújo Neto (1929 – 2003) “Araújo Netto, o gentil jornalista”, copyright *O Globo*, 4/06/03. “Morre jornalista aos 73 anos”, copyright *Jornal do Brasil*, 4/06/03. Compilados pelo Observatório da Imprensa sob o título “Araújo Neto (1929 – 2003)”.

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp1006200394.htm>> Acessado em 2 de julho de 2007. Alberto Dines. *O caso do jornalista que morreu de tristeza*.

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mem100620032.htm>> Acessado em 7 de julho de 2007.

Araújo Neto foi a Cuba, junto com Carlos Lemos e Janio de Freitas, quando Fidel Castro entrou em Havana, em janeiro de 1959, e na volta participou da “rebelião cubana”, que, segundo Ana Arruda Callado, praticamente assumiu o comando do *JB* e conduziu as transformações no jornal. Em maio de 1961, Araújo Neto saiu do periódico junto com Janio de Freitas, mas logo retornou a convite da Condessa Pereira Carneiro, proprietária do *JB*.³⁴⁶ Na sua volta, Araújo Neto criou e dirigiu uma espécie de escritório publicitário do órgão, o *Estúdio JB*, onde se fazia todo o trabalho de propaganda do jornal, ao invés de se contratar uma agência especializada. Sua equipe era responsável por fazer os anúncios, desenhos e tudo que fosse necessário para promoções e publicidade. Na época do lançamento do livro, Araújo Neto ainda estava trabalhando na parte comercial do *Jornal do Brasil*:

Naquela época, acho que ele era gerente comercial. Ele não estava na redação propriamente. Ele tinha uma função na área comercial. Não posso precisar exatamente... Porque depois ele foi gerente comercial. (...) Ele foi para o Jornal do Brasil em 50, quando ele voltou, ele justamente queria não se envolver com toda aquela briga... Porque tinha havido muita briga nos anos 50, eu não estava no jornal. Houve muita briga, facções... Ele não queria entrar nessa. (...) Não queria ficar no bochicho da redação. Depois, ou antes [do Estúdio JB] ele foi gerente comercial. Mas como ele era um grande jornalista eu o chamei.³⁴⁷

Araújo Neto era considerado de esquerda, mas seria um moderado. Segundo Alberto Dines, “ele sempre foi de esquerda”, era do “Partidão”, “um comunista da velha escola”, mas, em 1965, teria feito “um canto de louvor” ao presidente John Kennedy e

³⁴⁶ Para a “rebelião cubana”, Ana Arruda Callado, *apud.* Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha. *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 24. Para o convite da Condessa Pereira Carneiro a Araújo Neto, Ana Arruda Callado, em entrevista concedida ao autor no dia 15 de maio de 2007, no Rio de Janeiro: “Eu sei que foi a Condessa que chamou [Araújo Neto]. A Condessa amava Araújo (...).De acordo com Ana Arruda, na mesma entrevista, Araújo teria saído junto com Janio de Freitas, mas depois teria voltado ao JB. Para a data da saída de Janio de Freitas ver Ruy Castro. *Ela é carioca*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 186 - 188.

³⁴⁷ Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor no dia 4 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro.

aos Estados Unidos.³⁴⁸ Durante a ditadura militar, no entanto, Araújo não aguentou o “clima” no Brasil e foi para a Itália, em 1968. Em 1970, quando chegou a Miami para fazer a cobertura da Copa do México, o governo dos Estados Unidos prendeu-o por algumas horas – ele era *persona non grata* no país “sob a alegação de que tinha estado em Cuba, quando cobriu a Revolução Cubana”. Araújo Neto tornou-se uma referência da esquerda brasileira na Itália e faleceu em Roma, em 2003, aos 73 anos de idade.³⁴⁹

O segundo capítulo, preparado por Pedro Gomes, intitula-se *Minas do diálogo ao “front”*. Gomes trabalhava com Wilson Figueiredo no *JB* e também na função de editoralista. Na opinião de Alberto Dines, “era um grande observador da cena política brasileira. (...) Era muito sutil, muito irônico”. Natural da Bahia, Gomes seria “tipo o Castello, caladinho, quietinho, com um humor sarcástico incrível, com um dos textos mais irônicos que eu já vi... Era ‘traíçoeiro’ como um florentino, era do grupo, do tal ‘sindicato da mentira’”. Este “sindicato da mentira”, expressão cunhada por Carlos Lacerda, designava um grupo de influentes jornalistas que trabalhavam em diversos veículos da imprensa e conviviam intensamente entre si.³⁵⁰ No início de 1965, Gomes substituiu Wilson Figueiredo como titular da coluna *Informe JB*.³⁵¹

³⁴⁸ Alberto Dines. Entrevistas concedidas ao autor em 4 de outubro de 2006 e 28 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro. O livro *O mundo sem Kennedy*, no qual Araújo Neto teria feito este “canto de louvor” ao ex-presidente dos Estados Unidos, também foi lançado por José Alvaro Editor, em 1965, com prefácio de Araújo Neto e texto de Alberto Dines (Alberto Dines *et alii*. *O mundo sem Kennedy*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1965). Os outros autores são Nahum Sirotsky, Newton Carlos e Roberto Campos. O livro também contém um depoimento de Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos na época do golpe de 1964.

³⁴⁹ Segundo Alberto Dines, em depoimento por escrito em 22 de abril de 2007, Araújo Neto foi para a Itália em 1966, num navio junto com Chico Buarque. Outra fonte indica que Araújo Neto teria chegado àquele país no mesmo transatlântico que levava o poeta Vinícius de Moraes. Ver: “Araújo Netto, o gentil jornalista”, copyright *O Globo*, 4/06/03. “Morre jornalista aos 73 anos”, copyright *Jornal do Brasil*, 4/06/03. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp1006200394.htm>> Acessado em 2 de julho de 2007. O Deputado Roberto Freire, na ocasião da morte de Araújo Neto, fez um requerimento de “voto de pesar” pelo seu falecimento. Além de cobrir Araújo de elogios, destacou que “sua casa, em Roma, serviu de abrigo para muitos brasileiros” e que era “a nossa segunda embaixada na Itália”. *Requerimento*. <www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=143399> Acessado em 5 de julho de 2007.

³⁵⁰ A expressão “sindicato da mentira” teria sido cunhada por Carlos Lacerda: “Acho que foi em 63, o Lacerda teve um confronto com a crônica política e ele chamou a crônica política de sindicato da mentira. Foi muito interessante, porque efetivamente eles se conheciam todos. E esse grupo inclusive trabalhava

Eurilo Duarte, chefe da sucursal do *Jornal do Brasil* em São Paulo, foi incumbido de tratar do *front* paulista, e escreveu o terceiro capítulo, com o título *32 mais 32, igual a 64*. Duarte foi colunista social do *Diário da Noite*, de Pernambuco, a partir de novembro de 1951, sob o pseudônimo de Paulo Antônio.³⁵² No início da década de 1960, trabalhou para a revista *O Cruzeiro*, onde fazia matérias que cobriam personalidades famosas, como a estrela Kim Novak, que visitou o Brasil em 1960, ou sobre as mulheres dos candidatos à Presidência da República.³⁵³

Cláudio Mello e Souza foi escolhido para escrever o capítulo sobre Carlos Lacerda, intitulado *O vizinho do presidente*, em razão de sua maior proximidade com o governador da Guanabara. Mello e Souza fazia a crítica de cinema do *Caderno B* do *Jornal do Brasil* e era ligado ao meio cultural, tendo sido amigo de Nelson Rodrigues. Foi personagem de diversas crônicas de Rodrigues, que o considerava “belo e culto”.³⁵⁴

Mello e Souza circulava no meio teatral e intelectual da época, e conviveu com “Fernando Torres, Fernanda Montenegro, Sérgio Brito, Ítalo Rossi, Natália Timberg, o jovem Francisco Cuoco, Paulo Francis e Flávio Rangel”.³⁵⁵ Indicado por Paulo Francis,

para vários jornais. O Otto Lara contava que ele trabalhava em três jornais. Ele escrevia no *Diário de Notícias*, no *Diário Carioca* e se não me falha a memória... Na *Última Hora*, não sei... (...) Então esse sindicato... Eles se gostavam, se amavam... Muitos tinham função pública... Eles eram a velha UDN... A UDN mais clássica. E o Lacerda era o Lacerda, antigo comunista, radical, depois quase fascista, para depois voltar a ser um liberal, propor a frente ampla e aí se recompõe com todo mundo... Eu o conheci nesta época também... O Lacerda não brigava ideologicamente, brigava contra quem era contra ele. Em algum momento houve um conflito entre ele e esses comentaristas e ele fez uma campanha contra “o sindicato da mentira”, que era justamente o Castelinho, o Otacílio Lopes, o Villas Boas Corrêa...”. Alberto Dines em entrevista concedida ao autor no dia 28 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro.

³⁵¹ Pedro Gomes não foi entrevistado, pois está com problemas de saúde, com a visão comprometida, segundo depoimento do jornalista Alberto Dines, no dia 4 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro. “O problema dele é muito sério, já vem de longa data”. Cláudio Mello e Souza. Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro em 6 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

³⁵² Lêda Rivas. *Um homem do renascimento*.

<<http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/GilbertoOsorio/01.html>> Acessado em 1º de agosto de 2007.

³⁵³ Kim Novak *sambou nas ruas*. <http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/19031960/190360_1.htm> Acessado em 1º de agosto de 2007. *Primeira dama vai ganhar novo nome*. <http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/15101960/151060_2.htm> Acessado em 3 de agosto de 2007.

³⁵⁴ Ruy Castro. *O anjo pornográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 326 - 327. Nelson Rodrigues. *O reacionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 123.

³⁵⁵ Cláudio Mello e Souza. Entrevista concedida ao autor em 6 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

foi também crítico de cinema no *Diário Carioca* e trabalhou a convite de Reynaldo Jardim na *Rádio Jornal do Brasil*, onde escrevia “notas de interesse público entre as músicas”. Este programa era comandado por Janio de Freitas, que depois o indicou para uma vaga no copidesque do *JB*, chefiado por Ferreira Gullar. Mello e Souza tornou-se membro efetivo do copidesque, no qual se destacavam “Tinhorão, Nelson Pereira dos Santos, Wilson Figueiredo, uma turma muito boa...”³⁵⁶

A respeito do governo deposto, Mello e Souza afirma que tinha “horror às idéias, à figura, à política, em todos os sentidos, desde a política miudinha, até à macropolítica do João Goulart e de sua caterva. Eu não sou um homem muito chegado a qualquer coisa que cheire a populismo, que cheire!”. Mello e Souza ainda “tinha certeza de que ele, Jango, não acreditava em nada daquilo que lhe punham na frente para ler. Ele não tinha estofo intelectual, não tinha estudo para saber manipular aqueles dados de reforma agrária, nacionalização, estatização, esses conceitos todos que vigoravam na época”.³⁵⁷ Quando da edição de *Os idos de março*, Mello e Souza andava às voltas, no *Caderno B*, com o lançamento do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha.³⁵⁸

O jornalista Wilson Figueiredo foi responsável pela redação do quinto capítulo, *A margem esquerda*. Introduzido no jornalismo em 1944, por Carlos Castello Branco, Figueiredo começou na Agência Meridional, dos *Diários Associados*, em Belo Horizonte. Em 1946, veio para o Rio de Janeiro trabalhar em um jornal que atuava para influenciar a Constituinte daquele ano, dirigido por Francisco Assis Barbosa e intitulado *Democracia*. Quando terminou a redação da carta constitucional, Figueiredo retornou a

³⁵⁶ *Idem.*

³⁵⁷ *Idem.*

³⁵⁸ *Jornal do Brasil, Caderno B*, p. 13.

Minas Gerais e veio a ser um dos secretários da *Folha de Minas*, fundada por Afonso Arinos.³⁵⁹

Somente em 1957, Wilson Figueiredo transferiu-se em definitivo para o Rio de Janeiro. Depois de rápidas passagens pela *Última Hora* e pela *Tribuna da Imprensa*, o jornalista Castello Branco o indicou para Odylo da Costa, filho, que procurava redatores e repórteres para começar a reforma do *JB*. Figueiredo iniciou no *JB* em abril de 1957 e permaneceu até 1960, quando foi para *O Jornal*, a convite de Assis Chateaubriand. Em 1961, ficou três meses no *Diário Carioca*, e depois manteve uma coluna semanal na revista *Mundo Ilustrado*. Nessa época, antecipou que Jânio Quadros tinha uma “arma secreta”, a renúncia. A coluna foi publicada no dia 12 de agosto e o presidente renunciou no dia 25 do mesmo mês.³⁶⁰ Logo depois deste evento, Figueiredo foi trabalhar no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES):

*Fui contratado como redator para uma série de entrevistas com economistas e empresários que prepararam para o IPES os modelos de reformas pelas quais o Brasil esperava (e ainda espera) e sobre as quais os políticos divergem. O IPES foi a oficina onde se elaboraram as reformas que se tornaram leis no governo Castello Branco em 1964. Eu fazia entrevistas com empresários e economistas sobre os nós que atavam a economia e a administração brasileira.*³⁶¹

Segundo o cientista político René Armand Dreifuss, Figueiredo havia formado uma equipe que existia antes do aparecimento formal do IPES e que foi “incorporada às unidades de doutrinação e propaganda do IPES”. Figueiredo foi membro de dois grupos do instituto: o Grupo de Opinião Pública (GOP) e o Grupo de Publicações / Editorial (GPE), o órgão responsável pela edição de livros. O IPES tinha “relacionamento

³⁵⁹ Wilson Figueiredo. Entrevista concedida ao autor em 7 de maio de 2007 no Rio de Janeiro. Ver também: *O jornalista que é a história de um jornal*. 27/10/2006
<<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=1608>>. Acessado em 29/01/2007

³⁶⁰ “Fui da primeira leva recrutada pelo Odylo Costa, filho, em 1957. Saí em 60 e voltei em 62”. *Idem*.

³⁶¹ Wilson Figueiredo. Entrevista concedida ao autor em 7 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

especial” com os meios de comunicação mais importantes do país e articulou “um sincronizado assalto à opinião pública”. Figueiredo, ainda de acordo com Dreifuss, participara desta campanha do Grupo de Opinião Pública e ficou responsável por reescrever trabalhos produzidos para consumo empresarial e político em “linguagem de dona-de-casa”.³⁶²

Quando retornou ao *Jornal do Brasil* em 1962, a convite de Alberto Dines, Figueiredo ainda trabalhava no IPES. Dines afirmou que Figueiredo foi a única pessoa trazida por ele para o *JB*, pois queria “fazer uma interlocução. E ele é uma cabeça política ótima, sempre me dei muito bem com ele”.³⁶³ Vale acrescentar, que foi um membro do Conselho Orientador do IPES,³⁶⁴ o banqueiro e “czar da imprensa carioca”,³⁶⁵ José Luiz Magalhães Lins, sobrinho de Magalhães Pinto, que indicou Dines para o *JB*.³⁶⁶ Aliás, o *Jornal do Brasil*, sob a direção de Dines, foi o primeiro jornal a saudar o aparecimento formal do IPES, em 2 de fevereiro de 1962.³⁶⁷

Em relação à concomitância do seu trabalho no IPES e no *JB*, Figueiredo salientou que, quando aceitou fazer a coluna *Segunda Seção*, deixou o IPES e ficou exclusivo do *JB*.³⁶⁸ A referida coluna estreou no dia 2 de agosto de 1963 da seguinte forma:

Vai ficando difícil fixar onde acaba a reportagem e começa a espionagem: para certos efeitos, entre o espião e repórter, ambos da família dos bem informados, não existe apenas uma Lei de Segurança: há também entre eles uma identidade de

³⁶² O cientista político René Armand Dreifuss, que analisou a atuação do IPES na articulação do movimento que derrubou o governo João Goulart, afirmou que um grupo de profissionais “com Wilson Figueiredo havia formado uma equipe antes do aparecimento formal do IPES. Essa equipe foi incorporada às unidades de doutrinação e propaganda do IPES e cobria as atividades da elite orgânica”. René Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 192-194 e p. 233 - 234.

³⁶³ Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2006 no Rio de Janeiro.

³⁶⁴ René Dreifuss. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 176.

³⁶⁵ Alberto Dines. *Apud* Alzira Alves de Abreu *et ali. Eles mudaram a imprensa – Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p 107.

³⁶⁶ Mario Sergio Conti. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 414.

³⁶⁷ *Idem*, p. 163 e 211.

³⁶⁸ Wilson Figueiredo. Entrevista concedida ao autor em 7 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

*vocação e de métodos. E no Brasil destes dias, os mesmos riscos os aproximam. Segunda Seção é um título de inspirações secretas, mas não sinistras. Essa é a designação que se dá aos serviços secretos militares, na nomenclatura interna das Forças Armadas.*³⁶⁹

Na *Segunda Seção*, Figueiredo “recolhia informações políticas e arriscava pequenos comentários num campo minado como era a política na sequência de crises que foram da eleição de Jânio à deposição de Goulart”.³⁷⁰ Figueiredo assinalava que montou “uma rede de informantes que me abastecia de material precioso para esse tipo de coluna”.³⁷¹ Segundo ele, “falava-se muito de uma Segunda Seção (serviço de informação) que colhia e interpretava fatos para o Exército. O título estava no ar como referência diária dos jornais”.³⁷² Figueiredo permaneceu na coluna até janeiro de 1965 e a seção passou a se chamar *Informe JB*.

Tendo em vista as atividades do jornalista no período que antecedeu ao golpe de 1964, vale destacar o fato de que o relato sobre as esquerdas no livro *Os idos de março* tenha ficado a cargo de Figueiredo, ativo participante do IPES. Wilson Figueiredo ainda escreve semanalmente no *Jornal do Brasil*.

O escritor Antonio Callado redigiu o sexto capítulo, “Jango ou o suicídio sem sangue”. Callado nasceu em Niterói (RJ) no ano de 1917. Em 1936, ingressou na faculdade de direito e, no ano seguinte, aos 19 anos, foi trabalhar no *Correio da Manhã*. Diplomou-se em direito em 1939 e trabalhou na BBC de Londres entre 1941 e 1947. Quando regressou ao Brasil, empregou-se novamente no *Correio da Manhã*, jornal no qual viria a ser a redator-chefe pela primeira vez no período entre 1954 e 1960. Em 1960, foi contratado pela Enciclopédia Britânica para chefiar a seção de uma nova

³⁶⁹ Wilson Figueiredo. *Jornal do Brasil*. 2 de agosto de 1963. *Segunda Seção*. p. 8-9.

³⁷⁰ Wilson Figueiredo. Entrevista concedida ao autor em 7 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

³⁷¹ *O jornalista que é a história de um jornal*. 27/10/2006. Entrevista com Wilson Figueiredo. <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=1608>>. Acessado em 29/01/2007

³⁷² Wilson Figueiredo. Entrevista concedida ao autor em 7 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

publicação, a “Barsa”, editada em 1963. A partir de então, passou a ser editorialista do *Jornal do Brasil*, e permaneceu no cargo até 1964. Depois voltou ao *Correio* como redator-chefe, mas desta vez ficou apenas dois meses no posto. Callado teria se demitido em solidariedade a Carlos Heitor Cony, que tivera um artigo censurado no *Correio da Manhã*. Ainda em 1965, Callado retornou ao *JB*, onde continuaria como editorialista.³⁷³

A resistência de Callado ao regime militar ficou na memória dos brasileiros. Antes mesmo da derrubada de João Goulart, o escritor demonstrava preocupação com o problema agrário no Brasil e simpatizava com o governador Miguel Arraes, deposto do cargo em 1964. Segundo Callado, o Pernambuco de Arraes seria “o maior laboratório de experiências sociais e o maior produtor de idéias do Brasil”. Callado destacava “o papel da educação que essas massas nunca tinham tido” e a eleição de um homem do povo para o Governo do Estado.³⁷⁴

Embora repudiasse Goulart, Callado não tinha aversão às esquerdas em geral. Era, inclusive, enfático ao se referir ao caráter democrático do governo de Miguel Arraes. Na sua percepção, seu governo em Pernambuco seria o mais democrático da Federação porque correria “todos os riscos inerentes à democracia”.³⁷⁵ Callado demonstrava certa simpatia até pelos jovens trotskistas que atuavam em Pernambuco, mas criticava tanto um comunista ortodoxo, como um tradicional senhor de engenho. Para Callado, ambos eram conservadores: um conservaria a forma da revolução e outro a da chamada civilização cristã e ocidental, e ambos queriam o banho de sangue – o

³⁷³ Wilson Figueiredo, in *Antonio Callado Repórter – Tempo de Arraes e Vietnã do Norte*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 8-9. Antonio Callado <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=151&sid=138>> Acessado em 20 de novembro de 2007. Para o pedido de demissão em solidariedade a Carlos Heitor Cony, ver: Thereza Cesário Alvim. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 13.

³⁷⁴ Antonio Callado *Tempo de Arraes*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 46-47.

³⁷⁵ *Idem*, p. 129.

comunista ortodoxo “para não perder o sofrimento adquirido pelas massas” e o senhor de engenho “para não perder os privilégios adquiridos pelas elites”.³⁷⁶

Callado começou a escrever *Tempo de Arraes* em 1963 e o epílogo foi escrito em agosto de 1964, quando o escritor já se mostrava nitidamente insatisfeito com o regime militar. Ele parecia acreditar que, em Pernambuco, uma forma democrática de fazer as transformações necessárias estava em gestação. Mas, enquanto atacava o governo federal e defendia Miguel Arraes, na época preso em Fernando de Noronha, mantinha-se um contundente crítico do presidente deposto: “João Goulart não era um foco de subversão comunista, era coisa muito pior”.³⁷⁷

Autor de numerosas obras, Callado produziu engajadas reportagens publicadas em livro, dentre as quais devem ser destacadas *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*, de 1960, a já citada *Tempo de Arraes – a revolução sem violência*, publicada em 1965, e *Vietnã do Norte*, de 1969.³⁷⁸

No entanto, na sua bibliografia completa, constante no site da Academia Brasileira de Letras, onde estão mais de 20 títulos de sua autoria, *Os idos de março e a queda em abril* não foi incluído.³⁷⁹ Teria esta ausência se devido ao fato de que Callado, um opositor do regime militar, sentiu-se desconfortável com os ataques feitos

³⁷⁶ *Idem.* p. 165.

³⁷⁷ *Idem.*, p. 180.

³⁷⁸ Antonio Callado. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. Este livro tratava da luta dos camponeses em Pernambuco. As reportagens que Callado escreveu e que foram publicadas no livro *Tempo de Arraes*, foram primeiro publicadas pela José Álvaro Editora. *Tempo de Arraes – a revolução sem violência*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 31. *Vietnã do Norte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

³⁷⁹ Antonio Callado. <<http://www.academia.org.br/cads/8/antonio.htm>> Acessado em 5 de abril de 2006.

por ele contra o presidente deposto, publicados no referido livro logo depois do golpe? Crítico do governo Goulart, mais de uma vez Callado foi preso pelo regime militar.³⁸⁰

Em *O Estado de S. Paulo* de 6 de dezembro de 1997, Ruy Castro escreveu que o livro *Os idos de março e a queda em abril* foi “assinado por vários jornalistas que, no futuro, prefeririam omitir esse livro de suas obras completas”. Segundo Castro, isto ocorreu “porque, dentro da ‘objetividade’ dos artigos, ele pode ser lido hoje como uma visão simpática ao golpe – o que ele era. Na verdade, nenhum daqueles autores imaginava então que o golpe militar iria se eternizar e dar no que deu”. Castro, entretanto, acredita que nem todos aqueles jornalistas teriam motivos para não querer tê-lo nas suas obras completas, mas afirmou que Callado, “sem dúvida”, seria um dos que prefeririam não tê-lo em sua bibliografia, pois “logo seria uma vítima do regime”. Para Castro, *Os idos de março* é

*Um bom documento de época – retrata bem a preocupação da imprensa com os rumos do Brasil até o dia 31 de março. É bom lembrar que, pelo descalabro do governo Jango, todos os grandes jornais, exceto a Última Hora, foram a favor do golpe. E que, a partir de 2 ou 3 de abril, apenas o Correio da Manhã ficou do contra e, por um bom tempo, só na coluna do Cony.*³⁸¹

A respeito da participação de Antonio Callado em *Os idos de março*, que a princípio pode ser considerada destoante do papel que desempenhou como crítico do regime militar, o depoimento da viúva Ana Arruda Callado procura oferecer uma justificativa. Para Ana Arruda, seu marido teria passado pelo mesmo deslocamento de posição que aquele notado, por exemplo, no *Correio da Manhã*, “um jornal que ele

³⁸⁰ Seu romance *Quarup*, publicado em 1967, teria se iniciado quando Callado foi detido em fins de 1965, junto com Carlos Heitor Cony e Glauber Rocha, em uma mesma cela da Polícia do Exército da Rua Barão de Mesquita no Rio de Janeiro, local que ficaria conhecido em fins da década de 1960 pela prática da tortura de presos políticos. Naquela ocasião, Cony teria começado a escrever *Pessach*, e Glauber as cenas de *Terra em Transe*. Beatriz Kushnir. *Depor as armas – A travessia de Cony, e a censura no Partidão*. In, *Intelectuais, história e política*. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. p. 232.

³⁸¹ Ruy Castro. Entrevista concedida ao autor em 29 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

tinha dirigido e que ele adorava”.³⁸² O *Correio*, que nos editoriais *Basta!* e *Fora!*, nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, pedia a expulsão de João Goulart da presidência da República. Já nos primeiros dias após o golpe, através, por exemplo, de Carlos Heitor Cony, o *Correio* criticava o regime militar.

Segundo Ana Arruda, Antonio Callado “achava Jango fraquíssimo. Uma confusão. Ele achava que não tinha o menor sentido. Callado era um homem de esquerda, sempre foi um homem de esquerda, mas muito lúcido. E a esquerda de vez em quando embarcava em canoa furada. Callado via os furos”. Quanto ao texto de Antonio Callado em *Os idos de março*, ela afirma que, embora o ame até hoje, não gosta daquele seu texto: “Aquele texto me dá certo incômodo. (...) Aquele texto me chateia”. Na sua percepção, foi uma pena ele dizer certas coisas contra João Goulart. Para Ana Arruda, que simpatizava com o presidente deposto, Jango foi uma vítima e teve seu heroísmo. No entanto, ela diz entender Callado. Ele seria uma pessoa muito mais madura do que ela própria e teria também uma visão mais histórica e firme dos problemas. E compreende também que ele achasse aquele governo uma “porcaria”, mas frisou que “ele reagiu irado e se arriscou depois”.³⁸³

Segundo Alberto Dines, a trajetória de Antonio Callado se explica da seguinte forma: “como grande parte da intelectualidade e da classe média liberal brasileira, foi virando esquerdista por causa da ditadura”³⁸⁴ De fato, Callado teria apoiado o movimento guerrilheiro de Caparaó, chegando inclusive a transportar armas em determinada ocasião.³⁸⁵ O escritor entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1994 e faleceu em 1997, aos 80 anos de idade, no Rio de Janeiro.

³⁸² Ana Arruda Callado. Entrevista concedida ao autor em 15 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

³⁸³ *Idem.*

³⁸⁴ Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2003 no Rio de Janeiro.

³⁸⁵ Antonio Callado realizou tarefas no “sentido de informações que me davam e tal” (sic). Mas afirmou que nunca entendeu muito bem “o que eles esperavam com aquilo”. Outro trecho de seu depoimento a

O colunista político Carlos Castello Branco escreveu o sétimo e penúltimo capítulo, “Da conspiração à Revolução”. Castello Branco nasceu em Teresina, no Piauí, em 1920, e no ano de 1937 foi estudar direito em Minas Gerais. Iniciou sua carreira como repórter de polícia no jornal *O Estado de Minas*, em 1939. Em 1943, concluiu a Faculdade de Direito, mas preferiu seguir a carreira de jornalista. Em 1945, transferiu-se para o Rio de Janeiro e trabalhou em *O Jornal*, como subsecretário de redação. Em 1950, foi para o *Diário Carioca*, que passava por uma importante reforma, capitaneada por Pompeu de Souza, que “introduziu as técnicas do lead”. Segundo Carlos Castello Branco, Pompeu de Souza “percebeu que meu texto adotava as normas que ele queria no *Diário Carioca*. Então me convidou para ser editor político do *Diário Carioca*; ofereceu-me um salário fora de pauta, fora dos padrões”.³⁸⁶

Nessa época, era comum os jornalistas trabalharem em mais de um jornal. A partir da década de 1950, Castello Branco trabalhou não só no *Diário Carioca*, como chegou a atuar concomitantemente em outros veículos também, como os jornais *Tribuna da Imprensa* e *Folha de S. Paulo* e a revista *O Cruzeiro*.³⁸⁷ Em 1961, assumiu o cargo de Secretário de Imprensa do presidente Jânio Quadros e mudou-se para Brasília. Hermano Alves teria procurado Castello em Brasília e feito um convite em nome dele próprio, de Alberto Dines e de Mário Faustino, que estavam assumindo a *Tribuna da Imprensa*, que Nascimento Brito havia comprado. Eles queriam saber se ele

Marcelo Ridenti: “eles pediam a ligação, a informação, entre eles e, digamos aqui, a cidade, o governo o que eles podiam fazer... Mas aí que me deu aquela impressão catastrófica de que as ligações eram muito tênues: se me prendessem e torturassem, eles acabavam me matando, iam pensar que eu era um herói – quando na realidade eu não sabia de nada. Eu só sabia que tinha um grupo, lá em Caparaó, tentando fazer alguma coisa, e esperava que eles fizessem”. Callado teria transportado armamentos trazidos pelo poeta Thiago de Mello para um local indicado pelo poeta, mas ambos desconheciam detalhes operacionais. Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 145-146.

³⁸⁶ Carlos Castello Branco. Entrevista realizada por Carlos Chagas. In. *Carlos Castello Branco. O jornalista do Brasil*. Org. Pedro Jorge de Castro. Brasília: Editora Senac-DF, 2006, p. 23-34. Carlos Castello Branco. *Vida*. <www.carloscastellobranco.com.br> Acessado em 10 de novembro de 2007.

³⁸⁷ *Idem*, p. 39-74. Ver também: Carlos Castello Branco. Entrevista realizada por Adriana Zarvos. In. <www.carloscastellobranco.com.br> Acessado em 10 de novembro de 2007.

aceitava fazer uma seção política para a nova *Tribuna*. Castello Branco, que estava à procura de um pretexto para sair de *O Cruzeiro*, revista que o desagradara por criticar muito duramente Jânio Quadros, aceitou imediatamente – fez a primeira coluna em 1º de janeiro de 1962.³⁸⁸

Em julho de 1962, Nascimento Brito vendeu a *Tribuna* para Hélio Fernandes, convidou Castello Branco para trabalhar no *Jornal do Brasil* e, neste mesmo mês, a *Coluna do Castello* já estava saindo no *JB*. Alberto Dines teria dado o nome à coluna: “Quem deu o nome de *Coluna do Castello* fui eu”. De acordo com Alberto Dines, foi o sobrinho de Magalhães Pinto, José Luiz Magalhães Lins, o “Richelieu” da imprensa, “quem trouxe o Castelinho para o *JB*”.³⁸⁹

Para o jornalista Merval Pereira, Carlos Castello Branco era tão importante, que, em determinada oportunidade, quando Carlos Lacerda queria que o *Jornal do Brasil* defendesse certa posição, foi-lhe sugerido que procurasse Nascimento Brito. Mas Lacerda retrucou afirmando que ia falar com quem manda, com o “Castelinho”.³⁹⁰ Referia-se ao jornalista Carlos Castello Branco.

Segundo o jornalista Carlos Chagas, Castello Branco foi o papa do jornalismo político brasileiro, embora “não fosse um anjo de isenção. (...) Adorava os cardeais da UDN (...) e cultivava aqueles liberais”. Para Chagas, a explicação para este posicionamento reside no fato de Castello Branco ter começado a trabalhar em jornais durante o Estado Novo e que, assim, não lhe teriam faltado motivos para rejeitar o

³⁸⁸ Carlos Castello Branco. Entrevista realizada por Carlos Chagas. *op. cit.*, 2006, p. 130.

³⁸⁹ Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 28 de fevereiro de 2007 no Rio de Janeiro. A informação de que José Luiz Magalhães Lins trouxe Carlos Castello Branco para o *Jornal do Brasil* foi confirmada por Janio de Freitas em entrevista concedida ao autor em 8 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

³⁹⁰ Merval Pereira. *O poder das palavras*. In: Carlos Castello Branco. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5: os anos de chumbo na visão do maior jornalista político de seu tempo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 9.

“populismo” – “Ele detestava a esquerda radical”.³⁹¹ Para Alberto Dines, “Castelinho era basicamente um udenista. Mas é preciso entender o que é um udenista, ele não era um reacionário. Tinha uma UDN que topava qualquer coisa, Sandra Cavalcanti. Ele tinha um conceito de liberalismo político, essa era a UDN de Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto...”.³⁹²

Apesar de ter sido favorável à deposição de João Goulart, Castelinho não apoiou a ditadura quando o AI-5 foi editado, e chegou a ser preso, acusado de ter feito parte do movimento político que conseguiu que o Congresso rejeitasse o processo contra o jornalista e deputado Marcio Moreira Alves. Neste período, a *Coluna do Castello* foi proibida durante algumas semanas. Anos depois, com o projeto de abertura política iniciado a partir da posse do presidente Ernesto Geisel, em 1974, Castelinho teria desfrutado de maior liberdade para escrever. Em consequência, de acordo com Merval Pereira, atraiu a fúria da linha dura que estaria se opondo à redemocratização. Neste período, começou a receber cartas anônimas com ameaças de morte. Em certa ocasião, enviaram-lhe a foto do jornalista Vladimir Herzog, assassinado durante o governo Geisel, e um bilhete afirmando que ele seria o próximo. As ameaças contra Castelinho cessaram após a morte de seu filho Rodrigo, num acidente de carro perto do aeroporto de Brasília em 1976. A morte do filho teria lhe trazido “uma imensa dor e uma dúvida lancinante”.³⁹³

³⁹¹ Carlos Chagas. In. *Carlos Castello Branco. O jornalista do Brasil*. Org. Pedro Jorge de Castro. Brasília: Editora Senac-DF, 2006, p. 11 Apesar de ser corretamente reconhecida como uma agremiação política que combatia o “populismo”, a intervenção estatal na economia, que contestava os resultados quando perdia as eleições, sendo caracterizada como o “partido dos golpistas”, a trajetória da União Democrática Nacional (UDN) não deixou de ser marcada por contradições e cisões. A UDN votou contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1947 e a favor do monopólio estatal do petróleo em 1953, assim como abrigava grupos que se apresentavam como defensores de reformas para promover a justiça social – era a chamada “Bossa Nova da UDN”. União Democrática Nacional (UDN). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro. FGV CPDOC.

³⁹² Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 28 de fevereiro de 2007 no Rio de Janeiro.

³⁹³ Merval Pereira. *Op. cit.*, 2007, p. 7-11.

Castelinho recebera diversas informações, inclusive do ex-presidente João Goulart, indicando que o acidente com seu filho fora provocado por uma ação de grupos paramilitares ligados aos serviços de informações, que resistiam ao processo de abertura política no país. Merval Pereira relatou que uma vez, chorando, Castelinho teria lhe dito que não podia acreditar nessa possibilidade, pois “se não, vou fazer o quê? Subir a rampa do Planalto com uma metralhadora atirando para tudo quanto é lado?”. Mesmo após as ameaças terem parado, Castello continuou com a paranóia de estar sendo perseguido. Em 1982, após ter sido eleito membro da Academia Brasileira de Letras, foi internado num hospital com princípio de infarto. Entre irônico e precavido, teria pedido para que retirassem os fios que ligavam seu corpo aos aparelhos, pois suspeitava que eles tivessem sido instalados pelo Serviço Nacional de Informações. Em 1993, o jornalista faleceu.³⁹⁴

Alberto Dines escreveu o oitavo e último capítulo de *Os idos de março e a queda em abril*, intitulado “Debaixo dos deuses”. Dines nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1932. Parte de sua trajetória no jornalismo confunde-se com a história do *Jornal do Brasil*, veículo no qual trabalhou como editor-chefe por praticamente doze anos, de janeiro de 1962 a dezembro de 1973. Segundo seu depoimento, teve uma formação de esquerda, por influência paterna. Seu pai, Israel Dines, foi presidente e secretário da Organização Sionista Unificada do Brasil, de esquerda. Alberto Dines fez o curso primário na *Escola Popular Israelita Brasileira Scholem Aleichem*, ligada a um grupo de esquerda chamado *Obreiro Internacionalista*, e frequentou o ginásio em outra instituição de ensino, não socialista, mas onde haveria muitos professores ligados ao Partido Comunista Brasileiro.³⁹⁵

³⁹⁴ *Idem.*

³⁹⁵ Alzira Alves de Abreu *op. cit.* 2003, p. 73-75.

O curso científico, iniciado no Colégio Andrews, não teria sido completado porque Dines fazia “uma luta antiburguesa, que tinha que ser levada às últimas consequências. Tínhamos que rasgar os diplomas, porque diploma era coisa da burguesia”. Com 15 anos, ele pensava em emigrar para Israel e trabalhar num kibutz. Entretanto, “caiu fora” quando conheceu um kibutz experimental em Jundiá (SP), pois tinha aspirações artísticas que seriam incompatíveis com “trabalhar o dia inteiro no trator ou em outra atividade. E a vida coletiva é realmente uma barra. Não é o trabalho, é a vida, com tudo coletivizado, roupa, coisas assim”.³⁹⁶

Ao desistir da vida coletivista, Alberto Dines tornou-se crítico de cinema no semanário *Cena Muda*, e iniciou sua carreira jornalística no ano de 1952, na revista *Visão*, onde ficou por cinco anos. Dines destacou o fato de a revista *Visão* ser americana e que, de vez em quando, vinham ao Brasil alguns grandes jornalistas daquele país – com os quais teria aprendido muita coisa. Em 1956, levado por Nahum Sirotsky, Alberto Dines foi trabalhar na *Manchete*, onde, aos 25 anos, teve seu primeiro cargo de chefia.³⁹⁷

Ainda no final da década de 1950, Dines saiu da revista *Manchete* e foi para a *Última Hora*. Mas lá, segundo o jornalista, “havia um pessoal velho” e “fossilizado” ao lado de Samuel Wainer. De acordo com Dines, seria “um pessoal ligado ao Partidão que era barra pesada, que não gostava do espírito mais moderno, digamos, mais americano, que eu tentava imprimir ao jornal”.³⁹⁸ Dines já pensava em deixar a *Última Hora*, quando Wilson Figueiredo, que estava dirigindo *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, o convidou para assumir o *Diário da Noite*. Ele aceitou, mas na ocasião, 1960, a empresa *Diários Associados* já estava decadente. Faltavam equipamentos, máquinas de escrever,

³⁹⁶ Alberto Dines. *Apud.* Alzira Alves de Abreu *et alii. op. cit.*, 2003, p. 75.

³⁹⁷ Alzira Alves de Abreu *et alii. op. cit.*, 2003, p. 76-79.

³⁹⁸ *Idem*, p. 81.

era um caos. Em 1961, foi demitido por Chateaubriand, que era salazarista e não teria gostado da publicação da notícia sobre a tomada do navio “Santa Maria” por um grupo de opositores aos governos da Espanha e Portugal.³⁹⁹

Dines não ficou muito tempo desempregado, pois Adolfo Bloch acabara de lançar uma revista, a *Fatos e Fotos*, e pediu-lhe que o ajudasse. Em janeiro de 1962, pouco antes de completar 30 anos, Dines foi dirigir o *Jornal do Brasil*. José Luiz Magalhães Lins teria sido o responsável pela ida de Dines para o *JB*. Inicialmente, Dines continuou trabalhando pela manhã na *Fatos e Fotos* e às duas da tarde ia para o *JB*. Em 1962, o jornalista chegou a comandar de manhã a *Fatos e Fotos*, à tarde o *Jornal do Brasil* e à noite a *Tribuna da Imprensa*.⁴⁰⁰

Quando assumiu o *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1962, o nome do editor-chefe Alberto Dines não figurava no expediente, o que só viria a ocorrer no ano seguinte.⁴⁰¹ A reforma do *JB* já havia sido realizada e, sob a chefia de Dines, não aconteceram grandes transformações.⁴⁰² A maior mudança no *JB* foi a inflexão política à direita e a implantação de uma gestão mais empresarial, que obedecia estritamente aos interesses patronais, conforme exposto no segundo capítulo desta dissertação.

É curioso perceber que importantes estudos sobre a atuação profissional de Alberto Dines não abordam o livro que inspirou essa dissertação. Esse fato, entretanto, não passou completamente despercebido. Neste sentido, vale destacar a resenha escrita

³⁹⁹ *Idem*, p. 82-84.

⁴⁰⁰ Para a indicação de Dines para o *JB* por José Luiz Magalhães Lins, Mario Sergio Conti. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 414. Janio de Freitas confirma esta informação em entrevista concedida ao autor em 8 de março de 2007, no Rio de Janeiro. O próprio Alberto Dines insinua que a sua contratação “pode ter sido sugestão dele”, José Luiz Magalhães Lins. Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 28 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro. Dines afirma que Magalhães Lins havia dado “um dinheirinho para o Lacerda” para que Nascimento Brito, proprietário do *JB*, ficasse com a *Tribuna* também. “Foi assim que o Brito comprou a *Tribuna*. E aí me disse: Dines, você vai assumir a *Tribuna*”. Alberto Dines. *apud*. Alzira Alves de Abreu *et alii*. *op. cit.*, 2003, p. 85-87.

⁴⁰¹ Durante todo o ano de 1962, o nome de Dines não aparece publicado como editor-chefe. Só em 1º de janeiro de 1963 surgiu o nome de Alberto Dines como editor-chefe. Rosa Nava. *Censura mudou o jornalismo brasileiro*. <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/midiologia/RosaNova.doc>> Acessado em 3 de março de 2006.

⁴⁰² “Não houve a tentativa de reinventar a roda nem se perseguiu o milagre instantâneo”. *Idem*.

por Victor Gentilli, sobre o livro *Eles mudaram a Imprensa*. Para ele, a entrevista com Alberto Dines:

*Omite um ponto fundamental, a produção, a sangue quente, do livro “Os idos de março e a queda em abril”. Trata-se de uma obra que inaugura no Brasil uma experiência de jornalismo como efetivamente história do presente, que apenas algumas poucas tentativas mais tarde reproduziriam, jamais com a mesma densidade. Mas a ausência de qualquer referência ao livro, até mesmo nas perguntas, permite supor certa desatenção incompatível com a seriedade do trabalho desenvolvido pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), em particular por Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman. Não apenas na sua dimensão (é o único que ocupa mais de 100 páginas), o depoimento de Dines é o mais rico e informativo. (...) Não há um olhar mais focado nos momentos que antecedem e imediatamente sucedem março de 1964, aliás, magnificamente relatados no já referido “Os idos de março e a queda de abril”.*⁴⁰³

Ao tratar da participação de Alberto Dines em *Os idos de março*, o presente trabalho pretende preencher a lacuna acima destacada. Outras questões, entretanto, foram tratadas no livro resenhado por Gentilli. É interessante destacar, por exemplo, que após o golpe de 1964, Dines fez uma viagem aos Estados Unidos que foi muito importante na sua formação. Em depoimento à pesquisadora Alzira Alves de Abreu, ele ressalta este fato:

Houve um marco, que me abasteceu muito, mas foi só em 64. Em fim de 64, o Jornal do Brasil me mandou – e aí foi decisivo – fazer um curso para editores latino-americanos na Universidade de Columbia. Eram três meses de curso e mais um mês ou dois de estágio pelos Estados Unidos. E aí foi uma coisa extraordinária. Realmente. Tivemos aulas – foi a primeira vez que tive uma coisa sistemática – com grandes diretores de arte, diretores de reportagem, chefes de reportagem... Tenho até hoje

⁴⁰³ Victor Gentilli. *Jornalismo & História. Depoimentos marcantes e definidores*. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al120820031.htm>>. Acessado em 20/06/2006.

*as apostilas desse curso. Ao lado das aulas, eu também ia anotando coisas que ia fazer quando voltasse.*⁴⁰⁴

A proximidade de Alberto Dines com os Estados Unidos, porém, talvez não se limite ao que foi exposto até aqui. Um episódio narrado por Ana Callado, além de revelar outro fato dos bastidores do *JB* na década de 1960, é ilustrativo desta relação. Segundo a jornalista, Dines intencionalmente prejudicou a publicação da reportagem de Antonio Callado sobre a Guerra do Vietnã em diversos outros veículos além do *JB*. Na época:

Dines era praticamente o dono do jornal. E Callado tratou direto com o Nascimento Brito, porque Callado não se reportava, estava muito além, tinha sido redator-chefe do Correio da Manhã. Então não pediu licença ao Dines. Isso o Callado me dizia: “Ana, o Dines nunca perdoou de eu ter ido para o Vietnã sem ter sido ele quem me mandou”. Mas há uma segunda razão: o Dines tinha uma relação grande com a embaixada americana naquela época. Coisa que ele odiará, e eu peço até perdão a ele, pois depois ele teve atitudes maravilhosas, inclusive comigo. Mas, de fato, naquela época ele era um homem muito bem visto pela embaixada americana que tinha interesse direto na imprensa aqui, principalmente por causa da Guerra do Vietnã, que os jornais davam um ponto de vista americano o tempo todo. Então, ele não gostou. E o que foi a sabotagem. Eu soube isso pelo Luís Carlos de Oliveira, que era diretor da Agência JB, que tinha sido criada e distribuía as matérias do JB para os outros jornais. O Luís Carlos um dia me contou: “Ana, você não sabe o que aconteceu com a reportagem de Callado?” Eu disse: “Não”. Naquele tempo eu não conhecia Callado. Perguntei “o que é?”. Pois nós ficamos empolgados com a reportagem, claro. Ele respondeu: “é o seguinte, que eu planejei, vendi para mais de 20 jornais a matéria de Callado...” Era a primeira reportagem no Vietnã do Norte, era um material jornalístico da maior importância... Sabe o que o Dines fez? Antecipou em uma semana. Ia sair no domingo dia tal, antecipou em uma semana, e aí o Luís Carlos não pôde vender a matéria, que só saiu no JB. Essa foi a sabotagem. Contada

⁴⁰⁴ Alzira Alves de Abreu *op. cit.* 2003, p. 89.

*segundo Luís Carlos de Oliveira, que não tinha nenhum motivo para inventar isso e era diretor da agência.*⁴⁰⁵

Depois de quase doze anos no cargo de editor-chefe do *Jornal do Brasil*, Alberto Dines, conforme apresentado no segundo capítulo, foi demitido no final de 1973. No ano de 1974, foi professor convidado na *Universidade de Columbia* (a mesma instituição na qual havia feito o curso para editores latino-americanos, em 1964), nos Estados Unidos, e, em 1975, começou a escrever o “*Jornal dos Jornais*”, na *Folha de S. Paulo*. “Era a primeira coluna de crítica à imprensa no Brasil e o início do seu trabalho em *media criticism*”.⁴⁰⁶ Atualmente, Alberto Dines continua esse trabalho apresentando o programa de televisão *Observatório da Imprensa*, na “TV Brasil – Radiobrás + TVE”.⁴⁰⁷

3.3 O livro e a história do golpe

Segundo o historiador Carlos Fico, apesar de ser compreensível que as primeiras leituras a respeito do golpe de 1964 privilegiassem a pequena política, o problema surge quando esses textos são considerados relatos definitivos, admitidos sem crítica, tomados como verdades estabelecidas e usados como fontes para novos trabalhos. Fico dá o exemplo dos diálogos aceitos como autênticos, sem que se saiba como foram reconstituídos por jornalistas, e cita os que foram reproduzidos por Hélio Silva em *1964: golpe ou contragolpe?* e que foram retirados de *Os idos de março e a queda em abril*.⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ Ana Arruda Callado. Entrevista concedida ao autor no dia 15 de maio de 2007, no Rio de Janeiro.

⁴⁰⁶ *Observatório da Imprensa: “O ápice do meu trabalho”*.

<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre_dines/apice_trabalho.htm> Acessado em 29/06/2007

⁴⁰⁷ *Observatório da Imprensa*. <<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/>> Acessado em 9/1/2008

⁴⁰⁸ Carlos Fico. *op. cit.*, 2004. p. 27. Para o diálogo que teria sido transcrito de *Os idos de março* por Hélio Silva em *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975., *idem*, p. 61.

Carlos Fico, no entanto, não oferece qualquer indicação a respeito dos diálogos aos quais se refere. Isto provavelmente se deve ao fato de que, a partir da página 315 do livro de Hélio Silva, e pelas cem páginas seguintes, por diversas vezes Silva reproduz, com paráfrases, trechos inteiros de *Os idos de março*, sem fazer referência bibliográfica. Pelo grande número de ocasiões em que isto ocorre, chega a ser difícil escolher o que destacar. Desde o início do relato dos acontecimentos de março de 1964, até o final, o livro repete, sem o devido crédito, frases e diálogos contidos em *Os idos de março*.

As cinco páginas que compõem o capítulo intitulado “Atraso dos Relógios” são um resumo da parte inicial do capítulo escrito por Araújo Neto em *Os idos de março*.⁴⁰⁹ Entremeados por depoimentos de participantes daqueles eventos concedidos ao autor, nas cem páginas seguintes Silva une trechos e reproduções de diálogos contidos nos capítulos de diferentes autores de *Os idos de março*, construindo um texto “novo” a partir de fragmentos do livro publicado em 1964. Por exemplo: sem fazer qualquer referência bibliográfica, Silva reproduz o diálogo travado entre o presidente João Goulart e o Ministro da Guerra, general Jair Dantas, contido no capítulo escrito por Antonio Callado.⁴¹⁰ Na mesma página, sem dar crédito, Silva praticamente transcreve o texto de Wilson Figueiredo em *Os idos de março*, e não toma o cuidado de não repetir frases inteiras, ou mesmo substituir o verbo desafiar, utilizado pelo jornalista em 1964. Figueiredo: “Daí a pouco a UNE estava em chamas (...) queimando as faixas que diariamente desafiavam a quem passasse pela Praia do Flamengo”. Silva: “Em pouco tempo a UNE estava em chamas. As faixas que diariamente desafiavam a quem passasse pela Praia do Flamengo viraram cinza”.⁴¹¹

⁴⁰⁹ Hélio Silva. *1964 - Golpe ou Contragolpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 315-319.

Araújo Neto. “A paisagem”. *op. cit.*, p.15-33.

⁴¹⁰ Hélio Silva. *op. cit.*, 1975. p. 400. Antonio Callado. “Jango ou suicídio sem sangue”. *op. cit.*, 1964 p. 270.

⁴¹¹ Hélio Silva. *op. cit.*, 1975. p. 400. Wilson Figueiredo. “A margem esquerda”. *Op Cit.* 1964. p. 242.

Sem deixar de fazer referência explícita ao livro, renomados acadêmicos, com diferentes interpretações sobre 1964, utilizaram *Os idos de março* para acessar importantes documentos da época: a obra foi a fonte do brasilianista norte-americano Thomas Skidmore para a “Instrução reservada do General Castelo Branco” e para o “Manifesto de Magalhães Pinto.”⁴¹² O sociólogo Octavio Ianni, por sua vez, também utilizou o livro para análise da mesma instrução do general Castelo Branco.⁴¹³

Dos trabalhos mais antigos aos mais recentes, os mais variados profissionais, dos mais diversos matizes políticos, citam a obra em seus trabalhos.⁴¹⁴ Thomas Skidmore, primeiro historiador a escrever sobre o golpe, em 1966,⁴¹⁵ avaliou *Os idos de março* como documento dos mais importantes para se tomar conhecimento da conspiração e a principal fonte secundária para a história da queda do presidente João Goulart. O capítulo “A margem esquerda”, de Wilson Figueiredo, foi elogiado por Skidmore, que indicou sua leitura para entender o comportamento das esquerdas em 1964.⁴¹⁶

O brasilianista recomendou também a leitura do capítulo “Da conspiração à revolução”, de Carlos Castello Branco. Na sua opinião, o colunista político seria uma das melhores fontes para compreender a conspiração militar.⁴¹⁷ No referido texto, Castello Branco fez uma retrospectiva das intervenções das forças armadas na política brasileira a partir de 1945 e concluiu que, no final das contas, o grosso dos militares brasileiros sempre decidia em favor da legalidade e da democracia – a deposição do presidente João Goulart seria mais um desses episódios.⁴¹⁸

⁴¹² Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 504 e p. 506.

⁴¹³ Otávio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 148.

⁴¹⁴ Heloísa Maria Murgel Starling. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª edição. Petrópolis, 1986. p. 139. O jornalista Elio Gaspari faz diversas referências a *Os idos de março*. Por exemplo, em *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 80.

⁴¹⁵ Carlos Fico. *op. cit.*, 2004, p. 20.

⁴¹⁶ Thomas Skidmore. *op. cit.*, 1979. p 503- 506.

⁴¹⁷ *Idem*, p. 488.

⁴¹⁸ Carlos Castello Branco. “Da conspiração à revolução”. *op. cit.*, 1964. p. 304.

A empatia com a visão dos militares que deram o golpe de Estado, entretanto, não significa que os eventos narrados por Castello Branco fossem inverídicos. Pelo contrário, indica que, naquele momento, na opinião do jornalista, a deposição do presidente foi correta – e como esta percepção encontrava eco em parcela nada desprezível da sociedade, haja vista a boa recepção que o livro teve nos primeiros meses após o golpe.

Vários estudos mais recentes fazem uso de *Os idos de março*, em especial aqueles que procuram dividir as responsabilidades pela ruptura constitucional não só sobre os ombros daqueles que conflagraram o golpe de Estado, como também sobre as forças políticas que foram alijadas no processo, e destacam a radicalização de ambos os lados, esquerdas e direitas, como a grande responsável pelo golpe. Pelas suas características, relatando pormenores da trama política, o livro contribuiu inclusive para consolidar determinadas interpretações, particularmente as que privilegiam as questões internas, os impasses e as crises, como os principais condicionantes que levaram ao movimento de 1964.

A cientista política Argelina Figueiredo, por exemplo, fez várias referências ao livro. Ela se serve do texto de Pedro Gomes para tirar conclusões a respeito dos planos dos conspiradores militares,⁴¹⁹ assim como remete ao texto de Castello em *Os idos de março* quando se refere à mudança entre o caráter defensivo e ofensivo da conspiração que virou “revolução”.⁴²⁰ Maior confiança ainda na fonte a cientista política demonstra quando, com base no que foi escrito por Antonio Callado em *Os idos de março*, reproduziu conversas que João Goulart teria tido antes do comício de 13 de março, na Central do Brasil. Nelas, Jango dizia que correria todos os riscos, e que a partir do

⁴¹⁹ Argelina Cheibub Figueiredo. *op. cit.*, 1993. p. 198.

⁴²⁰ *Idem*, p. 183.

comício só governaria com o povo.⁴²¹ Por este diálogo, Jango iria para um tudo ou nada no dia do comício. Por sua vez, Callado, a fonte, em quatro páginas de opiniões suas e falas atribuídas a Jango, não cita o nome do interlocutor do presidente.⁴²²

Aliás, o texto de Callado se presta ao relato de detalhes sobre João Goulart que algumas vezes servem mais para desqualificar o presidente deposto do que para trazer novas luzes sobre o período. O historiador Marco Antonio Villa, mais um dos estudiosos que defende a tese de que a democracia tinha muitos inimigos em 1964 e que por isto soçobrou naquele ano,⁴²³ entre outras informações disponibilizadas a partir de *Os idos de março*, afirma que João Goulart passara o dia do comício à base de limonada e uísque, e que, no dia seguinte, teria assinado de cuecas um decreto trazido pelo ministro da justiça Abelardo Jurema.⁴²⁴ Estas informações foram colhidas no texto de Callado sem que ficasse explicado como ou qual a fonte o então jornalista utilizou para narrar aquelas curiosidades.

Sobre a fala do presidente no comício do dia 13 de março, Villa afirma que João Goulart, ao improvisar em seu discurso, “vez por outra, recebeu discretas sugestões de Darcy Ribeiro”.⁴²⁵ Como não fez qualquer referência bibliográfica ao dar esta informação, fica a dúvida se Villa baseou-se no texto de Alberto Dines: “(...) o Professor Darcy Ribeiro, chegar-se a ele, pelas costas, e, aproveitando-se das pausas dos aplausos, ‘soprar’ algum pensamento novo”.⁴²⁶

Em linha de interpretação muito semelhante à da cientista política Argelina Figueiredo, mas com uma visão do presidente João Goulart bem menos negativa do que a construída por Villa, o historiador Jorge Ferreira por diversas vezes faz referência a

⁴²¹ *Idem*, p. 198.

⁴²² Antonio Callado. “Jango ou suicídio sem sangue”. *op. cit.*, p. 254-257.

⁴²³ Marco Antonio Villa. *Jango. Um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004. p. 240.

⁴²⁴ *Idem*, p. 179-180.

⁴²⁵ *Idem*, p. 177.

⁴²⁶ Alberto Dines. *op. cit.*, 1964. p. 311.

Os idos de março. Em determinado trecho, por meio de uma pesquisa que teria sido encomendada por Carlos Lacerda, contida no capítulo “A paisagem”, de Araújo Neto, Ferreira acredita poder entender melhor o que pensavam os trabalhadores que foram ao Comício da Central:

*Para a sorte do historiador, o governador Carlos Lacerda teve a mesma curiosidade. Utilizando as modernas técnicas de pesquisa de opinião, infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais, utilizando a metodologia do flagrante. O resultado estarreceu os próprios patrocinadores da equipe. Ali não estava, como se supunha, uma maioria de janguistas e comunistas atuando como claque. Esses, na verdade, compunham apenas 5% do público. O restante, os 95% demonstrava um pensamento legalista, reformista e portador de um alto grau de politização: queria eleições presidenciais em 1965, bem como reformas de base, mas não admitia o fechamento do Congresso e nem a reeleição de Goulart.*⁴²⁷

No entanto, ao contrário do historiador, mais convicto do que sua própria fonte quanto à precisão dos números encontrados na pesquisa, Araújo Neto levantou alguma dúvida a respeito da exatidão das porcentagens obtidas pela pesquisa comandada por Rafael de Almeida Magalhães, secretário do governo Lacerda: “Se não exageram alguns dos mais categorizados informantes do Sr. Lacerda”. (...) “Se a verdade expressa por esses números merecer respeito e acatamento”.⁴²⁸ Ou seja, com o passar dos anos, até dados que não foram expostos de modo peremptório podem ser consolidados como exatos e incontestes.

Ao tratar da Marcha da Família, no dia 19 de março em São Paulo, Ferreira aponta três páginas do capítulo de Eurilo Duarte para aventar a possibilidade do evento

⁴²⁷ Jorge Ferreira. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In. *O Brasil republicano 3 – O tempo da experiência democrática*. Org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Salgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 384.

⁴²⁸ Araújo Neto. “A paisagem”. In. Alberto Dines *et alii*. *Os idos de março e a queda em abril*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964. p. 37-38.

ter reunido 800 mil pessoas.⁴²⁹ Mas, em seguida, sem fazer qualquer citação a *Os idos de março*, ou a nenhuma outra obra, arremata: “As esquerdas, no entanto, não levaram o ato a sério por dois motivos. Primeiro, por tratar-se de uma manifestação de classe média. ‘Isto não é povo’, disseram alguns com irreverência. Segundo, pelo caráter religioso do movimento, algo merecedor de desprezo”.⁴³⁰ Não houve qualquer indicação da fonte de onde foi retirada a frase “isto não é povo”, ou de qual fonte foi retirada a informação sobre os motivos que levaram a esquerda a não levar o ato a sério. O fato é que toda a construção é muito semelhante a um trecho escrito por Alberto Dines no último capítulo de *Os idos de março*: “As esquerdas, como sempre, acharam graça. ‘Isto não é povo’”,⁴³¹ como também ao trecho no qual Wilson Figueiredo afirma que “os intérpretes esquerdistas da realidade nacional não concederam nenhuma importância à afirmação política da classe média na Marcha da Família. Ao contrário, desprezavam, como politicamente válido, o sentimento religioso que dava fundamento àquela arregimentação social”.⁴³² Portanto, pode-se notar que versões publicadas pela primeira vez em *Os idos de março* até hoje se perpetuam, muitas vezes sem terem suas origens indicadas.

Sem dúvida, *Os idos de março* oferece rico material para a pesquisa. Entretanto, apesar da importância dos fatos e versões arrolados nos respectivos capítulos, talvez a maior contribuição do livro como fonte para a compreensão do passado seja a de permitir acesso ímpar à visão dos acontecimentos oferecida aos leitores nos meses seguintes ao golpe. *Os idos de março* é um precioso registro do modo como influente parcela da sociedade brasileira assistiu e participou daqueles eventos. O conjunto dos

⁴²⁹ Jorge Ferreira. *op. cit.*, 2003. p. 386. Eurilo Duarte. “32 mais 32, igual a 64”. *op. cit.*, 1964. p. 132-134

⁴³⁰ *Idem.* p. 386.

⁴³¹ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 319.

⁴³² Wilson Figueiredo. “A margem esquerda”. 1964. *op. cit.*, p. 211.

textos constitui uma fotografia instantânea, revelando o apoio que prestigiosos jornalistas emprestaram ao movimento que derrubou o presidente João Goulart, no momento em que o novo regime ainda dava os primeiros passos. Ao narrar os acontecimentos, aqueles jornalistas se desnudaram. Em textos mais extensos do que o habitual nos periódicos, até profissionais que tinham outras atribuições no *Jornal do Brasil*, ou que não assinavam o que escreviam, tiveram a oportunidade de se exprimir com maior clareza e profundidade, apesar da correria relatada pelos partícipes, sobre o que talvez tenha sido o acontecimento político mais importante do seu tempo.

Todavia, como fonte para os acontecimentos, há de se levar em conta o contexto no qual a obra foi produzida. A idéia de se fazer o livro, conforme destacado anteriormente, teria sido do editor-chefe do *Jornal do Brasil*, Alberto Dines, e todos os jornalistas responsáveis pelo volume trabalhavam para o *JB*, veículo que participou ativamente da campanha que derrubou o presidente. Os capítulos, em geral, foram coerentes com o que já havia sido publicado no *JB* – vale lembrar que Carlos Castello Branco e Wilson Figueiredo tinham colunas diárias no jornal. E, apesar das diferenças existentes entre os relatos, a síntese do livro não é uma crítica ao golpe de Estado ou ao regime que se instalou. Ao invés disso, na maioria das vezes, as censuras estão direcionadas para o lado perdedor: a condenação a João Goulart é uma unanimidade entre os autores, que responsabilizaram o presidente deposto e as esquerdas extremadas pelo desfecho.

Não só os textos assinados por aqueles jornalistas, como as próprias legendas das fotos do anexo iconográfico, são francamente favoráveis aos que executaram o golpe de Estado. Neste “documentário fotográfico” de 24 páginas não numeradas, dispostas logo após o último capítulo do volume, o “Almirante” Aragão representava “espetáculos de ópera-bufa”; o presidente deposto seria um homem feroz e acuado; a

não resistência das tropas legalistas é vista como positiva; os moradores de Copacabana prestaram homenagens aos militares golpistas; o governador Carlos Lacerda empunhava corajosamente sua metralhadora; a “revolução” teria sido feita de modo quase silencioso; o governador Magalhães Pinto é aplaudido em pleno Maracanãzinho e responde com um V da vitória; no dia dois de abril de 1964, “a Marcha da Família transforma-se em Marcha da Vitória” e Jango é criticado mais uma vez na legenda da foto da multidão que cantava e rezava festejando sua queda; por fim, as últimas páginas de fotos mostram a posse do novo governo, legitimado pelos Três Poderes, configurando-se um poder republicano, enquanto as duas últimas fotos mostravam João Goulart entediado no seu exílio num balneário uruguaio.

Embora seja comum que os trabalhos que fazem referência a *Os idos de março* abordem questões da pequena política, a percepção da importância do golpe de 1964 no concerto internacional está presente no volume. No seu texto, “Debaixo dos deuses”, Alberto Dines afirma que a verdadeira dimensão do acontecimento seria verificável por meio da sua repercussão no estrangeiro. Para ele, além de ser uma das maiores derrotas mundiais da esquerda, foi principalmente uma vitória dos Estados Unidos, contra, inclusive, a França.

É de simpatia aos EUA o tom da narrativa de Dines, que parece comemorar a vitória americana, afirmando que os fracassos no Vietnã foram compensados pelos acontecimentos no Brasil, e cita o entusiasmo do presidente estadunidense Lyndon Johnson ao reconhecer o novo governo apenas 24 horas depois do golpe, com João Goulart ainda no país. Segundo Dines, o presidente francês Charles De Gaulle estava namorando a América Latina para entrar nela como uma cunha, e a reação irritada dos jornais franceses seria a primeira prova de que “o nacionalismo francês, cobiçoso e interessado, sofria profundamente com a vitória dos generais nacionalistas

brasileiros”.⁴³³ No entanto, caberia uma pergunta: o nacionalismo americano também não seria cobiçoso e interessado?

Além disso, ao contrário de algumas análises posteriores sobre o golpe,⁴³⁴ em *Os idos de março* o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, aparece favoravelmente retratado por Araújo Neto, que descreve uma solenidade na qual o “professor” Gordon anunciava maior e mais rápida “ajuda” à América Latina e recordava à platéia de estudantes no Recife ponderadas palavras que haviam sido proferidas pelo ex-presidente John Kennedy, condenando os extremismos.⁴³⁵

Nenhuma fonte pode ser tomada como verdade absoluta, sem passar por crítica documental. Portanto, a questão não é a referência ao livro *Os idos de março e a queda em abril* como fonte, mas sim as leituras que vem inspirando desde a sua publicação. Ao se consultar essa obra, o importante é não esquecer que ela oferece uma visão dos acontecimentos francamente antipática ao governo deposto, produzidos por profissionais de um periódico, o *Jornal do Brasil*, que não só esteve na linha de frente da campanha para derrubar o Presidente da República, como, ao contrário do *Correio da Manhã*, não foi para oposição ao regime logo nos primeiros dias de abril de 1964.

Em geral, os fatos são apresentados em forma de diário. Wilson Figueiredo e Alberto Dines chegam a organizar seus capítulos com subtítulos que são datas: “sexta-feira, 13 de março”, “dia 19 de março”, “dia 2 de abril” etc. Muitas vezes, o conteúdo das narrativas consolida o que foi escrito no *Jornal do Brasil*, em especial nos casos de

⁴³³ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 352.

⁴³⁴ Eram de tal modo frequentes as ingerências do embaixador Lincoln Gordon em assuntos que seriam de interesse exclusivo do governo brasileiro, que o humor popular teria chegado a difundir o slogan “Basta de intermediários: para presidente Lincoln Gordon”. Caio Navarro de Toledo. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. 2ª edição. Brasiliense, 1983. p. 107.

⁴³⁵ Araújo Neto. “A paisagem”. *op. cit.*, 1964. p. 17-18. Vale destacar que Araújo Neto e Alberto Dines participaram do livro que contou com um texto escrito por Lincoln Gordon, intitulado *O mundo sem Kennedy*. Alberto Dines *et alii*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1965.

Carlos Castello Branco e Wilson Figueiredo, que, como já foi destacado, tinham colunas diárias.

3.3.1 O Comício de 13 de março

Os relatos contidos no volume, apesar de não serem idênticos e lançarem luz sobre focos diversos, apresentam vários pontos em comum. O comício do dia 13 de março de 1964, por exemplo, ou é marco inicial ou representa um importante ponto de inflexão das narrativas. Metade dos autores – Eurilo Duarte, Wilson Figueiredo, Antonio Callado e Alberto Dines – começam seus capítulos exatamente descrevendo e analisando o acontecimento do dia 13. Este teria sido o momento em que, por conta de sua radicalização e despreparo, João Goulart provocara o início do processo que levaria à sua queda. De uma forma ou de outra, o evento político é frequentemente destacado como ponto de partida para a derrocada do governo, embora, como será exposto a seguir, nem todos tenham avaliado o comício da mesma forma.

Em relação ao número de presentes ao comício, para Callado foram mais de 100 mil pessoas.⁴³⁶ Segundo Eurilo Duarte, o total de participantes não ultrapassou os 130 mil.⁴³⁷ Alberto Dines, por sua vez, estimou em 200 mil os que compareceram ao evento.⁴³⁸ De qualquer forma, todos os relatos apresentaram o ato como uma aparente e momentânea demonstração da força de João Goulart, que não só reuniu uma grande massa para assistir os discursos, como foi protegido por um poderoso esquema de segurança organizado pelas forças armadas.

⁴³⁶ Antonio Callado. “Jango ou o suicídio sem sangue”. *op. cit.*, 1964. p. 251.

⁴³⁷ Eurilo Duarte. “32 mais 32, igual a 64”. *op. cit.*, 1964. p. 132.

⁴³⁸ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 311.

Araújo Neto, autor do primeiro capítulo, inicia seu texto descrevendo a calmaria reinante no país no início de março de 1964. O Brasil seria um país “quase insípido, mofino, quase abúlico, no início de março de 1964. Sem qualquer sintoma de comoção ou agitação”.⁴³⁹ No dia 13 de março, entretanto, “o Governo João Goulart não seria mais o *Belo Antônio*, como o teria apelidado o Deputado Leonel Brizola: ‘Um governo cheio de boas intenções, mas impotente!’”⁴⁴⁰ Para Araújo Neto, o presidente estava convencido que podia comparecer ao comício do dia 13 e “mandar brasa”, que nada lhe aconteceria, pois seu dispositivo de segurança civil e militar assegurava que ele poderia correr os riscos que julgasse “convenientes na mobilização psicológica das massas para a pressão em favor das reformas de base”.⁴⁴¹

O jornalista destacou que João Goulart iniciava uma revolução no dia do comício. Sem tiros, sem mortos, mas uma revolução que, se fosse consolidada, abalaria toda a estrutura social e econômica do país. Jango levou essa revolução à rua, apresentou-a, explicou-a e depois voltou tranquilamente para o Palácio Laranjeiras. A mensagem que foi encaminhada ao Congresso setenta e duas horas depois do comício, apesar de ser vista como irrelevante, era de grande importância e não poderia ser rotineira, pois o presidente pedia a supressão da indenização prévia e em dinheiro por interesse social para as desapropriações – medida que viabilizaria a Reforma Agrária; o voto para o analfabeto; a elegibilidade dos sargentos; a legalização do Partido Comunista e a supressão da vitaliciedade da cátedra.⁴⁴²

Segundo Araújo Neto, o próprio João Goulart afirmava que o ano de 1964 teria a significação dos anos que assinalaram a Proclamação da Independência, a Abolição da

⁴³⁹ Araújo Neto. “A paisagem”. *op. cit.*, 1964. p. 15.

⁴⁴⁰ *Idem*, p. 34. No filme o “O belo Antônio”, de 1960, de Mauro Bolognini, o personagem principal, interpretado por Marcello Mastroianni, apesar de belo e atraente, sofre de impotência sexual. Sua esposa, entretanto, só descobre o fato depois do casamento.

⁴⁴¹ *Idem*, p. 27-28.

⁴⁴² *Idem*, p. 42-44.

Escravidura, a Proclamação da República e a Promulgação da Legislação Trabalhista. O jornalista destaca que estas conquistas geraram dias tensos, marcados até por atos de violência, mas que o presidente, “por ignorância e má informação da História”, não previu e nem se preveniu para a inevitável reação. Não teria levado em conta a obstinação e a ação silenciosa dos conspiradores. E, por outro lado, teria acreditado demais nos que diziam que mesmo seus inimigos se empenhariam para que completasse o mandato. As vinte e quatro horas que sucederam ao Comício foram sido tranquilas para Goulart e os grupos que o cercavam. O importante ocorrera na véspera e o que viria em seguida seria conseqüência. Para Araújo Neto, o difícil teria sido chegar ao comício. As esquerdas parlamentares estavam eufóricas com as definições e as posições assumidas por Jango e pareciam reconciliar-se com o líder.⁴⁴³

Na percepção de Araújo Neto, muitos julgavam Jango imbatível depois do comício. Estavam desnorteados, pois a pressão desencadeada no Comício das Reformas e em seguida na mensagem ao Congresso era muito forte. Esta pressão, segundo Araújo, foi devastadora para muitos, mas não para os infatigáveis conspiradores, para quem o comício foi a senha para a união e consolidação de todo o dispositivo conspiratório, que até então estaria disperso e desentrosado. Este dispositivo da conspiração civil e militar estava bem mais maduro, sóbrio, ativo e determinado do que o dispositivo de segurança do Presidente João Goulart.⁴⁴⁴ Em suma, João Goulart não estaria preparado, nem teria se preocupado em preparar-se para enfrentar a reação que viria ao encaminhar as propostas contidas no discurso do Comício da Central.

Eurilo Duarte, responsável por relatar as ações em São Paulo, começa seu capítulo narrando a movimentação dos paulistas que compareceriam ao comício do dia 13. A viagem de trem seria de graça. Ônibus e caminhões também transportariam outras

⁴⁴³ *Idem.*

⁴⁴⁴ *Idem.*

comitivas de sindicatos – São Paulo deveria levar 30 mil pessoas na praça da Central. Oficiais do Exército, no entanto, protestaram e pediram abertura de inquérito por terem recebido correspondência oficial da Petrobrás, convidando-os para o comício, reforçada pelo apelo do líder comunista em São Paulo, Oswaldo Pacheco.⁴⁴⁵

Segundo Duarte, no dia seguinte ao Comício, a população de São Paulo comentava, nervosa, os acontecimentos. As classes produtoras o classificaram como uma “surpresa desagradável” e era esperado um pronunciamento conjunto da indústria, comércio e agricultura. João Goulart estaria jogando operários contra patrões. A UDN promoveu uma reunião extraordinária apontando como pregação subversiva as afirmações reformistas de Goulart. Para esta agremiação política, o objetivo do comício era a desmoralização das instituições e o fechamento do Congresso Nacional. Deputados paulistas de oposição denunciavam que Goulart queria governar por decretos e instaurar uma ditadura branca. Lançou-se, então, apelo para o Congresso votar o *impeachment*, pediu-se o pronunciamento das forças armadas e sugeriu-se que a sede do Congresso Nacional fosse transferida para São Paulo.⁴⁴⁶

Como resposta ao comício do dia 13, teria tomado corpo a ideia de um protesto de rua. Para tal feito, foi escolhida a data 19 de março, dia de São José, padroeiro da família. O mote do protesto seria Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Muitas entidades femininas e cívicas logo aderiram e os cálculos mais otimistas previam o comparecimento de 130 mil pessoas, o que, segundo Duarte, suplantaria o comício do dia 13.⁴⁴⁷

De acordo com Wilson Figueiredo, que também inicia seu capítulo no dia 13 de março, as esquerdas marcharam para o comício com o intuito de dar um basta na

⁴⁴⁵ Eurilo Duarte. “32 mais 32, igual a 64”. *op. cit.*, 1964. p. 127

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 127- 128.

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 131-132.

política de conciliação, tentada ao longo do governo Goulart e cujo expoente máximo naquele momento era San Tiago Dantas. Duas horas antes do comício, dois decretos foram assinados: um desapropriava apenas as terras às margens das estradas federais e o outro, que surpreendeu até “as áreas íntimas do lado esquerdo do governo”, previa a encampação das refinarias particulares. Segundo Figueiredo, João Goulart, com a assinatura destes decretos e com seu discurso na Central do Brasil, “desapropriou os efeitos conseguidos por Leonel Brizola, como patrono da convocação de uma Constituinte para reformar o Brasil por atacado”.⁴⁴⁸

Enquanto as confiantes esquerdas não desejavam a conciliação e até disputavam a liderança do processo reformista, na Zona Sul do Rio de Janeiro, “ninguém soube como, velas acesas nas janelas se consumiam no silêncio que descera sobre ruas vazias”. “Por trás de cortinas baixadas”, os menores gestos de João Goulart eram acompanhados atentamente na televisão. “As pessoas se concentravam no fundo de um temor tocado de religião”. Em São Paulo, “as igrejas estavam cheias de fiéis refugiados em oração”.⁴⁴⁹

Ainda segundo Figueiredo, no dia seguinte ao Comício, intensificaram-se as articulações dos dirigentes da esquerda e havia unanimidade na constatação de que o comício sepultara definitivamente a política de conciliação. Deputados articulavam com líderes sindicais a formação da Frente Popular, que constituiria o “adequado instrumento político” para João Goulart, e pretendiam tomar e remodelar o projeto da Frente Ampla, de San Tiago Dantas, que havia sido concebido no espírito da conciliação política – que depois do comício seria desprezada de vez. Para essas

⁴⁴⁸ Wilson Figueiredo. “A margem esquerda”. *op. cit.*, p. 198-199.

⁴⁴⁹ *Idem.* p. 199.

esquerdas, não havia mais necessidade de negociar, mas o momento seria de “passar a burguesia para trás”, a começar pelo próprio San Tiago Dantas.⁴⁵⁰

Na análise de Alberto Dines, que inicia sua narrativa no dia 13 de março, o comício havia trazido não só o caos, como “a sensação de esmagamento. Goulart resolvera investir contra a grande massa consciente e produtiva do país: a classe média. E, em contrapartida, não oferecia senão slogans aos trabalhadores”. Somente um pequeno grupo politizado e privilegiado da vida sindical teria se sensibilizado pelo que chamou de “ofensiva” de Goulart, e esta talvez fosse a explicação para os acontecimentos das semanas seguintes. Ao afirmar que o governo agia contra a classe média, o editor-chefe do *Jornal do Brasil* parece de alguma forma opor classe média e trabalhadores, sem explicitar, contudo, os outros interesses que poderiam ser afetados pelas medidas anunciadas no comício. Para Dines, o presidente investiu com fúria, “com gana de Juízo Final”, e “pela primeira vez na vida desta geração sentimos na pele o que era a angústia coletiva.” Depois do dia 13 de março, a situação do país era a seguinte: “trabalhadores com medo de perder empregos, empregadores com medo de perder tudo, políticos hábeis sem saber de onde tirar novas fórmulas, gente cochichando, gente vendendo tudo, gente apavorada por toda parte. (...) ninguém mais sonhava, ninguém mais planejava, ninguém mais queria nada. A não ser sobreviver”.⁴⁵¹

Segundo o editor-chefe do *Jornal do Brasil*, aquela não era a genuína política brasileira e “pela primeira vez, a imanência e o fatalismo dos processos históricos desabavam em cima de nós. Manhoso e maneiroso, até agora, Jango galopava em campo aberto, de lança em riste contra todos”.⁴⁵² Significativo no texto de Alberto Dines sobre a situação do país após o comício é a reprodução do medo irracional,

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 199-200.

⁴⁵¹ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 313-314.

⁴⁵² *Idem*, p. 314.

estimulado, que teria tomado conta de significativa parte da classe média que apoiou a derrubada de Jango.⁴⁵³

Carlos Castello Branco, que foi o autor que mais voltou no tempo para explicar os antecedentes da fase final da conspiração que derrubou Goulart, não deixou de reconhecer o impacto do comício, que teria imobilizado toda a nação, acendendo a esperança de uns, mas inquietando a maioria. Para ele, não havia mais dúvida de que o governo estava apressando um desfecho e, àquela altura, o movimento contido teria desaguado na “armação rápida, fulminante do movimento militar”.⁴⁵⁴

Mas nem todos os autores tiveram a mesma impressão do comício. Araújo Neto, por exemplo, não ofereceu uma visão totalmente negativa do evento. Depois de salientar que a propaganda oficial contribuiu para seu êxito, reconheceu que outros fatores também contribuíram para a afluência do público. Este fenômeno refletiria uma tomada de consciência, fruto de um longo e difícil processo de politização. Utilizando-se de uma pesquisa de opinião pública encomendada pelo Governador Carlos Lacerda, já citada, Araújo Neto afirmou que, caso ela fosse digna de crédito, seu resultado indicaria o alto grau de mobilização do povo presente ao comício. Segundo esta pesquisa, noventa e cinco por cento dos presentes ao comício eram legalistas e reformistas, desejavam eleições em 1965, assim como queriam o Congresso aberto. Não admitiam a reeleição de Jango e defendiam as reformas de base. Só 5% daquela multidão seria composta por “janguistas e comunistas”.⁴⁵⁵

Alberto Dines, por sua vez, ofereceu aos seus leitores uma visão negativa do comício como um todo. No seu entender, “todos os oradores diziam asneiras” e “alguns

⁴⁵³ O medo insuflado pela propaganda golpista de que o perigo comunista ameaçava o Brasil teria sido fundamental para a derrubada do governo Goulart. Rodrigo Patto Sá Motta. *op. cit.*, 2002.

⁴⁵⁴ Carlos Castello Branco. “Da conspiração à revolução”. *op. cit.*, 1964. p. 295.

⁴⁵⁵ Araújo Neto. “A paisagem”. *op. cit.*, p. 36-38.

se excederam na burrice”. Dines chegou a comparar o gestual dos esquerdistas brasileiros aos dos nazi-fascistas.

*A esta altura já estávamos em plena vigência dos archotes e dos gritos; diante de 200 mil pessoas, o Deputado Leonel Brizola perguntou à massa: – Quem é a favor das reformas? – E todos responderam com o braço levantado. Visto pela televisão, aquele mundo de braços esticados lembrava episódios tristes que envergonharam o mundo. Braços em massa quando se levantam, ainda que para dizer "sim", lembram sempre braços em massa prontos para ir à loucura. O comício foi deprimente até para os esquerdistas.*⁴⁵⁶

Com ironia, a presença no comício de Maria Teresa Goulart foi destacada por vários autores. A mulher do presidente pela primeira vez apareceu num ato público de massa. Para Araújo Neto, “a bela Maria Teresa (...) sentia-se à vontade e fascinada pela oportunidade de ser, agora, a primeira-dama dos palanques”. Mas o jornalista compreende o deslumbramento e a alegria de Maria Teresa Goulart, pois a cidade do Rio de Janeiro nunca assistira a um evento como aquele.⁴⁵⁷

Mais ácidos e críticos, Antonio Callado e Alberto Dines atribuem a precipitação de Jango no comício à vontade de impressionar a mulher. No dia 13, segundo Callado, ela “pela primeira vez, enfrentou um comício ao lado do marido e ficou entusiasmada com o espetáculo e a popularidade de Jango. Teria mesmo esquecido, ou adiado, planos seus de aparecer numa peça teatral. Estava com ator em casa”.⁴⁵⁸ Alberto Dines, por sua vez, afirmou que a primeira-dama “completava para Jango o quadro de que tanto gostava: faixas, capacete e mulher bonita. João Belchior Marques Goulart, o político ardiloso e sensato, de pouca fala e que dominara tantas inteligências superiores sempre

⁴⁵⁶ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 311.

⁴⁵⁷ Araújo Neto. “A paisagem”. 1964. *op. cit.*, p. 35

⁴⁵⁸ Antonio Callado. “Jango ou o suicídio sem sangue”. *op. cit.*, 1964. p. 257.

olhando o chão, olhava agora firme para a multidão. Era o senhor das massas, o dono das aclamações. Era, afinal, o herói de Maria Teresa”.⁴⁵⁹

3.3.2 Os personagens: os governadores e o presidente da República.

Entre os personagens que protagonizam a obra, o presidente João Goulart é a unanimidade negativa. Mesmo os autores tidos como simpatizantes das idéias de esquerda não o defendem. Pelo contrário. Pode-se imaginar, inclusive, que as críticas de articulistas tidos como de esquerda tiveram maior efeito ainda sobre a imagem do presidente deposto, pois não seriam vistas como ataques conservadores ao líder reformista, mas como o reconhecimento dos defeitos de João Goulart.

Se Araújo Neto, conforme exposto no item anterior, responsabiliza o presidente pelos acontecimentos, ao destacar que ele não teria se precavido contra as reações provocadas pela a exposição de seus objetivos no comício do dia 13, de forma alguma é ele o autor “de esquerda” que mais severas censuras lança contra Goulart. Este papel coube a Antonio Callado. O escritor niteroiense afirma que “desde que soube, no Extremo Oriente, em agosto de 1961, da renúncia de Jânio Quadros, Jango sentiu que a Presidência da República em suas mãos ia ser fogo. Sabia-se despreparado”. Teria aceitado o encargo empurrado por Brizola, mas passado todo o seu tempo no governo “lutando contra a própria inoperância”.⁴⁶⁰

Os hábitos étlicos de Goulart são por diversas vezes salientados. Callado, que foi um dos que iniciou seu capítulo no dia 13 de março, afirma que Jango voltou do Comício da Central praticamente desacordado. Sentira os efeitos de um dia com “pouca comida e uísque”, “ele sem dúvida absorve com competência”.⁴⁶¹

⁴⁵⁹ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 311.

⁴⁶⁰ Antonio Callado. “Jango ou o suicídio sem sangue”. *op. cit.*, 1964. p. 249.

⁴⁶¹ *Idem*, p. 257.

Ao longo de seu texto, Callado desqualifica João Goulart. Compara Jango a uma árvore com cupim, assim como Jânio Quadros, embora considerasse este último “infinitamente” mais talentoso.⁴⁶² Em outro trecho, que causa até estranheza ao leitor, pois Callado era conhecido pela identificação com as causas sociais, salta aos olhos a crítica que o escritor faz à preocupação de João Goulart com os valores do salário mínimo:

*De janeiro de 1963 até sua deposição a 31 de março de 1964, Jango criou para o país uma espécie de pesadelo. (...) A presidência da República foi transformada numa espécie de grande Ministério do Trabalho, com a preocupação constante do salário mínimo.*⁴⁶³

Para Callado, aumentar o salário mínimo era um “vício” do Presidente João Goulart. “Vício” que fora adquirido no governo de Getúlio, quando foi nomeado Ministro do Trabalho: “Jango criou, nesse posto ministerial, um vício que jamais devia perder: o de aumentar o salário mínimo. Começou logo na base do 100%. O salário mínimo, no Rio, passou em 1953 de 1200 para 2400 cruzeiros. E derrubou Jango, aí deposto pela primeira vez”⁴⁶⁴. Assim, Callado lembra que Jango havia sido derrubado pela primeira vez, do seu posto de ministro do trabalho, justamente por este “vício” de aumentar o salário mínimo.

Em dado momento, quando relata e analisa os acontecimentos do dia 31 de março de 1964, Callado defende explicitamente o golpe de Estado desferido contra Goulart, enxergando-o como um mal menor. Para ele, “realmente não se pode desejar que as forças armadas não o traíssem. A expurgante situação militarista que se instalou no poder não alegra a alma de ninguém, mas como é que se ia continuar com Jango?”.

⁴⁶² *Idem*, p. 256.

⁴⁶³ *Idem*, p. 259.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 258.

Mas, apesar de Callado ter seu capítulo dedicado a demolir a imagem de João Goulart, de forma alguma foi o único a fazê-lo. Também a partir do comício, Alberto Dines aponta alguns detalhes que depreciam ainda mais a atuação do João Goulart no evento:

*Só não nos dominara, através da televisão, porque percebíamos a todo instante o Chefe da Casa Civil, o Prof. Darcy Ribeiro, chegar-se a ele, pelas costas, e, aproveitando-se das pausas dos aplausos, “soprar” algum pensamento novo. O pior foi quando o líder comunista Oswaldo Pacheco, também aproveitando uma deixa dos aplausos, “soprou” para o Presidente tão alto que os microfones registraram a frase para sempre: “Pede ao povo para que ajude a fiscalizar os proprietários”. E Jango, segundos depois, aluno bem comportado e já sem nenhuma grandeza, começou a frase seguinte: “O povo deve nos ajudar a fiscalizar os proprietários...” Jango falou, falou e falou. Quando o comício chegou ao fim, ele estava numa euforia que os mais íntimos nunca tinham visto. Eufórico e tonto. Tão eufórico que ao entrar na Mercedes preta bateu violentamente com a cabeça no teto do carro. Tão tonto que não percebeu que, desta vez, fora longe demais.*⁴⁶⁵

Os personagens principais de *Os idos de março e a queda em abril* são o presidente da República João Goulart e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Entretanto, ao longo de todos os capítulos, o governador de Minas desfruta de situação oposta à do presidente, duramente criticado por todos os autores. Grosso modo, podemos afirmar que, segundo os textos do livro, o primeiro era tão defeituoso quanto o segundo virtuoso. Enquanto João Goulart teria sido o principal responsável pela crise e pelos seus desdobramentos, ou seja, o culpado pela ruptura constitucional, Magalhães Pinto foi descrito como um homem sensato e moderado que procurou ao máximo evitar a radicalização. João Goulart era ambicioso, mas fraco, ao passo que Magalhães Pinto foi retratado como equilibrado, mas corajoso. A apresentação da imagem de Magalhães

⁴⁶⁵ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *Op Cit.* 1964. p. 311 – 312.

Pinto é cercada de cuidados. Entre os autores, enquanto Goulart foi a unanimidade negativa, Magalhães foi a positiva: não há uma só crítica ao político mineiro.

Mesmo entre os governadores que participaram da derrubada do governo, Magalhães Pinto recebeu maior destaque, e de forma amplamente positiva. Ademar de Barros, ao contrário, embora não tenha recebido nenhuma censura explícita e inequívoca, como as direcionadas contra Jango e as esquerdas, parecia não gozar de prestígio entre aqueles jornalistas do *JB*. Carlos Lacerda estaria numa posição intermediária entre Magalhães Pinto e Ademar de Barros, e pelo menos no capítulo a ele dedicado, escrito por Cláudio Mello e Souza, foi pintado com as tintas do heroísmo por sua “resistência” no Palácio Guanabara.

Magalhães Pinto é personagem nos diversos capítulos. Eurilo Duarte, por exemplo, que trata dos acontecimentos em São Paulo, introduziu no seu texto o subtítulo “Onde entra Magalhães Pinto”, para destacar a importância do governador mineiro.⁴⁶⁶ Araújo Neto, por sua vez, reproduziu a fala do governador mineiro, que apontava os dois grandes males que punham em risco “a paz e a liberdade de nossa Pátria”: “a inflação financeira e o radicalismo político”. Para Araújo Neto, Magalhães Pinto, no início de março, tinha o dom da profecia e alertava que se não houvesse “a possibilidade de uma solução equilibrada, o destino da maioria dos brasileiros” estaria à “mercê dos grupos extremistas minoritários”. O jornalista lamentava que a advertência do governador se perdesse.⁴⁶⁷

Segundo o jornalista Carlos Castello Branco, que anos depois o marechal-presidente de mesmo sobrenome reconheceria como um porta-voz de Magalhães

⁴⁶⁶ Eurilo Duarte. “32 mais 32, igual a 64”. *op. cit.*, 1964, p. 131.

⁴⁶⁷ Araújo Neto. “A paisagem”. *op. cit.*, 1964, p. 16 e 17

Pinto,⁴⁶⁸ o governador mineiro tentara o diálogo com as esquerdas e com João Goulart, na expectativa de deter a crescente radicalização de posições dentro do país. No entanto, João Goulart não entendera ou não se interessara pela cooperação oferecida pelo governador de Minas. Ao mesmo tempo, as esquerdas assediavam o presidente para transformar Minas Gerais numa base de operações ofensivas. Para Castello Branco, o dirigente mineiro seria um homem do diálogo, que buscava promover as reformas sociais sem radicalismo ou demagogia. Porém, suas relações com o presidente da República haviam se deteriorado desde que ele advertira Jango sobre a “necessidade de imprimir seriedade ao governo, afastando do seu seio os desonestos e demagogos e realizando uma política afirmativa e não simplesmente demagógica no plano das reformas de base”.⁴⁶⁹

Na percepção de Castello Branco, o moderado Magalhães Pinto só preparou a polícia mineira para resistir, mas se recusava a considerar planos ofensivos contra o governo federal, o que inibia os contatos com os agentes da conspiração. Até fevereiro de 1964, Magalhães Pinto resistira a golpe de qualquer lado. Teria até tentado atrair Miguel Arraes e outros setores da esquerda para uma política de composição, mas as esquerdas se tornavam mais sectárias e o constrangiam ao convocar reuniões de extremistas em Belo Horizonte. De outro lado, grupos antijanguistas também faziam sua campanha em Minas. Neste embate, a posição de Magalhães Pinto ficaria abalada e ele afastou o deputado José Aparecido, que articulava seu diálogo com as esquerdas, e cuja atuação era criticada por elementos militares e civis da conspiração, alinhando-se ao movimento que derrubaria João Goulart. Quando ocorreu o Comício da Central, o

⁴⁶⁸ Carlos Castello Branco. *Retratos e fatos da história recente*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 1996. p. 39.

⁴⁶⁹ Carlos Castello Branco. “Da conspiração à revolução”. *op. cit.*, 1964. p. 292.

governador de Minas já estava em condições de entrar na luta contra o presidente da República.⁴⁷⁰

De acordo com Castello, a partir da revolta dos marinheiros, que estourou em 25 de março, o governador de Minas “preparou-se para entrar em ação, assumindo o risco de uma iniciativa que temia não partisse de parte alguma, apesar dos compromissos e planos traçados”.⁴⁷¹ Esta visão oferecida aos leitores é bastante simpática ao governador de Minas. Todavia, sabe-se que foi o governador de Minas que aderiu com todas as forças à conspiração e rompeu definitivamente com as esquerdas quando enxergou a solidez do movimento golpista. Magalhães Pinto não cometeria uma aventura sem ter certeza de que seria apoiado pelo restante do dispositivo militar que se articulava para depor João Goulart.

Assim, ao adiantar os movimentos em Minas Gerais para o dia 30 de março, a articulação entre Magalhães Pinto e Mourão Filho objetivava colocar esses dois atores no centro da disputa pelo poder político do novo regime que viria após a derrubada do presidente. O “Estado-Maior informal” da conspiração militar havia determinado a data do golpe para algum dia entre 2 e 10 de abril, quando viria para Minas o general Muricy, encarregado pelo IPES da Escola superior de Guerra (ESG) de deflagrar as operações militares no estado. Quando soube da partida das forças mineiras, o general Castelo Branco pediu que Magalhães Pinto interviesse, mas o governador respondeu negativamente, pois o fato estava consumado – na manhã de 31 de março, Mourão já estava em Três Rios. “Tanto Magalhães quanto Mourão acreditavam que dessa forma

⁴⁷⁰ *Idem*, p. 293.

⁴⁷¹ *Idem*, p. 294.

passariam a deter cacife suficiente para partilharem, em posição vantajosa, dos frutos da vitória”.⁴⁷²

Portanto, embora o posicionamento de Magalhães Pinto fosse distinto de outros conspiradores, afinal o governador situou-se durante um bom tempo numa ampla faixa do espectro político, transitando entre os extremos, sua atuação não se pautou exatamente pelo heroísmo e abnegação em prol do país, mas foi fruto do cálculo político e do apurado senso de oportunidade.

Alberto Dines também destaca a importância do papel desempenhado pelo governador Magalhães Pinto: “Enfim, aparecera um homem para dar o primeiro passo. E este homem era o mais tranquilo, o mais sereno de todos os que estavam na cena política. Magalhães Pinto, sem nenhum arroubo, redimira os brasileiros da pecha de impotentes.”⁴⁷³ Dines enaltece não só a coragem, como também a serenidade e a simplicidade do governador mineiro ao relatar o telefonema de Araújo Neto para o Palácio da Liberdade, a fim de saber das últimas naquele estado. Quem o atendeu do outro lado foi o próprio Magalhães Pinto. Tranquilo, relatou que as primeiras tropas do I Exército que foram enfrentar as tropas mineiras tinham aderido. Segundo Dines, “assim, em plena guerra, o líder da revolução dá uma entrevista tranquilamente a um jornal situado no coração do campo inimigo. Deus seja louvado, somos todos de boa paz”.⁴⁷⁴

Para Pedro Gomes, jornalista que redigiu o capítulo a respeito dos eventos em Minas Gerais, o mais extenso de todo o volume, Magalhães conversava com diversos governadores, não em termos de conspiração revolucionária, mas em busca urgente de entendimento para a defesa das instituições, e acima dos partidos, para que a democracia e a “civilização brasileira” fossem salvas. Segundo Gomes, o governador de

⁴⁷² Heloísa Maria Murgel Starling. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª edição. Petrópolis, 1986. p. 139.

⁴⁷³ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 340.

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 344.

Minas exercitava “a política aberta do diálogo, na área estadual e federal, apoiando o programa de reformas de base para o Brasil (...)”.⁴⁷⁵

O jornalista fez questão de distinguir a atuação de Magalhães Pinto da dos demais atores políticos. Conforme repetido ao longo do seu texto, a conspiração liderada pelo governador mineiro seria meramente defensiva: “de novembro a dezembro de 1963, os temas para uma agenda conspiratória, defensiva como no caso de Magalhães, ou ofensiva como no caso de diversos bolsões militares comprometidos com o espírito de 1954 e 1961, já eram substanciosos (...)”.⁴⁷⁶

Gomes destaca o antigo compromisso do governador com a vitoriosa revolução. Por isso, o capítulo de Gomes se inicia com um pretense diálogo travado entre o general Olímpio Mourão Filho e o governador Magalhães Pinto, em agosto de 1963. O general teria perguntado: “– Governador, estou aqui para fazer a revolução. O senhor aceita?” E Magalhães Pinto teria respondido: “– Aceito, General.”⁴⁷⁷ Com base neste diálogo, Gomes acentua que Magalhães Pinto estaria finalmente revelando “a face oculta da verdade, ‘só por um pequeno círculo sabida ou pressentida’: a verdade de que, sob as aparências do malabarismo político de interesse doméstico, estava jogando o seu destino, e o de todo o País, noutra batalha”. O governador mineiro “encontrava-se enredado em nascentes e difusas articulações conspiratórias desde setembro de 1963, pelo menos. Conspiração defensiva, ele faz questão de sublinhar”.⁴⁷⁸

Na visão exposta por Gomes, além da sua moderação e de seus valores ditos democráticos, Magalhães Pinto não era um oportunista que apenas nos últimos momentos aderiu à conspiração que derrubou João Goulart. Ainda neste sentido, Gomes informou que, em setembro de 1962, o general Castelo Branco almoçou com Magalhães

⁴⁷⁵ Pedro Gomes. “Minas: do diálogo ao front”. *op. cit.*, 1964, p. 71.

⁴⁷⁶ *Idem*, p. 74.

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 68.

⁴⁷⁸ *Idem*, p. 72.

Pinto e “lhe participou à sobremesa: ‘General, vou armar a resistência de Minas, para enfrentar qualquer ato de subversão do Presidente. Quando julgar que chegou o momento de lutar pela liberdade, venha para Minas’”.⁴⁷⁹

Pedro Gomes ainda afirma que, segundo “um amigo comum”, Jango revelou no final do governo que se arrependia de não ter tratado Magalhães Pinto “com justiça” e que tinha sido ingrato com o governador de Minas Gerais. Entretanto, Magalhães Pinto não teria agido por ressentimento pessoal e teria tentado advertir o presidente, mas suas sugestões caíram no vazio. Mesmo assim, ao desiludir-se com Jango, teve o “cuidado leal de evitar-lhe a convivência”.⁴⁸⁰

Portanto, é bastante provável que um dos principais objetivos da publicação de *Os idos de março* tenha sido favorecer a imagem do governador de Minas Gerais, aspirante ao cargo máximo da República, junto a importantes parcelas da opinião pública. A revelação feita por Janio de Freitas sobre *Os idos de março* – segundo ele, “aquele livro foi o Magalhães Pinto que pagou”⁴⁸¹ – corrobora essa hipótese, indicando inclusive a forte possibilidade de que o governador de Minas Gerais tenha patrocinado a impressão da obra.

Não devemos esquecer, conforme destacado no segundo capítulo, que seu sobrinho e representante político no Rio de Janeiro,⁴⁸² José Luiz Magalhães Lins, era homem de grande influência junto à imprensa carioca e tinha significativa ascendência sobre vários dos autores do livro. O próprio editor-chefe do *Jornal do Brasil* na época do golpe, Alberto Dines, afirmou que José Luiz era uma espécie de “dono da imprensa”, mas que gostava de mandar sem aparecer. Seria uma “eminência parda. (...) O José Luiz

⁴⁷⁹ *Idem.*

⁴⁸⁰ *Idem*, p. 76.

⁴⁸¹ Janio de Freitas em entrevista concedida ao autor no dia 8 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

⁴⁸² Heloísa Maria Murgel Starling. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª edição. Petrópolis, 1986. p. 139.

mandava na imprensa brasileira, na imprensa carioca, sobretudo. E era muito amigo do Castelinho... Por causa do Magalhães Pinto... Foi o Zé Luiz que ajudou o *Jornal do Brasil* a contratar todas as grandes estrelas”. De acordo com Dines, José Luiz Magalhães não só foi um importante informante para a confecção de *Os idos de março*, como era muito ligado a vários dos autores: “Araújo Neto, assim com Zé Luiz, Castelinho, assim com Zé Luiz, Wilson Figueiredo, assim com Zé Luiz”.⁴⁸³

Quando *Os idos de março* foi publicado, logo após o golpe, não estava claro que o regime militar duraria mais duas décadas – naquele momento, o livro poderia ajudar a sedimentar a liderança de Magalhães Pinto junto à sociedade civil. Magalhães não abandonou o sonho de chegar à Presidência. Seu projeto político, alentado desde aqueles tempos, permaneceu vivo até o final da década de 1970, quando começou o ensaio da abertura política em nosso país. Para tal, continuou contando com o apoio, por exemplo, do colunista político Carlos Castello Branco, na época ainda escrevendo no *Jornal do Brasil*.⁴⁸⁴

Outro governador, Carlos Lacerda, se não mereceu o destaque do governador de Minas, ao menos foi agraciado com um capítulo escrito por Cláudio Mello e Souza, que lhe foi francamente favorável. Para Alberto Dines, Mello e Souza “tinha fascinação pelo Lacerda”.⁴⁸⁵ Mas o governador da Guanabara estava longe de ser uma unanimidade entre os autores do livro. De acordo com Mello e Souza, a chamada *intelligentsia* do *Jornal do Brasil* não simpatizava com Carlos Lacerda: “O Carlos veio para mim porque foi repudiado pelos outros. (...) Ficava patente nas brincadeiras... ‘não, não, todo

⁴⁸³ “José Luiz Magalhães Lins era o ‘dono da imprensa’, no sentido de ser o ‘Richelieu da imprensa’, não era dono. Primeiro ele tinha o banco... (...) O José Luiz era um cara jovem que tinha tomado uma posição, eu quero mandar, mas não quero aparecer”. Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor em 28 de fevereiro de 2007 no Rio de Janeiro.

⁴⁸⁴ Carlos Castello Branco. *Retratos e fatos da história recente*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 1996. p. 150-153.

⁴⁸⁵ Para Dines, Mello e Souza “era da corriola do Lacerda”. Alberto Dines em entrevista concedida ao autor em 4 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro.

mundo, menos o Lacerda’. ‘O Carlos não, eu faço Magalhães Pinto, eu faço não sei quem, mas o Carlos não’. E o Carlos foi ficando, foi ficando... Eu não morria de amores por ninguém e gostava do Carlos”. Para Mello e Souza, Lacerda era “um tribuno espetacular, uma inteligência superior, muito acima da média, mesmo da alta média da época. Seguramente foi o mais brilhante tribuno de oposição que já houve na história republicana, opinião compartilhada, por exemplo, por pessoas que ouviram e viram Ruy Barbosa, como por exemplo, Miguel Lins, falecido advogado, brilhantíssimo. Ele se lembrava e dizia: Ruy Barbosa era muito bom, mas o Carlos dava de dez a zero”.⁴⁸⁶

Mello e Souza transmite ao leitor a versão dos fatos na ótica de Carlos Lacerda e a partir do seu depoimento – o jornalista foi a Roma para entrevistá-lo.⁴⁸⁷ A epígrafe utilizada por Mello e Souza, compilada de *Um inimigo do povo*, de Ibsen, dizia: “Ouçam com atenção o que lhes vou dizer: o homem mais forte do mundo é o que está mais só”.⁴⁸⁸ Na cena política brasileira, este homem a que fazia referência Mello Souza seria, obviamente, Carlos Lacerda. E é justamente esta idéia de força e destemor que o jornalista defende em *Os idos de março*. No texto de Mello e Souza a “resistência” de Lacerda no Guanabara é coberta de heroísmo.

O capítulo começa com o relato da madrugada do dia 31 de março de 1964. “O toque da alvorada” no Palácio Guanabara foi dado pelos insistentes toques do telefone. Era Armando Falcão que ligava para avisar Lacerda de que as tropas de Minas já começavam a deslocar-se de Juiz de Fora. Carlos Lacerda estava dormindo, mas havia deixado ordens para ser acordado caso ocorresse algo de importante. Nem bateram à sua

⁴⁸⁶ Cláudio Mello e Souza. Entrevista concedida ao autor em 6 de março de 2007, no Rio de Janeiro.

⁴⁸⁷ “Foi um dos últimos vôos da Panair. O Aloísio Ferreira e Salles, Diretor Consultivo da Panair, do grupo Moreira Salles e tal, conseguiu que me dessem um bilhete, aliás, de primeira classe, que era uma coisa extraordinariamente luxuosa, de um bom gosto magnífico, e depois fui à cata de dinheiro, fui ao Banco da Bahia fazer um empréstimo, me lembro que foram 600 dólares, fui na conta do chá para lá. (...) Agora estou me lembrando porque entrou Air France... Porque a Panair me deu a única passagem que eles podiam me dar, por uma série de razões, porque eles já estavam em fase de liquidação. O Castello já tinha detonado. Era Rio- Lisboa, Paris-Londres. A perna Paris-Roma não tinha. E aí a Air France...”. *Idem*.

⁴⁸⁸ Cláudio Mello e Souza. “O vizinho do presidente”. *op. cit.*, p. 161.

porta, foram logo entrando e Lacerda levantou-se num salto, e perguntou: “– Saíram, não é? Onde?”.⁴⁸⁹

O Palácio Guanabara transformou-se em “praça de guerra” na noite de domingo, 29 de março. Carlos Lacerda chegou ao Palácio naquele dia por volta das 17 horas vindo de seu sítio em Petrópolis, onde passara o fim de semana da Páscoa. O governador recebeu notícias relativas à iminência da rebelião contra Goulart e começou a se preparar para o enfrentamento. Ao longo daquele dia, foi recebendo apoio dos subordinados, que se dispunham a acompanhá-lo na resistência que estava sendo montada no Palácio. Além da concentração de todos os recursos em torno do Guanabara, outra medida tomada foi a defesa da retaguarda do Palácio, o morro Mundo Novo, onde foram despejados alguns milhares de litros de óleo para impedir o acesso de qualquer peça de artilharia. Durante todo o dia de segunda-feira, 30 de março de 1964, “a vida do Palácio era o início de uma luta contra a morte, que poderia vir a qualquer momento”.⁴⁹⁰

Ao voltar no tempo para explicar os antecedentes do desenlace, Mello e Souza narra um episódio em que Lacerda afirmou ao jornalista Otto Lara Resende que o Comício da Central tinha sido a última vez que Jango “saiu à praça pública com a cobertura do Exército. Pode publicar isso”. Otto Lara Resende não quis publicar porque acreditava ser mais palpite do que notícia – e também porque não seria oportuna a publicação da declaração.⁴⁹¹

Lacerda sabia o bastante para fazer aquela afirmação “categórica”, num momento em que, ainda segundo Mello e Souza, nada estava definido e que tudo parecia se definir a favor de Jango. Mas o quanto conhecia o governador da Guanabara

⁴⁸⁹ *Idem*, p. 163.

⁴⁹⁰ *Idem*, p. 164-165.

⁴⁹¹ *Idem*, p. 167.

a respeito dos preparativos para a derrubada de João Goulart? Em Roma, Lacerda teria disse ao jornalista que estava a par apenas do essencial, que 2 de abril era a data marcada para “o início de tudo” e que seria necessário “uma cobertura eloquente de opinião pública”. Lacerda decidiu permanecer no Palácio Guanabara, mas o primeiro governador a se manifestar contra o presidente foi o governador de Minas, pois havia a convicção de que tanto a Guanabara quanto o Rio Grande do Sul seriam imediatamente submetidos às forças federais, o que acabou não acontecendo. Costa e Silva disse a Lacerda que quando viu que “Jango não tinha força ou disposição para tomar o Guanabara, viu tudo”.⁴⁹²

Nos dias que antecederam ao desfecho da crise, Lacerda disponibilizou a lancha que servia ao governador, ou seja a ele próprio, para a retirada dos Generais Néelson de Melo e Cordeiro de Farias até Santos, em caso de necessidade. O governador da Guanabara fazia questão de oferecer a lancha porque não a usaria. Na noite de 30 de março, segundo narrou Mello e Souza, em tom dramático, os filhos de Lacerda, Sérgio e Sebastião, “ficariam no Palácio, embora o Governador desejasse que eles se revezassem: ora um, ora outro, mas nunca os dois ao mesmo tempo. Era preciso que um deles sobrevivesse”. Ao fim da “emocionada reunião”, Lacerda integrou-se por inteiro ao “ritmo de guerra do Palácio”.⁴⁹³

No seu texto-entrevista, Mello e Souza destaca que “a dramática vigília no palácio Guanabara” teve momentos que emocionaram Carlos Lacerda: “Na terça-feira à noite (...) chegou ao Palácio um grupo de oficiais do Exército, todos da reserva. (...) Eram ao todo 31 generais, já idosos, vestidos com compostura, mas com grande modéstia, com comovedora modéstia”. Estavam lá, “humildemente”, para que Lacerda lhes desse alguma missão. Lacerda afirmou: “Você não pode imaginar minha emoção

⁴⁹² *Idem*, p. 167-169.

⁴⁹³ *Idem*, p. 174-175.

diante daqueles homens. Confesso que foi um dos momentos em que fiquei com os olhos cheios de água”. Durante todo o dia 31 de março, continuavam a chegar voluntários que se ofereciam para a resistência.⁴⁹⁴

Durante boa parte do dia 1º de abril, as incertezas continuavam, mas Lacerda mostrava sua disposição para a resistência. Sérgio Lacerda ensinou ao pai como se utilizava sua metralhadora, que estava sobre a mesa ao lado dos originais de uma peça que Carlos Lacerda pretendia traduzir. Neste trecho, Mello e Souza retrata Carlos Lacerda não só como um homem corajoso, pronto para a ação, mas também como um homem de letras. Mesmo depois que os acontecimentos se encaminhavam de modo desfavorável ao presidente João Goulart, Carlos Lacerda continuava a receber apoio: “Era o grupo dos lenços azul e branco, rapazes que chegavam, davam o nome, alguns vinham armados – ‘este revólver é do velho’ – outros, principalmente os de mais idade, recebiam armas melhores, metralhadoras INA”.⁴⁹⁵

Depois da vitória sobre o governo Goulart, já em seu quarto no Grande Hotel, em Roma, Lacerda rememorou tudo e afirmou que só ficou tranquilo “no dia em que o Marechal Castelo Branco empossou-se na Presidência da República”. Explicou que não foi à posse de Castelo Branco “para não entrar lá, como tenho medo de entrar neste livro que vocês estão escrevendo: para não disputar um lugar na história. O dia era todo do Marechal. E além do mais, Letícia estava doente”.⁴⁹⁶ Lacerda afirmava defender a eleição imediata de um presidente militar que unisse o Exército e o Brasil e dizia entender o ponto de vista de Costa e Silva, que também temia alguma espécie de divisão no exército. Lacerda conversou muito com o presidente Castelo Branco e pediu para ele não ser faccioso em seu benefício, pois não precisava disto – queria apenas que fizesse

⁴⁹⁴ *Idem*, p. 175-176.

⁴⁹⁵ *Idem*, p. 178-181.

⁴⁹⁶ *Idem*, p. 187.

um bom governo. Este seria o único e grande benefício que ele faria “não a mim e à minha candidatura, mas ao Brasil”.⁴⁹⁷ Neste momento, Carlos Lacerda pensava na sua eleição para presidente. Ao final de seu texto, mostrando a proximidade entre autor e personagem, Lacerda teria recomendado a Mello e Souza: “ – Cuidado com este livro. Não vá prestar um desserviço ao Brasil”. Ao que o jornalista respondeu: “– Não se preocupe. Boa noite, Carlos”.⁴⁹⁸

Entretanto, apesar do capítulo extremamente laudatório dedicado ao governador da Guanabara, no geral, Carlos Lacerda era visto como extremado, líder e/ou inspirador de movimentos que se excediam:

*A UNE é incendiada. Não se sabe se pelos próprios estudantes que não queriam deixar vestígios de suas atividades subversivas, ou se por alguns exaltados anticomunistas. Tiroteio em frente à Faculdade de Direito. Mortos e feridos. Diante do jornal passam enormes caravanas de carros, todos com bandeiras azuis e brancas, cores da Guanabara. Rumam para a zona norte. Mais tarde sabemos que a maioria deles fora em direção a Praça da Bandeira, para depredar a Última Hora.*⁴⁹⁹

Nesse trecho, é importante salientar que as cores da Guanabara, azul e branco, empunhadas nestas caravanas, indicavam que eram grupos lacerdistas os responsáveis por aqueles atos. Assim, de modo geral, pode-se perceber que Carlos Lacerda não recebeu o mesmo tratamento dispensado a Magalhães Pinto. Araújo Neto, por exemplo, ao relatar os acontecimentos anteriores ao dia 13 de março, assinalava que Lacerda não se considerava pessoalmente insultado com a realização do comício, mas que insultada seria a Constituição e a gramática, sempre vítimas em comícios do tipo. Araújo Neto destaca que as preocupações das autoridades da Guanabara pareciam “ser todas de natureza gramatical”, e com ironia criticou: “a Polícia Política do Sr. Lacerda revelava

⁴⁹⁷ *Idem*, p. 189.

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 191.

⁴⁹⁹ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 348.

um súbito amor e um desmedido interesse pelas regras gramaticais. A cartilha *Viver é Lutar*, aprovada e recomendada por uma Conferência Nacional de Bispos, era objeto de rigoroso inquérito instaurado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do governo Lacerda”.⁵⁰⁰

No entanto, sem dúvida, dos três governadores mais importantes no movimento que derrubou João Goulart, Ademar de Barros foi o retratado de maneira menos favorável. Enquanto Carlos Lacerda, que de modo algum era o governador preferido entre aqueles jornalistas, tinha em Mello e Souza um entusiasta, Ademar de Barros ficou “órfão” – nenhum dos autores do livro zelou pela sua imagem. Basta lembrar que o próprio Eurilo Duarte, responsável pela narrativa dos acontecimentos em São Paulo, não demonstra qualquer apreço pela figura do governador do Estado. Pelo contrário. Mesmo no momento em que relata a Marcha da Família do dia 19 de abril, em São Paulo, Duarte destaca que Ademar de Barros sobrevoou de helicóptero a multidão, mas aventa a hipótese de ele não ter participado do desfile porque não tinha certeza do sucesso da manifestação.⁵⁰¹

Duarte aponta a participação do governador de São Paulo nas arbitrariedades e ilegalidades do regime de abril, sem maiores preocupações em justificá-las, como no caso em que assinala a reunião do governador com Auro Moura Andrade e Amauri Kruehl, quando Ademar de Barros afirmou que, para seu governo, era imprescindível a cassação dos mandatos dos deputados e senadores esquerdistas, o mesmo devendo ser estendido aos membros das assembleias legislativas.⁵⁰²

⁵⁰⁰ Araújo Neto. “A paisagem”. *op. cit.*, 1964. p.28-29.

⁵⁰¹ Eurilo Duarte. “32 mais 32, iguala 64”. *op. cit.*, 1964. p. 134.

⁵⁰² *Idem.* p. 156.

Mesmo apoiando o movimento de São Paulo contra o governo federal, para Alberto Dines o governador Ademar de Barros estaria longe de ser o melhor líder político para se contrapor a Goulart:

*Nova reação. Sem linguagem cifrada, desta vez menos hermética. Em São Paulo, reuniam-se no centro da cidade cerca de 500 mil pessoas na Marcha da Família. O inspirador era o Governador Ademar de Barros, homem que estava longe de representar a antítese ideal de Jango. Mas já há algum tempo estávamos resignados a isto. O que importava era que, em São Paulo, meio milhão de pessoas tinha saído à rua, sem archotes, sem tanques e canhões, apenas cantos na boca e rosários na mão, para protestar contra o caos.*⁵⁰³

Portanto, apesar de não ser alvo de críticas explícitas como as endereçadas ao presidente deposto, entre os governadores destacados no livro, definitivamente Ademar de Barros não desfrutou nem da generosa acolhida que seu colega mineiro recebeu, nem teve ao menos um capítulo, como Carlos Lacerda, para sua propaganda pessoal.

3.3.3 As esquerdas

O capítulo que trata das esquerdas, foi escrito por Wilson Figueiredo, jornalista que, conforme destacado anteriormente, participou ativamente do IPES, organização que buscava articular os diversos grupos golpistas e organizar a propaganda que objetivava conquistar apoio para a derrubada de João Goulart e combater as esquerdas em geral. Portanto, estranho seria que o publicista oferecesse uma visão favorável dos grupos afastados da política institucional com o golpe de 1964. O que se deve salientar, entretanto, por ser significativo das intenções da obra, é que foi justamente este o profissional escolhido para relatar e analisar a atuação dos grupos esquerdistas no período.

⁵⁰³ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *Op Cit.* 1964. p. 319..

Ao longo de sua narrativa, Figueiredo mostra as lideranças de esquerda como oportunistas, radicais, excessivamente confiantes e sem compromisso com as liberdades democráticas, tese, aliás, extremamente cara à recente historiografia e que não carece por completo de fundamento, tendo em vista que as aspirações das esquerdas estavam muitas vezes mais relacionadas à distribuição de riquezas do que às garantias individuais. Portanto, se pode-se aventar que a visão das esquerdas apresentada por Figueiredo estaria comprometida pela sua parcialidade, haja vista que nos últimos anos o autor participara da principal organização que centralizou os esforços para derrubar Goulart, isto não impede que seu texto tenha captado importantes traços da realidade da época, o que, de forma geral, aconteceu no livro como um todo.

Wilson Figueiredo expõe o sentimento de força que experimentava a esquerda na véspera do comício, a crença na predestinação da sua vitória, e afirma que os esquerdistas pretendiam alcançar definitivamente o poder por meio do ato político do dia 13 de março.⁵⁰⁴ Porém, após cinco dias de otimismo, quando no dia 18 de março perceberam que a situação era “profundamente” delicada, os líderes de esquerda decidiram “bater-se prontamente em defesa das liberdades, passadas a segundo plano desde que se sentiram donos da situação política”.⁵⁰⁵ No entanto, ainda assim, segundo Figueiredo, as esquerdas, “certas da vitória a curto prazo”, recusavam a conciliação “de olhos fechados”.⁵⁰⁶

O jornalista incumbido de analisar as esquerdas também traça um panorama do descontrole social nos últimos dias do governo Goulart ao relatar a demonstração de violência que fora promovida por desempregados em Taguatinga, cidade-satélite de Brasília, que, segundo ele, havia sido tomada por dois mil homens sem trabalho. Os

⁵⁰⁴ Wilson Figueiredo. “A margem esquerda”. 1964. *op. cit.*, p. 195.

⁵⁰⁵ *Idem*, p. 209.

⁵⁰⁶ *Idem*, p. 214.

manifestantes armaram barricadas nas estradas e “dirigiram a violência contra a Sub-Prefeitura de Taguatinga”. Repetidamente utilizando a palavra violência para se referir àqueles atos, embora não mencione vítimas, o jornalista continua o relato dos distúrbios do dia seguinte, quando, mesmo tendo sido contratados para construir estradas, os trabalhadores teriam destruído “dois bares, um cinema e um Gordini”. Com ironia, Figueiredo destaca que “a mão-de-obra disponível no mercado tinha oferta revolucionária”. Para completar, aponta que sete mil operários da construção civil estavam de braços cruzados em Brasília. Assim, ao relatar as ações promovidas na capital do país, Figueiredo retrata o estado de espírito de segmentos da classe trabalhadora, numa avaliação crítica desses movimentos.⁵⁰⁷

Se a maior parte dos autores do livro critica a maioria dos políticos de esquerda, mas em geral demonstra simpatia por Miguel Arraes, a exceção foi justamente o responsável pelo capítulo sobre as esquerdas, Wilson Figueiredo, que parecia não considerar o governador de Pernambuco um legítimo democrata. Para ele, Arraes seria partidário da democracia apenas por cálculo, pois acreditava que esta seria a única forma de chegar ao poder. Ao relatar as divergências entre Miguel Arraes e Leonel Brizola, Figueiredo afirma que “Brizola intuía a hora de ações de massas, lançadas em volumes crescentes nas ruas, para as pressões definitivas”, enquanto Arraes:

*Não pretendia tanto: contentava-se com a pressão sobre o Congresso que Brizola queria fechar. A ilusão eleitoral, mais forte talvez do que a convicção teórica, transformou Miguel Arraes num moderado. Mantida a Constituição com todas as inelegibilidades que impediam João Goulart e Leonel Brizola em 65, ele era naturalmente o herdeiro de uma possibilidade eleitoral de esquerda.*⁵⁰⁸

⁵⁰⁷ *Idem*, p. 211.

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 200.

Portanto, a opção de Miguel Arraes pelo caminho eleitoral seria meramente oportunista, provocada pela “ilusão eleitoral”, o que na análise de Figueiredo, o transformara num moderado. No entanto, mesmo que mais por cálculo do que “convicção teórica”, Arraes pugnaria por maior pluralidade política, afinal, era a favor da “tese das lideranças múltiplas para as esquerdas a título de evitar o aparecimento de um caudilho na área popular”. Arraes preocupava-se com Brizola e João Goulart. Segundo Figueiredo, depois do Comício, Brizola “se avantajou nas possibilidades de empalmar o comando da arregimentação popular”.⁵⁰⁹

No entanto, apesar da opinião de Figueiredo em relação ao governador de Pernambuco, em geral Arraes parecia desfrutar de bom relacionamento com a redação do *Jornal do Brasil*.⁵¹⁰ Além das qualidades que porventura possuísse, capazes de despertar genuína admiração naqueles profissionais da imprensa, a proximidade com Magalhães Pinto também pode ter facilitado o trânsito e o diálogo mesmo entre os que, a princípio, não seriam especialmente simpáticos às idéias de Arraes. Antes do golpe e das definições que o precederam, o governador mineiro chegou a ensaiar a formação de uma chapa para disputar as eleições presidenciais de 1965, em que ele seria o presidente e Arraes o vice.⁵¹¹

Conforme destacado, de modo geral, Arraes foi favoravelmente retratado no livro e são estabelecidas suas diferenças em relação a Brizola. É possível perceber que Araújo Neto, por exemplo, demonstrava clara predileção pelo estilo de Arraes, que, ao contrário de Brizola, teria habilidade para evitar o conflito. Segundo ele, Miguel Arraes saiu fortalecido por ter dado uma solução pacífica para a última greve de 300 mil

⁵⁰⁹ *Idem*, p. 200-201.

⁵¹⁰ Arraes participou, por exemplo, de reunião com os editorialistas do JB. “O Miguel Arraes veio à reunião de editorial. Era importante você ouvir, era um *briefing*.” Alberto Dines. Entrevista concedida ao autor no dia 28 de fevereiro de 2007 no Rio de Janeiro.

⁵¹¹ Heloísa Maria Murgel Starling. *op. cit.*, 1986. p. 136.

camponeses e trabalhadores das usinas de açúcar em Pernambuco, e transitava adequadamente pelos estúdios de televisão do Rio e de São Paulo – as duas mais poderosas caixas de ressonância do País. As viagens de Miguel Arraes eram penosas, mas importantes para esclarecer a opinião pública dos dois grandes centros.⁵¹²

Solidário com o governador de Pernambuco, Araújo Neto afirma que Arraes precisava quase jurar que não era um perigoso comunista e tinha habilidade de saber evitar cenas violentas ao entrar pela porta dos fundos de um estúdio de televisão. Miguel Arraes seria “mais feliz e mais hábil” que Brizola, por conseguir evitar a repetição de episódios violentos como os que aconteceram com o “Engenheiro-Revolucionário” em Belo Horizonte. Arraes definia-se como favorável à Reforma Agrária e lamentava que, na recente greve em Pernambuco, alguns setores do governo federal serviram aos interesses da minoria reacionária ao implantar a agitação para justificar a intervenção federal em Pernambuco.⁵¹³

Também Antonio Callado, que não enxergava futuro político para João Goulart, demonstrava clara inclinação por Miguel Arraes. O escritor acreditava que uma reviravolta para a esquerda traria à tona Leonel Brizola, ou, o que preferia, Miguel Arraes, que tinha feito um governo frutífero e que lhe trazia esperança: “um Brasil-povo começava a medrar em Pernambuco, deitando raízes fundas em massapé úmido e escuro”.⁵¹⁴

Em outros momentos, Arraes é colocado em oposição aos políticos de esquerda que os autores daquele livro têm como principais alvos das críticas. Pedro Gomes, por exemplo, ao registrar o encontro de Magalhães Pinto com Miguel Arraes no dia 16 de março de 1964, relata que o governador de Pernambuco estava convencido que o golpe

⁵¹² Araújo Neto. “A paisagem”. *op. cit.*, 1964. p. 21-27.

⁵¹³ *Idem.*

⁵¹⁴ Antonio Callado. “Jango ou o suicídio sem sangue”. *op. cit.*, 1964. p. 276.

de Jango (sic) o pegaria entre as primeiras vítimas. Magalhães concordou com Arraes e afirmou pensar que se Arraes não se considerava seguro, quem mais poderia se sentir seguro? Disse ao governador de Pernambuco que se preparava para resistir.⁵¹⁵

Se em *Os idos de março* as esquerdas são geralmente retratadas de forma negativa, San Tiago Dantas desfrutava de grande prestígio entre os autores do livro e seria o representante da “esquerda positiva”.⁵¹⁶ Nas vezes em que aparece no livro, Dantas tenta evitar a queda do governo, mas teria sido ele quem avisou Goulart da posição dos Estados Unidos, quando Minas deu início ao golpe. Dantas afirmava que não seria impossível que o movimento mineiro tivesse sido deflagrado com o conhecimento e apoio do Departamento de Estado norte-americano, nem seria impossível que os Estados Unidos viessem a reconhecer a existência de um outro governo no território brasileiro.⁵¹⁷

No polo oposto a Dantas, estaria Brizola, o exemplo da esquerda negativa. Nos diversos capítulos, San Tiago Dantas e Leonel Brizola aparecem como antípodas. San

⁵¹⁵ Pedro Gomes. “Minas: do diálogo ao front”. *op. cit.*, 1964, p. 83.

⁵¹⁶ Francisco Clementino San Tiago Dantas chegou a ser assessor direto de Plínio Salgado, líder máximo da Ação Integralista Brasileira (AIB), mas, a partir de 1938, afastou-se da militância integralista. Depois de trabalhar nos diversos governos a partir da década de 1940, em 1955 ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e foi eleito deputado federal em 1958 graças ao apoio do então vice-presidente da república João Goulart. Depois de participar do governo Jânio Quadros, quatro dias após Jango assumir a presidência, foi empossado Ministro das Relações Exteriores afirmando seu propósito de executar uma política externa independente. Durante sua gestão, uma das mais importantes medidas da diplomacia brasileira foi o reatamento de relações com a União Soviética. San Tiago também defendeu uma política de coexistência com o regime cubano. Depois da vitória do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, até junho do mesmo ano, San Tiago Dantas foi o Ministro da Fazenda do governo Goulart. Apesar de ter chegado a cogitar mobilizar a opinião pública em favor de um projeto de desenvolvimento que prescindisse do capital estrangeiro, sua flexibilidade com o capital estrangeiro por vezes criou atrito com os setores nacionalistas considerados mais radicais. Em abril de 1963, San Tiago Dantas fez um pronunciamento pela televisão apontando a existência de duas esquerdas. Uma seria a “esquerda positiva”, na qual ele próprio se incluía, e a outra seria a esquerda negativa, que adotava atitudes extremistas e desfavoráveis ao país – o exemplo seria Leonel Brizola. A partir de outubro de 1963, a pedido do presidente, San Tiago iniciou um trabalho de articulação das forças políticas numa frente única que fosse capaz de evitar a derrubada de João Goulart. No entanto, tanto o PSD quanto a esquerda do PTB, assim como os demais grupos que acusavam Goulart de conciliar com os grupos contrários às reformas de base, só passaram a apoiar a frente única quando já era tarde demais. Em junho de 1964, dois meses após o golpe, o novo presidente indeferiu o pedido de cassação de San Tiago Dantas, que acabou por falecer, vítima de câncer pulmonar, no dia 6 de setembro do mesmo ano. DANTAS, San Tiago. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro. FGV CPDOC.

⁵¹⁷ Araújo Neto. “A paisagem”. *Op. Cit* 1964. p.62-63.

Tiago teria sido atacado por Leonel Brizola, que também teria empurrado Jango para a esquerda, na competição que havia entre os dois – Jango e Brizola – para ver quem seria o líder das esquerdas. Na caracterização negativa de Brizola, em alguns momentos Araújo Neto foi uma exceção, pois, apesar de repetir a alcunha “engenheiro-revolucionário”⁵¹⁸ ao se referir ao deputado petebista, parecia ao menos demonstrar que Brizola era mais firme que o presidente e que pretendia “salvar” Jango oferecendo uma organização consciente e capaz de apoiá-lo, evitando o peronismo.⁵¹⁹

Na narrativa de Araújo Neto, o governo Goulart é que demonstrava inépcia e relaxamento, pois esbanjava confiança no seu dispositivo militar e não levava a sério as advertências de Leonel Brizola, que, no dia 19 de março, em Brasília, falou aos jornalistas que a situação se aproximava de um desfecho e que admitia a possibilidade do presidente não completar seu mandato.⁵²⁰ Portanto, para Araújo Neto, Brizola mostrava-se mais realista e preparado para enfrentar a crise que João Goulart.

Em relação à disposição de Brizola, Antonio Callado apresentou um diálogo no qual o então deputado, contrariado com a decisão tomada por Jango de não esboçar resistência ao golpe, respondeu à primeira oferta de embarcar para o Uruguai da seguinte forma: “ – Não, porque meu nome não é Goulart”, e se dirigiu ao presidente deposto em termos duros.⁵²¹

Diversamente, o principal alvo das críticas de Carlos Castello Branco era o deputado Leonel Brizola. O jornalista relatou que um ano antes do golpe, em março-abril de 1963, logo após a instalação do novo período legislativo, Brizola havia dado um prazo para o Congresso Nacional votar as reformas de base, ameaçando que, caso isto

⁵¹⁸ *Idem*, p. 26.

⁵¹⁹ *Idem*, p. 48-49.

⁵²⁰ *Idem*, p. 49-50. Na primeira edição de *Os idos de março*, está impresso 29 de março como data desta fala de Leonel Brizola, mas o autor queria escrever 19 de março, conforme foi consertado na segunda edição da obra.

⁵²¹ Antonio Callado. “Jango ou o suicídio sem sangue”. *op. cit.*, 1964, p. 274.

não ocorresse, ele iria buscar outros caminhos para a solução da crise brasileira. A partir deste fato, segundo Carlos Castello Branco, “iniciava-se entre nós a pregação ostensiva da revolução”.⁵²² Apesar de ser um crítico do presidente deposto, Castello Branco é responsável por uma das raras vezes em que algum personagem aparece no livro como mais nocivo que João Goulart – e Brizola era este personagem. Aparentemente, o presidente não endossava as atitudes de Brizola, e teria sido o deputado o responsável pela queda do Ministério San Tiago Dantas, que dava a impressão de que o governo procurava “resolver, em termos de normalidade e confiança, os problemas do país”.⁵²³ Nesta interpretação dos fatos, a ação política de Brizola retirou do país a possibilidade de resolver harmoniosamente suas questões.

3.3.4 Os primeiros dias de abril – o estabelecimento do regime militar

Se há uma unânime condenação dos autores quanto à conduta do presidente João Goulart, a mesma homogeneidade não se encontra em relação às apreciações do regime que se instalou em abril de 1964. Uns não abordam as arbitrariedades do novo governo, outros destacam a repressão desencadeada, em críticas mais ou menos explícitas, e há ainda os que elogiam, defendem ou justificam o *modus operandis* da “revolução”.

Os dois primeiros capítulos, escritos por Araújo Neto e Pedro Gomes, não relataram os fatos ocorridos após o dia 2 de abril e, portanto, não dedicaram uma linha sequer ao Ato Institucional promulgado em 9 de abril de 1964, ou mesmo às outras ações que não poderiam ser consideradas exemplares em termos de convivência política democrática com a oposição. Entretanto, Araújo Neto termina seu capítulo de forma melancólica, citando um trecho escrito por Machado de Assis, dando a entender que

⁵²² Carlos Castello Branco. “Da conspiração à revolução”. *op. cit.*, 1964. p. 279.

⁵²³ *Idem*, p. 279-280.

haveria mais continuidade do que ruptura nos acontecimentos recentes,⁵²⁴ enquanto Pedro Gomes narra as comemorações em Minas pela vitória da conspiração pela ótica do governador mineiro Magalhães Pinto.⁵²⁵

Por outro lado, Eurilo Duarte não deixa de destacar as arbitrariedades praticadas em São Paulo pelo regime recém-instalado e cita o telegrama que o comandante do II Exército, Amauri Krueel, e o governador do estado, Ademar de Barros enviaram para Ranieri Mazzilli que havia sido empossado Presidente da República no dia 2 de abril. Nesse telegrama, eles afirmaram que não poderiam aceitar transigência e que continuariam em armas até expurgar os “vermelhos e cor-de-rosa” que se infiltraram e que deveriam ser expurgados.⁵²⁶

Duarte também relata que os sindicatos permaneceram fechados, com dirigentes presos ou desaparecidos. Reporta que uma manifestação de apoio a Jango foi dissolvida a cassetetes pelo choque da força pública e que os elementos esquerdistas das forças armadas já estavam sendo expurgados. Investigadores do DOPS fecharam a Faculdade Filosofia da USP, a pedido da própria direção. Os alunos concentrados no interior do prédio da Rua Maria Antônia foram reprimidos com gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Duarte destaca também que o governador Ademar de Barros nomeou interventores nos órgãos federais, mesmo reconhecendo a ilegalidade do ato. Duarte calcula que, no dia 3 de abril, as prisões feitas pela polícia e pelo Exército já haviam alcançado cerca de 10 mil pessoas. Duarte cita a prisão do físico Mário Schemberg, além de médicos, líderes sindicais e jornalistas e a interdição de livrarias que

⁵²⁴ Araújo Neto. *Op cit.*, 1964. p. 63.

⁵²⁵ Pedro Gomes. *Op cit.*, 1964. p. 123-124.

⁵²⁶ Eurilo Duarte. “32 mais 32, igual a 64”. *Op cit.*, 1964. p. 154.

importavam livros da Rússia. Enfim, o jornalista traça um panorama de caça às bruxas.⁵²⁷

Em sentido oposto, Carlos Castello Branco afirma que a ação militar que derrubou Jango não seria um simples golpe caracterizado pela decisão dos comandos, “mas uma ação militar revolucionária, baseada no levante de três governadores de estado”. Os objetivos seriam “classicamente legalistas. As forças armadas respeitariam os mandatos, o poder civil e assegurariam o livre funcionamento do Congresso, ameaçado pelas pressões sindicais e militares do governo Goulart”.⁵²⁸

Na descrição de Castello Branco, após a vitória do movimento militar, os chefes das forças armadas, ao saberem que não haveria condições políticas de obter do Congresso a cassação dos mandatos de governadores e parlamentares “envolvidos no movimento subversivo”, souberam, pela liderança da UDN, que “o comando revolucionário poderia fazê-lo, como ato de força, afirmativo do direito das revoluções”. Os generais teriam hesitado “em atender à preleção, que inovava seus conhecimentos em matéria de direito público”, mas foram chamados os juristas Carlos Medeiros Silva e Francisco Campos, “e o Brasil passou a tomar conhecimento das doutrinas sobre o poder constituinte das revoluções e a experimentar sua imediata execução”.⁵²⁹

O presidente da UDN, e o sr. Martins Rodrigues, consultados, teriam participado da elaboração desta Constituição. Parece, então, na exposição do colunista político, que o descumprimento pelos militares vitoriosos dos compromissos com a legalidade, expostos em dezembro de 1963, estaria resolvido a partir da sugestão de um líder político civil, o Sr. Bilac Pinto. Segundo o jornalista, “o legalismo das forças armadas adquiriu assim novo dinamismo e novas dimensões, graças às quais a intervenção

⁵²⁷ *Idem.* p. 155-157.

⁵²⁸ Carlos Castello Branco. “Da conspiração à revolução”. *Op cit.*, 1964. p. 304-305.

⁵²⁹ *Idem.* p. 305-306.

militar perdeu a característica dos golpes habituais para se transformar numa ação revolucionária, na medida em que gerou direito e reformou a Constituição”.⁵³⁰

Embora não tenha se detido tanto nas críticas ao novo regime – o principal alvo de Antonio Calado foi João Goulart, conforme já mencionado – dentre os autores, o escritor fez a crítica mais contundente ao Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Para ele, o Ato era “seco e senil como a mente que o pariu”.⁵³¹ Outros jornalistas, entretanto, não foram tão enfáticos. Pelo contrário. Embora aqui e ali existam alguns reparos à repressão desencadeada após o golpe, em geral, as medidas tomadas pelo novo governo são encaradas como um remédio amargo. Ou seja, não eram fáceis de digerir, mas seriam imprescindíveis.

Essa visão é exposta principalmente no capítulo “Debaixo dos deuses”, de Alberto Dines, que fecha o volume e cronologicamente mais avança no relato dos fatos, chegando, no seu diário, ao dia 15 de abril de 1964, quando narra a simplicidade da posse do novo presidente, o general Castello Branco.⁵³² De modo geral, o *modus operandi* do novo regime teria agradado a Dines, a começar pela deferência com a qual foi tratado o *Jornal do Brasil*. Do Ministério da Guerra, telefonaram para o *JB* – o militar, de voz firme e cortês, comunicava que o General Costa e Silva fora escolhido comandante-em-chefe dos exércitos. Assim, para Dines, a “Revolução começava seus primeiros atos com civilidade e protocolo”.⁵³³

Apesar de os primeiros atos da “revolução” terem agradado Dines, mesmo ele encerrou o relato do dia 1º expressando duas sensações que se confrontavam: alívio e conforto pela queda de Jango, e apreensão quanto ao que viria depois dele.⁵³⁴

⁵³⁰ *Idem.* p. 306.

⁵³¹ Antonio Calado. “Jango ou o suicídio sem sangue”. *op. cit.*, 1964. p. 276

⁵³² Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 357.

⁵³³ *Idem.*

⁵³⁴ *Idem.*

Entretanto, Dines relatou, como uma descoberta, no dia 2 de abril de 1964, que um coronel do Estado-Maior revelara que a revolução era defensiva, que não calculavam que vencesse. Os planos e iniciativas foram para se precaver do golpe de Jango ou das esquerdas a ele associadas. Ou seja, teria sido um contragolpe, pois todos os esquemas e hipóteses de ação previam primeiro uma ação de Jango.⁵³⁵ Portanto, segundo Dines, “os homens que tomaram o poder não estavam preparados para a vitória. Talvez por isso Castello Branco tentara adiar a saída das tropas de Minas.”⁵³⁶

De acordo com Dines, “os movimentos militares foram previstos até o último detalhe, mas os primeiros atos do Governo foram custosos, como um parto”. O editor-chefe do *Jornal do Brasil* criticava o acanhamento dos comandantes militares e elogiava o militar que viria a ser novo presidente da República. “Os comandantes militares estavam confabulando. Acanhados. Não eram homens de estado. O general Castello Branco era o único que tinha a cabeça fria e dele saíam as únicas ponderações e as únicas decisões que se tomaram naqueles dias”. Segundo Dines, era Castello quem “empurrava as coisas para frente. Desde o dia 1º do novo regime, Castello tomou as rédeas do comando”.⁵³⁷

Quanto aos aspectos negativos da nova realidade política, Dines destaca que “enquanto muita gente festejava a vitória ruidosamente”, já se saboreava “algumas coisas ruins”. Mas, para ele, não constituíram uma surpresa, pois:

Estávamos esperando por elas desde os dias terríveis de Goulart. Mas não tínhamos prática em raciocinar em termos de fins que justificam os meios. Mesmo que soubéssemos que se Jango vencesse seríamos nós a sofrer algo bem mais grave do que o expurgo ou a perda de direitos. Mesmo que tivéssemos visto, em cartilhas de bolso apreendidas no Estado do Rio, em poder de lavradores armados, que os reacionários deveriam ser caçados em suas casas. Tínhamos sentido o ambiente de ódio

⁵³⁵ *Idem*, p. 349.

⁵³⁶ *Idem*, p. 350.

⁵³⁷ *Idem*, p. 350.

*que Jango distilara em torno dos que se opunham a ele. Tínhamos sentido o bafo de guerra que os fuzileiros de Aragão trouxeram para o jornal. Tínhamos visto todas as obras de Jango para liquidar a liberdade de imprensa com medidas econômicas e políticas. Sabíamos que de homens primários não se poderia esperar complacência quando tomassem o poder. Mesmo assim, era difícil engolir os primeiros rigores contra os suspeitos de subversão.*⁵³⁸

Nesse trecho, Dines afirma que se João Goulart “vencesse” seria muito pior – o problema é que ainda não havia “prática” para aceitar os rigores do regime que se instalava. De qualquer forma, mesmo citando a atrocidade das primeiras listas de prisões e as arbitrariedades iniciais, para Dines, a responsabilidade não seria dos novos detentores do poder, mas de João Goulart e das esquerdas que o rodeavam, culpadas pela situação da qual elas próprias foram vítimas: “Os mandatos cassados e os expurgos dos dias seguintes foram um choque. A única saída era desprezar Jango, porque fora sua leviandade, fora a ambição primária dos que o rodeavam, as causadoras do expurgo”.⁵³⁹

Dines relata as perseguições afirmando que “houve algumas prisões à base de bofetão, mas houve também muita prisão à base do ‘desculpe, mas o senhor está preso’”. O jornalista salienta que nem todas as ordens de detenção foram executadas de modo agressivo, mas parece usar de ironia ao retratar o jeito educado de abordar o cidadão que vai ser preso por crime político. Afinal, o que esperava o jornalista? Que fossem todos tratados com violência? Mais adiante, Dines critica não só o espetáculo da delação como, principalmente, o da adesão:

Por que aquele está livre? Por que não prendem este aqui? Eu sempre fui anticomunista. Eu desde o início fui contra Jango. E todo aquele mundo de gente que acorrera a Jango como mariposas, corre agora para o fogo; todo este mundo de vaidosas, irresponsáveis, oportunistas, agora de asas queimadas, estava ali na dança da vitória. Nunca os deuses da vingança foram tão mesquinhos. Uma frase do general Costa e

⁵³⁸ *Idem.*

⁵³⁹ *Idem*, p. 351.

*Silva era significativa: “Aqueles que hoje estão alegres amanhã nos vão chamar de comunistas”.*⁵⁴⁰

Alberto Dines, enquanto oferecia ao leitor uma visão favorável dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, os dois chefes militares que lideravam o regime naquele momento, por outro lado ridicularizava os que estavam com medo da repressão:

*O pitoresco também compareceu. Alguns esquerdistas tomados de súbita importância adotaram a decisão heróica e bem divulgada de sumir. Alguns se achavam simplesmente importantes. Outros porque as consciências os acusavam. Alguns tentaram se asilar em embaixadas, mas estas já estavam lotadas de figurões. Outros espalhavam que iriam para o interior resistir. Mas voltavam dias depois. Foram os dias de bigodes crescidos e nomes trocados. Nunca se venderam tantos óculos escuros em Copacabana.*⁵⁴¹

Louvando a ruptura constitucional, o editor-chefe do *JB* procurava legitimar o golpe de Estado comparando-o a uma espécie de eleição. Para completar, o ato em si teria sido heróico:

*Compreendemos: não foram só os generais que derrubaram Jango. Quem derrubou Jango foram os que não saíram para defendê-lo. Tratava-se de uma eleição. Houvera uma opção clara. Não foram os planos militares que derrotaram as esquerdas. Foram os sentimentos contra elas. Os olhos do mundo, fixos em nós, descobrimos que, debaixo dos deuses, estava o grande herói da façanha: aquele povo que Jango alijara de seu caminho.*⁵⁴²

Aparentemente orgulhoso do papel desempenhado pelo periódico que comandava, e corroborando com fatos que acreditava consolidarem seu argumento, o editor-chefe do *JB* narra que, no dia 2 de abril de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade converteu-se “numa marcha da Vitória. Quase um milhão de pessoas

⁵⁴⁰ *Idem.*

⁵⁴¹ *Idem.*

⁵⁴² *Idem*, p. 352-353.

comprimia-se na avenida Rio Branco. Passa diante do *Jornal do Brasil* e aplaude. Há muito tempo isto não acontece. Um milhão de pessoas quase canta calmamente sua vitória. Povo”.⁵⁴³

Os dissensos são apresentados como potencialmente nocivos e a imprensa que esboça reparos ao novo governo é criticada, assim como a preocupação com aspectos formais que buscavam dar um simulacro de legalidade à institucionalização do regime. Ao invés de censurar a falta de legalidade do processo, o jornalista faz o contrário – critica o que ele acreditava ser uma excessiva preocupação com a leis:

*Um pouco de temor outra vez. São Paulo nos informa que Krueel não está gostando de ficar à margem. Admite a sua candidatura à Presidência. Alguns jornais que já se cansaram da revolução entusiasmam-se com a perspectiva de maquinação e se lançam famintos em busca de dissidências. (...) O Brasil é o país das leis. Legalismo chega a ser mania em dias anormais como estes: três dias depois da Revolução, seus líderes parecem envergonhados de seus atos e pedem desculpas por tudo.*⁵⁴⁴

Na opinião de Dines, os acertos que levaram à escolha do general Castelo Branco para a presidência tinham se arrastado demais e corriam “o risco de se eternizar, não fosse a presença de alguns militares” que os teriam encurtado. Para ele, “tudo foi formal, porém funcional. Complicado, porém, legal”.⁵⁴⁵ Este processo de reunião, na sua ótica, legalizava o regime que se instalava.

Na visão exposta por Dines, a pressão dos militares sobre os políticos é vista como profícua: “Finalmente, o bom senso dos políticos funciona, talvez sutilmente advertidos por alguma ponderação militar mais consistente.”⁵⁴⁶ É favorável, de modo geral, a opinião de Dines em relação ao Ato Institucional:

⁵⁴³ *Idem*, p. 353.

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 354.

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 354-355.

⁵⁴⁶ *Idem*, p. 355.

*O Comando Militar Revolucionário promulga o Ato Institucional. Inteiramente de surpresa, com uma coragem inédita de quebrar tabus legalistas, o Ato foi preparado pelo jurista Francisco Campos, autor da Constituição do Estado Novo de 1937 e Carlos Medeiros da Silva. O Ato é assinado pelos três Ministros militares que se constituem num Comando revolucionário a vigorar até a posse do novo Presidente. Segundo seus autores, o Ato é uma espécie de modus-vivendi da Revolução, com a rotina do País. Ele prevê a cassação e a suspensão de uma série de garantias constitucionais, e estipula normas para o comportamento da Câmara. Estas últimas foram muito bem recebidas.*⁵⁴⁷

É importante notar que, no final deste trecho, Dines destaca a medida contra os políticos, o que teria o efeito não só de diluir as outras arbitrariedades anteriormente citadas, como de legitimar uma parte das medidas autoritárias. Cabe perceber que o discurso que desqualifica os políticos e a política frequentemente serve para justificar o autoritarismo. Devemos, no entanto, lembrar que o Ato Institucional nº 1, no seu sétimo artigo, logo no primeiro parágrafo, suspendia garantias de estabilidade, vitaliciedade, mediante investigação sumária. Todos os servidores, inclusive municipais, estavam sujeitos “às mesmas sanções”. No seu décimo parágrafo o Ato Institucional nº 1 demonstra seu caráter ditatorial, tendo em vista tamanha concentração do poder político nas mãos dos seus signatários: “os Comandantes-em-Chefe que ditam o presente ato poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar os mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída apreciação judicial desses atos”.⁵⁴⁸

Na opinião de Dines, entretanto, essas arbitrariedades seriam como um remédio amargo, ou seja, necessárias, embora de sabor desagradável. Por fim, o jornalista parece

⁵⁴⁷ *Idem* p 355 - 356.

⁵⁴⁸ Ato Institucional nº 1. *Pela democracia, contra o arbítrio*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006, p. 88-89.

concluir que a desaprovação em relação à repressão implementada pelo novo regime se devia à falha de caráter do povo brasileiro:

A esta altura, a revolução já não tem tantos adeptos. Passado o fervor dos primeiros momentos, a dureza dos dias de reconstrução, com todas as medidas repressivas, já não é tão simpática e heróica. De novo, é muito difícil agüentar o lado antipático. Durante o motim dos marujos, dizer que os rebeldes eram agitadores, seria uma temeridade. Hoje, dizer que a repressão tem suas razões, é outra temeridade. A cada nova crise mais justificamos aquela frase memorável de Aliomar Baleeiro: “Grande povo: ótimo coração, péssimo caráter”.⁵⁴⁹

Enfim, se como um todo *Os idos de março* não pugna pela defesa da normalidade constitucional, nem pela participação democrática dos cidadãos – afinal, o prefácio intitula-se “A revolução numa poltrona”,⁵⁵⁰ o capítulo que fecha o volume, escrito justamente pelo editor-chefe do *JB* e idealizador da obra, é o que mais defende o novo regime e busca justificativas para os excessos que começavam a ser praticados pelos novos detentores do poder.

⁵⁴⁹ Alberto Dines. “Debaixo dos deuses”. *op. cit.*, 1964. p. 356.

⁵⁵⁰ Otto Lara Resende. “A revolução numa poltrona”. *op. cit.*, 1964. p. 9-11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os idos de março e a queda em abril apresenta a história do golpe de 1964 sob diversos ângulos. Embora distintos, de modo geral os oito capítulos responsabilizam o presidente João Goulart e as esquerdas pelos acontecimentos que desaguaram na quebra da normalidade constitucional. A escolha dos fatos e a maneira de relatar aqueles eventos formam um conjunto narrativo no qual a inépcia de Jango e a radicalização das esquerdas são destacadas como as causas do desfecho.

Apontado como o principal culpado pela situação e atacado por todos os autores, o (ex) presidente da República, há pouco deposto de seu cargo por um golpe de Estado, é por diversas vezes ridicularizado. Assim, de uma forma ou de outra, com ou sem razão, nas críticas tecidas contra Goulart, os jornalistas que escreveram o livro justificam a ação dos grupos que tomaram o poder em abril de 1964. A própria repressão, se é citada de modo crítico em alguns momentos, no capítulo final do livro, escrito por Alberto Dines, é retratada como um remédio amargo, ou seja, necessário, embora não facilmente digerível. O brasileiro, inclusive, deveria aprender a conviver com o lado duro das soluções adequadas àquele momento.

Contudo, *Os idos de março* não deixa de ser uma importante fonte para entender aquele período. Não só porque as bravatas de significativa parte das esquerdas e a incapacidade de resistir ao golpe foram realidades descritas pela obra, como porque o livro retrata a visão negativa partilhada por parte da sociedade da época em relação ao governo Jango e às esquerdas. Então, se é verdade que *Os idos de março* deve permanecer servindo aos estudiosos do tema, este trabalho pretendeu contribuir para uma percepção mais apurada das intenções do livro impresso em maio de 1964. Ter sido produzido no calor dos acontecimentos não faz da obra uma “pura” transposição dos fatos para suas páginas, assim como a rapidez com que foi editado não oferece um

acesso necessariamente mais fidedigno àquela realidade pretérita, embora involuntariamente revele aspectos que não estavam nos planos dos seus autores apresentar. Como todo material histórico, *Os idos de março* também deve passar por crítica documental para melhor servir às análises.

Entretanto, como se pôde averiguar, muitas vezes a obra foi reproduzida sem que se soubesse a maneira pela qual determinadas informações foram obtidas, ou, em alguns casos, sem qualquer referência bibliográfica, fragmentos ou trechos inteiros foram reproduzidos. Muitas vezes, as versões contidas naquele volume foram repetidas sem que se refletisse acerca dos possíveis objetivos da publicação. E, como foi exposto anteriormente, não é absurdo supor que o livro serviu para favorecer a imagem de importante político junto à opinião pública, no caso, o então governador mineiro Magalhães Pinto, que tinha, inclusive por meio de seu sobrinho, José Luiz Magalhães Lins, significativa influência entre os autores do livro.

O livro que defendeu não só a ruptura da normalidade constitucional e a legitimidade do novo regime, ao colocar em relevo os erros das esquerdas como a principal causa da queda de Jango, e não as ações dos conspiradores, de certa forma tem sua descendência interpretativa nas recentes produções acadêmicas que concentram suas análises na radicalização de ambos os lados, muitas vezes subestimando a ação dos amplos grupos que de fato derrubaram aquele que de alguma forma podia ameaçar seus interesses. Aliás, a maioria dos profissionais da grande imprensa brasileira – um dos grupos que apoiaram o golpe de Estado – está muito bem representada pelos autores do livro. E a riqueza ímpar daquele volume, como fonte para a história da imprensa, está justamente no fato de que renomados jornalistas, autores de *Os idos de março*, consolidaram na memória social a imagem de empedernidos democratas e incansáveis

opositores da ditadura militar, a despeito de terem, por meio daquela, obra justificando a deposição do presidente da República.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes impressas

DINES, Alberto. et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

ADIAMENTO. *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1964, p. 6.

AO CONGRESSO. *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, p. 1,.

A UDN PROCURA APOIO MILITAR PARA *IMPEACHMENT* DE JOÃO GOULART. *Coisas da Política. Jornal do Brasil*, 15 de março de 1964, p. 6.

AUTORIDADE. *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1964, p. 6.

AUTORIDADE E CONFIANÇA. *Jornal do Brasil*, 5 de abril de 1964, p. 6.

AVALIAÇÃO POLÍTICA. *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1964, p. 6.

BURNETT, Lago. *Os idos de março. Jornal do Brasil*, 7 de junho de 1964. *Caderno B*, p. 5..

_____. *Os idos de março. Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1964. *Caderno B*, p. 5.

BASTA! *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964, p. 1.

BRANCO, Carlos Castelo. “Os dez dias que abalaram o mundo”, *Coluna do Castello, Jornal do Brasil* em 28 de março de 1964, p. 4.

_____. “Dois partidos na área da revolução”. *Coluna do Castello, Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1964, p. 4.

_____. “Juscelino Kubitschek será cassado no interesse da Segurança Nacional”. *Jornal do Brasil, Coluna do Castello* 23 de maio de 1964, p. 4.

_____. “Minas desencadeia luta contra Jango”, *Coluna do Castello*, 31 de março de 1964, p. 4.

_____. “Revolução só teria um problema: Juscelino”, *Coluna do Castello, Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1964, p. 4.

COINCIDÊNCIA DE MANDATOS EM 66 MOBILIZA ALEIXO. *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1964, p. 1.

CONY, Carlos Heitor. *Folha de S. Paulo*, 30 de novembro de 2002.

CONSELHO DECIDE CASSAR OS DIREITOS DE KUBITSCHKE. *Jornal do Brasil*, dia 5 de junho de 1964, p. 1.

CONTINUIDADE REVOLUCIONÁRIA. *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1966, p. 6.

CRISE TERMINA NA MARINHA COM UMA MORTE, NOVO MINISTRO E AMOTINADOS EM LIBERDADE. *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1964, p. 1.

DECISÃO URGENTE. *Jornal do Brasil*, 4 de abril de 1964, p. 6.

DESGOVERNO E ILEGALIDADE. *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964, p. 6.

DO PROTESTO À DESORDEM. *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1968, p. 6.

FIGUEIREDO, Wilson. “Divisão sem eco”, *Segunda Seção, Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964, p. 8.

_____. “Livro negro vem aí para mostrar que a revolta tinha razão”. *Segunda Seção, Jornal do Brasil*, 5 de abril de 1964, p. 8.

_____. “Magalhães imprimiu à rebelião diretriz (microfilme danificado) novadora”. *Segunda Seção, Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, p. 8.

_____. “PC culpa radicais pela crise e teme polarização à direita”. *Segunda Seção, Jornal do Brasil*, 1º caderno, 1º de abril de 1964, p. 8.

_____. “Roberto Campos já formulou as leis da decadência socialista”. *Segunda Seção, Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1964, p. 10.

_____. “Governo decide assunto JK e passa a reforma agrária”. *Segunda Seção, Jornal do Brasil, Jornal do Brasil*, 4 de junho de 1964, p. 8.

FORA! *Correio da Manhã*, 1º de abril de 1964, p. 1.

FORA DA LEI. *Jornal do Brasil*, 1º de abril de 1964, p. 6.

GORILAS INVADEM O JB. *Jornal do Brasil*, dia 1º de abril de 1964, p. 1.

GUDIN, Eugênio. *O Globo*, 3 de janeiro de 1964.

Jornal do Brasil, 18 de janeiro de 1957, p. 1.

Jornal do Brasil, 19 de dezembro de 1958, p. 1.

Jornal do Brasil, 2 de junho de 1959, p. 1.

Jornal do Brasil, 15 de março de 1964, p. 1.

Jornal do Brasil, 28 de março de 1964, p. 1.

Jornal do Brasil, 28 de março de 1964, p. 3.

Jornal do Brasil, 28 de março de 1964, p. 4.

Jornal do Brasil, 31 de março de 1964, p. 1.

Jornal do Brasil, 1º de abril de 1964, p. 1.

Jornal do Brasil, 2 de abril de 1964, p. 1.

Jornal do Brasil, 3 de abril de 1964, p. 1.

Jornal do Brasil. 31 de março de 1965. p. 6.

Jornal do Brasil. 1º de abril de 1965. p. 7.

Jornal do Brasil, 31 de março de 1967, p. 6.

Jornal do Brasil, 16 de março de 1968, p. 1.

Jornal do Brasil, 16 de maio de 1964, p. 4.

Jornal do Brasil, 14 de dezembro de 1968, p. 1.

Jornal do Brasil, 12 de setembro de 1973, p. 1.

Jornal do Brasil, 10 de junho de 1964, *Caderno B*, p. 6.

JORNAIS FRANCESES VIRAM NA REBELIÃO BRASILEIRA INDÍCIO GRAVE
NO RUMO DA REVOLUÇÃO. *Jornal do Brasil* em 28 de março de 1964, p. 7.

KUNTZ, Rolf. “Intelectuais de São Paulo crêem que expurgo é inquisição”, *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1964, p. 14.

MAGALHÃES ACHA QUE MOTIM É GRAVE, MAS NÃO É ABERTURA DE UMA CRISE DEFINITIVA. *Jornal do Brasil* em 28 de março de 1964, p. 7.

MAGALHÃES: HISTÓRIA DESDE QUANDO MENINO. *Jornal do Brasil*, 1º de abril de 1964, 1º caderno, p. 3.

MAGALHÃES PROMETE UMA ANÁLISE SOBRE DECRETO DE EXPROPRIAÇÕES DA SUPRA. *Jornal do Brasil, Primeiro Caderno*, em 15 de março de 1964, p. 3.

MARÇA DA FAMÍLIA NA GUANABARA CONTARÁ COM A MULHER FLUMINENSE. *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1964, p. 23.

MARTINS, Mário. *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1964, p. 6.

MORALISMO E FACÇOSISMO. *Jornal do Brasil*, 29 de maio de 1964, p. 6.

NA ILEGALIDADE. *Jornal do Brasil*, dia 29/03/1064, p. 1.

Prosa e Verso, suplemento literário de *O Globo*, 23 de novembro de 2002.

OS IDOS DE MARÇO. *Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1964, *Caderno B*, p. 6.

PINTORA DJANIRA PRESA EM MERIRI: TEM 50 ANOS E JÁ SOFREU QUATRO ENFARTES. *Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1964, p. 4.

REFORMAS PARA EVITAR ‘CONVULSÃO SANGRENTA’. *Jornal do Brasil, Coluna do Castello* 15 de março de 1964, p. 4.

RESPOSTA AO DESAFIO. *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1964, p. 6.

SOLUÇÃO REALISTA. *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1964, p. 6

UM MILHÃO DE PESSOAS NA RUA FESTEJA VITÓRIA DEMOCRÁTICA. *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1964, p. 5.

2. Fontes orais

CALLADO, Ana Arruda. Entrevista concedida pessoalmente a João Amado em 15 de maio de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

CASTRO, Ruy. Entrevista concedida a João Amado por e-mail em 29 de março de 2007.

CARLOS, Newton. Entrevista concedida pessoalmente a João Amado no dia 16 de abril de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

DINES, Alberto. Entrevistas concedidas pessoalmente a João Amado nos dias 4 de outubro de 2006 e 28 de fevereiro, na cidade do Rio de Janeiro.

_____. Depoimento a João Amado, por escrito, em 23 de abril de 2007.

FIGUEIREDO, Wilson. Entrevista concedida pessoalmente a João Amado em 7 de maio de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

FREITAS, Janio de. Entrevista concedida pessoalmente a João Amado em 8 de março de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

MELLO e SOUZA, Cláudio. Entrevista concedida pessoalmente a João Amado em 8 de março de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

_____ Depoimento concedido por escrito em 2 de junho de 2007.

SILVEIRA, José. Entrevista concedida pessoalmente a João Amado em 18 de maio de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

Bibliografia

ABRAMO, Zilah e MAUÉS, Flamarion Maués (organizadores). *Pela democracia, contra o arbítrio*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. LATMAN-WELTMAN, Fernando. ROCHA, Dora. *Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *et alii. A participação da imprensa na queda do governo Goulart*. In *1964 -2004. 40 anos do Golpe*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Verbetes *Jornal do Brasil*.

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/EdUFF, 2000.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Antonio Callado*.
<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=151&sid=138>>

Acessado em 20 de novembro de 2007.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro FGV, 1990.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ARRAES, Miguel. *Palavra de Arraes, textos de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *O governo João Goulart e as lutas sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BITTENCOURT, Getúlio. *Os nomes sob as palavras*. in. *Observatório da Imprensa*. 23/11/04. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=304JDB004>>.

Acessado em 15/08/2006

BOBBIO, Norberto. *et alii. Dicionário de Política*. Editora UnB, Imprensa Oficial SP.

BONIFÁCIO, Maria F. *Apologia da História Política*. Lisboa, Quetzal Editores, 1999.

BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás - história de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Retratos do Brasil, 1965.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRANCO, Carlos Castelo. *Introdução à revolução de 1964*. 2º Tomo. *A queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *Os militares no poder*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

_____. *Retratos e fatos da história recente*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

_____. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5: os anos de chumbo na visão do maior jornalista político de seu tempo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

_____. Entrevista realizada por Carlos Chagas. In. *Carlos Castello Branco. O jornalista do Brasil*. Org. Pedro Jorge de Castro. Brasília: Editora Senac-DF, 2006, p. 23-34.

_____. *Vida*. <www.carloscastellobranco.com.br> Acessado em 10 de novembro de 2007.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV – XVIII*. São Paulo: Martins Fontes 1998.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter, *Uma história social da mídia. De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CALLADO, Antonio. *Antonio Callado Repórter – Tempo de Arraes e Vietnã do Norte*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____. *Quarup*. 4ª edição. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

_____. *Tempo de Arraes*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAMARGO, Aspásia; GOES, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMARGO, Mário de. *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*. São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003.

CASTRO, Ruy. *Ela é carioca*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Estrela solitária. Um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

_____. *O melhor do mau humor*. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *O Anjo pornográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARLOS-LEONAM. *Os degraus de Ipanema*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Artmed editora. Porto Alegre, 2001.

CHOMSKY, Noam. [fragmento In. "America", 1996]. Uerj mestrado história. Curso do professor Orlando de Barros. Arquivo Orlando de Barros.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *O Ato e o Fato*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

_____. *Pessach : a Travessia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DINES, Alberto. *et alii. O mundo sem Kennedy*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1965.

_____. *O caso do jornalista que morreu de tristeza*.

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp1006200394.htm>> Acessado em 2 de julho de 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, & CASTRO, Celso. *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O jogo da direita*. Petrópolis, Vozes, 3ª edição, 1989.

DUARTE, Eurilo. *Kim Novak sambou nas ruas*.

<http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/19031960/190360_1.htm> Acessado em 1º de agosto de 2007.

_____. *Primeira dama vai ganhar novo nome*.

<http://memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro/15101960/151060_2.htm> Acessado em 3 de agosto de 2007.

DUARTE, Leneide. *A guerra da informação.*

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al201220003.htm>>. Acessado em 10 de junho de 2007.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil.* Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, Millôr. *Que país é este?* Rio de Janeiro: Nórdica, 1978.

FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano 3 – O tempo da experiência democrática.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O populismo e sua história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História 47.* São Paulo, v. 24, nº 47.

FIORI, José Luís. 1964. <<http://www.desempregozero.org.br/artigos/1964.pdf>> Acessado em 7/8/2006.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Wilson. *O jornalista que é a história de um jornal.* 27/10/2006.

Entrevista com Wilson Figueiredo.

<<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=1608>>. Acessado em 29/01/2007

FONTOURA, Walter. *Um amigo incomparável*.

<http://jbonline.terra.com.br/destaques/nascimentobrito/art_fontoura_1.htm>. Acessado em 3 agosto de 2006.

FREITAS, Janio de. Apud. Entrevista ao site *Fazendo Mídia*.

<<http://www.fazendomedia.com/novas/politica210905a.htm>> Acessado em 8/8/2006

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GALVÃO de SOUZA, José Pedro; GARCIA, Clóvis Lema; TEIXEIRA de CARVALHO, José Fraga. *Dicionário de política*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

GENTILLI, Victor. *Jornalismo & História. Depoimentos marcantes e definidores*.

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al120820031.htm>>. Acessado em 20/06/2006.

GORENDER, Jacob. *O Combate nas trevas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

GOULART RIBEIRO, Ana Paula. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. Estudos Históricos, Mídia, nº 31, 2003/1.

_____. In. PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maria Bastos. *et alii. História e imprensa – Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ. 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Cadernos do cárcere – Volume 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laís Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOUAISS, *Dicionário eletrônico da língua portuguesa* Manaus: Objetiva, Instituto Antônio Houaiss, 2001.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JUNIOR, Caio Prado. *A Revolução Brasileira*. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13 - Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KORNIS, Mônica e SOUZA, Luís Otávio de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Verbetes Magalhães Pinto.

KELLER, Vilma. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Verbetes San Tiago Dantas.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LEAL, Carlos Eduardo. *Última Hora. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

LIMA, Alceu de Amoroso *et alii*. *O Golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. Rio de Janeiro: Edições contemporâneas, 1965.

MONIZ, Edmundo. *O golpe de abril*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Folha de S. Paulo - Almanaque* – São Paulo, sexta-feira, 12 de janeiro de 1979. Jornalistas contam a história – 8. “1964 – Fim de um ciclo”.

Depoimento de Edmundo Moniz ao repórter Gilberto Negreiros.
<http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_8.htm> Acessado em 30 de julho de 2007.

MORAES, Dênis de. *Imaginário social e hegemonia cultural*. Temas Gramsci.
<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>> Acessado em 22 de agosto de 2007.

MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____, *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NAVA, Rosa. *Censura mudou jornalismo brasileiro*.
<<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/midiologia/RosaNova.doc>> Acessado em 20/06/2007.

Observatório da Imprensa: “O ápice do meu trabalho”.
<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre_dines/apice_trabalho.htm> Acessado em 29/06/2007

_____. *Observatório da Imprensa*.
<<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/>> Acessado em 9/1/2008.

PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maria Bastos. *et alii. História e imprensa – Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ. 2006.

REDA, Paulo. *Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz Ibope*.
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml>> 09/03/2003. Acessado em 03/08/2006

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.), *Intelectuais, história e política*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2005. p. 7.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

_____. *Por que a história política?* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

RIVAS, Lêda. *Um homem do renascimento*.
<<http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/GilbertoOsorio/01.html>> Acessado em 1º de agosto de 2007.

RODRIGUES, Nelson. *O reacionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SÁ CORRÊA, Marcos. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L & PM, 1977.

SÁ MOTTA, R. P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro - Anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 10, nº19, 1997.

SEABRA, Roberto. *Jornalismo Político*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SILVA, Hélio. *1964 - Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Ricardo. *Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização*.
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100005>.

Acessado em 31/08/2006

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____, *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____, *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999.
[1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966]

STACCHINI, José. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais - Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *1964: Visões críticas do golpe*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

_____. *et alii. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº. 47. São Paulo: Anpuh.

_____(org.) *Intelectuais e política no Brasil – a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

IORIO, Fabio Mário. *Rastros do cotidiano. Futebol em versiprosa de Carlos Drummond de Andrade*. Tese de doutorado em literatura comparada pela UFRJ, 2006.

<http://www.ciencialit.lettras.ufrj.br/trabalhos/fabiomario_rastros.pdf>. Acessado em 25 de julho de 2007.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

Verbete, Cândido Aragão. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro. FGV. CPDOC. 2001.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.